UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS SANTOS

**História erudita e popular: edição de documentos históricos na
obra de Capistrano de Abreu**

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**História erudita e popular: edição de documentos históricos na
obra de Capistrano de Abreu**

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira
Iumatti

São Paulo
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao prof. Paulo Iumatti, pelo indispensável apoio, orientação e solicitude ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa, desde a graduação.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido via bolsa de mestrado.

Agradeço às professoras Ana Maria Camargo e Raquel Glezer pelas valiosas críticas e sugestões apresentadas durante o exame de qualificação deste trabalho.

Agradeço aos amigos de graduação e pós Esdras Cardoso de Paiva, Márcio Hideo dos Santos, Maicon Vinícius da Silva Carrijo, Paulo Ferraz de Camargo Oliveira, Raimundo José da Paz e Roberto Pereira Silva.

Agradeço a Beatriz Protti, por me colocar por dentro da biblioteca de Capistrano de Abreu.

Agradeço aos bibliotecários e funcionários da FFLCH-USP e IEB-USP, onde fiz minhas pesquisas.

Agradeço a meus irmãos, Raul, Amália e Maria Luiza.

E a meus pais, Raul e Sylvia, sobretudo e por tudo.

RESUMO

SANTOS, P. A. C. **História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu**. 2009. 202 fls. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Nossa pesquisa estuda a edição de textos históricos e/ou historiográficos por João Capistrano de Abreu (1853-1927), prática inserida em um momento de intensa divulgação deste tipo de texto, por vários estudiosos de história e publicações (especializadas ou não), na Europa e nas Américas, movimento já em curso nas primeiras décadas do século XIX. Ocorrendo de várias formas, esta disponibilização ampla de documentos e obras historiográficas de outras épocas concorreu (como era, na maioria das vezes, seu propósito explícito) para estender o acesso a inúmeras peças antes restritas a arquivos e bibliotecas de difícil consulta, ou a colecionadores dotados do cabedal necessário para adquiri-las. Deste modo, popularizou, até certo ponto (dependendo da extensão do círculo letrado em cada contexto), a possibilidade de estudo e escrita da história. Tal divulgação, porém, como dissemos, poderia se dar de várias maneiras, incidindo sobre o divulgador determinadas marcas que, de certa forma, hierarquizavam-nos (do “compilador de textos” ao “historiador” propriamente dito), definindo seus graus de prestígio no meio intelectual. Por outro lado, a forma como estas edições de documentos ocorriam também marcava a escrita da história a partir deles; uma edição crítica, por exemplo, buscava facilitar a compreensão histórica do texto, e apresentava ao leitor sinais de uma dada historiografia, como o respeito à procedência dos documentos, por meio de citações rigorosas, e a importância da leitura das fontes no original. No caso particular de Capistrano de Abreu, a pesquisa desenvolve-se sob dupla perspectiva: seu posicionamento em relação a outras formas de divulgação de textos históricos e/ou historiográficos (e, conseqüentemente, em relação a outras formas de escrita da história), e o estudo das suas edições dos mesmos.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu, documentos históricos, metodologia da História, historiografia brasileira, teoria da História.

e-mail p/ contato: pedro.afonso.santos@usp.br

ABSTRACT

SANTOS, P. A. C. **An erudite and popular history: edition of historical documents in the work of Capistrano de Abreu.** 2009. 202 fls. Dissertation (master's degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

This study concerns the edition and publication of historical and/or historiographical texts by João Capistrano de Abreu (1853-1927), a practice that occurred during a moment of intense divulgation of that kind of text, in Europe and the Americas, by several historians and publications (specialized or not), in a movement that goes back at least to the first decades of the nineteenth century. Happening in many ways, this vast vulgarization of documents and historiographical works of different times concurred (as it was, most of the cases, its explicit purpose) to extend the access to many pieces previously restricted to archives and libraries of difficult consult, or to private collectors who could afford them. In this way, this process popularized, to the extent of the intellectual circle in each country, the possibility of study and writing of history. Such publications, however, could happen in different forms, giving its editor different degrees of prestige, and different attributions (from the mere “compiler of texts” to the “historian”). On the other hand, the way these documents were presented also contributed to mark the writing of history based on them. A critical edition, for instance, tried to provide a historical comprehension of the text, and introduced to the reader the constitutive signs of a certain historiography, such as the respect to the origin of a cited document, and the importance of the reading of original sources. In the case of Capistrano de Abreu, our research has been developed upon two perspectives: his position concerning different forms of text editions and publications (and, by that, to other forms of history-writing), and an analysis of his own editions.

Keywords: Capistrano de Abreu, historical documents, methodology of history, Brazilian historiography, theory of History.

SUMÁRIO

Capítulo 1: Os documentos e a historiografia brasileira: a visão de Capistrano de Abreu

1. Introdução: p. 11

1.1 Discussão Bibliográfica: p. 11

2. Os documentos e a historiografia brasileira: p. 25

2.1 A crítica historiográfica: p. 26

2.2 O uso das fontes primárias: p. 34

2.3 As tarefas a realizar: p. 35

2.4 A hierarquia de valores: p. 37

2.5 O Chile: p. 42

2.6 A disponibilização das fontes: p. 48

2.7 Os documentos editados por Melo Moraes: p. 50

2.8 As edições: p. 52

2.9 Cândido Mendes de Almeida e o *Código filipino*: p. 56

2.10 A visão sobre o compilador de documentos: p. 58

2.11 Varnhagen: p. 60

2.12 A posição de Capistrano: p. 70

Capítulo 2: Análise das edições

1. Análise das edições: p. 79

1.1 O “sistema”: as “regras” das edições: p. 81

1.1.1 A questão da grafia: p. 83

1.2 *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*: p. 84

1.3 *A Série Eduardo Prado*: p. 88

1.3.1 O fac-símile: p. 92

1.3.2 Os processos da Inquisição quanto ao texto: p. 94

2. O trabalho de editor: p. 98

2.1 Autoria: p. 99

2.1.1 A autoria pela lógica:	p. 102
2.1.2 O “distinto bibliógrafo e bibliófilo o Sr. João Capistrano de Abreu”:	p. 104
2.1.3 Instrumentos de pesquisa:	p. 107
2.1.4 O uso dos instrumentos de pesquisa:	p. 112
2.1.5 A autoria de <i>Do princípio e origem dos índios do Brasil</i> :	p. 112
2.2 Biografia do Autor:	p. 115
2.2.1 A noção de testemunha e sua marca sobre o texto:	p. 116
2.3 As introduções:	p. 124
2.4 De volta à bibliografia:	p. 132
2.4.1 As notas de rodapé:	p. 133
2.4.1.1 As notas na <i>Materiais e Achegas</i> :	p. 135
2.4.1.2 Os <i>Esclarecimentos</i> ao final do texto:	p. 139
2.4.1.3 A escrita argumentativa no comentário aos textos históricos:	p. 141
2.4.1.4 A bibliografia das notas às <i>Informações</i> :	p. 143
2.4.2 A edição de 1887 de Frei Vicente do Salvador:	p. 144
2.4.2.1 A discussão de polêmicas historiográficas nas notas:	p. 147
2.4.2.2 As notas ao final dos livros I e II:	p. 150
2.4.2.3 A bibliografia das notas da <i>História do Brasil</i> (1887):	p. 153
2.5 As edições de frei Vicente: 1886-87, 1888-89, 1918:	p. 155
2.5.1 Os “Prolegômenos” da edição de 1918:	p. 156
2.5.1.1 Pontos da narrativa histórica que Capistrano desenvolve:	p. 166
2.5.1.2 As efemérides nos prolegômenos ao livro V:	p. 171
2.6 A divulgação de fontes e a escrita da história:	p. 174
3. Conclusão:	p. 176
4. Referências bibliográficas:	p. 182
5. Anexo:	p. 190

CAPÍTULO 1

OS DOCUMENTOS E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: A VISÃO DE CAPISTRANO DE ABREU

1. Introdução

Nosso objeto de estudo surgiu da observação do intenso, porém disperso e fragmentado, trabalho de João Capistrano de Abreu (1853-1927) com documentos históricos, fosse como pesquisador, editor, prefaciador ou comentador. O primeiro problema que nos surgiu foi o de pensar a possibilidade de uma história da História do Brasil esparsa pelos registros deixados por Capistrano, já que estes continham juízos críticos que abarcavam de cronistas e historiadores dos primeiros séculos da colonização do Brasil a autores de estudos históricos de seu tempo. A análise da bibliografia sobre Capistrano deu-nos dois pontos importantes, porém: a falta de um estudo específico de seu trabalho com documentos históricos, apesar de sua ampla menção; e a importância, projetada pelos comentadores para a própria história da História no Brasil, do método de crítica documental de Capistrano. A partir daí, direcionamos nossa pesquisa para a possibilidade de entrever, nos escritos deixados por Capistrano de Abreu a respeito de seu trabalho com documentos, isto é, nos registros em que aparece pesquisando seus paradeiros, preparando-os para publicação, ou simplesmente comentando sua leitura, um pouco de sua prática historiográfica. Dessa forma, contemplaríamos um anseio particular de estudar um historiador em seu fazer cotidiano. Mas o que fundamentalmente determinou nossa abordagem foi a tentativa de estudar os esforços de Capistrano ligados à disponibilização de documentos históricos no contexto da produção historiográfica de sua época, dentro de sua visão das tarefas da historiografia e a partir das referências que ele possuía a respeito de trabalhos semelhantes; só assim pensamos poder fornecer alguma contribuição ao entendimento deste historiador e da historiografia em seu tempo. Procuraremos destacar a pertinência desta proposta dentro da bibliografia sobre Capistrano, na seção que se segue, e, então, discutir como Capistrano caracterizou a historiografia brasileira quanto a usos e divulgação das fontes.

1.1 Discussão Bibliográfica

A leitura da bibliografia sobre Capistrano não visa simplesmente cumprir um aspecto formal de pesquisa: se nos afigura de valor porque quase todos os autores que analisaram este historiador e sua obra destacaram a importância das edições de documentos por ele realizadas, recaindo, comumente, em sua crítica documental, como

traço relevante não só em sua obra, mas para a própria história da historiografia brasileira, pois marcaria um momento fundamental na constituição da história como disciplina especializada no Brasil. Procuramos destacar, por conseguinte, analisando esta bibliografia, a pertinência de um estudo particular sobre este aspecto muito citado da produção capistraneana, e discutir as proposições feitas a respeito de seu método e de suas edições de textos. O trabalho de Capistrano de Abreu com textos de interesse para o estudo da história do Brasil mereceu, da parte daqueles que se debruçaram sobre a obra e pensamento deste intelectual, menções diversas, que imbuíam implicações distintas a respeito desta faceta de sua produção. Desde a citação dos pontos julgados de maior relevo neste âmbito, como a edição da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, ou a descoberta do autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (o jesuíta João Antonio Andreoni, que adotou o pseudônimo Antonil), até a afirmação de sua importância como parte da renovação dos estudos históricos no Brasil. Sua contribuição para a maior especialização e afirmação da História como disciplina autônoma viria, em parte, do uso mais rigoroso do método em seu trabalho de crítica documental. As edições de documentos históricos que realizou, e seus textos e comentários a respeito deles, dispersos por sua obra, atestariam este novo “fazer História”. Relacionando este aspecto de sua obra à crítica documental e à própria prática historiográfica, a bibliografia fornece, não ocasionalmente, mais que uma análise de Capistrano enquanto historiador: fornece uma história da História no Brasil, a partir de seu lugar na mesma. Ao tratar de sua preocupação com o documento e do modo como o abordava, a bibliografia, em geral, buscou a filiação de Capistrano a alguma corrente historiográfica (comumente o historicismo alemão, personificado em Leopold von Ranke), ou então a alguma concepção mais ampla, como a chamada “concepção moderna de História”.¹

Embora amplamente referido, o trato de Capistrano, em edições, pesquisas e análises, com textos históricos, não recebeu estudo específico até o momento. Hélio Vianna, por exemplo, em seu estudo sobre Capistrano de Abreu,² arrolou as edições e publicações de documentos feitas por ele ao longo dos anos, cronologicamente, sendo que descreveu algumas delas, embora sem realizar análise mais verticalizada. Vianna

¹ Esta última definição tem conteúdo variável dentro da bibliografia, mas em essência refere-se à produção historiográfica a partir de meados do século XIX, calcada nas fontes, aproveitadas mediante a aplicação de procedimentos críticos, e em uma escrita particular. Veremos nesta Discussão como diferentes autores qualificaram o termo “moderno”, aplicado à historiografia.

² VIANA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

sugeriu que a importância de tais esforços foi “ensinada”, porque indiretamente, a Capistrano por Francisco Adolfo de Varnhagen. “Conhecendo, pela lição de Varnhagen, o valor dos documentos guardados nos arquivos, para o esclarecimento de numerosos episódios da História Pátria, ainda em 1883 começou Capistrano a divulgá-la em publicações isoladas [embora Capistrano tenha começado em 1881 a editar documentos, com *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Cerimônias*, do jesuíta português Fernão Cardim]”.³ Em apenso ao livro, Vianna indica a continuidade que existiria neste trabalho entre Varnhagen, Capistrano e Rodolfo Garcia (colega do segundo em algumas edições, e editor ele mesmo de muitas obras), continuidade que o próprio Garcia levantou ao começar seu discurso no velório de Capistrano, em 1927, com as mesmas palavras com que o historiador cearense abriu seu necrológio do Visconde de Porto Seguro, em 1878. Capistrano teria retomado (mesmo que criticamente) caminhos indicados por Varnhagen, passando-os para Garcia, um “discípulo” seu. A recuperação e edição de textos históricos faria sentido nesta linha. O próprio trabalho de anotação da *História Geral* do Visconde de Porto Seguro, colaboração entre Capistrano e Garcia nos anos 1920, seria evidência desta ligação íntima entre os três. Também José Honório Rodrigues, em perfil de Rodolfo Garcia surgido no *Jornal do Comércio* em 1949, apresenta uma visão de continuidade entre Varnhagen, Capistrano e Garcia, principalmente em seus trabalhos de pesquisa e crítica documental.⁴

Sem uma análise pormenorizada das edições realizadas pelos três (à qual não se propõem, e pela qual não podemos cobrá-los), o que ambos os autores sugerem é que a *necessidade de se editar textos históricos*, a partir de um trabalho crítico, no Brasil foi sentida por Varnhagen, assumida por Capistrano (leitor daquele), e passada a Rodolfo Garcia (aqui também via contato direto). Mais do que uma análise específica de Capistrano de Abreu, o que se coloca é um esboço de entendimento da própria história da História no Brasil, em que, pelo menos no que concerne ao trabalho com documentos, três gerações se ligariam em esforço aproximadamente similar.

Alice Canabrava empreendeu um estudo comparativo entre Varnhagen e Capistrano em que também aproximou as origens e bases de suas pesquisas documentais. Filiada à concepção de História que orientou o Instituto Histórico e

³ *Ibidem*, p. 28.

⁴ *Apud* MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu; vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953, p. 161.

Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua fundação (em 1838), para a qual “O culto do documento é uma das diretrizes do método histórico”,⁵ esta pesquisa, em Varnhagen e Capistrano, teria a mesma base teórica: “Tal como em Varnhagen, a exegese documental, que ocupou muito do tempo de Capistrano, parece inspirar-se em Ranke, na escola histórica alemã”.⁶

A caracterização da “exegese documental” de Capistrano como rankeana já havia sido feita por José Honório Rodrigues, na introdução à edição da correspondência de Capistrano que realizara nos anos 1950. Segundo o autor, “A historiografia crítica iniciada por Niebuhr, Ranke e Humboldt criara um novo instrumento do saber histórico: a pesquisa e edição dos documentos limpos de toda suspeita”.⁷ Para este novo ramo teria se deslocado Capistrano de Abreu a partir da década de 1880; “A prova é a edição, entre 1880-86, do *Clima do Brasil* de Cardim, dos textos de Anchieta e de Nóbrega, da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, textos e mais textos, seguros, fidedignos, autênticos, íntegros”.⁸ Por volta de 1900 esta opção teórica estaria mais evidente. Capistrano queria agora “seguir o método crítico filológico, pesar o valor do testemunho, pesquisar as fontes, sua autenticidade e credibilidade”.⁹ “Foi só depois de germanizar seu espírito que ele se voltou para a pesquisa das fontes, na base crítico-filológica, para a edição crítica, para o exame da fidedignidade e interpretação das fontes”.¹⁰ As edições de documentos por Capistrano são a “prova” de sua filiação ao método rankeano; demonstrariam a crítica documental conforme a praticava Capistrano.

Capistrano seria, para Robert Conrad, o próprio Ranke brasileiro: “Emotionally and methodically he [Capistrano] was a Brazilian Ranke, nationalistic, rarely critical, devoted to the sources and the science of history”.¹¹ Ao lado da crítica e devoção aos documentos, o nacionalismo colocaria Capistrano como rankeano. Neste autor, aparece ainda, como está na citação, o caráter científico da História. Para Conrad, o que diferenciou Capistrano de seus predecessores foi, além de sua devoção a materiais de

⁵ CANABRAVA, Alice P. “Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu”. In: *Revista de História da USP*, número 18 (88), outubro/dezembro, 1971, p. 417.

⁶ *Ibidem*, p. 420. Em outro estudo, a autora reafirma tal relação; cf. CANABRAVA, Alice P. “Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu”. In: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2005, em especial p. 256.

⁷ ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 1, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Brasília: INL, 1977, pp. XLI-XLII. Referiremo-nos a esta edição, a partir de agora, por Corr. I.

⁸ *Ibidem*, p. XLII.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*, p. XLIII.

¹¹ CONRAD, Robert. “João Capistrano de Abreu, Brazilian Historian”. *Revista de História de América*, 59, 1965, p. 162.

arquivo, o método científico (“devotion to archival materials and scientific method”).¹² Capistrano representaria a própria transição, na história da História no Brasil, entre a historiografia oitocentista (“pré-científica”) e a historiografia “científica”, universitária; o autor personifica a primeira em Varnhagen, a segunda em José Honório Rodrigues.¹³ Caberia ao método e à crítica documental papel preponderante nesta transição, e as edições de documentos conteriam ambos.

Stuart Schwartz, em recente edição norte-americana dos *Capítulos de História Colonial* (1997), assumiu conclusões semelhantes às de José Honório Rodrigues. Na introdução a esta publicação, Schwartz faz um apanhado geral da historiografia brasileira do século XIX, posicionando também Capistrano em relação a Varnhagen, a partir do conteúdo do necrológio de 1878. Schwartz dedica atenção, entre outros pontos, à necessidade sentida por Capistrano de firmar a escrita da história do Brasil em bases mais sólidas, que seriam construídas por meio de um intenso trabalho de levantamento e crítica de documentos. Por volta de 1900, em especial, segundo o autor, Capistrano teria se voltado a esta tarefa, orientado pelo método crítico rankeano.¹⁴ Schwartz marca nesta uma das grandes contribuições de Capistrano à historiografia brasileira: “any historian working on colonial Brazil today would recognize that some of the most important and extensive texts now considered indispensable were discovered, attributed, or edited by Abreu”¹⁵ – na disponibilização de fontes para pesquisas sólidas estaria boa parte do valor da obra de Capistrano.

De forma semelhante, a edição e publicação de documentos, diretamente por Capistrano ou estimulada de alguma forma por seu pensamento, teriam, também para outros autores da bibliografia, importância decisiva no lugar que Capistrano ocupa dentro da história da historiografia no Brasil. Seu método de crítica documental, seu pensamento orientado para o valor da geografia e para abordagens posteriormente qualificadas como história econômica e social, e a divulgação de documentos

¹² *Ibidem*, p. 158.

¹³ *Ibidem*, p. 162.

¹⁴ Embora muitos autores enfatizem uma espécie de virada no pensamento de Capistrano, a partir do maior contato com autores alemães, há exemplos na bibliografia que propõem muito mais continuidade que ruptura ao longo do percurso de Capistrano, dando preeminência, no entendimento de suas idéias, ao pensamento explícito nos seus trabalhos de juventude; autores como Spencer, Comte, Taine e Buckle. As conferências de Edgar de Castro Rebello, reunidas em livro (REBELLO, E. de Castro. *Capistrano de Abreu e a síntese histórica*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956), e a dissertação de mestrado de Jayro Gonçalves Melo (MELO, Jayro Gonçalves. *Obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*. São Paulo: USP, 1979. Dissertação de mestrado), são os trabalhos nessa linha que temos em mente.

¹⁵ ABREU, João Capistrano de. *Chapters of Brazil's colonial history, 1500-1800*. New York: Oxford University Press, 1997, p. XXV.

importantes para a história do Brasil (como apontou Schwartz), fariam de Capistrano um desbravador de caminhos para a historiografia do século XX, ou uma ponte para a mesma, segundo alguns de seus comentadores. Pedro Moacyr Campos, em seu “Esbôço da Historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX”,¹⁶ vê em Capistrano “Um novo marco na nossa historiografia”,¹⁷ onde já haveria uma diferença fundamental em relação a Varnhagen, no que concerne à pesquisa documental. Dotado de mais teoria que o Visconde de Porto Seguro, Capistrano teria uma maior orientação quanto ao que buscar na documentação. Segundo Pedro Moacyr Campos, para Capistrano “o próprio trato com as fontes deixava muito a desejar em Varnhagen: de fato, como saber o que procurar, o que selecionar, sem as qualidades indispensáveis para isto? É o pesquisador, aqui, que se coloca sob reserva”.¹⁸ Alice Canabrava já havia colocado no contato de Capistrano com outras ciências sociais um diferencial do autor, que o faria “elo” entre duas gerações da história da historiografia no Brasil: “a História como narrativa do empírico, dentro do juízo moral, que tem em Varnhagen, no Brasil, seu representante máximo, e a História no quadro das ciências sociais, numa dimensão nova, segundo o caminho apontado em 1900 por Henri Berr”.¹⁹ Mas a pesquisa documental permanecia, para ela, ligada à escola histórica alemã, mesma base de Varnhagen.

Sérgio Buarque de Holanda, em artigo de 1951 (“O Pensamento Histórico no Brasil”, republicado recentemente²⁰ e anteriormente traduzido por E. Bradford Burns, 1967²¹), coloca também, como Pedro Moacyr Campos, o argumento de que Capistrano seria um grande pesquisador e crítico de documentos por saber o que perguntar a eles, no que se aproximaria de Marc Bloch:

(...) ele [Capistrano] sabia, no entanto, que esses documentos só falam verdadeiramente aos que ousam formular-lhes perguntas precisas e bem pensadas. Sabia, em outras palavras, palavras de um grande mestre moderno – Marc Bloch –, que toda pesquisa histórica supõe, desde os passos iniciais, que o inquérito tenha uma direção definida.

¹⁶ In GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, pp. 250-293.

¹⁷ *Ibidem*, p. 273.

¹⁸ *Ibidem*, p. 278.

¹⁹ CANABRAVA, *op. cit.*, 1971, p. 423-424.

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 608-609.

²¹ Em coletânea, *Perspectives on Brazilian History*, New York: Columbia University Press, 1967, onde Capistrano é figura central em quatro dos nove textos reunidos, sendo que ainda teve incluídos seus artigos de 1882 sobre Varnhagen.

No princípio está o espírito. Nunca, em ciência alguma, a observação simplesmente passiva conduziu a resultados fecundos.²²

Capistrano não era um observador passivo diante da documentação – colocava problemas previamente formulados. Nisto, se aproximava do mestre *moderno* Marc Bloch. Suas preocupações com a geografia, com a economia e a história social, bem como sua indicação de uma série de estudos a serem realizados pela historiografia brasileira, fazem de Capistrano um ponto de confluência importante para muito do que esta historiografia vinha realizando ao longo da primeira metade do século XX. Por isso, argumenta Sérgio Buarque, “Não é fácil distinguir a situação do pensamento histórico no Brasil durante esse meio século sem fixar o papel eminente de quem deu o primeiro passo para ampliar decisivamente suas perspectivas”: Capistrano de Abreu.²³ Os exemplos de Capistrano e do Barão do Rio Branco, na edição e anotação de documentos, teriam contribuído para um novo interesse por documentação de que fariam parte outras iniciativas, como as de Washington Luís, em São Paulo, disponibilizando valiosos documentos a servirem de base para pesquisas dentro das novas abordagens e perspectivas, sugeridas, em grande medida, por Capistrano.²⁴

Vale dizer que, quando Sérgio Buarque de Holanda apresenta Marc Bloch como marco do historiador que vai à documentação carregando problemas que lhe servem de orientação (trazendo perguntas que fariam as fontes falarem), ele não necessariamente

²² HOLANDA, *op. cit.*, p. 602. Vale assinalar que as palavras de Marc Bloch que relembra Sérgio Buarque, das quais já teria um conhecimento intuitivo Capistrano de Abreu, ou seja, as três últimas frases da citação acima, são do capítulo “A observação histórica”, de *Apologia da História*. BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 79.

²³ HOLANDA, *op. cit.*, p. 601.

²⁴ *Ibidem*, p. 602-604. Este artigo de Sérgio Buarque foi analisado por Lúcia M. P. Guimarães, na conferência “A propósito do centenário de Sérgio Buarque de Holanda”, encontrável em www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Guimaraes%20Lucia%20M%20P.doc, acesso em dezembro de 2008. A autora observa, notadamente, a relação entre Sérgio Buarque de Holanda e Capistrano de Abreu a partir do artigo em função de suas ligações com o historicismo alemão (cotejando, por exemplo, com o texto de Sérgio sobre Ranke que citamos a seguir), e das conexões entre a produção de ambos; obras de Sérgio Buarque como *Monções* ou *Caminhos e Fronteiras* (esta última, composta de monografias escritas por volta da época em que saiu “O Pensamento Histórico no Brasil durante os últimos 50 anos”), que não só recuperavam temáticas a que dedicou grande atenção Capistrano (a ocupação e povoamento do interior), como também sua forma de abordá-las (por meio da cultura material e da vida cotidiana), conforme bem observa Lúcia Guimarães.

Também a tese de doutoramento de GONTIJO, Rebeca, *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador* (Niterói: UFF, 2006), a que faremos menção à frente, contém uma análise sobre a importância dada por Sérgio Buarque a Capistrano neste artigo de 1951. A autora procura principalmente apontar a forma como Capistrano foi tomado como referencial pela historiografia do século XX, resultado inclusive da memória constituída deste historiador (processo iniciado ainda durante sua existência, e muito bem estudado na tese). Desse modo, mostra as características que possuiria Capistrano (pessoais e de trabalho), que passaram a ser entendidas como pressupostos do historiador em geral (cf. em especial, pp. 269-272).

quer, com isto, distanciar tal prática historiográfica do nome de Leopold von Ranke, se pensarmos no estudo que realizou sobre o historiador alemão, publicado originalmente em 1974. Nele, Sérgio Buarque defende que as investigações históricas de Ranke orientaram-se, ao menos em parte, por uma idéia seminal do historiador prussiano, que daria sentido à sua intensa, e aparentemente aleatória, atividade arquivística; sendo esta idéia a “unidade fundamental dos povos românicos e germânicos na origem de toda história moderna”.²⁵ Portanto também em Ranke encontraríamos esta postura *moderna* do historiador, de ir à documentação imbuído de perguntas, hipóteses a orientar sua pesquisa documental – presente em Capistrano, segundo Sérgio Buarque de Holanda.

Fernando A. Novais, em prefácio à citada edição norte-americana dos *Capítulos*, coloca uma tensão existente no pensamento de Capistrano: a apreciação crítica da obra de Varnhagen teria permitido-lhe visualizar o “estágio incipiente de nossa historiografia”.²⁶ sem contar ainda com um trabalho de pesquisa documental sólido, sobre o qual poderia erguer obras de síntese bem fundadas, mas ao mesmo tempo necessitando de perspectivas de síntese que orientassem o labor com documentos. *Capítulos de história colonial* exprimiria essa tensão entre a obra de síntese como guia e, simultaneamente, corolário de um trabalho (supostamente preliminar, mas efetivamente concomitante) de levantamento e crítica documental. Consideramos, portanto, que Novais também trabalha aqui com a perspectiva colocada por Sérgio Buarque de Holanda, qual seja, a de que Capistrano ia aos documentos equipado de uma orientação prévia – uma perspectiva de síntese, que, entretanto, só se realizaria mediante intensa pesquisa documental.

O papel fundamental de Capistrano para a história da História no Brasil, segundo Sérgio Buarque de Holanda, ligar-se-ia diretamente a dois aspectos imbricados entre si: um conjunto de idéias que expandiram o espectro de trabalho do historiador, e uma pesquisa documental orientada por elas que, junto com outras realizadas em sua época, possibilitou a realização de ao menos alguns dos novos caminhos de estudos históricos sugeridos. Laura de Mello e Souza reafirmou este papel da edição e publicação de documentos, à época de Capistrano, na produção de estudos importantes no final dos anos 1920.²⁷ Pedro Moacyr Campos também colocou em Capistrano um dos estímulos

²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Leopold von Ranke*. São Paulo: Ática, 1979, p. 24.

²⁶ NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 314.

²⁷ “*Vida e morte do bandeirante* (1929), de José de Alcântara Machado de Oliveira é, como *Retrato do Brasil* [de 1928], trabalho que se beneficiou diretamente da publicação de fontes documentais até então inéditas. Se para Paulo Prado contou muito a leitura das *Visitações do Santo Ofício* que seu amigo

essenciais para as publicações de documentos ocorridas durante a Primeira República brasileira – desse modo, Capistrano representou um impulso para a historiografia brasileira.²⁸ Ou como “elo” entre gerações, ou como precursor e impulsionador dos estudos históricos no Brasil, Capistrano aparece como ponto fundamental na história da historiografia brasileira, especialmente no estabelecimento de uma forma *moderna* de se fazer História, que tem na crítica documental parte de sua essência. Esta avaliação de sua figura teria ganhado impulso também durante o Estado Novo. Ângela de Castro Gomes, trabalhando a imagem de alguns historiadores no Estado Novo, e usando como documentação o suplemento literário “Autores e Livros”, do jornal *A Manhã*, compila interessantes apontamentos de autores como Humberto de Campos e João Ribeiro, que recaem principalmente sobre as obras *O Descobrimento do Brasil* (1883) e *Povoamento e Evolução Social* (1900), re-editadas pela Sociedade Capistrano de Abreu após a morte do autor. Os comentários versam especialmente sobre o método de Capistrano, tanto no trato com documentos, como na sua forma de narrativa: o “faro da verdade” e “o processo de convencer”, nas palavras de Humberto de Campos.²⁹ Seu método com documentos e sua narrativa o distinguiriam na historiografia brasileira, dando a seu trabalho o caráter “moderno”, ou “científico”, que faltava à geração anterior, de Varnhagen e João Francisco Lisboa.³⁰

Mas em relação a este seu trabalho com documentos históricos, como dissemos, inexistia um estudo específico, embora tenham sido feitas análises importantes na bibliografia sobre Capistrano, que recaem novamente em considerações acerca de seu método. Em *Teoria da História do Brasil*, de 1949, José Honório Rodrigues analisa brevemente o trato de Capistrano com alguns textos históricos: obras de Fernão Cardim, o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, *Cultura e Opulência do Brasil* (de Antonil - Andreoni), e a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. Rodrigues destaca principalmente o trabalho de Capistrano na atribuição da autoria destes textos, refazendo a investigação de Capistrano nestas atribuições (à exceção de frei Vicente, já conhecido, mas que aparece como grande exemplo de edição crítica, um modelo). Capistrano de Abreu surge como marco da pesquisa documental no Brasil, elevando-a a nível mais científico, em função de seu método.

Capistrano ajudara a organizar, para Alcântara Machado foi fundamental a leitura dos *Inventários e Testamentos* que, sob iniciativa de Washington Luís, vieram à luz em 1920”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 19.

²⁸ In GLÉNISSON, *op. cit.*, p. 286.

²⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 92.

³⁰ *Ibidem*, p. 94.

Alguns estudos mais recentes debruçaram-se justamente sobre o método de Capistrano. Ricardo Benzaquen de Araújo elaborou um trabalho sobre o historiador que parte da premissa de que sua obra pode ser lida dentro da “concepção *moderna* de história, realista, factual e narrativa”,³¹ analisando esta concepção na tese *O Descobrimento do Brasil*, de 1883. Dois pontos especiais do estudo podem ser destacados: a matriz iluminista das idéias e a narrativa como forma estilística para a escrita da história, associada a uma nova noção de tempo - linear. Benzaquen produz uma tentativa de qualificação do “método crítico” de Capistrano, identificando aquelas que seriam suas “três regras” essenciais: “o privilégio da testemunha *visual* [ocular] (...) a ênfase no caráter *lógico* do relato das testemunhas (...) [e] a utilização do *número* e da quantidade para dirimir dúvidas no caso de documentos que (...) contivessem afirmações contraditórias”.³² Francisco José Calazans Falcon, analisando as idéias de “moderno” e “nação” em Capistrano de Abreu, definiu como objeto alguns dos textos da quarta série dos *Ensaio e Estudos*, que em sua maioria reúne artigos de jornal escritos por Capistrano no último quarto do século XIX, em boa parte de crítica historiográfica. O autor observa que estes textos “permitem uma visão mais ampla que os demais acerca do historiador cearense em face da história e da historiografia”.³³ Assim, estes textos permitiriam discutir questões como verdade histórica, método crítico e, através da crítica de Capistrano a outros autores, possibilitaria entrever o que *ele* esperava de uma obra de história e dos historiadores. Em particular, destacamos sua análise da erudição para Capistrano de Abreu, significando amplo conhecimento das fontes disponíveis, devidamente analisadas. Na mesma publicação, Arno Wehling analisou Capistrano, procurando o tema do descobrimento do Brasil ao longo de sua obra, desde a tese de 1883. Desse modo, ao estudar o aparecimento de um tema específico ao longo do tempo, identificou uma mudança de posição teórica de Capistrano a partir de 1900, dentro da qual o historismo teria ganhado espaço frente ao cientificismo; “Os procedimentos metodológicos tornam-se, agora, plenamente hermenêuticos; é a interpretação fundada numa combinação de análise lógica, evidência

³¹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, número 1, 1988, p. 28.

³² *Ibidem*, p. 38.

³³ FALCON, Francisco José Calazans. “As Idéias e Noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos Textos de Capistrano de Abreu. Os *Ensaio e estudos*, 4ª. série – comentários”. In: *Acervo*, v. 12, nº 1-2, jan/dez 1999, p. 5.

documental e crítica das interpretações anteriores”.³⁴ Por conclusão, Wehling propõe “os passos da pesquisa” de Capistrano: heurística (“articulação” das fontes estabelecidas em um “mosaico” onde “abundavam caminhos hipotéticos”), hermenêutica (a “capacidade de bem perguntar” às fontes, substituindo o argumento de autoridade da fase cientificista) e, por fim, “uma fina percepção da contemporaneidade das situações e uma forte desconfiança em relação aos anacronismos”.³⁵

Rebeca Gontijo trabalhou, em tese de doutorado, a correspondência de Capistrano de Abreu, e, dentro dela, procurou indagar sobre a própria prática historiográfica dele. Gontijo dedica-se a estudar a construção da identidade de Capistrano a partir dos investimentos feitos por ele mesmo - principalmente nas cartas - e das apropriações de sua memória por outros. Visa a formação da figura do intelectual e, em particular, do historiador no Brasil naquele momento (virada do século XIX para o XX), observando seus meios de legitimação. Neste ponto, versa sobre a própria escrita da história então, buscando a metodologia que conferiria validade reconhecida aos textos de história. Mantém uma dupla perspectiva: a construção do texto (de um saber) e de seu autor (seu produtor). Dentro dela, tenciona “compreender o modo como Capistrano planejou escrever a história”,³⁶ através da análise de suas cartas. O “método de crítica documental”, a “erudição”, e o posicionamento em relação à tradição oitocentista de estudos históricos (continuidade ou oposição) contribuiriam para a especificidade do trabalho do historiador neste momento.³⁷ A crítica documental neste período, segundo a autora, seria tributária dos procedimentos da historiografia alemã.³⁸ Gontijo, porém, observa, como Sérgio Buarque de Holanda, que Capistrano “podia admitir que os documentos não falam por si, pois a resposta que eles fornecem depende muito daquilo que o investigador deseja saber e questionar”,³⁹ citando posteriormente o artigo de 1951 de Sérgio Buarque de Holanda, e pensando-o em função da apropriação da memória de Capistrano pela historiografia do século XX.

Em estudo anterior ao de Gontijo, Fernando Amed, em dissertação de mestrado posteriormente publicada em livro, também trabalhou a correspondência de Capistrano de Abreu. Sua análise propõe uma hipótese para a grande dedicação de Capistrano aos

³⁴ WEHLING, Arno. “Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 12, número 1-2, janeiro/dezembro 1999, p. 31.

³⁵ *Ibidem*, p. 34-35.

³⁶ GONTIJO, *op. cit.*, p. 228.

³⁷ *Ibidem*, p. 232-233.

³⁸ *Ibidem*, p. 235.

³⁹ *Ibidem*, p. 267.

documentos históricos ao longo de sua vida: este trabalho seria mais uma forma de Capistrano marcar seu deslocamento em relação a sua época e meio intelectual, fugindo a expectativas como a escrita de uma história geral do Brasil.⁴⁰ A tese central de Amed é este deslocamento. Capistrano, desgostoso com as práticas corriqueiras de seu tempo, que envolviam clientelismo, filiação a instituições mais voltadas para o prestígio pessoal de seus membros que para a produção de conhecimento, elogios em troca de favores, entre outras, encontraria, nas cartas, meio de vazão de seus pensamentos, tão fora de lugar na esfera pública. Além disso, na comunicação privada Capistrano escapava à “rarefação” do meio intelectual de então. Estudando a publicação de documentos históricos por Capistrano, tendemos a ter de enxergar as formas pelas quais o historiador *se valia* dos recursos que tinha à disposição, e sua *inserção* numa determinada prática, e não seu *distanciamento* daquele contexto peculiar. O estudo de Amed, porém, problematiza mais esta faceta que pretendemos estudar em Capistrano, em especial ao lidar com casos particulares (por exemplo, a *Série Eduardo Prado*, voltada para a publicação de documentos). Isto é, opera uma tentativa mais profunda de encontrar o lugar deste trabalho na vida e obra de Capistrano, bem como refazer a história de alguns destes empreendimentos. Seu trabalho procurou entender as práticas de Capistrano como respostas ao contexto em que vivia.

São fundamentais para a problemática com que lidamos dois outros estudos recentes sobre Capistrano de Abreu. A tese de doutorado de Daniel Mesquita Pereira⁴¹ analisa as idéias que orientaram a pesquisa histórica de Capistrano de Abreu, notadamente sua concepção da formação da nacionalidade brasileira, intimamente ligada à ocupação do território ao longo da história do Brasil. O trabalho de Capistrano com documentos relacionar-se-ia a estas idéias; na linha do que vimos outros autores apontarem, os documentos pelos quais se interessou Capistrano foram aqueles que poderiam responder às questões que colocava em sua investigação histórica, ligadas, por sua vez, à sua visão do momento histórico que o Brasil atravessava em seu tempo.

⁴⁰ AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 158.

⁴¹ PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC – Rio. Rio de Janeiro, 2002.

Um ponto central desta tese é partilhado pelo segundo estudo que queremos destacar, a dissertação de mestrado de Maria da Glória de Oliveira⁴² – a relação entre pesquisa e escrita na obra de Capistrano de Abreu, objeto principal da autora. Maria da Glória parte dos debates recentes acerca do caráter do texto historiográfico: se ele pode ser igualado ao seu aspecto discursivo (e lido, por conseguinte, enquanto obra literária), ou se deve ser considerado em função de seus propósitos de dizer algo verdadeiro a respeito de um passado real. No segundo caso, a escrita é indissociável da pesquisa: esta não é limitada, ou uma etapa separada da outra. A autora procura identificar o projeto historiográfico de Capistrano – a rejeição do lugar (IHGB) e da escrita, dois elementos da operação historiográfica, na formulação de Michel de Certeau. Capistrano parte de seus predecessores, em especial Varnhagen (relação também trabalhada por Daniel Mesquita Pereira), compartilhando da visão (presente porém no IHGB desde sua fundação) de que escrita da história é também reescrita das obras anteriores: anotação, retificação, correção, complemento. As edições de textos histórico-historiográficos por Capistrano de Abreu devem, assim, ser entendidas também como reescrita dos textos que edita. O trabalho com documentos históricos pressupõe a sequência a uma tarefa em curso, a escrita da história do Brasil, rumo à sua completude. São notáveis, nesta dissertação, além desta noção de reescrita, as considerações da autora a respeito da transformação dos textos em fontes históricas, acontecida nestes trabalhos de edição de Capistrano. Todavia, sua pesquisa, embora analise algumas edições de Capistrano, não tem nestas seu objeto, não as colocando dentro do contexto de divulgação de fontes da época – estuda alguns casos em função do que a autora identifica como o projeto historiográfico de Capistrano. Os documentos aparecem, neste estudo, dentro da problemática da relação entre pesquisa e escrita da história. Como no caso dos demais trabalhos, retomaremos a discussão de suas proposições ao longo do nosso estudo.⁴³

Por conseguinte, gostaríamos de apontar nesta discussão bibliográfica estes dois pontos centrais: a ausência de um estudo específico sobre o trabalho de Capistrano com documentos históricos, apesar da larga menção ao mesmo e do fato de ter atraído maior

⁴² OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

⁴³ Os trabalhos de Rebeca Gontijo, Daniel Mesquita Pereira e Maria da Glória de Oliveira, se bem os compreendemos, têm em comum ainda o fato de pensarem Capistrano à luz dos debates do fim do século XX a respeito do caráter da história e da identidade do historiador, trazidos à tona principalmente pela chamada “virada lingüística”, por estudos geralmente associados aos de Hayden White. Pensam, assim, através do “Caso Capistrano”, o que é um historiador, como se dá sua prática e o que caracteriza a História.

atenção dentro dos estudos mais recentes sobre este autor, e nossa opção por tratá-lo atentando para o contexto em que se desenvolveram. Entendemos por uma análise que busque compreender as práticas de Capistrano voltadas à divulgação de fontes, relacionando-as a seu contexto, principalmente por: a observação dos caminhos existentes para esta atividade, aos quais Capistrano não se furtou, muito menos renegou; e a problematização de seu método levando em conta sua relação com outros trabalhos de divulgação de documentos da época. Consideramos possível realizar tal estudo sem ignorar o fato de que o que propomos é uma monografia sobre Capistrano – as referências concretas de seus textos fornecem, a nosso ver, os limites essenciais (embora não únicos) para a circunscrição deste contexto. Por um lado, esperamos que este estudo (se bem feito, evidentemente) possa contribuir para a compreensão de uma faceta muito citada da vida e obra de Capistrano de Abreu, e assim, para as práticas deste historiador. Por outro lado, esperamos trazer contribuições também para a leitura de seu contexto, não o político, econômico, social ou mesmo cultural como um todo, mas o contexto mais imediatamente ligado ao Capistrano historiador: as obras e autores que menciona, e como se posiciona em relação a eles.⁴⁴ Suas iniciativas de divulgação de documentos (por meio de transcrições ou edições) não eram as únicas da época, e nosso ponto de partida para compreendê-las é problematizar o que Capistrano tinha a dizer a respeito daquelas com as quais teve contato. Ainda que privilegiemos o ponto de vista de Capistrano no contexto, o que limita certamente nossas expectativas e futuras conclusões, esperamos mostrá-lo em diálogo constante com seus contemporâneos, em particular quanto à postura do historiador diante dos documentos.⁴⁵

⁴⁴ Talvez caiba aqui, para melhor caracterizar este contexto, a expressão de Angela de Castro Gomes: “O ‘pequeno mundo’ dos historiadores” (GOMES, *op. cit.*, p. 43).

⁴⁵ Nossas principais referências teóricas em história das idéias para uma abordagem que privilegie o contexto são os trabalhos de Quentin Skinner citados na bibliografia, bem como a obra de POCCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, e AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford New York: Oxford University Press, 1986, este último fonte teórica para as abordagens contextualistas. Por meio destes autores refletimos sobre alguns conceitos usados neste trabalho, como “diálogo” e “posicionamento” de um autor em relação a seu contexto. (Angela Alonso, em trabalho que citamos largamente, faz um estudo contextualista das idéias da geração de 1870 no Brasil). Sem a intenção de minimizar os valiosos debates ocorridos em história das idéias a respeito da importância de se estudar as idéias em seu contexto histórico, e muito menos as obras acima citadas, de onde extraímos muitas reflexões, gostaríamos de salientar, porém, que a contextualização histórica é uma tarefa ressaltada, na realidade, por muitos historiadores em diferentes espaços; nesse sentido, nossas fontes para tal abordagem excedem estes autores em particular, devendo incluir vários historiadores cujas obras previnem o leitor e o estudante de história contra o anacronismo, apontando a necessidade de se pensar pessoas de outras épocas e mentalidades dentro e em função do contexto em que viveram. Nesse sentido, alguns autores inclusive díspares entre si, em diversas obras, nos orientaram sempre nesta direção, como Marc Bloch, Christopher Hill, E. P. Thompson, Sérgio Buarque de Holanda.

Nosso problema central, portanto, foi procurar entender o enorme esforço despendido por Capistrano de Abreu em pesquisas documentais ao longo de praticamente toda sua vida adulta: as buscas em arquivos, as encomendas de cópias, a procura por editores, os prefácios, introduções, notas etc. Procuraremos, para tanto, o lugar que definia para o documento no trabalho do historiador, diante de seus contemporâneos, portanto em relação a outras opções possíveis de pensamento. De que forma as fontes deveriam ser conservadas, disponibilizadas, citadas e até mesmo que possibilidades de leitura continham, para ele e os homens de letras de seu tempo, na sua visão. Partiremos da defesa de uma determinada posição a respeito do lugar do documento histórico na historiografia, efetuada por Capistrano ao longo de sua vida,⁴⁶ para em seguida examinarmos alguns casos de seu trabalho com documentos históricos, buscando justificar constantemente nossas opções e omissões.

2. Os documentos e a historiografia brasileira

Para tratarmos do trabalho de Capistrano de Abreu com documentos históricos, optamos por discutir, neste primeiro capítulo, a forma como a pesquisa documental foi valorada por Capistrano em dois espaços de sua obra: o primeiro, um conjunto de escritos por nós denominado de crítica historiográfica, dentre os artigos publicados por Capistrano na imprensa no final do século XIX, no intervalo de 1877 a 1898; o segundo, a sua correspondência, aqui observada no que continha de assertivas a respeito do trabalho de pesquisa e crítica documental (em cartas que chegam até os anos 1920). Nos dois casos, destacam-se considerações que podem ser lidas como concernentes à visão geral que Capistrano possuía a respeito da prática da História. Não pretendemos, porém, abstraí-las de seus referentes imediatos para chegarmos a uma teoria ou metodologia geral extraídas do pensamento de Capistrano. Procuramos manter em vista que, ao fazer a crítica de Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, Capistrano apresentava,

⁴⁶ Trabalhos como o de François Hartog sobre Fustel de Coulanges (HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003) discutem a arbitrariedade do uso das datas de nascimento e morte de um autor como balizas cronológicas, apesar de sua aparência de marcos naturais. Em nossa pesquisa, delimitamos o estudo a uma análise de Capistrano em seu contexto, sem a preocupação de pensar a imagem construída posteriormente deste historiador (análise presente em trabalhos como os de GONTIJO, *op. cit.*, e AMED, *op. cit.*). Igualmente, não realizamos nenhuma genealogia que levasse à obra de Capistrano e que nos fizesse recuar a cronologia para muito antes de sua vida. Procuramos, portanto, seu contexto: as últimas décadas do século XIX, e as primeiras do século XX, mas mantivemos as fronteiras abertas para o estudo de autores e idéias anteriores ou posteriores, à medida que se impusessem como necessários ao problema que colocamos.

certamente, sua forma de entender História, que nos interessa buscar, mas também fazia *a crítica a Varnhagen*, isto é, posicionava-se em relação a um nome que possuía um determinado peso e imagem para seus interlocutores, os leitores contemporâneos do texto.⁴⁷ Isto é importante, julgamos, não só para uma visão contextualizada do pensamento de Capistrano como para a futura apreciação dos caminhos tomados por ele ao trabalhar documentos históricos. A posição que reivindicava para este trabalho, junto a seus contemporâneos, pode nos ajudar a compreender os meios de realização do próprio. Por este motivo consideramos válido destacar, da obra de Capistrano, esta primeira seleção, de indícios de uma prática historiográfica onde as fontes recebem tratamento específico.

Os textos de crítica historiográfica aparecem como a contribuição particular de Capistrano de Abreu a um movimento mais amplo, embora um tanto desconexo, de revisão historiográfica ocorrido no período.⁴⁸ Seguindo análises como a de Fernando Novais,⁴⁹ pensamos estes textos de crítica como importantes para a compreensão de futuras ou paralelas atividades de Capistrano nos estudos históricos. Procuramos evitar manter um olhar sistemático ao extremo, isto é, visando enxergar lógica, na forma de relações causais, em tudo que escreveu e fez Capistrano.⁵⁰

2.1 A crítica historiográfica

A partir da leitura das obras de Capistrano de Abreu, em particular daquelas em que procurou indicar com rigor suas fontes e bibliografia, como a tese de 1883 sobre o Descobrimento do Brasil, ou os artigos de “História Pátria” que publicou na imprensa em 1905,⁵¹ identificamos o que acreditamos serem as principais formas, para os autores principalmente da segunda metade do século XIX em diante, de acesso a documentos

⁴⁷ Pensamos aqui, em particular, nas considerações de LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 155-166.

⁴⁸ Cf. GONTIJO, *op. cit.*, p. 50-51, autora que também utiliza a expressão “crítica historiográfica”.

⁴⁹ NOVAIS, *op. cit.*

⁵⁰ Procuramos fugir, neste caso, ao que Quentin Skinner denominou “mitologia das doutrinas”, isto é, enxergarmos cada registro deixado por um autor como parte de um sistema lógico e coerentemente organizado, presente, segundo ele, em história das idéias (SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: *History and Theory*, vol. 8, fev. 1969, p. 7).

⁵¹ Reproduzidos em ABREU, João Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 206, e ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos, crítica e história*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 63. A partir daqui, citaremos estas edições como DB e EE-4, respectivamente.

históricos publicados. As opções de divulgação⁵² de documentos em publicações, isto é, tirando-os dos arquivos e coleções e colocando-os ao alcance do público letrado, a partir, em especial (mas não exclusivamente) da segunda metade do século XIX, seriam, em linhas gerais: 1) como artigos em periódicos, alguns científicos, como revistas de institutos, academias de ciências, e outros que abriam espaço para esta produção; 2) dentro de obras de historiadores, que, por motivos específicos, transcreviam documentos no corpo de seus textos, ou destacado destes;⁵³ 3) por meio de coleções de documentos, e/ou crônicas, como as que desde a primeira metade do século XIX se faziam na Europa (por exemplo, a de Navarrete, na Espanha) e na América Latina (Medina, no Chile, ou mesmo Melo Moraes, no Brasil); e, por fim, 4) em edições exclusivas do texto, que poderiam ou não ser edições críticas. Vale dizer que algumas destas formas se interpolavam: poderia haver edições críticas em publicações científicas, ou em coleções, por exemplo. Nas edições críticas, o documento não aparecia em função do texto do historiador ou coligado a outros textos de época, agrupado por assunto. Aparecia por sua própria importância (atribuída, obviamente, pelo editor e seus pares), em trabalhos que estabeleciam o texto, apresentavam variantes, notas, introdução, biografia do autor, textos auxiliares, índices, entre outras intervenções (algumas edições com mais destes elementos, outras com menos). A rigor, haveria mais formas por meio das quais documentos históricos poderiam “vir à luz”, a partir da segunda metade do século XIX: nos trabalhos diplomáticos produzidos com o intuito de defender os interesses do país em disputas territoriais, por exemplo, como os desenvolvidos pelo Barão do Rio Branco, ou em estudos de direito. Naqueles, os diplomatas arrolavam tratados e, principalmente, mapas históricos que deveriam vir autenticados pelo arquivo de onde haviam sido copiados, e sofriam, da parte do autor do trabalho, crítica que visava estabelecer sua confiabilidade.⁵⁴

⁵² Consideramos ser este o melhor termo para descrever as formas como documentos históricos apareciam em obras impressas. Pensamos também em disponibilização ou revelação de documentos; no vocabulário da época, os meios como estes poderiam “vir à luz”. Divulgação tem a vantagem de possuir também o sentido de vulgarizar, disponibilizar para o vulgo, de modo a tornar público, comum, aquele texto.

⁵³ Possibilitando que a obra de História torne-se a referência para a fonte que transcreve, como podemos ver, por exemplo, no *Catálogo* da Exposição de história e geografia do Brasil da Biblioteca Nacional, de 1881. A entrada 9146 do *Catálogo*, por exemplo, aponta: “Carta do Padre João de Aspilcueta escripta do Porto Seguro a 24 de Junho de 1555. V. *Varnhagen*, Historia do Brasil, I, pg. 460 (1ª. edição, 1854)”. *Catálogo da exposição de história do Brasil* / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981, p. 787.

⁵⁴ Cf., por exemplo, RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. *Questões de limites*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-47, p. 56, referentes às disputas territoriais com a República Argentina, onde o autor assegura a autenticação de documento histórico que transcreve em

Capistrano de Abreu praticou, ao longo de sua carreira intelectual, todas as quatro formas principais de divulgação de documentos nos estudos históricos (isto é, descontando os dossiês diplomáticos e trabalhos jurídicos), não apenas as edições críticas, normalmente destacadas pela bibliografia. Nesta primeira parte, nos preocupamos com a maneira como, no início desta sua atividade particular, Capistrano procurou defender uma determinada postura por parte do historiador a respeito das fontes, que consistia no conhecimento direto delas para a escrita da história, e na importância de se concorrer para sua disponibilização, por alguma das formas acima elencadas. Nesta sua defesa, que se dá, por vezes, em termos polêmicos, Capistrano desenha um retrato da historiografia brasileira até seu tempo, que ressurgiu em momentos posteriores de sua vida, como revela sua correspondência. Embora reconheça méritos nesta historiografia, esta é também uma avaliação profundamente crítica, e as falhas que aponta justificam boa parte dos próprios empreendimentos que Capistrano faria nesta área. Nesse sentido, lidos retrospectivamente estes textos destacam a pertinência de tudo que Capistrano viria a fazer, se tomarmos como fiel o retrato por ele desenhado em fins do século XIX dos estudos históricos no Brasil; sua obra ganha realce frente à época. Procuramos, entretanto, o modo como estas críticas configuram exemplos positivos e negativos, revelam convicções suas a respeito do trabalho do historiador, e dialogam com referências concretas para seu público leitor, tendo em vista que, por mais lúcida que tenha sido sua visão do momento particular em que viveu, esta visão é parte daquele momento.

Uma crítica recorrente de Capistrano em seus artigos de imprensa é a necessidade do conhecimento dos fatos por parte de quem se dedicasse a escrever história. Como afirmou ironicamente em artigo de 1877, sobre a *História da Fundação do Império Brasileiro*, de Pereira da Silva, é preciso saber muita coisa “para se poder escrever história, e entre o que se deve saber é indispensável também conhecer-se a história que se pretende escrever”.⁵⁵

Do conhecimento das fontes o historiador (ou o autor de estudos históricos) poderia chegar ao domínio de seu assunto. Este conhecimento não vem de uma passada

sua argumentação; sendo que a obra contém vários outros casos semelhantes de uso de documentos e grande número deles anexados ao final, principalmente mapas históricos. Possivelmente estudos relacionados ao direito, de forma geral, pudessem contar como espaços de publicação de documentos históricos, desde o século XIX, pelo menos.

⁵⁵ EE-4, p. 40.

de olhos pelos textos. Uma leitura apressada das fontes não constitui trabalho de um historiador competente, e portanto não redundaria em obra historiográfica de valor, como seria o caso com Pereira da Silva: “Acreditamos que o Sr. Pereira da Silva resolveu um belo dia escrever aquela história; em ato contínuo pôs mãos às obras, percorreu apressadamente os arquivos e bibliotecas, viu muito documento útil, folheou-os com rapidez, e em pouco tempo se julgou em estado de realizar o que desejava”; porém, um grande livro de história é resultado de uma longa maturação, segundo Capistrano: “Os grandes trabalhos históricos, que levaram os nomes de seus autores à prosperidade, só vieram à luz depois de muitos estudos, muita reflexão e investigações as mais minuciosas; livros produzidos em consequência disto serão eternos, sempre lidos como se novos fossem e fonte de sólida instrução histórica, para quem a quiser adquirir”.⁵⁶ Capistrano dá, assim, a natureza de sua visão do clássico, o livro lido sempre como se novo fosse, e que se mantém fonte de instrução.⁵⁷ Suas referências para clássicos da historiografia, neste artigo, são Gibbon, Mottley, Thiers e Macaulay. Seus livros teriam vindo deste processo lento de estudo e reflexão que caracteriza os grandes livros de História.

Ao fazer, em 1898, a crítica a uma história do Brasil, de autoria de Aníbal Mascarenhas, que começava a ser publicada, para a *Gazeta de Notícias*, Capistrano fez comentário semelhante, ao criticar a leitura apressada de documentos pelo autor, que teria prejudicado sua “interpretação” deles: “Em alguns pontos vê-se que o autor andou demasiado às pressas, ou não tira dos documentos tudo quanto contêm, ou dá-lhes uma interpretação que não é a que daria, se de mais folgas dispensasse para a meditação”.⁵⁸ O conhecimento das fontes deveria ser, assim, um conhecimento adequado, produto de leitura atenta e meditação. *Deste* conhecimento viria algo mais que uma relação de nomes e datas; viria propriamente História.

O que talvez obrigue alguém, daqui a cinquenta anos, a procurar aquela obra [a *História da Fundação do Império Brasileiro*, de Pereira da Silva], não será o seu valor como livro de história, mas o desejo de ver a notícia de um ou outro fato curioso, descrito por quem tinha os meios de investigar a verdade.

Dar notícias de batalhas, fazer desfilar diante dos olhos do leitor os nomes de coronéis e majores, pintar o entusiasmo que se apoderou

⁵⁶ EE-4, p. 38.

⁵⁷ Rebeca Gontijo mostra como era presente a preocupação, entre os homens de letras da época, de atingir fama e glória por meio de obras que perdurassem. Desse modo, a fama posterior aparecia como critério de qualidade de uma obra (GONTIJO, *op. cit.*, p. 27-28).

⁵⁸ EE-4, p. 194.

deste ou daquele grupo a ver D. Fuão ou D. Sicrano, será tudo quanto se quiser, menos escrever história.

A história quando é escrita com precipitação, sem o conhecimento exato dos fatos e de todas as circunstâncias que a eles se prendem [ou seja, não apenas os fatos em si, mas as conexões que lhes dão sentido, dentro da visão sociológica que esposava Capistrano], e onde o autor, poeta ou romancista, dá largas a sua imaginação, deixa de ser história, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, não adianta idéia alguma, e livros que não adiantam idéias, de pouca utilidade são.

Ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher, mas fazer romance em assuntos sérios, só um espírito superior disso é capaz.⁵⁹

Ao propor uma história que fosse mais do que um desfile de nomes e datas, Capistrano tinha Varnhagen como um exemplo. Ao descrever, no necrológio publicado pelo *Jornal do Commercio*, de 16 a 20 de dezembro de 1878, a história praticada pelo Visconde de Porto Seguro, disse Capistrano que este procedimento (apresentar nomes e datas) não era de todo inútil para o historiador, contanto que não resumisse sua atividade. Poderia servir-lhe, como no caso de Varnhagen, em três casos: enquanto meio de ordenar o objeto histórico, de produzir efemérides (aliando a história a uma função cívica) e de auxiliar o historiador a ver as relações (“molas”, no termo de Capistrano) entre os atos históricos. Ater-se somente a isto, porém, não é o que fazem historiadores do porte de Varnhagen; por isso, o Visconde de Porto Seguro “Fez mais. As explorações do território, a cruzada cruenta contra os Tupis, o aumento da população, os começos da indústria, as descobertas das minas, as obras e associações literárias, as comunicações com outras nações, assumem lugar importante em sua obra”.⁶⁰ Varnhagen passou das “questiúnculas” ao que, na visão de Capistrano, seriam os principais temas da história brasileira, o que Pereira da Silva não fez; nem sequer os próprios fatos dominou, mesmo tendo “os meios de investigar a verdade”. Seu livro não chegará, previu Capistrano, a ser um clássico da historiografia: se alguém viesse a consultá-lo dali “a cinquenta anos”, não o faria por seu valor como obra de História.

Na crítica a este autor, Capistrano diferencia história de ficção, conjugando a primeira com verdade, a segunda com imaginação.⁶¹ Capistrano defende, assim, que o

⁵⁹ EE-4, p. 39.

⁶⁰ ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª. série, 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 88. A partir daqui, citaremos esta edição como EE-1.

⁶¹ Capistrano diria posteriormente sobre o mesmo Pereira da Silva, no artigo “Uma Grande Idéia” (de 17 de abril de 1880), em que analisa as habilitações de diferentes autores de então para participarem numa obra coletiva de história do Brasil: “O Conselheiro Pereira da Silva pode talvez ser aproveitado; mas é preciso cautela: havendo necessidade de qualquer data, nome ou título de livro, o Conselheiro não tem escrúpulos em inventá-los. Cautela pois; tanta prodigalidade necessita um curador” (EE-4, p. 90). Pereira

conhecimento das fontes primárias, que não era simplesmente qualquer leitura delas, mas uma leitura atenta, vagarosa, permitia extrair fatos indiscutíveis, verdades históricas. Ao argumentar contra Sílvio Romero, em artigos de março de 1880, em favor da influência maior dos índios sobre o povo brasileiro que dos africanos, Capistrano procura estabelecer que os tupinambás, quando da chegada dos portugueses, eram numerosos o suficiente para se fazerem sentir sociologicamente, se somadas as diferentes tribos (lembrando que Capistrano refinaria, ao longo dos anos, consideravelmente sua análise a respeito das populações indígenas): “A v[er]dade histórica, a que [e]mana do estudo dos cronistas e do confronto das fontes originais, é esta: Os tupinambás eram numerosos. Por maior que seja a ignorância dos cronistas, não há razão para afirmar que eles chegaram ao cúmulo de nem saberem aritmética”;⁶² certamente Capistrano via muitos outros méritos nos cronistas coloniais, mas, naquele argumento, limitou-se a esta “verdade histórica”, extraída destas fontes.

Nas críticas que Capistrano publicou em jornais a Luís de Queirós Matoso Maia (seu futuro examinador no concurso para professor do Colégio Imperial Pedro II) e Oliveira Martins, destacam-se a correção a inexatidões factuais contidas em obras de ambos, que denotariam desconhecimento ou mau conhecimento das fontes. Na crítica à *História do Brasil* de Matoso Maia, um compêndio usado no Pedro II (superior a outros compêndios da mesma instituição, segundo concede seu crítico), Capistrano aponta “dois grandes defeitos”: “O primeiro é não mostrar estudo das fontes”;⁶³ o segundo é “estar pouco a par dos estudos críticos que entre nós se têm feito sobre alguns pontos da história pátria”.⁶⁴

O primeiro defeito seria responsável por uma série de “inexatidões”⁶⁵ contidas na obra de Matoso Maia. As fontes que Maia desconhece são as fontes primárias, que poderia conhecer, cremos, diretamente (consultando, por exemplo, as cópias que o IHGB ou os institutos regionais mandavam fazer à Europa, desde meados do século XIX, bem como outras bibliotecas, principalmente no Rio de Janeiro), ou por meio de

da Silva seria, segundo Capistrano escreveu nos artigos sobre Varnhagen, de 1882, “um *cicerone* tão descuidado ou tão infiel, que não merece grande fé. Silva Paranhos [o barão do Rio Branco], que conhece as questões do Sul como ninguém, acusa-o de ter inventado uma batalha que nunca teve lugar, dando até o número de mortos e feridos” (EE-1, p. 146).

⁶² ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 3ª série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 111. A partir daqui, a citaremos como EE-3.

⁶³ EE-4, p. 131.

⁶⁴ EE-4, p. 133.

⁶⁵ EE-4, p. 132.

obras que transcrevessem tais fontes, como o *Brasil Histórico*, periódico de Melo Morais. Vejamos um exemplo de correção factual de Capistrano:

Adiante o autor diz que em carta aos soberanos da Europa, datada de julho de 1500, D. Manuel comunicou-lhes a descoberta de Cabral. Duas inexatidões; nem a carta foi dirigida aos soberanos da Europa, mas simplesmente aos de Espanha; nem foi escrita em 1500, mas em 1501, depois da volta de Cabral, como se pode ler em Navarrete e também no *Brasil Histórico* do Dr. Melo Morais, que trazem o documento.⁶⁶

Da visão de Capistrano sobre Melo Morais, figura controversa, entretanto importante na pesquisa documental no Brasil do século XIX, trataremos adiante. O Navarrete aqui citado é Martín Fernández Navarrete (1765-1844), oficial da Marinha espanhola que, em 1789, comissionado pelo Ministério da Marinha daquele país, iniciou pesquisas em arquivos locais visando coligir documentos acerca da história marítima da Espanha. Entre seus principais achados, estão os diários da primeira e terceira viagens de Cristovão Colombo à América, e, entre suas principais obras, a *Colección de los viajes e descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde el fin del siglo XV* (Madri, 1825-37), utilizada por Capistrano na sua tese sobre o Descobrimento do Brasil, de 1883, onde é citada entre as fontes primárias.⁶⁷ Por ter publicado muitos papéis relativos a viagens espanholas para a América, sua obra fez-se referência para os estudiosos deste continente, em particular os da América do Sul. Podemos comparar o momento e contexto histórico da pesquisa documental de Navarrete com o de fins do século XIX apenas em termos muito gerais, no que dizem respeito à seleção, por parte de alguns países, de um *corpus* documental pertencente a suas histórias particulares; a partir da segunda metade do século XIX, principalmente, pesquisadores latino-americanos passaram a considerar a existência de documentos que seriam relativos a *suas histórias nacionais* nos arquivos europeus, num momento em que essa categoria (“a história nacional”) começava a materializar-se no pensamento historiográfico;⁶⁸ seu critério de busca no passado parece ter sido, essencialmente, geográfico – documentos que tratassem das regiões onde atualmente estavam os Estados nacionais.⁶⁹

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ DB, p. 16.

⁶⁸ Cf., por exemplo, HARTOG, *op. cit.*, em especial p. 17-30, para o caso francês.

⁶⁹ Para as histórias regionais, igualmente em processo de difusão, o critério geográfico também seria decisivo. Por exemplo, o que seria relativo à história de Pernambuco, segundo o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano: “(...) documentos, monumentos e tradições históricas que lhe fôr possível obter ou de que tiver notícia pertencentes à história das províncias que formaram as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até nossos dias” (*apud* RODRIGUES, José

Pesquisadores percorreram os mesmos arquivos onde Navarrete trabalhou (como o arquivo de Simancas, ou o de Sevilha, ficando apenas na sua Espanha), entendendo que muito do que ali estava pertencia também à história de seus países – desse modo, precisava ser copiado e remetido a instituições guardadoras locais, e utilizado para pesquisas e para a própria escrita de suas histórias. No momento de conformação dos Estados nacionais na América Latina, ocorre a reivindicação de um corpo documental próprio para a história desses países. Um processo não muito diverso, acreditamos, do que havia se passado (ou estava ainda se passando) com as ex-metrópoles. No caso dos Estados nacionais europeus, se na maioria das vezes não precisaram buscar documentos no estrangeiro, o fizeram junto a outras épocas – foram buscar na Idade Média, ou começos da Idade Moderna, como no caso espanhol que vimos, papéis que, devido a processos complexos de interpretação e desenvolvimento de uma memória e narrativa históricas, passaram a ser vistos como fontes da história espanhola, portuguesa, francesa, alemã, inglesa etc. O que pensamos ser necessário apontar aqui é que a idéia, que hoje talvez nos pareça óbvia, de que existem documentos da história do Brasil (ou de qualquer país), foi engendrada principalmente no século XIX, para os contextos europeu e sul-americano, em meio à formação desses Estados nacionais. Não era óbvia naquele momento, e teve de ser construída – teve de se definir, nas pesquisas arquivísticas, o que era ou não documento para a história nacional. Observando a história das pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com seu propósito de “centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, *e que podem servir à história e geografia do Império*”,⁷⁰ podemos examinar de perto, para o caso brasileiro, o surgimento desta categoria: os documentos úteis, ou relativos à, ou acerca da, história pátria, seguindo basicamente, acreditamos, o critério geográfico referido acima. Capistrano de Abreu, em momento seguinte a esta fase primeira do

Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 40); valem os territórios administrativos que viriam a compor Pernambuco atual.

⁷⁰ *Apud* RODRIGUES, *op. cit.*, p. 38, grifos nossos. Para o IHGB, foi-nos importante a leitura de dois textos de GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n°. 01, jan. 1988; e “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. O segundo, em particular, analisa, como um dos “textos fundadores” do Instituto, escrito de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855), em resposta à questão proposta pelo Instituto, na sessão de 24 de novembro de 1840, sobre o “melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil” (pp. 109-113). Sobre o IHGB, também consultamos a tese de GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, que trabalha, entre outros pontos, a incidência da publicação de documentos históricos na *Revista* do IHGB, para o período 1839-1889.

IHGB, também participa desta noção, ao buscar documentos *relativos à história do Brasil*, embora possa alterar de alguma forma seu conteúdo (ao voltar sua atenção a outros tipos de documentos, movido por questões diferentes). Assim, juntamente com os trabalhos locais de cópia e publicação de documentos que iam se desenvolvendo, os estudiosos de História no Brasil do fim do século XIX, como Capistrano, contavam com compilações e pesquisas semelhantes feitas em outros contextos, que lhe serviam como acesso direto a documentos situados em arquivos distantes.⁷¹

2.2 O uso das fontes primárias

Usando alguns destes recursos, Capistrano procede àquela correção rigorosa da obra de Matoso Maia, não deixando passar nada, sendo que o documento ali funciona como *prova* da data daquela carta ou de seus destinatários. Em outro trecho, tal relação fica literal; aqui aparecerá também um segundo tipo de comprovação, por meio de uma espécie de argumento de autoridade - no caso, estudos que tenham demonstrado cabalmente algo (reforçando a necessidade de se conhecer as monografias que se faziam): “Que Gonçalo Coelho foi quem comandou a segunda expedição, *quase ninguém duvida mais depois de Humboldt*. Que Cristóvão Jacques só veio ao Brasil em 1526, *muitos documentos o provam*. Que a primeira expedição não comandou nem Gonçalo Coelho, nem D. Nuno Manuel, nem Fernando de Noronha, mas sim Antônio Gonçalves, *já o demonstrou do modo o mais cabal o Senador Cândido Mendes*”.⁷² O desconhecimento dos estudos de Cândido Mendes, por quem Capistrano repetidas vezes demonstrou respeito,⁷³ parece particularmente absurdo para Capistrano: “Hoje quem escrever uma história do Brasil sem conhecer aquelas memórias [refere-se a *Notas sobre a História Pátria*, de Mendes, que Capistrano reputa como “o que de mais importante se tem publicado ultimamente sobre nossos anais”] publica um trabalho que pode ter todas

⁷¹ Mas surgiram outras diferenças entre alguns destes trabalhos de pesquisa documental. O próprio Navarrete sofreria crítica de Rodolfo Schuller, em carta de 1912, quando pesquisava arquivos na Europa, por não fornecer cópias confiáveis (RODRIGUES, *A pesquisa histórica...*, *op. cit.*, p. 91). Assim, há um aspecto metodológico que não pode ser desprezado na pesquisa documental, por mais que os aspectos ideológicos pareçam semelhantes, quais sejam, a coleção de um corpo documental específico para histórias nacionais específicas. Veremos posteriormente mais colocações surgirem a respeito da metodologia da pesquisa em arquivos e da edição de documentos.

⁷² EE-4, p. 132, grifos nossos.

⁷³ Capistrano elogiou o trabalho de Cândido Mendes, por exemplo, também em “Uma Grande Idéia” (EE-4, p. 91), ao avaliar, como dissemos, os autores daquele tempo, e nos artigos sobre Varnhagen, de 1882 (EE-1, p. 134), onde o louva por seus estudos monográficos, ainda que estes não pudessem ser comparados, “senão de longe, [a] uma história seguida e completa” como *a História Geral* de Varnhagen.

as qualidades, mas que há de ser anacrônico (...) Não queremos dizer que todas as suas conclusões [da obra citada] sejam verdadeiras (...) o que ninguém tem o direito é de ignorá-las”.⁷⁴ Assim, um trabalho que não levasse em conta tais estudos estaria desatualizado, “anacrônico”. Embora Capistrano faça duras críticas à qualidade dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em “Uma Grande Idéia”,⁷⁵ defende, nesta crítica a Matoso Maia, que a *Revista Trimensal* do IHGB é um bom meio de se manter atualizado quanto aos novos estudos particulares.⁷⁶

2.3 As tarefas a realizar

Capistrano considerava, porém, que ainda muito havia a ser feito no campo das monografias pela historiografia brasileira. Ao escrever sobre Varnhagen, numa série de artigos publicados na *Gazeta de Notícias* de 21, 22 e 23 de dezembro de 1882, Capistrano defendeu que muitos dos problemas da *História Geral* vinham “do desamor que há pelas coisas pátrias, da devastação geral dos arquivos, das monografias alinhavadas precipitadamente”,⁷⁷ novamente, a necessidade de domínio da documentação – para o que seria importante sua preservação e acesso - e a crítica à falta de reflexão em trabalhos históricos. Em seguida, Capistrano enumera alguns dos “pontos obscuros” que ainda não haviam recebido estudo particular, como as sesmarias, as municipalidades, as bandeiras, a história dos jesuítas, das minas, entre outras. Por outro lado, o que reforça a crítica a Matoso Maia, Capistrano termina estes artigos sobre Varnhagen com um apanhado dos trabalhos particulares que vinham sendo realizados, apontando que “Os estudos históricos vão se adiantando”.⁷⁸ Já no necrológio de 1878

⁷⁴ EE-4, p. 134.

⁷⁵ Neste artigo, Capistrano diz que, para participarem da escrita de uma história do Brasil, “de 187 sócios do Instituto podem servir e servir bem 26; podem servir condicionalmente 3; são perfeitamente inúteis 158” (EE-4, p. 92).

⁷⁶ EE-4, p. 133. Vale dizer que Matoso Maia parece ter incorporado as críticas de Capistrano; na 2ª. edição (“correcta e augmentada”) de seu manual *Lições de historia do Brazil* (1886), o autor abre a seção sobre o Descobrimento do Brasil apontando opinião sobre as primeiras viagens européias ao continente que carecia de “fundamentos solidos para prevalecer”, completando em nota: “Principalmente depois da these de concurso do nosso distincto collega do Externato [isto é, o Pedro II], o Sr. João Capistrano de Abreu, elucidando brilhantemente este ponto”. MAIA, Luís de Queirós Matoso. *Lições de historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1886, p. 14. Obra está disponível no acervo digital do IEB-USP. Capistrano é citado outra vez no capítulo e (o que é muito significativo tendo em vista as críticas que vimos fazer a Maia): Cândido Mendes de Almeida é várias vezes citado também. Maia parece ter procurado mostrar conhecimento de seus estudos, bem como de outros de que Capistrano se vale na tese de 1883, como Paul Gaffarel.

⁷⁷ EE-1, p. 139.

⁷⁸ EE-1, p. 146.

havia exposto opinião semelhante.⁷⁹ Embora muito estivesse por fazer, o momento de “renascimento” dos estudos históricos brasileiros que Capistrano identifica neste segundo texto fazia com que o desconhecimento de fontes e monografias por quem se dedicava naquele momento à história fosse imperdoável; no caso das fontes, Capistrano chamou a atenção, já em 1878, para os esforços, por meio de periódicos, voltados à sua “vulgarização”.

Sem o conhecimento das fontes primárias (indesculpável, na visão de Capistrano, para um professor de história particular, e não universal, “história que pouco mais abraça que três séculos”⁸⁰), Matoso Maia teve de se valer de interpretações de outros, nem sempre corretas, mesmo quando se trata do “eminente” Varnhagen, o grande historiador brasileiro até então (assim reconhecido por Capistrano no necrológio e nos artigos de 1882). Matoso Maia, “acompanhando Varnhagen, não teve dúvida em afirmar uma viagem contestável e contestada”.⁸¹ Capistrano, consultando o autor original, em que teria se baseado Varnhagen, e que aqui serve de fonte,⁸² leu-o e interpretou-o, de modo que pôde perceber e desfazer a inexatidão. Em carta de 9 de março de 1918, Capistrano compartilharia com João Lúcio de Azevedo uma opinião a respeito de Varnhagen como leitor de documentos que talvez tivesse se baseado em casos como este: “Varnhagen era incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vezes concluo de modo diferente dele; outras noto que ele deixa o substancial para apegar-se ao acessório”.⁸³ Explicita aqui a leitura do documento original (por meio de cópia), que permite uma interpretação divergente - o que cobrara de Matoso Maia. Além disso, Capistrano revela uma diferença na hierarquia de valores de ambos: para ele, o que Varnhagen muitas vezes via como essencial não o era, e vice-versa. Vale dizer que, nesta carta, Capistrano atribuía o “defeito” (por assim dizer) de Varnhagen a um problema de sua formação, feita em outras disciplinas, que não a História, dando um caráter de especialidade ao trabalho nesta.⁸⁴

⁷⁹ EE-1, p. 91.

⁸⁰ EE-4, p. 131.

⁸¹ EE-4, p. 133.

⁸² No caso, o historiador Antonio de Herrera y Tordesilhas (1569-1625), cuja principal obra é *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas y tierra firme del mar Océano*, que trata, na primeira metade, do período de 1492 a 1554.

⁸³ ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 2, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p. 83-85. Abreviaremos esta edição, nas notas, por Corr. II.

⁸⁴ Cf. Corr. II, p. 84.

2.4 A hierarquia de valores

A reivindicação de atenção ao que é importante, ou essencial, na história também aparece no artigo de crítica à *História do Brasil* de Matoso Maia. Segundo Capistrano, Maia demorou-se ao tratar da viagem de Magalhães, “quando ele apenas perpassou, pouco demorando no território, *não influido na história*; [e] nada diz sobre as expedições francesas que vieram ao Brasil”,⁸⁵ sobre algumas das quais já haveria documentação suficiente, e sem cujo estudo “muitos fatos da história ficam obscuros. (...) Infelizmente [Joaquim Manuel de] Macedo e Porto Seguro⁸⁶, os autores que mais amiudadamente cita o Dr. Matoso Maia, não tratam destes assuntos, e o ilustrado professor parece que não se julgou obrigado a mais que eles”.⁸⁷ Nos artigos que publicou a respeito de Varnhagen, em 1882, Capistrano reafirmou esta crítica, ao defender que Varnhagen nem sempre deu o devido valor aos assuntos que deveria, destacando, por outro lado, fatos menores.⁸⁸

No segundo artigo que dedica à *História do Brasil* de Matoso Maia, depois de receber réplica do autor, Capistrano reafirma a necessidade de conhecimento das fontes primárias (e, conseqüentemente, de sua leitura adequada), diferenciando entre obra de historiador e fonte. Sobre o desconhecimento de uma fonte específica reivindicada por Capistrano, Matoso Maia teria alegado (só conhecemos seu lado a partir do que escreve Capistrano) que a conhecia do “livro de Macedo”; porém, rebate Capistrano, “Macedo não é fonte: e provar conhecimento de Macedo não é provar conhecimento de fonte”.⁸⁹ Esta diferenciação não abrange, ao que parece, obras que incluíssem a transcrição ou publicação de documentos, como o periódico *Brasil Histórico*, anteriormente citado, de Melo Moraes. Não conhecemos o compêndio de Matoso Maia, mas a impressão que fica dos exemplos que Capistrano extraiu para crítica é que o historiador cearense puxou a discussão para os temas que mais dominava, século XVI e chegada dos europeus à América, assunto que provavelmente já conhecia bem, e que adotaria para sua tese no concurso para professor do Pedro II, quando foi examinado justamente por Matoso

⁸⁵ EE-4, p. 133, grifos nossos.

⁸⁶ Vale dizer que Capistrano não parecia ver grande diferença entre a *História Geral* de Varnhagen e o compêndio de história do Brasil produzido por Joaquim Manuel de Macedo para uso escolar. Em carta de 17 de abril de 1890, ao Barão do Rio Branco, diz esperar que a história do Brasil que pretendia escrever quebrasse “os quadros de ferro de Varnhagen, que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino” (Corr. I, p. 130).

⁸⁷ EE-4, p. 133.

⁸⁸ EE-1, p. 140.

⁸⁹ EE-4, p. 136.

Maia (há uma possível menção a esse futuro encontro de ambos no fim do segundo artigo de Capistrano⁹⁰). Interessa-nos observar, todavia, a importância atribuída por Capistrano a duas partes do trabalho de um historiador (ou autor de história): o conhecimento das fontes primárias e dos estudos monográficos que se realizavam sobre pontos específicos da história do Brasil, que Capistrano reafirmará nos textos que dedicou a Varnhagen, e também num artigo de crítica à obra do historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), chamada por Capistrano de *História do Brasil* no primeiro artigo, e de *Brasil e as Colônias Portuguesas*, no segundo artigo,⁹¹ embora se trate da mesma obra, cujo título é o segundo; crítica saída na *Gazeta de Notícias*, a 19 de outubro de 1880.

Neste artigo, Capistrano delineia o que talvez possa ser lido como seu modo de entender a história do Brasil então, cuja escrita dependeria, entre outras coisas, de documentação suficiente e de estudos monográficos que esclarecessem determinados pontos dessa história:

O Brasil precisa de duas histórias. Uma – história íntima – deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos [1920, a contar de 1880] será possível, *quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros* [grifo nosso].

A outra – a história externa – convém que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatárias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida a possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V. Para esta um português é preferível, porque grande parte dos monumentos existe em Portugal, e, além disso, proferida por lábios portugueses, a sentença não será acoimada de injustiça.⁹²

Capistrano usa monumentos, acima, como sinônimo de documentos; da mesma forma que Varnhagen se referiu, em 1851, a “o monumento de Gabriel Soares” de Sousa, indicando o *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, deste autor,⁹³ ou como Batista Caetano, na introdução às notas que apresentou à edição que Capistrano de Abreu fez de obra do jesuíta português Fernão Cardim, em 1881, quando escreveu: “Fundados no exame dos monumentos e tradições das línguas cultas, os lingüistas têm

⁹⁰ EE-4, p. 139.

⁹¹ EE-4, p. 157 e p. 160, respectivamente.

⁹² EE-4, p. 157-158.

⁹³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2001, p. 10.

podido formular leis que explicam as transformações dialéticas (...).⁹⁴ Podemos talvez dizer que Capistrano procurou realizar a “história íntima” que menciona acima em seus estudos históricos, mas que, por outro lado, boa parte de seu trabalho foi tornar esta história possível de ser realizada, reunindo e publicando documentação, escrevendo ou estimulando a escrita de monografias. Para os comentadores que o consideram expoente de um momento de transição da historiografia brasileira, esta passagem é particularmente sugestiva, pois o próprio Capistrano projeta, para mais de uma geração adiante (quarenta anos), a escrita da “história íntima” do Brasil, após tais condições encontrarem-se dispostas. Também quando escreve sobre Varnhagen, em 1882, Capistrano diz, após discorrer sobre o estado deficiente de documentação disponível e da ausência de monografias sobre vários pontos importantes de nossa história, ainda “obscuros”, que uma nova história geral, como a do historiador sorocabano, “não deve ser escrita senão daqui a muitos anos. Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas”.⁹⁵ Ao usar novamente a expressão “história íntima”, em uma carta ao Barão do Rio Branco, de 25 de novembro de 1887, Capistrano associa a possibilidade de sua realização à existência de documentação abundante sobre seu tema. Relatando o retorno de seu amigo e colaborador Alfredo do Vale Cabral de seu estado natal, a Bahia, Capistrano compartilhou com Rio Branco o sucesso profissional da viagem: “Para fazer um cálculo das riquezas que trouxe, basta que diga que do governo de Tomé de Sousa há mais de 1400 recibos – com os quais pode-se escrever a história íntima daquele período de modo quase completo”.⁹⁶

E quanto à “história externa”? Se um português deveria fazê-lo, que tal Oliveira Martins? Segundo Capistrano, Martins poderia ser esse português, “se a tendência generalizadora do seu espírito não lhe apresentasse a empresa como somenos, ou se os fatos em sua particularidade e exatidão não se amoldassem pouco a sua natureza”; “Com efeito, é difícil encontrar um livro mais inexato que o de Oliveira Martins”.⁹⁷ Se em Varnhagen faltava essa “tendência generalizadora”, a capacidade para “compreender” os fatos “em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam”; de “generalizar as ações e formular-lhes teoria; [de] representá-las como conseqüências e demonstrações de duas ou três leis basilares” e

⁹⁴ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 108.

⁹⁵ EE-1, p. 139.

⁹⁶ Corr. I, p. 115-117.

⁹⁷ EE-4, p. 158.

sobrava, apesar de alguns deslizes, o gosto pela minúcia (“nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos”, o que, como vimos, o próprio Capistrano desmentiria),⁹⁸ em Oliveira Martins o que ocorre é o oposto.⁹⁹ Aliás, apreciar as generalizações desta obra não seria algo gratuito naquele momento. Segundo Angela Alonso este livro, “*O Brasil e as colônias portuguesas*, que Oliveira Martins lançou em 1880, foi uma sensação” entre a geração 1870 brasileira.¹⁰⁰ Muito populares, suas generalizações históricas teriam sido largada usadas por Joaquim Nabuco para compor *O abolicionismo*, de 1883.¹⁰¹ Capistrano, desse modo, não apresentou discordâncias em relação às idéias gerais a respeito da colonização portuguesa e seus efeitos sobre o Brasil que a obra trazia, postura que tinha conseqüências, inclusive, dentro do debate político de então. Mas não deixou de, em resenha imediata ao lançamento da obra, reafirmar a importância da exatidão factual em uma obra histórica, para o que o conhecimento das fontes primárias seria fundamental.

Capistrano dedica-se, então, em dois artigos, a apontar as inexatidões da obra de Martins, com o mesmo rigor com que criticou o livro de Matoso Maia, demonstrando domínio de fontes primárias como Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador e Pero Lopes de Sousa.¹⁰² Conheceria estes autores, em 1880, por publicações na *Revista Trimensal* do IHGB ou independentes, alguns dos meios que elencamos no início do texto. Varnhagen publicou Gabriel Soares pelo IHGB em 1851 (reeditado em 1879), e, por conta própria, o *Diário de navegação* de Pero Lopes de Sousa em 1839, edição de Lisboa (obra que será re-editada, em 1927, pela *Série Eduardo Prado*, com prefácio de Capistrano de Abreu). Frei Vicente, em particular, Capistrano revelaria posteriormente conhecer das “poucas linhas de Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* e [d]os trechos de Jaboaão no *Novo Orbe Seráfico Brasílico*”, além do “capítulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por

⁹⁸ Sobre Varnhagen, EE-1, p. 90.

⁹⁹ Em carta de 23 de dezembro de 1880, a Francisco Ramos Paz, tratando justamente destes artigos, Capistrano diz apreciar as generalizações de Oliveira Martins: “Vou começar desde amanhã a revisão de Oliveira Martins; mas parece-me que de onde a deixei por diante não há muita cousa a corrigir, porque o autor saiu das minúcias para as generalizações, e aí ele foi muito feliz” (Corr. I, p. 3-4); o problema de sua obra estaria, então, nas “minúcias”. Crítica semelhante far-lhe-ia Oliveira Marques: destacando suas interpretações e a concepção filosófica de suas obras, as critica por serem baseadas em “pseudofactos”; “(...) faltavam-lhe o autêntico conhecimento do passado, o contacto directo com as fontes, a prudência, a objectividade, o equilíbrio, em suma” (MARQUES, A. H. de Oliveira (Organização, prefácio e notas). *Antologia da Historiografia Portuguesa. Volume I – Das Origens a Herculano*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1975, p. 33).

¹⁰⁰ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 174.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 193 e seguintes.

¹⁰² EE-4, p. 159-160.

Varnhagen em 1858 na *Revista trimensal* do Instituto”,¹⁰³ antes de ter contato com um exemplar da obra, ao participar da organização da Exposição de História e Geografia do Brasil de 1881, da Biblioteca Nacional. O artigo sobre a obra de Oliveira Martins é de 19 de outubro de 1880, quando ainda não deveria ter aparecido o exemplar que a Biblioteca Nacional mostraria ao público na exposição, inaugurada a 2 de dezembro de 1881. Capistrano remete, na introdução à edição de 1918 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, a descoberta do exemplar da obra usado na exposição a um artigo de 19 de novembro de 1881,¹⁰⁴ posterior, portanto, a sua crítica a Oliveira Martins, onde já cita frei Vicente; daí suspeitarmos utilizá-lo, aqui, a partir dos trechos conhecidos anteriormente.

Estas críticas pontuais de Capistrano a outros autores, a recaírem sempre sobre a importância do conhecimento das fontes primárias, aparecem sob uma forma mais geral em um “Programa de História do Brasil”, de sua autoria, que só teve sua primeira parte publicada.¹⁰⁵ Ao que parece, seria um plano para a história pátria, ou uma história em linhas gerais, da qual Capistrano publicou apenas uma explicação prévia e um primeiro capítulo. Assim o autor expôs as diretrizes de seu programa:

As páginas seguintes e outras que sucederão conteem idéias que talvez mais tarde sejam desenvolvidas.

Procurou-se quanto possível recorrer às fontes, que são cuidadosamente indicadas para facilitar as verificações.

Quando do seu exame resultaram conclusões diversas das que são geralmente admitidas, não se hesitou em francamente externá-las. E o melhor meio de dissipar dúvidas é chamar para elas a atenção geral.¹⁰⁶

¹⁰³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, p. 29. Referiremo-nos a esta edição, que reproduz o aparato crítico de Capistrano de Abreu da edição de 1918, nas notas, como FV, a partir de agora. Onde necessário, remeteremos à edição original de 1918.

¹⁰⁴ FV, p. 30.

¹⁰⁵ Na *Gazeta Literária*, ano II, novembro, 1884, pp. 377-380. Esta publicação, de curta duração (24 números, entre 1883 e 1884), foi fundada e dirigida pelos companheiros de Capistrano de Abreu na Biblioteca Nacional José Alexandre Teixeira de Melo e Alfredo do Vale Cabral. Os três foram responsáveis pela coleção de textos históricos *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*, nos anos 1880, que analisaremos posteriormente. Na própria *Gazeta Literária*, Capistrano e os dois editores publicaram alguns documentos históricos; o jornal tinha inclusive uma seção intitulada “Gazeta Colonial” – também trataremos destas publicações à frente. Sobre a *Gazeta Literária*, destacam-se: PEREZ, Celso Martinez. *Marcas da Literatura Francesa na Gazeta Literária*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1985; DOYLE, Plínio. *História de jornais e revistas literárias*. Vol. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976, pp. 19-31, além de textos do Conde de Afonso Celso, transcrito na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v. 31, p. 99, e Lima Barreto: “Recordações da *Gazeta Literária*”, in: *Hoje*, 20 de março de 1919 (posteriormente reproduzido em BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956).

¹⁰⁶ Este trecho do “Programa” encontra-se em CARMO, José Arimatéia Pinto. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 44-45. Sobre este “Programa”, cf. ainda VIANA, *op. cit.*, p. 25-26.

Chamar à atenção geral dúvidas, para dissipá-las, recorrendo, “quanto possível”, às fontes, e citando-as com rigor, para permitir verificações, parece resumir o que vimos Capistrano fazer com as obras de Matoso Maia e Oliveira Martins. Capistrano expõe aqui um conjunto de procedimentos para o historiador. Mas, para o caso da historiografia brasileira de então, havia um problema, na visão de Capistrano, apontado de passagem nesta apresentação de seu “Programa”: “Procurou-se *quanto possível* recorrer às fontes”. Há um limite aí, para uma produção historiográfica sólida, calcada nos documentos: a disponibilidade de fontes. Problema, em sua visão, bem menor para os estudiosos de história de outros países sul-americanos, um deles em particular.

2.5 O Chile

Em artigo de 2 de setembro de 1879, publicado na *Gazeta de Notícias*, Capistrano compara a forma como a história é praticada e reconhecida no Brasil e no resto da América do Sul, em particular no Chile. Vale a pena uma transcrição mais extensa:

O Brasil, se em algum terreno se acha inferior às outras nações sul-americanas, é certamente no conhecimento de sua história. Quanto lhe é superior o Chile! Aí os diferentes cronistas têm sido mais de uma vez editados. Os pontos obscuros têm sido esclarecidos por dissertações interessantes. A Universidade publica todos os anos importantes memórias que revelam grande ilustração e consciência. Quatro dos escritores que são considerados fundadores da história pátria têm estátuas.

E esta ciência [a história] não fica estagnada nas coleções das sociedades ou nos raios das bibliotecas: penetra nos livros elementares e por eles infiltra na alma popular e incita e alimenta a fibra nacional.

Ainda há pouco vimos um compêndio da história chilena do Sr. Gaspar Toro [provavelmente o *Compendio de Historia de Chile* (1492-1876), Paris, Impr. de A. Lahure, 1879], volume de pouco mais de 200 páginas em 16º com o qual nenhum dos nossos pode competir. Não só os fatos mais importantes são todos narrados, como também a concepção histórica aparece elevada e severa. Não é somente a história dos governadores e das revoluções, da guerra e da caudilhagem, porém a da indústria, da navegação, dos estabelecimentos literários e científicos [o que Varnhagen teria começado a fazer no Brasil, como vimos acima].

Um capítulo, principalmente, é muito notável – aquele em que o autor pinta o estado moral da colônia, com a família constituída sobre o alicerce do terror com as festas religiosas a cada instante, com a ignorância imperando sobranceira, com a indústria peada e comprimida. Aqui ninguém ocupou-se deste assunto em livro elementar, talvez mesmo ninguém tenha sentido a necessidade de fazê-lo.

[No Brasil] Estuda-se (?)¹⁰⁷ a história, não nos originais que são raros e pouco atrativos, porém em compilações sem valor, sem ciência e sem consciência. Os que vão mais longe, lêem uma página de Comte ou Buckle, e sem meditá-la, sem pesar as condições sociais, sem procurar sob as ações complexas o elemento fundamental, aplicam à nossa sociedade, julgando ter levado ao cabo um grande empreendimento sociológico.

E Comte tem um chavão que se aplica tão comodamente, que se maneja com tanta facilidade, que possui uma tal latitude: *o estado metafísico!*¹⁰⁸

A história no Chile, segundo Capistrano, é muito superior à história no Brasil:¹⁰⁹ os cronistas, as fontes, são editados com frequência. Monografias, “dissertações interessantes”, esclarecem “pontos obscuros” daquela história. A Universidade (que nem existe, naquele momento, no Brasil) publica constantemente memórias de qualidade, raras no Brasil (com exceções, como Cândido Mendes de Almeida). Os historiadores nacionais de vulto são publicamente reconhecidos: quatro dos fundadores da história pátria chilena têm estátuas, segundo Capistrano.¹¹⁰ A história não fica restrita a eruditos: por meio de livros elementares, ganha a “alma popular”, incitando e alimentando a “fibra nacional” (no que cumpriria uma de suas funções, também deficiente no Brasil). No exame de um livro específico, poderia ver-se a superioridade chilena: uma obra em que, segundo Capistrano, a narrativa é eficiente, e voltada para “os fatos mais importantes”, sem se perder, ao que parece, em questiúnculas, e superando o que Capistrano rejeitava, o desfile de nomes e datas por si só, sem ligação com os demais fatos e circunstâncias da história, que lhes dariam sentido. Ali, os fatos teriam recebido tratamento rigoroso, e sido dispostos em função de uma “concepção histórica” “elevada e severa”. Erudição e teoria, ao que parece, apareceriam conjugadas nesta obra.

A história no Brasil, por outro lado, não é feita a partir dos “originais”, pois falta a edição regular destes como ocorre no Chile. Aqui, os historiadores se valeriam de

¹⁰⁷ Esta sinalização está na edição que utilizamos.

¹⁰⁸ EE-4, p. 97.

¹⁰⁹ Eliana de Freitas Dutra mostrou como o Chile foi considerado modelo também para os estudos de folclore, além dos estudos históricos, na visão dos autores que escreviam para o *Almanaque Brasileiro Garnier*, entre eles João Ribeiro. Em 1912, o país foi apontado no *Garnier* como “uma das Repúblicas mais adiantadas da América do Sul” (DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 125). A leitura de ALONSO, *op. cit.*, chama atenção para o fato de que, escrito nos anos de crise do Império, um elogio a uma república latino-americana ressoaria certamente no debate político do momento.

¹¹⁰ Capistrano talvez visse, nesse sentido, como justa a reivindicação de Varnhagen, em seu testamento, de ter uma estátua erguida em sua homenagem (que acompanhou a reivindicação para que sua esposa não mais se casasse após sua morte; GONTIJO, *op. cit.*, p. 240).

compilações mal feitas, indicando que não basta, portanto, qualquer coleção de documentos para resolver o problema da disponibilização de fontes para consulta – examinaremos melhor esta opinião quando tratarmos do artigo que Capistrano escreveu a respeito de obra de Melo Moraes. No Brasil, segue sua crítica, quem vai mais longe lê apressadamente algumas páginas de sociologia e as aplica mal, sem atentar para as especificidades locais da história brasileira. Nossa historiografia, em 1879 (embora dos sinais de “renascimento” a que se referiu Capistrano em 1878), poderia ser caracterizada pelo “estado metafísico” de Comte; o estado de desenvolvimento intelectual de um povo em que, segundo seu formulador, busca-se identificar a causa primeira e única dos fenômenos, através de “forças abstratas”, associando-se a cada fenômeno uma entidade abstrata correspondente.¹¹¹ De acordo com Murray Leaf, em tom irônico, é o pensamento do tipo “o ópio faz dormir porque contém um princípio soporífero”.¹¹² Estaríamos acima do estado teológico, mas distantes do estado positivo, o mais elevado. Alguma melhora nesta situação, o “renascimento” de 1878, talvez tenha permitido a Capistrano projetar para alguns anos, para a próxima geração, uma nova história geral do Brasil de valor. Por enquanto, isto é, no momento em que Capistrano começava a se dedicar aos estudos históricos, a hora era de, na sua visão, alterar as condições presentes da historiografia brasileira. Para isso, o Brasil necessitaria de publicações regulares das fontes de sua história, que tornassem acessíveis seus “originais”, dispensando os compêndios inadequados, e de “monografias conscienciosas”; da produção de obras de história que viessem de muito estudo e reflexão.

Em termos de pesquisa e publicação de documentos, o Chile vinha produzindo coleções extensas de documentos desde meados do século XIX, pelo menos. Em 1861, foi criada a *Colección de historiadores de Chile y documentos para la historia nacional*, que se concentrou na publicação de cronistas coloniais e das atas do Cabildo de Santiago, série para a qual muito contribuiu o historiador Diego Barros Arana. A coleção mais extensa foi criada por Jose Toribio Medina, para dar a conhecer mais de 400 volumes de documentos que havia transcrito dos arquivos das Índias e de Simancas, ambos espanhóis. Foi a *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile*, que chegou a trinta volumes publicados entre 1888 e 1902. Outra coleção relevante foi a *Colección de historiadores y de documentos relativos a la Independencia de Chile*, criada em 1901 por Enrique Matta Vital. Destas iniciativas, vale olhar aqui

¹¹¹ COMTE, Auguste. Col. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 4.

¹¹² LEAF, Murray J. *Uma história da antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 81.

sumariamente, para efeito de comparação bem ampla, a trajetória de Jose Toribio Medina, cujas coleções de documentos foram utilizadas pelos historiadores brasileiros, e que foi caracterizado por Capistrano como “erudito chileno, autor de diversas obras, e feliz desencavador de documentos interessantes para a América do Sul em geral e particularmente para a de sua pátria”.¹¹³

Medina viveu praticamente os mesmo anos que Capistrano (1852-1930, o primeiro, 1853-1927, o segundo). Ambos dedicaram-se com afinco à pesquisa documental, e deixaram importantes documentos publicados para a história de seus países. Medina parece ter feito disso, porém, sua especialidade, e seu caminho para realizá-la não foi diferente do que muitos fizeram no Brasil: Medina foi diplomata, como Varnhagen ou o Barão do Rio Branco, e no (e graças ao) exercício de suas funções encontrou condições para visitar arquivos na América Latina e na Europa e copiar documentos, comissionado pelo governo ou de forma independente, valendo-se muitas vezes de equipes de auxiliares a copiarem os papéis (o que explica o impressionante acervo que reuniu, hoje na Biblioteca Nacional do Chile – outra condição também gozada por alguns no Brasil naquele momento, a de pesquisador-colecionador). Medina também enfrentou problemas para conseguir publicar suas obras, o que o levou, em duas ocasiões, a adquirir sua própria imprensa, e publicar de forma autônoma. Mas a situação chilena tinha, como Capistrano mencionou em sua comparação, peculiaridades importantes. Dentre estas, a presença de universidades no Chile não pode deixar de ser ressaltada. Em novembro de 1897, Medina foi eleito membro acadêmico da Faculdade de Filosofia, Humanidades e Artes da Universidade de Chile, ocupando a primeira cátedra de História Documental Americana e Chilena em 1899,¹¹⁴ mesmo ano em que Capistrano de Abreu foi posto em disponibilidade no Ginásio Nacional (nome, então, do Colégio Pedro II), após uma reforma ter extinguido, da principal instituição de ensino do país, a cátedra de História do Brasil.¹¹⁵ Malgrado as diferenças de contexto, que parecem atestar o que Capistrano pinta como um abismo entre Brasil e Chile no que respeita à História, as iniciativas voltadas à coleção e publicação de documentos nos dois países têm importantes pontos em comum, se, por

¹¹³ Em artigo de 24 de janeiro de 1900, reproduzido em ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 15. Abreviaremos esta edição dos *Caminhos antigos...*, que é a que utilizamos (embora tenhamos consultado a primeira), como CA nas nossas notas, a partir daqui.

¹¹⁴ Informações sobre Medina e o contexto chileno, no site www.memoriachilena.cl, acesso em dezembro de 2007.

¹¹⁵ VIANA, *op. cit.*, p. 39-40.

um momento, deixamos de lado estas inesquecíveis diferenças, e atentamos apenas para as idéias que orientaram tais pesquisas. Referimo-nos aqui às reflexões apresentadas como sugestão acima: também no Chile podemos observar a preocupação com a coleção (ou formação, se considerarmos que são os historiadores que definem as fontes) de um corpo documental voltado para a escrita de uma história nacional; da mesma forma que esta categoria havia acabado de surgir, também a idéia de que existem documentos relativos à história de um país se difundia, e levava pesquisadores chilenos e brasileiros a vasculharem os arquivos europeus e americanos imbuídos da noção de que estes continham papéis que lhes pertenciam também, que eram fontes de *suas histórias*. Com uma investigação mais extensa, que ultrapassa nossos propósitos aqui, poderíamos talvez apontar diferenças e semelhanças mais concretas em termos de metodologia nestas pesquisas;¹¹⁶ destacamos unicamente a existência desse contexto de intensa pesquisa documental, no qual veio a se inserir Capistrano de Abreu, onde havia casos de grandes esforços para levantamento de fontes e edição de textos históricos.

Vale notar que, no caso do capítulo da obra chilena destacado por Capistrano, o historiador cearense não esperou por ninguém para realizar estudos do mesmo tipo, relativos à história brasileira. Entre 29 de setembro e 14 de outubro de 1881, Capistrano publicou “Gravetos de História Pátria”, na *Gazeta de Notícias*, em que trata da família na época colonial, de um modo próximo à sua descrição do capítulo da obra chilena de Gaspar Toro. Nestes artigos,¹¹⁷ aparece com clareza a diferença de perspectiva, ou de valoração histórica, que Capistrano parecia reivindicar para a historiografia brasileira, ao chamar atenção para um ponto até então negligenciado, as festas no período colonial, para chegar ao estudo da família, utilizando leis sociológicas, mas atentando para a especificidade histórica brasileira, auferida pelo estudo de fontes primárias (cita a revista do IHGB) e de monografias (novamente, Cândido Mendes de Almeida). Capistrano parece, assim, nestes artigos, dar uma amostra do caminho que pensava para a historiografia brasileira: uma nova hierarquia de valores, orientando um estudo com profundidade teórica e com conhecimento das fontes e dos demais estudos que vinham sendo realizados.

¹¹⁶ Como exemplo do que poderíamos talvez ler como discussão metodológica, citamos a crítica de Rodolfo Schuller (o mesmo que havia questionado Navarrete) a respeito da citada *Colección de Documentos Inéditos* de Medina, de que haveria uma edição cheia de erros de manuscrito relatando viagem ao Amazonas (RODRIGUES, *A pesquisa histórica...*, *op. cit.*, p. 90).

¹¹⁷ EE-4, p. 291-303.

A obra de Gaspar Toro deve ter realmente impressionado Capistrano, pois nela o autor teria descrito a família chilena, segundo Capistrano, como “constituída sobre o alicerce do terror com as festas religiosas a cada instante”,¹¹⁸ descrição muito próxima da que chegou para o caso brasileiro.¹¹⁹ Capistrano considerava, por sinal, em outro dos “Gravetos de História Pátria” que publicou nessa época na *Gazeta de Notícias*, em 9 de novembro de 1881, que era indispensável para quem estudasse história pátria a comparação do Brasil com o resto da América. Na realidade, este seria um segundo passo na composição de um estudo histórico. O primeiro seria “tomar os testemunhos contemporâneos autênticos [portanto, criticados] e deles extrair a narrativa dos acontecimentos. Apurados estes, resta pela sua comparação descobrir os fatos gerais, isto é, as leis e tendências que dirigem a nossa existência de quatro séculos”; este é “O melhor meio de estudar a história pátria, ou antes o único”. “Entretanto, este estudo ainda não é bastante. Com ele, incontestavelmente, chegar-se-á à verdade, mas a uma verdade incompleta e inativa; quem quiser torná-la viva, palpitante e fértil, precisa acompanhar a crítica dos documentos de duas ordens de investigações que os esclarecem”.¹²⁰ o “exame da história dos outros países americanos”¹²¹ e o “estudo dos sertões”.¹²²

Voltemos, porém, à parte que Capistrano denomina “crítica de documentos”. Ela consiste na tomada do que antes havia denominado “originais”, isto é, os relatos de época, “autênticos”, e “deles extrair a narrativa dos acontecimentos”, isto é, o que aconteceu, quando, onde e por quem; aquilo que Capistrano rigorosamente avaliou nas obras de história de que fez a crítica. A partir daí, pela “comparação”, o historiador poderia “descobrir os fatos gerais (...) as leis e tendências que dirigem” a história. As noções acerca de História que Capistrano defende nestes artigos permitem discussões variadas a respeito de seu pensamento e de sua época. Procuraremos tratar, a seguir, deste aspecto primeiro do trabalho do historiador, conforme exposto neste artigo: a tomada dos “testemunhos contemporâneos autênticos”, isto é, o contato com as fontes, de um ponto de vista específico – sua disponibilização em publicações.

¹¹⁸ EE-4, p. 97.

¹¹⁹ Cf. o artigo de 9-10-1881, EE-4, p. 298-300.

¹²⁰ EE-4, p. 308.

¹²¹ Vale dizer que a noção de uma história comparada, colocando o Brasil na América, não necessariamente deve ser buscada em alguma idéia geral a respeito de história comparativa; sua origem pode ser a própria tradição intelectual do Império (cf. ALONSO, *op. cit.*, p. 198), que continha esta perspectiva, muito comum no século XIX, chegando a atravessá-lo (vide as obras de Manoel Bomfim, *A América Latina: Males de Origem*, de 1905, e *O Brasil na América*, de 1932).

¹²² EE-4, p. 309.

2.6 A disponibilização das fontes

Antes da formulação de quaisquer conclusões pelo historiador colocava-se a crítica dos documentos. E para isso eram necessários os próprios documentos. Já vimos que Capistrano relativizou alguns dos “defeitos” de Varnhagen em função do “desamor que há pelas coisas pátrias, da devastação geral dos arquivos”.¹²³ Segundo Capistrano, os brasileiros herdamos tal descuido pelos documentos de nossa história dos portugueses: “Se os portugueses fossem gente que curasse de documentos; se os brasileiros não tivessem herdado este descuido de seus avós; existiria hoje uma grande soma de papéis de muita importância para a nossa história”.¹²⁴

Contudo, muitos documentos existiam guardados, mas ainda sem edição. Alguns esforços no sentido de corrigir este estado de coisas já se faziam, dentro das formas mencionadas no início, e Capistrano atentou para eles, antes de começar ele próprio a editar documentos históricos. No dia 30 de outubro de 1880 saiu publicado, na *Gazeta de Notícias*, texto de Capistrano de Abreu sobre uma coleção de documentos editada por Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882), a *Crônica Geral e Minuciosa do Brasil* (1879).

¹²³ EE-1, p. 139.

¹²⁴ EE-4, p. 310; neste artigo, Capistrano fala em particular da importância do estudo das sesmarias, e das dificuldades decorrentes do mau cuidado com as fontes. Capistrano não foi o único nem o primeiro a reclamar do estado dos arquivos brasileiros. Antes dele, pesquisadores ligados ao IHGB, ao vasculharem arquivos regionais, em meados do século XIX, observaram por vezes situações de descaso e abandono (cf. RODRIGUES, *A pesquisa histórica...*, op. cit., por exemplo p. 50 e p. 53). Sobre o descuido dos portugueses em relação a seus arquivos, a opinião de Capistrano, que deveria estar baseada na experiência das missões do IHGB ao longo do século XIX, aparece corroborada, mais de vinte anos depois deste artigo, na obra de AZEVEDO, Pedro A. de, e BAIÃO, António. *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Livros Horizonte, 1989 (edição é fac-similar da original, de 1905) - cf., por exemplo, pp. 179-182. Segundo os autores, conservadores do Arquivo, apenas no fim do século XVIII (graças, em especial, ao trabalho de João Pedro Ribeiro) esta situação começou a mudar, só vindo a receber nova direção mesmo a partir da atuação de Alexandre Herculano, em meados do século XIX; ainda assim, muitos problemas persistiriam. Pouco tempo depois de escrito o artigo que citamos acima, que é de 1881, Capistrano expressaria a Lino de Assunção a idéia de que, naquela época, a Torre do Tombo deveria estar muito mais organizada do que quando Varnhagen, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa a freqüentaram, “quando o caos ali dominava” (carta de 12/03/1885; ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 3, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p. 306-307 – citaremos-la como Corr. III, a partir daqui). Lino, engenheiro português que morou por alguns anos no Brasil, onde travou contato com o grupo organizado em torno da *Gazeta de Notícias*, entre eles Capistrano, foi colaborador do historiador em pesquisas documentais ao retornar a Portugal; tornar-se-ia Inspetor Geral das bibliotecas e arquivos portugueses, influenciando na organização dos mesmos. António Baião, co-autor do livro citado acima, colaboraria com Capistrano em publicações da *Série Eduardo Prado*, nos anos 1910-1920 (leu as cópias, extraídas da Torre do Tombo, dos processos da Inquisição – assunto que ele mesmo estudou em Portugal - saídos na coleção).

O artigo começa com o relato dos esforços de Moraes para reunir sua coleção, bem como seu pioneirismo no Brasil: “ele foi quem primeiro teve a idéia de coleção, de sorte que encontrou um terreno virgem”.¹²⁵ Mesmo a coleção já tendo sofrido desfalques, permanecia muito rica, e sua edição uma tarefa difícilima: “evidentemente não é empresa que possa levar ao fim um só indivíduo. E não pode porque a empresa exige aptidões que uma só pessoa não possui”.¹²⁶ Talvez Capistrano estivesse expondo aqui a visão que guiaria sua própria prática na edição de documentos: a de atuar junto com colaboradores especializados em conhecimentos que pudessem ajudar a esclarecer a leitura do documento publicado. No ano seguinte ao que publica este artigo, Capistrano edita *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Cerimônias*, do jesuíta português Fernão Cardim, onde contou com a colaboração de Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882), que contribuiu com notas etnográficas, referentes a termos de idiomas indígenas. E este trabalho de anotação, que mobiliza conhecimentos vários, e por si só já representa grande esforço, seria a maior dificuldade dos casos *mais fáceis* de edição.

Editar um volume à primeira vista parece fácil; mas na realidade é muito difícil. Não falemos do caso em que há muitas cópias, com variantes com erros de copistas, como sucedeu com o *Roteiro* de Gabriel Soares, que devemos a Varnhagen.¹²⁷ Tomemos o caso mais simples, o em que só há um manuscrito autógrafo; os estudos sobre o autor e sua época, os esclarecimentos dos pontos obscuros, as retificações, as notas não são trabalhos que qualquer pessoa faça. E este trabalho tinha de ser feito [no caso da coleção de Melo Moraes] não com um ou dois volumes, mas com vinte, trinta, cinquenta e talvez mais de cem.¹²⁸

A forma como Capistrano entendia uma edição, e aquilo que esta deve conter, estudaremos na segunda parte da dissertação. Por ora, gostaríamos de apontar que, juntamente com a noção da necessidade de edição das fontes para o estudo da história brasileira, vinham as dificuldades inerentes a este trabalho, pois não se tratava de simples transcrição do texto. Poucos no Brasil, então, seriam capazes de fazê-lo, segundo Capistrano. E não adiantaria muito procurá-los no IHGB, conforme escreve em artigo de 2 de setembro de 1881:

¹²⁵ EE-4, p. 165.

¹²⁶ EE-4, p. 166.

¹²⁷ Varnhagen afirmara, quando apresentou a obra a que se refere Capistrano, em 1851: “É mais difícil do que parece a empresa de restaurar um códice antigo do qual existem, em vez do original, uma infinidade de cópias mais ou menos erradas em virtude de leituras erradas feitas por quem não entendia do que lia” (SOUSA, *op. cit.*, p. 270).

¹²⁸ EE-4, p. 166.

Parece incrível, mas é exato; quase não há no Instituto quem saiba fazer esta coisa tão simples – editar um livro. A prova é que nem mesmo as coisas tão mezinhas, como determinar a época em que foi escrito e assim circunscrever o período em que se deve procurar o autor quando o livro é anônimo, nem mesmo a isto se julgam obrigados os seus sócios. Nos cinquenta e tantos volumes de que consta a *Revista*, talvez o *Roteiro* de Gabriel Soares seja o único impresso segundo as regras [editado por Varnhagen, exceção à regra do IHGB].¹²⁹

Comparando com o trecho do artigo sobre Melo Moraes, tendemos a considerar este “coisa tão simples” de Capistrano um artifício de efeito, para reforçar a incompetência dos membros do IHGB, pois vimos que Capistrano não achava edição uma tarefa fácil. De qualquer modo, aqui o historiador cearense, que muito provavelmente naquele momento preparava a edição de um documento histórico,¹³⁰ já associa os procedimentos de edição que defende a um corpo de “regras”. A atribuição da autoria de um documento, a qual se chegaria determinando, inicialmente, a época em que foi escrito (e assim limitando seus possíveis autores), configura-se uma obrigação de quem edita, pelo que diz Capistrano neste artigo.

2.7 Os documentos editados por Melo Moraes

Capistrano identifica inicialmente dois problemas com a obra de Melo Moraes, em sua crítica: “O primeiro é que seus documentos saem às vezes truncados ou fora do lugar conveniente. O segundo é que, tendo de se ocupar de mais de três séculos de nossa história, o laborioso escritor não pôde tratar completamente de nenhum no que está publicado”.¹³¹ A primeira crítica parece denotar a necessidade de critério e clareza na organização e apresentação dos documentos editados;¹³² lembremos que Capistrano havia criticado as compilações de fontes brasileiras, no artigo de 1879 em que compara a História nacional à chilena, por serem “sem valor, sem ciência e sem consciência”. A segunda relaciona-se possivelmente a concepções de Capistrano a respeito da história do Brasil. Nos artigos que publicou sobre Varnhagen, em 1882, Capistrano escreveu a respeito de uma característica da história brasileira que tornava a escrita de uma história

¹²⁹ EE-4, p. 282.

¹³⁰ Pois o artigo em que aparece o trecho acima é de 2 de setembro de 1881, ano em que editou a obra de Fernão Cardim a que nos referimos, que no entanto não ficou pronta a tempo de sua finalidade, a Exposição de História e Geografia da Biblioteca Nacional, inaugurada a 2 de dezembro.

¹³¹ EE-4, p. 166.

¹³² “Truncado” seria de difícil leitura, com partes faltantes, talvez.

geral do Brasil particularmente difícil: “cada século exige certas qualidades especiais em quem o estuda. O século XVI exige aptidões, que no século XVII são dispensáveis. O século XVIII, por seu lado, põe em jogo faculdades novas”.¹³³

Talvez o mesmo problema aparecesse no momento da composição de uma coleção de documentos sobre a história brasileira. O caráter individual de cada século exigiria historiadores de diferentes sensibilidades para estudá-los. Na coleção de Melo Morais, Capistrano critica, por exemplo, o conjunto de documentos arrolados sobre os jesuítas, “que em primeiro lugar em nada interessa ao Brasil de modo particular e em segundo lugar é de autenticidade contestada mesmo pelos inimigos da Companhia”,¹³⁴ o que um historiador especialmente dedicado ao tema talvez pudesse ter percebido. Ao longo de sua vida Capistrano praticamente não se interessou, como veremos posteriormente, por tratar de documentos que fossem muito além do século XVII. No caso de uma grande coleção, como a de Melo Morais, parece mais adequado reunir diferentes historiadores para editá-la, fazendo dela uma obra coletiva. Até porque, na visão que Capistrano esposaria poucos anos depois deste artigo, pretender abarcar todos os períodos da história brasileira, em uma pesquisa voltada para os documentos, seria tarefa para muito tempo e esforço. Ao iniciar seus contatos com Lino de Assunção, quando este se encontrava em Portugal e começava a auxiliá-lo com pesquisas nos arquivos locais, Capistrano aconselhou, em carta de 12 de março de 1885: “A história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra cousa a fazer, para dar cabo da tarefa. Peço-te, pois, que circunscrevas tuas investigações ao século XVI”.¹³⁵ Conselho semelhante, no sentido de especialização dos estudos, poderia ser dado a Melo Morais. As pesquisas documentais feitas por Capistrano de Abreu parecem ter tido sempre um problema a orientá-las: com Lino de Assunção, nos anos 1880, é o levantamento de fontes para períodos em que elas seriam parcas, como o século XVI, citado na carta acima. A João Lúcio de Azevedo, nos anos 1910, revela intenção de publicar uma coleção de documentos para a história do sertão brasileiro; o problema, neste segundo momento, era a ocupação e povoamento dos sertões. Em ambos os casos, não se trata, portanto, de compilação sem critério – há uma preocupação a orientar a

¹³³ EE-1, p. 136. Segundo Francisco José Calazans Falcon, esta seria uma evidência do historismo no pensamento de Capistrano: a identificação de individualidades históricas nos diferentes séculos da história brasileira (FALCON, *op. cit.*, p. 9).

¹³⁴ EE-4, p. 167.

¹³⁵ Corr. III, p. 306-307.

recolha de documentos para publicação (como Sérgio Buarque de Holanda defendeu a respeito de Capistrano, cf. *Discussão Bibliográfica*).

Melo Moraes era, como o chileno Medina, um colecionador. Os documentos que transcreve, os possuía no original ou copiados (pelo relato de José Honório Rodrigues, apenas *Patrimônio Territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro* Melo Moraes escreveu não “porque possuía tais e tais documentos”, mas a partir de pesquisas em arquivos públicos).¹³⁶ Capistrano, ele mesmo, não era um colecionador. Seu desprendimento em relação a livros, periódicos e cópias de documentos que possuía é notório, na bibliografia a seu respeito e em sua correspondência. Estava sim interessado nos meios de pesquisa para os diversos estudos que realizava. Tendo de trabalhar com as coleções particulares e os arquivos públicos, ambos muito comumente de difícil acesso, Capistrano veria na edição e publicação em livro dos acervos um caminho para tornar de alcance público as fontes para os estudos históricos.

2.8 As edições

Nestas edições não seria necessária a transcrição integral de todos os documentos, como aponta Capistrano no artigo de 1880 sobre a coleção de Melo Moraes – denotando a necessidade de critério, submetido a alguma forma de valoração da importância do que é transcrito. Capistrano via vantagens e problemas no método usado por Moraes, qual seja: “em vez de transcrever os documentos integralmente, dá simples extratos deles”.

A parte em que aprovamos este sistema é quando se trata de nomeações, alvarás de mercê, alvarás de lembrança, provisões, etc. Publicar tais papéis é tempo perdido, porque nada adiantam e, repetimos, o Dr. Melo Moraes fez muito bem em dar deles um resumo.

Quando, porém, se trata de regimentos, de informações enviadas do Brasil, parece que o texto completo seria preferível. Por exemplo, as cartas de D. Duarte da Costa não devem continuar mais tempo inéditas; justificam a memória daquele distinto governador que, por causa das lutas com o fogaoso e irascível D. Pero Sardinha, tem há quase três séculos sido constantemente vilipendiada.¹³⁷

Portanto, cabe ao historiador discernir o que é útil transcrever por inteiro e o que não é (deve ter, por conseguinte, uma visão ampla da história, possuindo a medida do que é mais e menos importante nela), o que pressupõe que este não é um procedimento

¹³⁶ RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 104.

¹³⁷ EE-4, p. 167.

aleatório, mas sim sujeito a critérios. Capistrano deve estar demonstrando, na citação acima, uma preocupação pragmática, a ver com a transcrição de fontes que redundasse em repetição de informações. Agradam-lhe, por outro lado, documentos que pudessem conter elementos descritivos de outras épocas da história do Brasil. Além disso, seriam documentos importantes os que possibilitassem a correção de alguma injustiça historiográfica, como a que, na visão de Capistrano, se cometia “há quase três séculos” com D. Duarte da Costa. Evidentemente, perpassa a idéia de que se pode corrigir uma versão dos fatos a noção de que se pode apresentar a *verdade* dos fatos, a partir dos documentos.

Capistrano tinha particular predileção por crônicas, por conterem relatos mais “vivos” que os documentos oficiais: ali a vida que se pretende reconstituir apareceria como um todo, seus diversos aspectos em uma mesma descrição, que ainda é dinâmica, por captar as mudanças. Em carta a Lino de Assunção, de 12 de abril de 1879,¹³⁸ em que Capistrano fala a respeito de uma obra que começava a ler, aparentemente enviada por Lino, o historiador confessa: “Mas o que sobretudo espero do livro é que seja uma crônica. Primeiramente, nós as temos em número tão limitado! Depois, documento avulso não dá vida, nem o movimento, quando a crônica não exista. Peço-te, pois, amigo, que nas tuas investigações especialmente te apliques a crônicas e descrições geográfico-históricas”.¹³⁹ Assim, as crônicas não só teriam mais valor para o historiador, por conterem uma visão, ao que parece, holística de uma época passada (visto que são contrastadas por Capistrano com “documentos avulsos”), como estariam em falta na história brasileira, sendo necessário corrigir, pela pesquisa documental, mais esta lacuna. Ao se dirigir novamente a Lino de Assunção, em carta de 18 de outubro de 1886, Capistrano reitera o conselho, acrescentando mais uma qualidade das crônicas: “Acho que devemos dar preferência sempre, sempre e sempre às *crônicas*, por que têm vida e depois é fácil corrigi-las com documentos, ao passo que o contrário é difícilimo”.¹⁴⁰ Ao comentar com o Barão do Rio Branco, em carta de 9 de abril de 1887,

¹³⁸ A data desta carta pode estar errada. Nos três volumes da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, editados por José Honório Rodrigues, a correspondência com Lino de Assunção aparece no terceiro volume, à exceção desta missiva – ali, a primeira carta é datada de 12/03/1885, e a última, 8/03/1893, sendo que ainda há duas sem data, ao final. São cartas publicadas originalmente por Luís da Silveira, em Lisboa, 1946. Esta carta incluída por José Honório no primeiro volume escapou a esta edição. Pelo conteúdo, pode ser de 1885, talvez começo de 1886. Em 1879, é possível que Lino de Assunção ainda estivesse no Brasil, onde viveu por algum tempo, antes de retornar a Portugal, sua terra natal, de onde colaborou com as pesquisas de Capistrano – colaboração de que tratam na carta citada acima.

¹³⁹ Corr. I, p. 51-52.

¹⁴⁰ Corr. III, p. 345. Em carta de 2 de outubro de 1916, a João Lúcio de Azevedo, Capistrano comenta ter encontrado um “documento oficial (...) que é um conjunto de inverdades” (Corr. II, p. 18). Parecia

que seu interesse em história pátria estava mudando do século XVI para o XVII, especialmente após as guerras holandesas, mediu a dificuldade de estudar este período também pela ausência de crônicas: “Para o estado do Maranhão o problema não é difícil;¹⁴¹ mas para o resto, sem crônicas e apenas com os documentos oficiais, parece-me tarefa árdua”.¹⁴² O valor das crônicas variava, entretanto, de acordo com as qualidades do cronista, como veremos na análise da produção de Capistrano especificamente ligada a documentos históricos.¹⁴³

Portanto, Capistrano, embora divergisse em alguns pontos de Melo Morais,¹⁴⁴ via méritos em sua obra, e sem dúvida apreciava a iniciativa de se publicar, tornando-os acessíveis, documentos que pudessem concorrer para uma melhora nos estudos históricos brasileiros, já que a falta de “originais” era uma deficiência da historiografia nacional até então, em sua ótica. As colocações de Capistrano de Abreu a respeito da obra de Melo Morais vão ao encontro de avaliações posteriores a respeito deste autor, se considerarmos as de Francisco Iglésias (2000) e José Honório Rodrigues (1965), por exemplo. Melo Morais publicou obras que se caracterizam por vastas transcrições ou reproduções de documentos, o que também fazia em seu periódico *Brasil Histórico*. Chegou, por exemplo, a reimprimir integralmente, na sua *Corografia Histórica* (Rio de Janeiro, 1860) a *Narrativa epistolar* do jesuíta português Fernão Cardim, documento primeiramente editado por Varnhagen, em 1847; por iniciativas como essa, foi louvado por Rodolfo Garcia, amigo de Capistrano e também editor de documentos, pelos “tão bons serviços [que] prestou às letras históricas no Brasil”.¹⁴⁵ Os vícios e virtudes de uma obra sua, entretanto, poderiam ser observados em todas, como o próprio Capistrano afirma sobre *A Crônica Geral e Minuciosa do Brasil*.¹⁴⁶ De forma geral, aponta-se a vasta extensão da obra de Melo Morais, bem como sua falta de produção original e de

acreditar que a possibilidade disto acontecer com uma crônica seria bem menor, pela natureza deste tipo de documento.

¹⁴¹ O caso do Maranhão é melhor para o historiador do que o das demais províncias porque, segundo Capistrano, existiriam mais documentos, inclusive já publicados, em função de pesquisas como as do próprio barão do Rio Branco, como Capistrano escreveria posteriormente no prolegômeno ao livro V da edição de 1918 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador (FV, p. 312).

¹⁴² Corr. I, p. 111-113.

¹⁴³ Quando tratarmos diretamente de seu trabalho com documentos, procuraremos problematizar os usos (e, conseqüentemente, os sentidos) de termos como “crônica” e “história”. No caso do primeiro, por exemplo, referimo-nos à diferença entre crônica como gênero dos séculos XVI, XVII, e como gênero do século XIX, conforme aparecerá a seguir.

¹⁴⁴ “quanto a fatos, quanto a datas, quanto a método”, EE-4, p. 167.

¹⁴⁵ CARDIM, *op. cit.*, p. 18.

¹⁴⁶ EE-4, p. 167.

critério para as compilações e transcrições de documentos. Segundo Iglésias, Melo Morais

dedicou-se a pesquisar e coletar documentos, escrevendo muito, mas nada importante. Resumia, transcrevia papéis, sem o mínimo rigor. Teve certo faro, é certo, pois foi o primeiro a ver os Autos da Devassa da conjuração mineira, revelou preciosidades da revolução de 1817 e viu os processos da Sabinada, salvando-os de serem queimados, pela compra para sua coleção. Nos vários livros misturava assuntos e fontes de valor, com transcrição duvidosa.

Procedimentos que, naquele momento (fins do século XIX), já não seriam mais aceitáveis na historiografia, para este autor.¹⁴⁷ José Honório Rodrigues¹⁴⁸ faz um apanhado amplo, calcado em fontes primárias, da vida deste médico convertido à pesquisa histórica, e suas conclusões acompanham a opinião geral. Sobre a obra que Capistrano analisa no artigo de 1880, a *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil*, Rodrigues afirma: “Uma compilação pura e simples, sem método e crítica, de uma massa de documentos, muitos inéditos, em ordem cronológica. Não há dúvida, eis um livro com os mesmo pecados e a mesma virtude de ser bastamente noticioso, especialmente para a história econômica e a evolução material da cidade do Rio de Janeiro”.¹⁴⁹ Segundo Rodrigues, o primeiro tomo seria dedicado ao período de 1500 a 1700, e o segundo iria deste ano a 1800. Pelo recorte cronológico e caráter das informações destacadas por José Honório, este livro parece atraente, apesar de suas limitações, para Capistrano, em função de seus estudos prediletos, o que lhe dava também mais base para crítica.¹⁵⁰ A julgar pelo artigo, sua leitura da obra destacou uma parte “que parece-nos compensar grande parte dos defeitos; é a que diz respeito à topografia desta cidade [o Rio de Janeiro], sua primitiva povoação, fundação de engenhos, etc. Há nela muitas investigações curiosas,¹⁵¹ e apenas vêm plantas antigas, cuja utilidade não pode ser posta em dúvida”.¹⁵² Portanto, a *Crônica* tinha seu valor para os historiadores, mas acumulava pecados enquanto obra de História e enquanto meio de acesso aos documentos.

¹⁴⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, p. 96-97.

¹⁴⁸ RODRIGUES, *História e historiadores...*, op. cit., p. 91-109.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 102-103.

¹⁵⁰ Os “muitos e muitos pontos em que estamos em desacordo com o autor”, EE-4, p. 167.

¹⁵¹ Vale assinalar, como sugestão, a recorrência do critério da “curiosidade” como aspecto positivo de um documento histórico: deveria ser valioso para os estudos e/ou curioso.

¹⁵² EE-4, p. 167-168.

2.9 Cândido Mendes de Almeida e o *Código filipino*

Outro aspecto destacado por José Honório Rodrigues como recorrente em Melo Morais é sua veia polêmica, sua crítica contemporânea, que muitas vezes voltou-se para a historiografia. Iniciativas de publicação de documentos que recebiam maior recompensa do governo que as suas obras, por exemplo, caíam na sua pena, como na ocasião em que Cândido Mendes de Almeida recebeu 20 contos “por ter publicado os seus Mapas Geográficos do Brasil”, Pereira Pinto “8 contos, por ter colecionado na legislação os tratados e feito notas, e a mim por ter escrito verdades irrefutáveis, mandou-se dar 200 réis por cada tomo da *Corografia Histórica*”.¹⁵³ A ambos os autores citados Melo Morais chama de “Sr. bacharel”; os “bacharéis” eram objeto freqüente de suas críticas. Além das disputas pelos poucos recursos disponíveis, entre os motivos dessas polêmicas, haveria, quanto à publicação de documentos históricos no Brasil, abordagens diversas da de Melo Morais, antes de Capistrano iniciar seus trabalhos nessa área? Isto é, uma abordagem qualitativamente diferente? Quando Francisco Iglésias afirma que, em fins do século XIX, a maneira de escrever História de Melo Morais já não cabia mais, pensando em autores como Varnhagen e João Francisco de Lisboa, valeria o mesmo para a forma de divulgar documentos? Passando do campo da pesquisa documental para a edição de documentos propriamente, que casos, na literatura nacional, tinha àquele tempo Capistrano? As publicações de documentos pela *Revista Trimensal* do IHGB vimos que não cumpriam suas expectativas, à exceção do trabalho de Varnhagen; outros esforços, significativamente diferentes, já existiam, no entanto – além da própria exceção destacada por Capistrano.

Um dos autores mal-falados por Melo Morais, mas muito respeitado por Capistrano de Abreu em função de suas monografias históricas, produziu exemplar talvez importante no que concerne à publicação de documentos históricos. Em 1870, Cândido Mendes de Almeida, também jurista (bacharel), editou o *Código filipino*, precedido, em 1869, de um *Auxiliar jurídico* para sua melhor compreensão; na visão de Francisco Iglésias, um “exemplo de edição crítica, ricamente anotada do ângulo jurídico, filosófico, histórico”.¹⁵⁴ Sua edição contém “uma história do direito português, desde seus documentos medievais até 1603, bem como a matéria posterior, as leis extravagantes. Valeu-se das melhores edições, desde a primeira de 1603 até a de 1865,

¹⁵³ *Apud* RODRIGUES, *História e historiadores...*, *op. cit.*, p. 101.

¹⁵⁴ IGLÉSIAS, *op. cit.*, p. 98.

em trabalho severo de colação de textos. Completa seu *Auxiliar jurídico*, de 1869, valiosa compilação de textos fundamentais e de difícil acesso”. Cândido Mendes também “reeditou *Princípios de direito mercantil e leis da Marinha*, de José da Silva Lisboa, em 1874 – dois volumes, com um prefácio de 648 páginas, com uma história do comércio. Se são obras jurídicas, têm profundo interesse histórico, pelas introduções e anotações”.¹⁵⁵

Sua edição do *Código filipino* contém textos auxiliares de juristas, outras legislações relacionadas àquela que é apresentada, notas que explicam termos ou expressões e apresentam variantes do texto de acordo com outras edições, bem como índices. Na introdução (“Ao Leitor”) que faz ao *Auxiliar jurídico*, apêndice do *Código* saído antes deste, em 1869, Cândido Mendes apresenta a obra e justifica sua edição e a publicação. Coloca, pelo nosso entendimento, três propósitos principais: 1) disponibilizar um texto útil a quem estuda história do Direito e da Jurisprudência pátria, e também atual, visto que parte do código ainda estava em vigência (na realidade, o *Código* sai num momento que parece de debates em torno de reformas jurídicas, que vinham, ao longo do século XIX, substituindo as *Ordenações filipinas*) – Cândido Mendes dirige-se em particular aos estudantes de direito, os jovens nas faculdades; 2) fornecer aportes para “o conhecimento e intelligencia” do texto,¹⁵⁶ isto é, sua compreensão; 3) disponibilizar textos primários (legislações) e secundários (obras de juristas) importantes, mas de difícil acesso aos estudiosos, locados em coleções públicas ou particulares – fala em fornecer indicações ou mesmo poupar ao estudante “a fadiga e o tédio da pesquisa”,¹⁵⁷ transcrevendo tais textos. A edição de 1870 do *Código filipino*, por Cândido Mendes de Almeida, pode ter sido, na nossa visão, um exemplo importante nas edições críticas de textos históricos no Brasil naquele momento, atendendo a uma necessidade sentida de disponibilizar textos considerados importantes, mas de difícil acesso, para determinados campos de estudo, e fazê-lo dentro de um formato que envolvia grande dose de trabalho por parte do editor – com o estabelecimento do texto, notas e demais adendos. Este tipo de edição figuraria, portanto, no conjunto dos trabalhos intelectuais de então (vale dizer que a publicação deu-se pela Typographia do Instituto Philomathico do Rio de Janeiro; a obra saiu no país, e seu editor era figura conhecida e respeitada). O trabalho de Cândido Mendes de Almeida com documentos

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 101-103.

¹⁵⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes. *Ordenações Filipinas e Auxiliar Jurídico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Edições fac-similares da edição de 1870 de Cândido Mendes de Almeida, p. VII.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. VI.

históricos envolveu também transcrições em obras próprias, como nas suas *Memórias para a historia do extincto estado do Maranhão*, que contém documento de 1624, utilizado, através das *Memórias*, por Capistrano na sua tese de 1883,¹⁵⁸ e a descoberta da autoria de obra de 1584, para José de Anchieta¹⁵⁹ – uma *Informação do Brasil* que Capistrano viria a editar.

O *Código filipino* é talvez um exemplo extremo, pelo cuidado e trato da edição. Outros mais próximos de Capistrano podem ser acrescentados, e dentre estes se destacam as edições realizadas por Francisco Adolfo de Varnhagen (a exceção no IHGB), como a edição do *Roteiro Geral da Costa Brasileira*, de Gabriel Soares de Sousa, de 1551; publicação com biografia do autor, índice e comentários ao final, que, para cada capítulo, fornecem as variantes do texto e explicações a respeito de passagens da obra, bem como de nomes, lugares, costumes, animais e plantas mencionados. Segundo Varnhagen, os comentários serviriam “Para melhor inteligência das doutrinas do livro”,¹⁶⁰ isto é, para facilitar a compreensão pelo leitor do que encontra na obra, sendo que Varnhagen utiliza o mesmo termo que Cândido Mendes utilizaria quase vinte anos depois – “inteligência” – para designar o entendimento do texto. Tal aspecto de sua produção contribuiria significativamente para o valor que Capistrano atribuía a Varnhagen, no conjunto da historiografia brasileira, conforme veremos.¹⁶¹

2.10 A visão sobre o compilador de documentos

Embora importante, para Capistrano o trabalho de compilação e publicação de documentos não faria, por si só, de seu autor um grande historiador, se não houvesse produção original da sua parte. Por isso Melo Moraes não poderia ser procurado entre aqueles que reuniriam as condições de suceder Varnhagen na historiografia brasileira, como Capistrano escreveu em 1882: “Melo Moraes é um colecionador (...) [em sua obra] publicou muita coisa importante, porém alheia. O que lhe pertence é tão pouco, que não é fácil encontrar”.¹⁶² Esta frase, em particular o epíteto “coleccionador”,

¹⁵⁸ DB, p. 65.

¹⁵⁹ EE-1, p. 134.

¹⁶⁰ SOUSA, *op. cit.*, p. 10.

¹⁶¹ Sobre Varnhagen e a questão da erudição na escrita historiográfica cf. SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação de Mestrado.

¹⁶² EE-1, p. 146.

renderam a Capistrano uma campanha negativa do filho de Melo Moraes na imprensa.¹⁶³ Décadas depois de fazer este juízo a respeito de Melo Moraes, Capistrano, comentando com João Lúcio de Azevedo a publicação de vocabulários regionais, disse que em Pernambuco iniciativa desse tipo estava nas mãos de Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923, mesma geração de Capistrano), “que não é inteligência superior, mas colecionador diligente, que pode dar conta da mão”.¹⁶⁴ De origem humilde, Pereira da Costa bacharelou-se em direito em 1891, e, a partir de 1892, vasculhou arquivos para o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Publicou muito, e entre suas obras se destacam os *Anais pernambucanos*, em dez tomos, cobrindo a história regional de 1493 a 1850. Chegou a realizar o *Vocabulário pernambucano* a que se refere Capistrano na carta. José Honório Rodrigues faz dele apreciação que parece corroborar o juízo de Capistrano: “um dos mais pacientes investigadores do nosso passado e um dos mais autorizados *cronistas* de Pernambuco”.¹⁶⁵

Havia para Capistrano, ao que parece, uma diferença entre os indivíduos habilitados apenas ao trabalho de pesquisa e coleção e os habilitados à escrita da História, embora os primeiros pudessem fazer trabalho de valor, e os segundos devessem ter amplo conhecimento de fontes, sua importância e necessidade de publicação. Podemos supor, pela reação do filho de Melo Moraes, que tal classificação não era pessoal; era aceita na época, e a pecha de “coleccionador” recairia negativamente sobre quem a possuísse (no mínimo como alguém “limitado”).

Um historiador propriamente dito teria de ser mais que um compilador de documentos, mas uma contribuição substancial para os estudos históricos poderia (ou até deveria) vir da publicação de fontes, dada sua necessidade. A nosso ver, concorre para esta avaliação uma certa divisão entre gêneros historiográficos, em que à crônica, no sentido em que era usado o termo no século XIX (diferente das crônicas coloniais), corresponderia a coleção de documentos (por isso Melo Moraes deu a sua obra o título de *Crônica Geral e Minuciosa do Brasil*),¹⁶⁶ enquanto a história seria a narrativa

¹⁶³ Cf. VIANA, *op. cit.*, p. 21, e MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu: um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1956, p. 36; Capistrano comentaria o episódio, anos depois, em carta de 24 de julho de 1920 a João Lúcio de Azevedo, Corr. II, p. 168.

¹⁶⁴ Corr. II, p. 29, carta de 26/01/1917.

¹⁶⁵ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica...*, *op. cit.*, 1969, p. 81-82, grifo nosso.

¹⁶⁶ Na obra *História dos Principaes Sucessos Politicos do Brasil*, publicada entre os anos de 1826 e 1830, seu autor, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, para esclarecer alguns pontos mencionados em sua “narrativa” (a história), e “afim de que o Publico fique satisfeito sobre a pureza da verdade desta Historia”, anunciou a publicação de uma *Chronica Authentica da Regência*, que consistiria em “Collecção de Cartas, Proclamações e Diplomas” (LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos do Império do Brasil, dedicada a D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imperial,

propriamente dita (não apenas descritiva, mas também analítica), ou seja, a produção original do historiador. Nos artigos de 1882 sobre Varnhagen, Capistrano apontou:

Um homem inteligente disse um dia que a história não era a crônica. (...) É fácil dizê-lo, pelo menos é mais fácil do que determinar com precisão onde começa uma e onde acaba outra, ou mostrar um livro que possua exclusivamente um destes caracteres.

A obra de Varnhagen, por exemplo, tem incontestavelmente muito de crônica, mas abunda em páginas que revelam muita perspicácia, contém observações e vistas que escapariam a qualquer inteligência ordinária, possui, sem contestação, também o caráter de história.¹⁶⁷

Neste trecho, em nossa interpretação, Capistrano estaria a dizer que a obra de Varnhagen contém muito de compilação de documentos, de transcrições de textos alheios, mas possui também trabalho de historiador, produção original do próprio Varnhagen a respeito daquilo que tratava, isto é, reflexão sobre o que as fontes transcritas lhe apresentavam. Pelo teor do texto, a impressão é que Capistrano está citando uma crítica corrente a Varnhagen (semelhante, inclusive, à feita a Melo Moraes), assimilando-a parcialmente, mas em seguida fazendo sua réplica, reabilitando assim o Visconde de Porto Seguro de ser apenas um cronista, e não um historiador propriamente.

2.11 Varnhagen

Mesmo o gênero das crônicas, porém, não resolveria adequadamente a questão da divulgação de documentos, frente à possibilidade (e até necessidade) de edições críticas. Disto pode vir parte das críticas à obra de Melo Moraes, e elas estariam associadas a alguns princípios de edição de documentos que Capistrano vai levantar, cuja análise faremos quando nos detivermos em suas iniciativas voltadas à publicação de documentos. Alguns esforços importantes nessa área já haviam sido feitos na historiografia brasileira, a merecerem destaque; por isso ainda a grande importância da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, na visão que Capistrano expõe em fins do século XIX, não só como historiador, mas como editor de documentos históricos relevantes.

1826/1830, 2 vols., 4 tomos, seção II, p. 198); a nosso ver, é uma diferenciação deste tipo que aparece no fim do mesmo século, em que a crônica surge como coleção de documentos.

¹⁶⁷ EE-1, p. 138.

Segundo Capistrano, Varnhagen dedicou-se a buscar, editar e publicar documentos num momento em que “os arquivos portugueses ainda não haviam sido explorados”: “Os achados de Varnhagen foram consideráveis, sobretudo quanto ao primeiro século da nossa história. Não diremos que renovou a fisionomia da época, mas descobriu bastantes elementos para quem possa e quem queira fazer obra definitiva”.¹⁶⁸ Portanto Varnhagen foi bom explorador de arquivos; se, com isto, não produziu grande renovação na visão que se tinha do século XVI, deixou condições para tal. Realizou, assim, o trabalho de transição, de preparação de terreno, que Capistrano reivindicava para sua época. Além disso, aparece no trecho transcrito a idéia de que apenas com novos documentos (“achados”, que podem ser, em nossa interpretação, tanto documentos absolutamente inéditos, quanto documentos mencionados aqui e ali, mas nunca antes divulgados para leitura) se pode produzir novo conhecimento histórico.

E quanto às revisões factuais, como a que vimos Capistrano fazer nas críticas a outros autores, discordando inclusive de interpretações do próprio Varnhagen? E a crítica a Varnhagen como leitor de documentos? Não são indícios de que a re-interpretação de um documento já conhecido poderia mudar o conhecimento histórico de algo tanto quanto o surgimento de um documento inédito? A nosso ver, Capistrano diferenciaria correções pontuais, que a re-interpretação permitiria, de alterações radicais que uma nova descrição da sociedade ou de um acontecimento pudesse produzir. Ainda assim, vimos como Capistrano propunha uma nova hierarquia de valores para o trabalho do historiador. Portanto, atento a preocupações diferentes, seria possível a um historiador, usando os documentos já conhecidos, produzir um estudo de valor, debruçando-se sobre tema pouco visto (como as festas, ou a família). Seria inegável, todavia, para seu pensamento, que grandes renovações historiográficas pudessem vir da descoberta ou revelação de fontes pouco conhecidas ou desconhecidas por completo, principalmente considerando sua avaliação do momento que a historiografia brasileira atravessava, tendo na carência de fontes disponíveis para consulta um grande problema. Boa parte de sua motivação para trabalhar com a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador veio desta expectativa. Mas, em alguns casos ao longo de sua vida, a nova hierarquia de valores, orientando o que buscar nas fontes, sugeria que, desconhecidos ou não, o importante era que os documentos estivessem divulgados e acessíveis. Aí sim pouco valeria o “preconceito do inédito”. Em carta de 18 de março de 1918, a João

¹⁶⁸ EE-1, p. 133.

Lúcio de Azevedo, Capistrano compartilha um plano que então acalentava, que mencionamos acima: “reunir alguns documentos sobre a história sertaneja”. Já pensava até em nome e tamanho para a obra: “*Os Documentos para a História do Sertão do Brasil*, se o editor o quiser, terão 400 páginas pouco mais ou menos”. Para compô-la, Capistrano pensava em recorrer ao auxílio do próprio João Lúcio de Azevedo, e a documentos que já haviam sido publicados, pela revista do IHGB, por Guilherme Studart e outros: “Não me preocupa o preconceito do inédito”.¹⁶⁹ Neste caso, após algumas décadas de pesquisa documental, mais do que descobrir documentos novos (que Capistrano caracteriza, ao menos uma vez, como uma espécie de fetiche da época),¹⁷⁰ o que Capistrano considerava importante para a escrita desta parte fundamental da história do Brasil era a sistematização das fontes que pudessem viabilizar tal estudo. Novamente vemos colocados por Capistrano estes dois traços de sua crítica historiográfica: uma nova hierarquia de valores na história (que desse ao estudo do sertão maior importância), e a necessidade de organização das fontes (para a concretização deste estudo).

O mesmo já havia aparecido, entretanto, em artigos seus do século XIX. Ao escrever na *Gazeta de Notícias* de 2 de setembro de 1881, sobre a importância do estudo das viagens que passaram pela América portuguesa para a compreensão da sociedade colonial, Capistrano detém-se o artigo inteiro no estado precário das fontes para este estudo (promete, para a sequência, artigos em que discutiria as viagens de forma introdutória; ao que sabemos, não publicou tais artigos). Capistrano defende a edição das narrativas destas viagens, principalmente as que cobriram o sertão. Sem essas edições, a pesquisa só ocorre em manuscritos, onde

Lê-las [essas narrativas] não é o termo próprio. Muitas vezes as letras conservam o emaranhado das florestas que percorreu quem as traçou; outras a tinta se apaga ou rendilha e pulveriza o papel; e as traças... é preciso adivinhar.

E não é obra de uma geração a publicação e o exame deste documento. E ainda não é tudo: muitos deles já se não sabe onde param, outros estão em lugares tão distantes que, a menos de dispor de grande fortuna, é impossível percorrê-los sucessivamente.¹⁷¹

¹⁶⁹ Corr. II, p. 86-88.

¹⁷⁰ Pelo qual não teria grande estima, pelo menos após acumular larga experiência, ao que parece por não julgar ser preciso um grande historiador para descobrir ou usar inéditos; dificuldade maior estaria justamente na sistematização e uso do conjunto total dos documentos. Impressão que também fica da leitura da carta de Capistrano a Paulo Prado, de 3 de junho de 1922: “Tenho lido alguma coisa sobre a Independência e felizmente para o que planejo dispensei inéditos: jogo com grandes massas. Inéditos há que bojar e rebojar Oliveira Lima. Inéditos podia descobrir Domício” (Corr. II, p. 414-415).

¹⁷¹ EE-4, p. 282.

Dada a dificuldade de leitura destes manuscritos, e seu estado de permanente deterioração, era necessário um trabalho sistemático de decifração, edição e publicação de seus textos, para salvaguardar os meios de estudo de um ponto-chave da história brasileira (a ocupação dos sertões). Mas isto “não é obra de uma geração”; é trabalho extenso, e que envolve ainda buscar todos estes documentos, encontrá-los por onde estivessem dispersos, para aí sim editá-los.¹⁷² (Vale dizer que Capistrano, sem a “grande fortuna” que disse ser necessária para percorrer todos os arquivos onde pudessem estar tais documentos, criou suas soluções, aproveitando-se principalmente do auxílio de amigos e correspondentes pelo Brasil e no estrangeiro, para obter cópias de documentos de que precisava). Feita a pesquisa nos arquivos, aí sim deveria ocorrer a edição, onde aparecia outro problema: encontrar no Brasil quem tivesse competência para fazê-lo. É neste artigo que Capistrano diz: “Parece incrível, mas é exato; quase não há no Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro] quem saiba fazer esta coisa tão simples – editar um livro”.¹⁷³

Foi também pensando na necessidade da realização de estudo sobre um ponto fundamental, em sua visão, de nossa história, que Capistrano disse que os brasileiros herdaram dos portugueses o costume de descuidar de seus arquivos, a que fizemos menção acima: “Refiro-me às sesmarias”, por meio das quais “escrever-se-ia uma história que ainda não encontrou quem a narrasse: a do emprazamento lento do território; do avanço da civilização e do refluxo da barbaria; da substituição do povo brasileiro às hordas bráslicas nômades”.¹⁷⁴ Capistrano, então, em artigo de 9 de dezembro de 1881, na *Gazeta de Notícias*, continuado a 29 de maio de 1882, dá resumidamente a medida do valor que percebe no estudo deste tema para a compreensão da história brasileira.¹⁷⁵ Neste caso, sua expectativa de ver tal estudo realizado devidamente foi bem mais pessimista do que quando projeta para a geração seguinte alguma tarefa, certamente para reforçar seu argumento: “É provável que dentro de uns três séculos ela [a história da conquista do território] seja descrita quando outras questões estudadas com o rigor dos princípios científicos mostrarem que a luta territorial é a grande, a importante, a fundamental questão, sem a qual nenhuma outra

¹⁷² Ainda em 1917, carta de 9 de abril, comentaria Capistrano com João Lúcio de Azevedo: “É curiosa a falta de narrativas de viagens nos documentos coloniais” (Corr. II, p. 45); após mais algumas décadas de pesquisa, os documentos parecem ter frustrado um pouco sua expectativa quanto a encontrar relatos de viagens.

¹⁷³ EE-4, p. 282.

¹⁷⁴ EE-4, p. 310.

¹⁷⁵ EE-4, p. 310-316.

pode ser completamente resolvida”.¹⁷⁶ No caso, além de uma visão diferente em relação aos documentos, seu cuidado e disponibilização, Capistrano dá também, claramente, a nova visão de valores históricos que defende, ao argumentar em favor da importância deste ponto. A exploração e conquista do território pelos colonos teve, ao longo de toda sua obra, a importância capital de que já se reveste nestes artigos, que ainda tem muito do pensamento sociológico oitocentista tão explicitamente presente em seus primeiros escritos. Para além destas questões, de importância fundamental para a apreciação de uma visão de conjunto do pensamento historiográfico de Capistrano (sendo estes artigos sobre a conquista do território notáveis), deve-se destacar que Capistrano abre o primeiro artigo, como havia feito no texto em que reivindica a importância do estudo das viagens, com uma crítica a respeito da condição das fontes sem as quais tais estudos não poderiam ser realizados.

Daí que grande parte da importância da obra de Varnhagen Capistrano tenha atribuído, nos artigos de 1882, a seu trabalho de pesquisa e edição de documentos históricos. O valor dos documentos que Varnhagen pesquisou, principalmente os relativos ao século XVI, variam conforme a natureza de sua utilidade, definida a partir da visão de Capistrano, que revela, assim, algumas de suas expectativas quanto às fontes. “A descoberta do *Roteiro* de Pero Lopes e a do *Livro da Nau Bretoa* esclareceram muitos pontos obscuros”;

A edição de Gabriel Soares é um trabalho de suma importância, pois Gabriel Soares é o geógrafo, o historiador, o etnologista, a enciclopédia viva do nosso século XVI.¹⁷⁷

A publicação da *Narrativa Epistolar*, de Fernão Cardim, deu-nos a conhecer, não só uma fisionomia simpática, distinta e amável, (...) como indicações e notícias que tornam mais adequadas à concepção da sociedade coeva.

A *Enformação do Brasil em 1584*, obra anônima que Cândido Mendes demonstrou pertencer a Anchieta [a que fizemos menção acima, que o próprio Capistrano editaria em 1886], é uma das melhores crônicas do tempo.

As cartas avulsas de Duarte Coelho, Duarte de Lemos, Guillem, Jerônimo de Albuquerque e outros, espancaram muita treva e aumentaram o círculo de nossos conhecimentos.

¹⁷⁶ EE-4, p. 311.

¹⁷⁷ O próprio editor chamou a atenção dos leitores para estas qualidades em Gabriel Soares de Sousa: “O nosso autor é singelo, quase primitivo no estilo, mas era grande observador, e, ao ler o seu livro, vos custa o descobrir se ele, com estudos regulares, seria melhor geógrafo que historiador, melhor botânico que corógrafo, melhor etnógrafo que zoólogo” (SOUSA, *op. cit.*, p. 11). Veremos como Capistrano, em seus textos a respeito de documentos históricos, procurava identificar os mesmos conhecimentos úteis a estas áreas, classificando-as mais ou menos como fazia Varnhagen na metade do século XIX.

Em suma, só com injustiça se poderá negar que Varnhagen é quem, de todos os que têm escrito sobre a história do Brasil, mais fez para tornar conhecido o século XVI.¹⁷⁸

Portanto, além do esclarecimento de “pontos obscuros” da história do Brasil, tais documentos forneciam também, na leitura de Capistrano, descrições mais precisas da sociedade colonial e informações úteis de acordo com perspectivas de aproveitamento das fontes que revelam algumas das coisas que Capistrano buscava em um documento, como, por exemplo, informações geográficas e etnológicas. E isto apenas relativo ao século XVI: nos outros a dificuldade seria ainda maior, segundo Capistrano,¹⁷⁹ principalmente porque muito ainda estava por fazer. Apesar da estima pelo trabalho de Varnhagen com documentos, quando começou a fazer o seu próprio Capistrano fez críticas tanto a Varnhagen, como a outros homens de letras de sua geração que realizaram pesquisas documentais em meados do século XIX. Por isso, pede a Lino de Assunção, mais de uma vez, que confira cópias de documentos existentes no Brasil, feitas pelas missões enviadas pelo IHGB no Oitocentos, com os originais existentes em Portugal. Ao fazê-lo, critica a publicação de documentos como feita até então. Em carta de 5 de junho de 1886, diz a Lino:

Incluo uma cópia da carta de Diogo Leite, existente na Torre do Tombo, e peço-te que a confrontes. Foi publicada por Varnhagen, mas os documentos impressos sobre história do Brasil têm-no sido tão mal que não tenho confiança em nenhum. Acresce que Varnhagen publicou-o sem pontuação, isto é, sem interpretação [na forma como estava, sem dispor a própria visão do que ali estava escrito, ou seja, sem sua interpretação, sua leitura do documento]: vê se com o original combina o que agora dou.¹⁸⁰

A idéia que Capistrano fazia a respeito de “interpretação” de documentos, e como ele achava que estes deveriam ser editados, discutiremos posteriormente. Por ora, interessa-nos apontar a crítica feita ao trabalho com documentos, até então, no Brasil. Em carta datada três dias antes da citada acima, Capistrano diz ao mesmo Lino de Assunção: “Pretendo publicar mais tarde os escritos de Fernão Cardim. Consta-me, porém, que a *Narrativa epistolar* editada por Varnhagen é muito incorreta: peço-te, pois, que peças a teu amigo de Évora cujo nome não me acode ao espírito, que se encarregue do cotejo”.¹⁸¹ A mesma publicação elogiada por Capistrano nos artigos de

¹⁷⁸ EE-1, p. 133-134.

¹⁷⁹ EE-1, p. 135-136.

¹⁸⁰ Corr. III, p. 335-337.

¹⁸¹ Corr. III, p. 335.

1882 sobre Varnhagen (como mostramos acima) era agora, alguns anos depois, criticada pela cópia em que se baseou. Para que não pareça implicância com o Visconde de Porto Seguro, outro responsável por pesquisas arquivísticas no século XIX, ligado ao IHGB, teve seu trabalho suscitado por Capistrano, em carta a Lino de Assunção de 19 de julho de 1886 (pouco mais de um mês após as cartas acima): “Pelo outro vapor, irão uns documentos colhidos na Torre do Tombo, pelo Gonçalves Dias, e agora publicados na Revista do Instituto. Peço-te que o confiras com o original”.¹⁸² Daí sua desconfiança, neste momento, quanto ao trabalho feito até então (isto é, ao longo do século XIX, após a criação do IHGB) com documentos no Brasil, apesar de seus méritos. Esta seria mais uma área na qual a historiografia brasileira necessitava de revisão.¹⁸³ Talvez um resumo da visão que Capistrano tinha dos trabalhos como vinham sendo feitos nessa área, em particular quanto ao cuidado com as cópias (e como, se mal-feitas, poderiam atrapalhar a edição de algum documento), esteja na carta escrita a Guilherme Studart, possivelmente de junho de 1902, em que passa por alguns destes homens de letras do século XIX:

A crônica de Betendorf ainda está inédita. O Instituto Histórico possui um exemplar de boa letra, mas que não faz sentido, copiado sob a direção de João Francisco Lisboa, a julgar por certas emendas de letra semelhante à dele, e absolutamente diversa da de Gonçalves Dias, que primeiro exerceu a comissão de mandar copiar em Portugal documentos relativos ao Brasil. Disse-me uma vez o velho Melo Moraes que começara a impressão, mas arrepia caminho por não ser inteligível o texto.

Imagine V. o estado deste na cópia do Instituto Histórico quando Melo Moraes, o menos exigente dos homens a respeito de tais cousas, chegou a cair em si!¹⁸⁴

Ao mesmo tempo, a edição crítica de documentos, como a do *Código filipino* por Cândido Mendes de Almeida, de 1870, ou a que Varnhagen fez para obra de Gabriel Soares de Sousa, em 1851, que mencionamos acima, poderiam sinalizar um caminho mais rigoroso, já aberto, para a divulgação de fontes históricas.

É a partir desta sua visão da historiografia brasileira que talvez possa ser entendida, em parte, a atuação de Capistrano de Abreu neste campo, ao longo de sua vida. Mas não apenas em função das lacunas, como também de iniciativas louváveis,

¹⁸² Corr. III, p. 338-339.

¹⁸³ As cópias a cargo de João Francisco Lisboa também não eram muito confiáveis; o próprio admitiu, em carta, suas limitações (RODRIGUES, *A pesquisa histórica...*, op. cit., p. 63). Na correspondência de Capistrano, podemos encontrar outras referências a trabalhos com textos históricos de homens como Varnhagen e Melo Moraes suscitados como incorretos, por exemplo Corr. III, p. 310-311.

¹⁸⁴ Corr. I, p. 155.

malgrado suas imperfeições. Em particular no que respeita à edição e publicação de documentos históricos, o caminho seria ainda extenso, e especialmente importante, pois envolve a divulgação do material sobre o qual poderia ser erguida uma produção historiográfica mais sólida, usando uma metáfora comum da época. Uma das frases mais lembradas de Capistrano de Abreu, escrita em carta de 17 de maio de 1920 a João Lúcio de Azevedo, e que serviu de mote para a introdução de Stuart Schwartz à recente edição norte-americana dos *Capítulos de História Colonial* (1997), remete justamente a esta metáfora: “A História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola”. A frase veio a Capistrano quando fazia pesquisa sobre as minas. Estudando Fernão Dias Pais e D. Rodrigo de Castelo Branco, precursores na cata às minas, Capistrano chegou à conclusão de que ambos utilizaram caminhos diferentes daqueles supostos pela historiografia até então, em suas expedições ao interior. “Importância o caso não tem, mas é sempre melhor um alicerce em pedra que em areia”.¹⁸⁵ Aí estava um exemplo, para Capistrano, da falta de solidez das pesquisas que geravam a narrativa da história do Brasil até então. Talvez a frase acima resuma bem, por outro lado, as críticas minuciosas que Capistrano fazia com relação a datas e fatos, bem como sua defesa de uma leitura adequada (isto é, lenta e refletida) das fontes: “Importância”, para a narrativa geral da história do Brasil, talvez aqueles pequenos erros não tivessem; “mas é sempre melhor um alicerce em pedra que em areia”. Mas mesmo para os estudos importantes, como as sesmarias e as viagens, faltavam os documentos e, onde os havia, sua leitura adequada.

No necrológio de Varnhagen, de 1878, Capistrano também se valeu da metáfora da construção para definir a escrita de uma nova história geral do Brasil: “Por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto”.¹⁸⁶ O que viemos chamando aqui de fontes ou documentos históricos (terminologia também usada por Capistrano), aparecia para o historiador cearense como sinônimo de “materiais” para estudos, principalmente nos anos 1880, quando de suas primeiras incursões no campo da publicação e edição de documentos históricos. A coleção que inicia com Alfredo do Vale Cabral e Teixeira de Melo é nomeada *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*. Ao publicar documento narrando a viagem da bandeira de

¹⁸⁵ Corr. II, p. 161-162.

¹⁸⁶ EE-1, p. 91; DUTRA, *op. cit.*, p. 215-216, e PEREIRA, *op. cit.*, p. 36-37, fornecem reflexões sobre esta imagem da história como edifício.

Francisco de Mello Palheta ao Madeira, na *Gazeta Literária*, de 11 de outubro e 24 de novembro de 1884, Capistrano escreve seus motivos e expectativa: “Fora para desejar que se achassem outros documentos sobre esta e outras bandeiras de Palheta, que tornem afinal possível escrever a biografia do introdutor do café no Brasil. Este é o material para um capítulo”.¹⁸⁷ Seria mais um estudo monográfico à espera de realizador, para o qual Capistrano procurava contribuir com “material” – o documento publicado;¹⁸⁸ a idéia de materiais subentende que os documentos não falam por si, dependendo do trabalho do historiador com eles para que o conhecimento seja, seguindo a metáfora, construído.

Mas a humilde disponibilização de materiais resume o trabalho do historiador com documentos? Os textos pelos quais Capistrano demonstrou interesse em editar não foram os primeiros que encontrou inéditos. Eram textos pelos quais tinha determinadas opiniões (como os de Frei Vicente do Salvador ou Fernão Cardim),¹⁸⁹ que julgava conterem contribuições importantes para questões específicas da história do Brasil, cujo valor vinha de *sua* interpretação. Vimos, por exemplo, sua predileção por crônicas. Vimos também que é possível discernir até algumas expectativas de Capistrano em relação às fontes, expectativas que se relacionavam à sua interpretação histórica. A busca constante nos documentos por informações etnográficas sobre as tribos indígenas dos primeiros séculos da colonização portuguesa, muito deviam, certamente, a sua idéia a respeito da contribuição fundamental dos índios para a formação do povo brasileiro (polêmica já da década de 1870 com Silvio Romero),¹⁹⁰ bem como da necessidade de se iniciar a escrita da história do Brasil pela população nativa aqui existente quando da chegada dos portugueses, ao invés de começar pelos portugueses e pelo contexto europeu (o caminho que Capistrano seguiria nos *Capítulos de História Colonial*, de 1907, cujo primeiro capítulo é justamente “Antecedentes indígenas”). Vimos de passagem como, nos anos 1910, Capistrano planejou a edição de um compêndio que se

¹⁸⁷ CA, p. 119.

¹⁸⁸ Outro exemplo contemporâneo do uso de “materiais” para se referir às fontes é o amigo e conterrâneo de Capistrano, Guilherme Studart, também muito dedicado à pesquisa documental, que, no preâmbulo ao seu *Datas e factos para a história do Ceará*, escreve: “Praticando assim obedeci a um plano, que me tracei ha muito – o de ir ajuntando materiaes para o futuro historiador do Ceará” (STUDART, (Guilherme) Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 “Duas Palavras”) – original é de 1896.

¹⁸⁹ “Cardim é um dos meus prediletos”, disse Capistrano a João Lúcio de Azevedo em carta de 15 de novembro de 1916 (Corr. II, p. 20); sobre Frei Vicente, diz ao amigo português, a 10 de fevereiro de 1917: “Tenho certeza de que a leitura da *História do Brasil* o incluirá no mesmo empenho de ver a obra completa” (Corr. II, p. 32).

¹⁹⁰ EE-4, p. 3.

chamaria *Documentos para a História do Sertão do Brasil*. Vislumbrava marcar a necessidade do estudo da ocupação do território do que futuramente seria o Brasil, oferecendo meios para tal, que Capistrano planejava fossem os mais amplos possíveis. Nisto, também havia uma seleção de que “interior” privilegiar nas pesquisas. Nesse caso, disponibilizava não só os materiais, mas também o projeto para a obra; uma interpretação e valoração prévias.

Nas edições de documentos das quais participou, Capistrano por vezes incluiu intervenções como panoramas da história do Brasil da época do documento, em que tratava dos assuntos que, em sua visão, deveriam ser salientados. Não fazia *qualquer* panorama, portanto: incluía uma interpretação específica, produção original sua.¹⁹¹ Com relação à ocupação do sertão, tinha uma questão específica em mente: o povoamento do rio São Francisco ao Parnaíba, rio que corre na divisa entre o Piauí e o Maranhão – povoamento sentido litoral-interior, L-O, talvez vindo do sul, então SE-NO, em função das dificuldades de comunicação por mar,¹⁹² que fariam desta linha de povoamento a mais difícil. Em carta de 16 de setembro de 1918 (época em que planejava o compêndio de documentos sobre o sertão), Capistrano disse a João Lúcio de Azevedo que pretendia destacar a importância desta que considerava a “a questão máxima de nossa história” num prólogo de uma edição crítica, a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão* de Claude d’Abbeville, texto de 1614,¹⁹³ como de fato o fez.¹⁹⁴ “Não conheço da questão senão sua existência: formulo-a para os vindouros”, diz na carta. As introduções a documentos permitiriam, nesse sentido, sugestões de caminhos, insinuações, hipóteses, colocados junto à fonte que possibilitava sua investigação. Evidentemente, o procedimento orientava a leitura do texto apresentado. Mais do que simplesmente fornecer material a quem quisesse estudar história, as edições poderiam

¹⁹¹ No prefácio à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias da Bahia (1591-1593)*, documento editado e publicado na *Série Eduardo Prado*, em 1925, mais de quarenta anos depois dos artigos de 1881 (EE-4, p. 291) que citamos anteriormente, por exemplo, Capistrano vai reafirmar muito do que diz naqueles textos a respeito das festas e da vida familiar na colônia; cf. ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 2ª série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 211 e 213, em especial. Abreviaremos esta edição da 2ª série dos *Ensaio e Estudos* que utilizamos como EE-2 nas notas, a partir daqui.

¹⁹² Este ponto aparece, por exemplo, nos *Capítulos de História Colonial* – cf. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. 1500-1800*. 7ª ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 138, edição que aparecerá como CH nas nossas notas, a partir daqui -; também no prólogo a *Notas Sobre a Paraíba*, de Irineu Joffily, em EE-1, p. 153, entre outros textos. Esta idéia é analisada por PEREIRA, *op. cit.*, em especial pp. 113-116. Para a questão do sertão no pensamento social brasileiro, cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

¹⁹³ Corr. II, p. 109-111.

¹⁹⁴ EE-2, p. 150-157.

prover *o que estudar* nessa história. Sendo uma questão como aquela vista como fundamental, claro fica que estudos que não a tratassem seriam, no mínimo, insuficientes. Portanto, suas iniciativas de publicação de documentos, que discutiremos na próxima parte de nossa pesquisa, expressavam não só elas mesmas, ou seja, a disponibilização de uma fonte histórica, segundo regras metodológicas próprias (que se procurava universalizar, cabendo crítica a quem não as adotasse), mas também um espaço para produção original de seus editores, que muitas vezes podia assumir a forma de levantamento de hipóteses.¹⁹⁵

2.12 A posição de Capistrano

Capistrano apresenta, na sua crítica historiográfica e ao longo de sua obra como um todo, a defesa de alguns pontos importantes do que considerava pertinente à prática do historiador. Uma determinada visão teórica, muito informada pela sociologia oitocentista e por leituras historiográficas variadas (inclusive do contexto latino-americano), e erudita (isto é, que se baseasse no conhecimento preciso dos fatos) estão entre estes pontos. Uma nova hierarquia de valores para os estudos históricos, destacando temas antes negligenciados (em boa medida tributária da formação teórica), também. De forma geral, tais aspectos defendidos e praticados por Capistrano foram decisivos para a originalidade e importância de sua obra no quadro da historiografia brasileira – seu estudo envolve um conhecimento profundo do pensamento social e filosófico de então e dessa mesma historiografia. O que gostaríamos de destacar, porém, é a lembrança constante de Capistrano de certa relação do historiador com as fontes primárias; deveria conhecê-las, dominá-las, e, mais do que isso, concorrer para sua divulgação entre seus colegas ou público mais amplo de interessados, em especial naquele momento da historiografia brasileira. A Capistrano interessava fazer da História do Brasil um corpo de conhecimentos sólidos, do ponto de vista factual, e voltado à investigação de questões que tinha por cruciais, para o que eram necessárias a publicação de fontes e uma leitura adequada delas. Faltava à nossa historiografia, em sua visão, uma extensa compilação dessas fontes, e esta lacuna seria por ele reafirmada muitos anos depois de identificada. Em carta a João Lúcio de Azevedo, escrita décadas

¹⁹⁵ A relação entre os documentos selecionados por Capistrano para publicação e as idéias e problemas que informavam sua visão da história do Brasil aparece em vários momentos na tese de PEREIRA, op. cit.; em especial, pp. 40-51.

depois dos artigos que vínhamos analisando (a 9 de julho de 1920), Capistrano praticamente lamentou o lançamento iminente de mais uma história do Brasil, às vésperas da comemoração do centenário da Independência:

Não sei em que pé está a grande História da Colonização de que está incumbido Carlos Malheiro Dias.

Agouro mal dela: no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos, uns oitenta volumes como os da *Rev. do Inst.*, porém feitos por gente que saiba aonde tem o nariz.¹⁹⁶

Vale dizer que, no momento em que Capistrano escreve esta carta, a publicação de documentos no Brasil talvez já estivesse em outro momento, de maior importância e ocorrência. Pensamos em sua própria produção, já que, pouco antes, em 1918, havia sido responsável por nova edição da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, realizada pela editora Weizsflog, de São Paulo, e já concorria para edições de outros textos históricos, que saíam como *Série Eduardo Prado*, em homenagem a seu amigo, e financiados pelo sobrinho deste, Paulo. Mas também nas iniciativas capitaneadas por Washington Luís, em São Paulo, nos anos 1910, que redundaram na publicação dos *Inventários e Testamentos*, no *Registro Geral* e nas *Atas da Câmara de São Paulo*. Vale assinalar aqui que, quando Capistrano diz, em 1920, “no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos”, não está exatamente defendendo posição minoritária ou marginal; importantes empresas nesse sentido, com ou sem sua participação, atestam que a divulgação de documentos históricos possuía relevância geral, embora ainda fosse vista por Capistrano como deficiente.

Capistrano se dispôs, no tempo em que se dedicou à história (pois foi também etnógrafo, geógrafo, tradutor etc.), a fazer algo para suprir esta lacuna que enxergava na historiografia brasileira. Por toda sua correspondência, aparecem não apenas seus diversos contatos voltados à pesquisa de documentos, e seus projetos para publicação dos mesmos, mas também o modo como mantinha um olhar sempre atento a referências

¹⁹⁶ Corr. II, p. 165-166. Esta obra, intitulada *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, foi publicada em 3 volumes, entre 1922 e 1924. É muito elogiada por Oliveira Marques, em sua *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Sendo obra coletiva, reuniu, segundo Marques, vários colaboradores de talento, marcando a “estreia” de futuros nomes importantes da historiografia portuguesa, como Jaime Cortesão. A obra saiu com um “apêndice documental notável”, de acordo com Marques; ou seja, acabou também contribuindo para a necessidade de disponibilização de documentos que Capistrano apontava, ainda que por outro meio, que não os volumes que reivindicava na carta (cf. MARQUES, *op. cit.*, p. 39). Em parte por causa disto, Capistrano demonstraria opinião bem diferente sobre a *História*, à medida que foi sendo publicada. Em carta a Paulo Prado, de 23 de dezembro de 1925, Capistrano escreveu: “Conversei há dias ligeiramente com o Malheiro Dias. O terceiro volume terminará Duarte da Costa. *Todos os documentos aos donatários serão impressos*. Se não comprou, compre enquanto é tempo: dois volumes já estão encadernados: custa [*sic*] 60\$ cada um” (Corr. II, p. 474, grifo nosso).

que pudessem levá-lo a eles. Revela em vários momentos a expectativa de que um documento pudesse levá-lo a outros, nos quais o primeiro teria se baseado.¹⁹⁷ Capistrano lia não só catálogos de arquivos e bibliotecas (públicas ou particulares) em busca de documentos, como, neles próprios, ficava de olhos abertos para as possíveis fontes que seu autor tivesse usado. Em suas edições, é constante a referência às fontes que teriam baseado o texto que então apresentava, indicando, assim, novas pesquisas e textos a quem se interessasse.

Preocupamo-nos, nesta primeira parte, em delimitar minimamente o campo de possibilidades a que Capistrano de Abreu teve acesso no que diz respeito às relações entre historiografia (escrita da História e seus escritores) e documentação. Vimos que a divulgação de documentos, que poderia ocorrer por diversos meios, era parte da atividade típica dos homens de letras que se dedicavam à História, desde pelo menos a segunda metade do século XIX.¹⁹⁸ Observamos, no início desta primeira parte, que procuraríamos indícios da importância de um tratamento adequado das fontes para a (e pela) historiografia no pensamento de Capistrano de Abreu, neste primeiro recorte que fizemos de sua obra - orientados que viemos pela perspectiva de que foi Capistrano um intelectual muito envolvido com pesquisa e publicação de documentos históricos, ao longo de sua vida. Observamos também que, apesar desta sondagem de elementos que remetem a uma concepção geral da prática historiográfica, não os destacaríamos dos referentes diretos em que os encontramos. Isto para vislumbrar também o posicionamento que Capistrano buscava perante seus contemporâneos, quanto às formas de divulgação de documentos históricos que havia em sua época. Particularmente no campo da História, Capistrano identificou lacunas e imperfeições que tornavam pertinente e justificada grande parte do trabalho que ele mesmo fazia ou viria a fazer. Desse modo, lendo o mundo que Capistrano de Abreu descreve, em relação à produção historiográfica brasileira, da fundação do IHGB a seu tempo, temos a obra que acabou realizando, relativa a documentos históricos, como plenamente necessária para a historiografia brasileira, e feita sob orientação superior à muitas vezes seguida. Da

¹⁹⁷ Como na carta de 2 de outubro de 1916, também a João Lúcio de Azevedo, em que Capistrano relata: “A Biblioteca [Nacional] e o Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro] possuem vários volumes de *Consultas* do Conselho Ultramarino, copiados pela comissão G[onçalves]. Dias – [João Francisco] Lisboa. Lendo-as, só pensava nos documentos em que se fundavam, e sentia uma tristeza infinita, pensando que tanta riqueza ficara perdida”; Corr. II, p. 17-18.

¹⁹⁸ Referindo-se ao IHGB, aponta Manoel Salgado: “A pesquisa de fontes inscreve-se, assim, como uma das preocupações primeiras daqueles homens voltados à tarefa de escrever a história do Brasil”. (CARVALHO, *op. cit.*, p. 111).

mesma forma, iniciativas divergentes aparecem como, ou insuficientes, ou simplesmente desnecessárias. Claro que esta visão pessoal não deixava só seu autor como pertinente; outros estudiosos chegam mesmo a exemplos de atuação. O que queremos pontuar aqui é mais do que o aspecto individual, e sim o discernimento de algumas convicções a respeito de História, ligadas ao contexto em que viveu Capistrano; que não fogem, não estão além deste contexto, mas procuram se legitimar e se justificar dentro dele. Desse modo, procuramos a posição que marca Capistrano: a defesa de projetos de publicação de documentos, que sigam certos princípios; perfeitamente justificada se tivermos em vista o estado da historiografia brasileira (por ele retratado). Por mais que possamos relacionar as idéias e práticas de Capistrano aqui vistas com o contexto historiográfico mais amplo da época, buscando conexões com o historismo alemão ou a escola metódica francesa (que não ignoramos que existam), ou ainda tentando antever em Capistrano autores e idéias posteriores, do século XX, pensamos contribuir ao estudo deste autor, quando tratamos de sua visão do documento histórico, do modo intentado acima: observando as referências concretas de seus textos, tanto de obras que traziam fontes transcritas como de autores, e como sua avaliação de e posição em relação a elas podem ajudar-nos a entender sua prática com documentos históricos – pesquisa e esforços para divulgá-los. Por outro lado, não é demais destacar que não pretendemos aqui esgotar todos os aspectos do pensamento historiográfico de Capistrano de Abreu, passando a imagem de que ele seria um autor obcecado por textos, vendo neles tudo o que um historiador precisava; suas idéias abrangem um pensamento sociológico e filosófico a informar sua visão da História que não foi contemplado aqui.

Capistrano tinha severas críticas a obras de História que mostrassem desconhecimento ou mau uso (leitura apressada) de fontes históricas, e redundassem, assim, em conclusões alinhavadas precipitadamente ou inexatidões factuais. Isto valia tanto para o compêndio utilizado no Pedro II (Matoso Maia), como para a obra de eminente político do Segundo Reinado (Pereira da Silva), autores ligados a uma forma, ao que parece, mais tradicional de pensamento; mas valia também para uma obra “moderna”, que empolgava leitores de sua geração (Oliveira Martins), e não escapava das críticas de Capistrano quanto à falta de precisão nos fatos. Funcionário da Biblioteca Nacional desde 1879 (e freqüentador talvez desde sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1875), Capistrano tinha noção do estado dos manuscritos para consulta, e acreditava na necessidade de sua publicação para viabilizar estudos imprescindíveis, em seu conceito, como o das sesmarias ou viagens. Manteve-se atento, desse modo, a obras e autores que

se dedicaram à divulgação de documentos, mas fez questão de, sem desconsiderar as formas de que se utilizaram tais autores, marcar diferenças metodológicas. Por conseguinte, a visão que acreditamos que Capistrano construiu da atividade do historiador ao longo de sua vida compreende, entre outros pontos, um esforço contínuo de pesquisa arquivística, que produza a divulgação de documentos importantes, pouco conhecidos ou de difícil acesso, de modo a concorrer para outros estudos; e a realização de uma produção original que inclui uma narrativa orientada pela exatidão factual que só o conhecimento e a leitura adequada das fontes primárias poderiam proporcionar. Tal posicionamento recai sobre um ambiente de estudos históricos, com suas regras próprias. Se Capistrano tinha idéias a orientar sua pesquisa documental, por exemplo, isto se deve também ao fato dele conscientemente não querer ser (e ser visto como) um mero “coleccionador”, ou um “cronista”, um autor que juntava quantos documentos conseguisse reunir, sem critério ou produção própria. Isto minaria seu reconhecimento e as possibilidades de ação que conseguiria para si, além do fato (importante) de que não estava de acordo com o que Capistrano acreditava a respeito de História. Dessa forma, Capistrano foi se aprofundando e abrindo terreno para si em área da historiografia que, na Primeira República, ganharia grande impulso e pela qual seria profundamente reconhecido por seus pares e pela própria história da historiografia: a publicação de documentos históricos. Podemos enxergar no aspecto particular da obra de Capistrano que nos dispomos analisar indícios de uma concepção moderna, ou científica, ou profissional, de História, se considerarmos que esta envolve, além de um *status* ocupacional (que varia de acordo com o contexto, isto é, com o país em questão), um “ethos”, conforme apontou Iggers, caracterizado por um “ideal de objetividade” (conceito de Peter Novick). Esta objetividade viria precisamente da crítica de documentos, das fontes primárias.¹⁹⁹ Assim, poderíamos ver em Capistrano o “ethos” do historiador profissional, malgrado as especificidades de seu grau de profissionalização no Brasil, na virada do século XIX para o XX.

Capistrano não considerava grande historiador, em suma, aquele que se limitava a compilar documentos (e ainda o fazia imperfeitamente), mas tinha claramente a noção do valor que um trabalho bem feito e regular de pesquisa, edição e publicação de documentos poderia ter para a historiografia brasileira - então em más condições, na sua

¹⁹⁹ IGGERS, Georg G. “The Professionalization of Historical Studies and the Guiding Assumptions of Modern Historical Thought”. In: KRAMER, Lloyd, MAZA, Sarah. *A companion to Western historical thought*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 226-227.

avaliação, no que dizia respeito à consulta das fontes para o estudo da história do Brasil. Contando com alguma idéia das diversas opiniões que Capistrano expôs ao longo de sua vida a respeito da disponibilização de documentos históricos, vamos agora analisar seus empreendimentos desta natureza, observando as dificuldades, opções, soluções e caminhos que marcaram esta parte tão referida de sua produção intelectual.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DAS EDIÇÕES

Em anexo, incluímos um levantamento dos documentos cuja publicação contou com a colaboração de Capistrano de Abreu, através das quatro formas principais de divulgação identificadas no primeiro capítulo,²⁰⁰ não apenas para uma melhor medida do lugar que esta atividade ocupou em sua obra, mas como auxílio a este capítulo 2, em que analisaremos suas edições. Alguns dos textos ali apontados seguiram recebendo reedições ao longo do século XX, que reproduziram, muitas vezes, o aparato crítico elaborado por Capistrano; foram feitas, porém, em outro contexto, com outros propósitos e editores.²⁰¹ Atemo-nos às edições que Capistrano fez visando o contexto dos estudos históricos de sua época, em diálogo com outros autores e formas de divulgação de documentos históricos, como procuramos mostrar na primeira parte da dissertação.

Por textos publicados “com colaboração” de Capistrano de Abreu entendemos escritos cuja publicação tenha sido sua iniciativa, trabalhando nela até sua concretização, ou contribuindo de alguma forma: providenciando cópia, (e/ou) estabelecendo o texto, (e/ou) fornecendo algum aparato crítico e, notadamente, garantindo os meios para a publicação, em periódicos ou livro. A inclusão de documentos transcritos na edição de algumas obras, ou em textos do próprio Capistrano, corresponde a uma forma de divulgação de documentos que identificamos na primeira parte; não são o mesmo que citações extensas, mas textos propositadamente reproduzidos, com vistas à sua divulgação. Guardavam relações específicas com o texto historiográfico, podendo servir de comprovação do que dizia o autor, ou como apêndice ao assunto que trata. O que as caracteriza como iniciativas de divulgação de documentos é que outros autores poderiam citá-los a partir daquele texto.

²⁰⁰ Retomando: 1) como artigos em periódicos, alguns científicos, como revistas de institutos, academias de ciências, e outros que abriam espaço para esta produção; 2) dentro de obras de historiadores, que, por motivos específicos, transcreviam documentos no corpo de seus textos, ou destacado destes; 3) por meio de coleções de documentos, e/ou crônicas, como as que desde a primeira metade do século XIX se faziam na Europa (por exemplo, a de Navarrete, na Espanha) e na América Latina (Medina, no Chile, ou Melo Moraes, no Brasil); e, por fim, 4) em edições exclusivas do texto, que poderiam ou não ser edições críticas.

²⁰¹ Em MELO, *op. cit.*, p. 10, nota 16, por exemplo, encontram-se algumas observações sobre as reedições de obras de história financiadas pelo MEC nos anos 1970, como as de Capistrano de Abreu, Varnhagen, Taunay e Oliveira Vianna, que mostram as diferenças de contexto a que nos referimos. Citando estudo de José Ribeiro Júnior, Melo menciona, rapidamente, a forma como tais obras apareciam descoladas de seu contexto de produção, e, amenizadas, visariam alienar os estudantes dos problemas então correntes na vida brasileira, e afastá-los do estudo da história contemporânea. Nesta mesma época, igualmente com auxílio do MEC, documentos históricos também foram reeditados, alguns reaproveitando o trabalho crítico de Capistrano de Abreu (caso da edição de 1975 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, que utilizamos no nosso trabalho). O estudo de José Ribeiro Júnior é o artigo “O Ensino da História e o Contemporâneo Histórico”, in: *Anais de História*, UNESP, Assis, no. 9, pp. 9-24; em especial, para estas edições subsidiadas pelo MEC, pp. 20-21.

Na listagem anexada, procuramos identificar a partir de qual texto de cada documento Capistrano realizou suas edições, pois já vimos sua preocupação com a obtenção de cópias fidedignas para a edição de documentos. Outros documentos publicados no período podem, provavelmente, ter sua publicação relacionada diretamente a Capistrano, saindo, porém, sem referência ao estudioso cearense e sem nenhuma intervenção sua (além dos que porventura nos tenham de fato escapado). Igualmente, algumas pesquisas de Capistrano redundaram em importantes contribuições para a posterior publicação de algum texto: caso notório é de João Antônio Andreoni, autor identificado por Capistrano, que, no entanto, não esteve envolvido diretamente com a publicação de sua obra, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*; Afonso Taunay utiliza sua descoberta, e como a fez, em edição de 1923 deste texto, pela Melhoramentos de São Paulo. Na leitura de um dos fascículos da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, encontra-se caso semelhante: a memória “Sobre o descobrimento dos diamantes na Comarca do Serro Frio. Primeiras administrações”, texto do qual Capistrano foi responsável por cópia, identificação do autor e reunião de suas partes.²⁰² Pode ter colaborado com sua publicação na *Revista* do IHGB, tomo LXIII, sem receber ou reivindicar crédito.

De qualquer modo, as publicações arroladas no anexo certamente são representativas desta atividade de Capistrano que pretendemos estudar: suas formas de divulgação de documentos. Vale esclarecer um último ponto, de grande importância, porém: Capistrano não divulgou apenas textos escritos. Algumas de suas edições (como a *História do Brasil*, de 1918, e o *Diário* de Pero Lopes, de 1927) vinham com mapas, gravuras, e plantas de cidades. Muitos outros trabalhos da época também o faziam. Capistrano, e sua época como um todo, não considerava o texto escrito como a única fonte para o historiador. De forma que a atenção exclusiva dada aos textos aqui é opção nossa, não podendo ser estendida ao pensamento de Capistrano sobre as fontes. Passamos agora à análise de suas edições.

²⁰² Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano VII, fascículos I e II, janeiro a junho de 1902, p. 251.

1. Análise das edições

Editar um volume à primeira vista parece fácil; mas na realidade é muito difícil. Não falemos do caso em que há muitas cópias, com variantes com erros de copistas, como sucedeu com o *Roteiro* de Gabriel Soares, que devemos a Varnhagen. Tomemos o caso mais simples, o em que só há um manuscrito autógrafo; **os estudos sobre o autor e sua época, os esclarecimentos dos pontos obscuros, as retificações, as notas não são trabalhos que qualquer pessoa faça.**²⁰³

Parece incrível, mas é exato; quase não há no Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro] quem saiba fazer esta coisa tão simples – editar um livro. A prova é que nem mesmo as coisas tão mezinhas, como determinar a época em que foi escrito e assim circunscrever o período em que se deve procurar o autor quando o livro é anônimo, nem mesmo a isto se julgam obrigados os seus sócios. Nos cinquenta e tantos volumes de que consta a *Revista*, talvez o *Roteiro* de Gabriel Soares seja o único impresso **segundo as regras** [editado por Varnhagen].²⁰⁴

Se quiseses tomar esta incumbência, **os princípios** a seguir são estes: escrever de um lado só para não termos de recopiá-la, e seguir a ortografia atual, **porque a nossa edição é popular**, e não fazer notas *polêmicas*.²⁰⁵

Os documentos desta ordem V. até hoje tem publicado com a falta de ortografia e pontuação no original, deixando a cada um interpretá-los como entender. **O sistema** que eu e [Alfredo do Vale] Cabral introduzimos é diferente por muitos motivos: **primeiramente nosso trabalho, embora feito com o maior rigor a que podemos atingir, é de vulgarização**; em segundo lugar, ater-se à ortografia arcaica é conjurar contra si todos os compositores e revisores; em terceiro lugar, o editor preocupado com a grafia não tem tempo de atender a questões mais sérias; **em quarto lugar, é preciso que quem edita (sic) qualquer papel assumam a responsabilidade da interpretação.**²⁰⁶

As edições de textos históricos realizadas por Capistrano podem ser vistas de ângulos variados, a partir do que elas mesmas e outros registros do autor permitem entrever; ou seja, dependendo do problema que colocamos. Por exemplo, podemos estudá-las do ponto de vista da relação entre estudiosos e arquivos ou coleções naquele

²⁰³ EE-4, p. 166.

²⁰⁴ EE-4, p. 282.

²⁰⁵ Carta a Lino de Assunção, 2 de abril de 1886, Corr. III, p. 327.

²⁰⁶ Carta a Guilherme Studart, 5 de fevereiro de 1900, Corr. I, p. 148-149. Os trechos em negrito são de nosso destaque, nas quatro citações.

momento – e mesmo como um caso do trabalho de um historiador em seus aspectos mais amplos, desde a consulta de documentos, aquisição de cópias, até a escrita e publicação de textos. Ou enquanto parte da história da leitura e do livro no Brasil, em particular dos livros de história, atentando para o que encontramos a respeito do público leitor. Também é possível estudá-las a partir das limitações dos meios culturais de fins do século XIX, começos do XX, no Brasil, e as estratégias adotadas pelos intelectuais para contorná-las, ou enquanto estudo das idéias de Capistrano de Abreu acerca da história do Brasil, dispersas nestes trabalhos, entre outras abordagens possíveis.

Nosso ponto de vista foi definido na primeira parte da dissertação. Capistrano afirmou e reafirmou, em vários momentos de sua produção, a necessidade de os historiadores concorrerem para a divulgação de fontes históricas, suprimindo diferentes necessidades: a disponibilização destas fontes a quem quisesse estudar a “história pátria”; o fornecimento das mesmas para que a narrativa dos textos historiográficos pudesse ser confrontada, e conferida; e a preservação do conteúdo de papéis em estado de deterioração nos arquivos, estão entre as principais. Fundamentalmente, era uma tarefa obrigatória para os autores de estudos históricos naquele período no Brasil, na sua visão, e *saber fazê-la* também o era. Isso implica um conjunto de procedimentos, onde estaria a diferença dos trabalhos de Capistrano para os demais de edição de textos – não dele individualmente, mas de sua filiação a determinados trabalhos e autores que primariam por determinado tipo de edições.

Qual é este tipo e por que ele é necessário são as perguntas que colocamos. Segundo entendemos, sua necessidade, que marcaria também sua especificidade, viria de permitir ao leitor um contato quase imediato com a fonte, por dispensá-lo de possuir conhecimentos que demandam algum estudo (e, quiçá, especialização). Quero dizer: podemos observar nas edições de Capistrano seu propósito de *vulgarização* dos conhecimentos históricos. Textos seiscentistas, por exemplo, com a grafia das palavras atualizada, livrando o leitor de ter de saber o português antigo; notas que o colocam em contato com toda uma bibliografia especializada, e outras fontes relacionadas, com referências completas das obras; notas que retificam ou complementam a narrativa dos textos, dando ao leitor a exposição “correta” dos eventos, paralelamente ao relato da fonte; explicações históricas; glossários para as palavras pouco conhecidas (ou cujo conhecimento demanda familiaridade com estudos específicos, como no caso das línguas indígenas); panoramas históricos que contextualizam autor e época do texto, entre outros pontos. Embora nem sempre observados todos juntos, estes procedimentos

popularizam não apenas o estudo da história, como sua *escrita*, a partir destas fontes e suas indicações. É ainda um tipo específico de escrita que se dissemina, marcado pela disponibilização também das fontes e sua referência precisa, abrindo ao questionamento o texto historiográfico, já que o leitor passa a ter a indicação da fonte em que se baseou o historiador, podendo contestá-la ou confrontar interpretações.

O grau que atinge esta vulgarização depende, evidentemente, da extensão do “círculo de leitores”²⁰⁷ em que caem estas publicações, muito limitado, no caso de Capistrano – qual seja, o Brasil da virada do século XIX para o XX.²⁰⁸ Esta extensão não está vinculada exclusivamente ao critério da alfabetização, muito restrito no Brasil de então. Depende também do acesso a instituições onde se dá a produção historiográfica. As notas de uma edição, por exemplo, ao se referirem a outra fonte, só podem ser plenamente utilizadas pelo leitor que tem como chegar, se quiser, àquela fonte; deve ser um freqüentador da Biblioteca Nacional, ou do arquivo do IHGB, por exemplo. Se se trata de um livro, o leitor deve ter como adquiri-lo, por alguma livraria que freqüente, ou consultá-lo, também nas bibliotecas.²⁰⁹

Para o caso dos estudiosos da “história pátria” naquele contexto, vimos que Capistrano identificou como problema a disponibilização das fontes, persistente malgrado diversas iniciativas desde meados do século XIX: pois estas nem sempre (senão raramente) seguiriam as “regras” a que se refere na segunda citação, isto é, o conjunto de procedimentos que elencara no primeiro trecho por nós transcrito. Como resposta, e como caminho escolhido nesta atividade, definiu um “sistema”, com seus “princípios”, entre eles o de “vulgarização” ou “popularização”, dos textos que editava. Nas citações acima, Capistrano se refere a este “sistema” em dois momentos: o primeiro, na carta a Lino de Assunção, em ação, quando, ao lado de Vale Cabral e Teixeira de Melo, tenta realizar a publicação de uma ampla coleção de textos históricos, nos anos 1880 (que acabou tendo apenas três números efetivamente saídos); o segundo, na carta a Studart, onde trata deste “sistema” retrospectivamente.

1.1 O “sistema”: as “regras” das edições

²⁰⁷ Na expressão de BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, estudando justamente a época de Capistrano.

²⁰⁸ Sendo que talvez até “Brasil” seja uma unidade exagerada, já que tratamos basicamente do Rio de Janeiro (principalmente), São Paulo, e outras capitais de províncias e cidades de maior porte, chegando ao interior e cidades menores onde a riqueza e interesse pelas letras de seus moradores o permitiriam.

²⁰⁹ É esta gama de atividades que define o “círculo de leitores”, no conceito de Tânia Bessone.

Se procuramos deslindar o “sistema” de edição de textos de Capistrano de Abreu, pois nele estaria a sua resposta a alguns dos principais problemas que via na historiografia brasileira até sua época, podemos analisar todas as edições que tiveram sua participação, desde *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*, de Fernão Cardim, de 1881, até *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1930, dentro de um mesmo plano? Podemos considerar 1881-1930 como uma unidade, e colocar toda sua produção nestes anos lado a lado? Isto é, podemos destrinchar seu método em partes (introdução, estabelecimento do texto, notas) e comparar todos os trabalhos feitos nestes quase cinquenta anos por meio destes critérios? Estaríamos negligenciando mudanças e diferenças?

Na primeira parte da dissertação, vimos que Capistrano manteve, na essência, suas críticas à historiografia brasileira quanto à divulgação de documentos ao longo de todo este período. Sua resposta a este problema pode ser vista, por conseguinte, tomando-se a unidade de tempo que sua visão da historiografia brasileira definiu. Desde o artigo de 2 de setembro de 1879, em que compara a história no Brasil com a história no Chile, até a carta de 9 de julho de 1920 a João Lúcio de Azevedo, em que diz que “no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos”, que antecipa uma década de intensa atividade do autor nesta área, Capistrano aponta, como vimos, basicamente o mesmo problema: a necessidade de amplos projetos de publicação de documentos, orientados por regras específicas. Cremos poder ler seus trabalhos de edição, mesmo que dispersos por meio século, sob a chave deste problema central, que Capistrano definiu e procurou responder. Destarte, desde o primeiro trabalho de edição até o último, acreditamos poder procurar aquilo que Capistrano reivindicava: documentos publicados segundo critérios definidos.

E quanto às diferenças de suporte? Uma edição em volume pode ser equiparada a um documento publicado em periódico, ou transcrito no corpo de um texto historiográfico? Evidentemente que não observamos, em todos os casos, o mesmo aparato crítico; mas todas as formas seguiam um propósito comum, o de fornecer fontes para o estudo da “história pátria”, de acordo com regras próprias. O critério de fazer edições “populares”, que Capistrano desenvolveu com Vale Cabral nos anos 1880, levou-o a, qualquer que fosse o meio em que saísse o texto, procurar torná-lo mais acessível ao leitor. Notas e grandes introduções eram deixadas para as edições em volume, o que não impedia que os textos publicados em periódicos, ou no corpo de

obras suas, deixassem de ter uma explicação preliminar a respeito de suas origens e importância – e tinham, mais do que isso, a mesma preocupação com a correção do texto.

Por conseguinte, acreditamos que há uma unidade neste amplo leque de textos editados com a colaboração de Capistrano de Abreu, o que nos permite analisá-los como um todo, visando discernir seus métodos – enquanto resposta aos problemas que via na historiografia brasileira até então. Para entender estes métodos, parece-nos importante, todavia, dar atenção ao relato de sua própria história enquanto editor de documentos, que Capistrano faz a Guilherme Studart. Referimo-nos ao “sistema que eu e [Vale] Cabral introduzimos”. Capistrano remete, aí, a seus anos de Biblioteca Nacional, e às edições que fez principalmente na década de 1880.

1.1.1 A questão da grafia

A opção de Capistrano por atualizar, para o português contemporâneo, a grafia das palavras nos documentos que editava, permite-nos observar quando seus métodos de edição começam a se configurar, para ele mesmo, em um “sistema”, um conjunto de regras.

Capistrano editou em 1881, a obra *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil*, de Fernão Cardim. Na introdução a esta edição, Capistrano explica: “adotamos no volume a ortografia moderna, em parte levado pelo exemplo de Varnhagen, em parte pelas muitas irregularidades da cópia, feita por pessoas de muito poucas habilitações. Juntamos algumas variantes de Purchas (...)”.²¹⁰

Em 1883, na tese sobre o Descobrimento do Brasil, que lhe valeu o ingresso no Colégio Pedro II, Capistrano transcreveu dois documentos de acordo com suas ortografias originais.²¹¹ Antes da primeira transcrição, esclarece que “foi escrupulosamente seguida a ortografia do original, de que o Instituto Histórico possui uma cópia autêntica”.

Em 1886, quando passa a editar a coleção *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*, com Alfredo do Vale Cabral, Teixeira de Melo e Silveira Caldeira, Capistrano adota como regra a atualização da ortografia. Um de seus colaboradores nesta coleção, Lino de Assunção, então alocado em Portugal, de onde enviava cópias de

²¹⁰ EE-1, p. 128.

²¹¹ DB, p. 59 e p. 72, na edição que utilizamos.

documentos para os quatro editores no Brasil, recebeu, em carta de 2 de abril de 1886, instruções a respeito das cópias, entre elas “seguir a ortografia atual, porque a nossa edição é popular”.²¹² Como exemplo destas edições, Capistrano pretendia apresentar a Lino as *Informações* de José de Anchieta, que esperava publicar naquela semana. Posteriormente, em carta de 5 de fevereiro de 1900 a Guilherme Studart, que também citamos acima, Capistrano acrescenta outros motivos para a atualização do texto, mantendo a preocupação com a vulgarização em primeiro lugar. Como exemplo de formato e letra, Capistrano menciona novamente as *Informações* de Anchieta, de 1886 – edição com a grafia atualizada.

Trata-se de três meios diferentes de “trazer à luz” documentos. No primeiro caso, é a edição crítica de um texto. No segundo, são transcrições dentro de uma obra, e no terceiro é uma coleção. Em 1881 Capistrano tem de justificar a atualização da ortografia; recorre a um exemplo, talvez até argumento de autoridade (Varnhagen), e às dificuldades com as cópias. Em 1883, transcrevendo documentos no corpo de uma obra sua, opta pela grafia original, sem necessidade de justificá-lo. A partir de 1886, adota a modernização da grafia como regra, apresentando, tanto a Lino de Assunção, naquele momento, como a Guilherme Studart, posteriormente, razões de ordem prática conjugadas a um propósito destas edições: popularizar, vulgarizar o texto que se edita. Expõe o método a Studart como o “sistema que eu e [Vale] Cabral introduzimos”; seria diferente do de Varnhagen, e não viria apenas de dificuldades com as cópias, mas de opções de seus editores.

Neste caso, vimos que, em um aspecto específico, o método de Capistrano para a edição de documentos históricos partiu do que se fazia na época (dentro das formas existentes de divulgação de documentos), ou buscou justificar-se perante o que era de praxe, e desenvolveu-se em função de reflexões próprias, relativas àquele contexto, e às dificuldades práticas do processo de edição (evitando “conjurar contra si todos os compositores e revisores”). O momento em que o “sistema” surge é o da coleção *Materiais e Achegas*, portanto os anos 1885-1887, basicamente. A partir daí, afirma-se a opção pelas edições “populares”, e os textos passam a ter a grafia atualizada.

1.2 Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil²¹³

²¹² Corr. III, p. 327.

²¹³ Sobre esta coleção, cf. principalmente AMED, *op. cit.*, p. 178, GONTIJO, *op. cit.*, pp. 246-248, e a “Nota Preliminar” de José Honório Rodrigues nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 73, 1954, além do que

Esta coleção foi o principal meio pelo qual Capistrano conseguiu dar vazão a seus projetos de edição de documentos nos anos 1880. Isto porque a publicação em volume das obras permitiu-lhe aduzir um aparato crítico ausente nos documentos editados em periódicos ou em textos seus.

A estratégia de publicar pela Imprensa Nacional tinha duas etapas: primeiro os textos saíam nas páginas do *Diário Oficial*, depois em volume (cf. a lista de documentos em anexo). No periódico, saíam apenas com introdução, sem aparato crítico além de pontuais observações sobre o texto (partes de leitura duvidosa, por exemplo, ou lacunas) – estas introduções, breves como as das demais publicações em periódicos, davam os créditos da publicação, a origem do texto e assinalavam a importância do escrito apresentado para os estudos históricos. O texto no *Diário Oficial* não satisfazia plenamente nem editores, nem leitores. Carlos de Laet escreveu, em artigo de agosto de 1886, no *Jornal do Commercio*, quando da publicação das *Informações e fragmentos historicos* de José de Anchieta em volume, após terem saído no *Diário*:

No Diário Oficial, que não pode ser completamente cheio pela eloquência dos oradores da câmara temporária, nem pela defesa dos atos do governo, tem-se ultimamente adotado a louvável praxe de abrir espaço a algumas publicações sobre a história e a geografia do Brasil. Destas publicações se encarregarão três homens de boas letras e amigos do trabalho, os Srs. Silveira Caldeira, Vale Cabral e Capistrano de Abreu.

Sabido é, porém, que *muito pouco lida é a folha oficial, e em grande risco estavam essas publicações de passarem quase ignoradas*, se lhes não acudisse a boa vontade do Sr. ministro da Fazenda, que deliberou mandar corrigi-las em livros, *de que ora temos o primeiro tomo representado por nítida brochura de noventa e tantas páginas*.²¹⁴

Manoel Bomfim, comentando décadas depois a publicação da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador no *Diário Oficial* (livro para ele fundamental como expressão da nacionalidade brasileira), escreveu: “E ainda foi tempo – para que a obra apparecesse publicada, numa edição miserável, a pior, das más, de que tem segredo a

se encontra nos biógrafos de Capistrano, como em VIANA, op. cit., pp. 30-31. Estas referências recontam o histórico, as dificuldades e os meios de publicação da coleção. Nosso foco, aqui, será nos procedimentos metodológicos e opções editoriais de Capistrano, mais que nas condições de surgimento das oportunidades de publicação no meio intelectual brasileiro que vivenciou.

²¹⁴ *Apud* CARMO, op. cit., p. 86, grifos nossos.

Imprensa Nacional: papel de jornal, columnas de jornal... qualquer coisa a indispor o leitor que não fosse verdadeiramente patriota”.²¹⁵

Mas, segundo Carlos de Laet, o que a edição em livro de Anchieta traria de novo sobre a do *Diário Oficial*, e inclusive sobre a *Revista* do IHGB, que em 1844 publicara uma das *Informações* de Anchieta, é que “Vem a nova publicação precedida de um prefácio escrito pelo Sr. Capistrano de Abreu e repleto de criteriosa erudição, como tudo quanto sobre história pátria sai da pena daquele douto e laborioso colega”. Capistrano é, para Laet, um dos que melhor sabiam, naquele tempo, operar a “álgebra da crítica histórica”.²¹⁶ Mas junto com o rigor e a erudição (que examinaremos posteriormente) vinha a opção de fazer uma edição que leitores não familiarizados com os estudos históricos pudessem entender. A escolha é claramente colocada pelos editores da *Materiais e Achegas*, que contrapõe sua coleção a publicações especializadas. Na introdução deste primeiro volume da coleção, as *Informações* de Anchieta, de 1886, escreve Capistrano: “O Instituto Historico publicando a primeira *Informação* em 1844 deu-a com a orthographia e abreviaturas do original. Comprehende-se isto na Revista de uma sociedade scientifica: em um trabalho de vulgarisação como este seria inutil e pedantesco. Pelo mesmo motivo traduzi ou antes abrisileirei a segunda *Informação* [manuscrito original estava em espanhol]”.²¹⁷ Esta opção, principalmente a de “abrisileirar” Anchieta, modernizando sua linguagem, mereceu a única ressalva de Laet em seu artigo. Assinando o texto em 1 de agosto de 1886 (a edição saía em julho), Carlos de Laet opinou em favor da atualização da grafia da primeira *Informação*, “porque aos especialistas resta o expediente de procurar naquela revista [do IHGB] o traslado fiel [ou seja, o original]”;

mas já não acontece o mesmo com a segunda informação, primitivamente escrita em espanhol e que o Sr. Capistrano declara haver traduzido ou antes abrisileirado. Este documento não se encontra em nenhuma outra parte, e realmente é pena que, ao aparecer pela primeira e quem sabe se única vez, já venha de feição mudada e traje moderno. Este Anchieta abrisileirado, queira perdoar-me o colega [Capistrano], está me fazendo assim certa impressão exquisita,

²¹⁵ BOMFIM, Manoel. *O Brazil na Historia*. Deturpação das tradições. Degradação politica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930, p. 119, nota 1.

²¹⁶ *Apud* CARMO, *op. cit.*, p. 88. Laet refere-se principalmente à atribuição de autoria dos papéis de Anchieta, feita por Capistrano.

²¹⁷ *Informações e fragmentos historicos do padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. XIV. Vale dizer que Teixeira de Melo, um dos realizadores da *Materiais*, publicara cartas de Anchieta nos Anais da Biblioteca Nacional, com a grafia da época e sem traduzir as cartas em espanhol; aduzindo algumas notas explicativas sobre termos que aparecem no texto ou partes em que este aparecia ilegível. Cf. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. II, 1876-1877. Devia ser outro exemplo de edição de “Revista de uma sociedade scientifica”, como a do IHGB.

exatamente como se eu visse o venerando jesuíta com o fraque e o chapéu baixo do amigo Capistrano.²¹⁸

Laet reclama, mais que da tradução, da *modernização* da linguagem.²¹⁹ Além das perdas acarretadas por esta opção, que não lhe permitiria ver Anchieta, o homem do século XVI, mas um contemporâneo seu, podemos inferir que também é problemática a falta do original, para os “especialistas” que quisessem consultá-lo. Capistrano parece entender (ou querer) seu público como outro, contrapondo-se diretamente às publicações da revista do IHGB. O que não significa distanciar-se de procedimentos rigorosos. Quando publica Anchieta pelo *Diário Oficial*, antes, portanto, da publicação em volume, Capistrano afirma, sobre o porquê de publicar a mesma *Informação* já dada na *Revista* do IHGB: “Publico-a, porem, porque a edição do Instituto é muito incorreta, e, em alguns pontos, pouco intelegível, faltando-lhe palavra e até linhas”. E justifica como compreendeu sua “tarefa de editor”:

Terminando (...) direi algumas palavras sobre o modo por que entendi a minha tarefa de editor. Não me julguei obrigado a seguir a ortografia do autor, porque esta é variavel e alem disto não queria fazer edição filológica mas simplesmente popular que chame o interesse para assuntos infelizmente em demasia descurados: acresce que não tinha à vista o autógrafo.²²⁰

Ao lado de um problema de ordem prática, a dificultar uma edição que reproduzisse a ortografia original (a ausência do autógrafo), há a *opção* do editor: uma edição “popular” (que ele contrapõe à “filológica”, que seria para especialistas), motivada pela necessidade de chamar a atenção para questões negligenciadas pela historiografia brasileira – dois pontos que vimos Capistrano levantar repetidas vezes. Coloca como propósitos, desse modo, popularizar os meios de estudo da história do Brasil indicando os problemas que julgava merecerem estudo. As edições do IHGB seriam para “especialistas”; vale apontar que, na edição de regimentos diversos do Conselho Ultramarino que Capistrano imprimiu na *Revista* do IHGB, tomo LXVII, parte 1ª, vol. 109 (1904), a grafia das palavras não vem atualizada; os textos também não têm notas ou quebras de parágrafo.

²¹⁸ *Apud* CARMO, *op. cit.*, pp. 88-89.

²¹⁹ Capistrano tinha ressalvas quanto a traduções; neste caso, o manuscrito original estava em espanhol. Quando editou Cardim, em 1881, Capistrano conhecia a obra por tradução inglesa (Purchas), como veremos. Procurou, então, “cópia tirada do original, que assim dava não só a essência como a forma do escrito e nos livrava da tradução, isto é, da *traição*”, em suas palavras (EE-1, p. 120).

²²⁰ *Apud* CARMO, *op. cit.*, pp. 83-84, grifo nosso.

Mas há outro aspecto relevante nestas edições: ainda que atualize a grafia, Capistrano assinala como diferencial nas mesmas um texto *correto*, livre dos erros que afirmou existirem em edições como as do IHGB. Podemos observar, pela lista em anexo, a constante preocupação com a obtenção de uma cópia autêntica e fidedigna para servir de base às edições. Estas conteriam as próprias indicações da procedência do texto, assegurando credibilidade à edição, diferenciando-a de outras, e atendendo, possivelmente, a leitores com maior exigência neste ponto – os “especialistas” a que se referiu Carlos de Laet.

1.3 A *Série Eduardo Prado*²²¹

O “sistema” de edições “populares”, que afirmou ter concebido com Alfredo do Vale Cabral ao longo da década de 1880 não prevalece, porém, em todas as suas edições, no que respeita à questão da ortografia dos textos. Se na edição de 1918 de frei Vicente do Salvador optou por consideráveis modernizações no texto,²²² “para facilitar a compreensão”, preservando porém aspectos julgados relevantes do original, como os termos indígenas e elementos da linguagem da época, as edições da *Série Eduardo Prado*, que empreendeu com o sobrinho deste, Paulo, apresentam escolhas diferentes neste âmbito – que ainda assim passam por procedimentos de “vulgarização” dos textos.

O primeiro volume planejado, a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão, pelo padre Claude d’Abbeville* (primeira edição de 1614), era da intenção de Capistrano e Paulo Prado que fosse fac-similar. Por conseguinte, ao contrário das edições que realizara a partir dos anos 1880, esta não facilitaria tanto a vida do leitor quanto ao texto: seria em francês (idioma original), e com a letra (*impressa*) do começo do século XVII. Ainda assim, esta publicação seria, na visão de Capistrano, um passo para a “popularização” da obra, se observarmos como apresenta a edição da *Série Eduardo Prado* (que, no volume de Claude d’Abbeville, de 1922, aparece na primeira página como “Colecção Eduardo Prado”, denotando talvez mais

²²¹ Sobre a *Série Eduardo Prado*, cf. AMED, *op. cit.*, pp. 222-228, e VIANA, *op. cit.*, pp. 72-78.

²²² “A ortografia vai simplificada, exceto quando se trata de termos brasílicos em que foi, ou *deveria ser* [grifo nosso]conservada. Se o vocábulo era pronunciado de modo diverso do atual, conservou-se ou tentou-se conservar a fonética do tempo; se aparecia sob mais de uma forma (...) não se forçasse a unidade. A pontuação foi modernizada, de modo a facilitar a compreensão. A sintaxe, mais de coordenação que de subordinação, dominante na obra, permitiu substituir por ponto final, muita vírgula, ponto e vírgula e dois pontos. O *que* pronominal, hoje absolutamente condenado para começo de oração quando é interrogativo ou exclamativo, antigamente não sofria esta limitação. Fez-se uso aqui da antiga liberdade” (FV, p. 31).

claramente seu pertencimento a esta forma de divulgação de textos históricos – a coleção). Isto porque a obra possuía uma edição traduzida para o português, feita por César Augusto Marques e publicada em 1874, no Maranhão. No *Catálogo* da Exposição de História e Geografia do Brasil de 1881, organizada pela Biblioteca Nacional, constam apenas duas edições da *História* de Abbeville: a primeira, de 1614, no idioma original, e esta tradução de César Augusto Marques (ambas do acervo da Biblioteca).²²³

O problema é que, segundo Capistrano, a tradução fora muito mal feita. A edição sua e de Paulo Prado foi, pelo primeiro, justificada em termos de ampliar o *acesso* à obra, no original. Capistrano escreve a João Lúcio de Azevedo, em 16/18 de julho de 1918, sobre esta obra de Abbeville: “O livro é interessante, mas veja meu caiporismo! Em casa só tenho a tradução de César Marques, muito pior do que imaginava. [Dá alguns exemplos:] *Nous ne pouvons nous passer d’esclaves*: não podemos passar a escravos! *Grand-père*: pai grande! Felizmente não há mal que sempre dure. Ainda poderemos ler o original francês, sem ir à Biblioteca ou desembolsar 400 ou 500 francos”.²²⁴ Em carta ao mesmo correspondente, de 23/05/1919, Capistrano reafirma a questão do *acesso ao texto original*: “Agora tenho de escrever a introdução do Claude de Abbeville que Paulo Prado vai imprimir, libertando quem não é rico ou dispõe das grandes bibliotecas públicas da deplorável tradução do César Marques”.²²⁵

Na introdução que acabou por escrever, Capistrano relativizou suas críticas à tradução, como seria de se esperar, e tornou à questão do *acesso*, explicando-a melhor.

Em 1874, Cesar Augusto Marques traduziu a obra, servindo-se do exemplar emprestado por [Antônio] H[enriques]. Leal. A maior parte dos que a conhecem leram n’a através da traducção que feita na provincia, longe de todos os recursos, proporciona leitura amena, *mas não dispensa o original para o estudo*. Estuda-o [o original] quasi exclusivamente se podia nesta cidade [o Rio de Janeiro; a Biblioteca Nacional possuía exemplar, como vimos, e o IHGB também]; *agora decentraliza-se, liberta-se e torna-se possivel em qualquer parte do territorio o exame deste precioso chronista* [grifos nossos].²²⁶

Portanto, o que se descentraliza, liberta e, na verdade, se *nacionaliza*, é o estudo *do original*, que a tradução de César Marques não conseguiu dispensar. Neste caso, o propósito não foi cumprido; mas podemos inferir daqui que uma edição bem feita visava, por conseguinte, dispensar o leitor do original, muitas vezes de difícil acesso ou

²²³ São as entradas 9198 e 9199 do *Catálogo*, *op. cit.*, p. 792.

²²⁴ Corr. II, p. 105.

²²⁵ Corr. II, p. 128.

²²⁶ *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* pelo padre Claude d’Abbeville (reprodução fac-símile). Paris, Librairie Ancienne, Edouard Champion 5, Quai Malequais 5, 1922, p. II.

leitura (como vimos Capistrano afirmar várias vezes). Logo antes do trecho citado acima, na introdução, Capistrano explicara a situação dos exemplares existentes da *História* do padre Abbeville.

A Histoire de la mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan (...), escripta por frei Cl. d'Abbeville, passou por duas edições em 1614 e nunca mais se reimprimiu. Sua raridade levou-a a preços inacessíveis á maioria dos estudiosos. Entre nós, possui um exemplar o erudito Ribeiro do Amaral, no Maranhão, dois, o Instituto Historico, doados por A. Henrique Leal [que emprestara um deles a César Marques], o zeloso Plutarco maranhense, e Manoel Barata, o dedicado cultor da historia do Pará; mais de um a Bibliotheca Nacional, merecendo especial menção o da collecção Benedicto Ottoni, formada por J[osé]. C[arlos]. Rodrigues; um a Secretaria do Exterior, procedente do espolio de Rio Branco; um Paulo Prado, comprado na biblioteca de Eduardo e aproveitado para a presente reproducção. Não deve estar perdido o exemplar do benemerito Candido Mendes.²²⁷

César Marques, quando realizou sua edição, apontara o mesmo problema (dificuldade de acesso a uma obra importante, sendo que seu valor para os estudos é que determina sua necessidade de sair da escuridão), e o mesmo propósito para trazê-la a público: necessidade de popularizar os meios de estudo da história. Assim escreve, no prefácio “Ao leitor”:

Ao illmo. sr. dr. Antônio Henriques Leal agradeço o exemplar da presente obra, que me emprestou para traduzi-la.

É muito rara, como já disse, não encontrei-a nos vastos curiosos mercados da Europa, nem mesmo não fazendo questão de preço.

Sem esse favor, eu por certo não poderia realizar *o meu desejo, qual o de espalhar pelo povo menos instruído o conhecimento da história primitiva do Maranhão.*

Foi esse pensamento, que me forçou a não satisfazer *as louváveis intenções do meu erudito amigo o sábio Historiador do Brasil, o incansável e nunca assaz louvado sr. conselheiro Francisco Adolfo de Varnhagen, hoje Visconde do Porto Seguro*, quando em 14

²²⁷ Idem, pp. I-II. Capistrano faz menção, no trecho, à biblioteca particular de Eduardo Prado, à qual, como grande amigo do dono, teve acesso (um exemplo de Capistrano estudando manuscrito daquele acervo está em carta de 18/03/1918 a João Lúcio de Azevedo, Corr. II, pp. p. 86-88). Ao que parece, a maior parte da biblioteca foi adquirida pelo Museu Paulista, em iniciativa de Afonso Taunay, como relata Capistrano na correspondência (Corr. II, p. 91, carta de 01/04/1918 a João Lúcio). O catálogo dos documentos adquiridos pelo Museu, junto com um registro das vezes em que a biblioteca é mencionada na correspondência por Capistrano e uma biografia e bibliografia de Eduardo Prado, encontra-se em MAKINO, Miyoko. “A documentação histórica do Museu Paulista. Documentos adquiridos da Biblioteca ‘Eduardo Prado’”. *Anais do Museu Paulista*, tomo XXIX, 1979, pp. 277-309. Tanto a lista que dá acima dos proprietários de exemplares da *História* de Abbeville, como o caso de sua relação com Eduardo Prado e acesso a esta coleção, mostram outra importante face das pesquisas documentais de então: a presença das coleções particulares e a necessidade do pesquisador de encontrar acesso a elas, mormente via relações pessoais. Sobre a biblioteca de Eduardo Prado, cf. LEONZO, Nanci. *Mundo elegante de Eduardo Prado*. São Paulo, 1989. Tese de livre-docência (FFLCH-USP), que não conseguimos, porém, ler antes do término desta dissertação.

de janeiro do corrente ano [1874 - César assina o prefácio e 12 de julho], de Viena d'Áustria, *me aconselhou que a reimprimisse para fazê-la mais lida por maior número de pessoas*.²²⁸

Dois pontos gostaríamos de destacar nesta passagem: o primeiro é quanto à noção de “obra rara”, que estaria ganhando corpo no Brasil no final do século XIX;²²⁹ o segundo é quanto ao “desejo” de César Augusto Marques, de ver a obra vulgarizada, “lida por maior número de pessoas”, notadamente pelo “povo menos instruído”. Seria este um *lugar-comum*²³⁰ das edições de textos históricos? Ao lado de condições objetivas que não devem ser ignoradas (isto é, *de fato* as obras reeditadas eram de difícil acesso, como a de Abbeville), as reedições viriam, desde o século XIX, com a auto-declarada intenção de fazer o estudo da história acessível a partes mais amplas da população.

No caso da edição de Capistrano e Paulo Prado, o que se procura difundir, como vimos, é o acesso ao texto original, o que revela algo sobre o público-alvo. O original é em francês, e vem em edição fac-similar; mas é fac-símile da primeira edição *impressa*, não de manuscrito – sua compreensão não demanda, como pode ser visto no exame da edição, conhecimentos de paleografia. Para alguém familiarizado com o francês (algo que deveria ser comum entre o público letrado de então), é mais um caso de paciência, até acostumar-se às peculiaridades daquela letra – não deve deixar de ficar clara, porém, a escolha dos editores por não empreender nenhuma modernização do texto, em benefício do leitor, como nas edições de que Capistrano participara anteriormente. De qualquer modo, domínio do francês e estudo vagaroso denunciam mais o “círculo de leitores” identificado por Tânia Bessone que o “povo menos instruído” de César Marques, como público leitor visado. No entanto, dois outros elementos da edição

²²⁸ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 17-18, grifos nossos. Reedição, com algumas alterações, da versão de 1874, de César Augusto Marques.

²²⁹ Cf. BESSONE, *op. cit.*, capítulo 2, onde a autora acompanha este movimento estudando os anúncios de livros. O próprio Capistrano dá testemunho disso no suplemento ao catálogo da biblioteca de Francisco Ramos Paz, publicado depois pelo *Jornal do Commercio*, em setembro de 1920: “[Francisco Ramos Paz] Começou cedo, no seu quarto mesquinho de solteirão pobre, com recursos mínimos, compensados pela falta de concorrentes. Ouvi ao velho Melo Moraes que, antes de seu desaguado [contenda] com o gabinete Rio Branco [por volta de 1871], não se fazia caso de impressos ou manuscritos aqui no Rio: era até favor pedi-los e levá-los. Alfarrabistas havia certamente, sobretudo de compêndios (aonde há estudante há *cebo*), de obras de medicina, direito e matemática, atrasados como trogloditas quanto ao mais. A noção de livro raro data de poucos anos, propagou-se vagarosamente, ainda agora [1920] não deixa de ser esotérica” (EE-2, p. 137, último grifo nosso).

²³⁰ No sentido de “mais que simples clichês e banalidades (...) um fundo compartilhado de idéias, noções, teorias, crenças e preconceitos” que permite comunicabilidade, na expressão de Myriam R. D'Allones recuperada por Maria Stella Martins Bresciani. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007 (2ª. ed.), p. 41.

configuram-na como voltada para público não-especialista: a introdução de Capistrano, dando aporte biobibliográfico e histórico, e um glossário de palavras e frases tupis elaborado por Rodolfo Garcia (vale dizer que a edição de César Marques também continha notas históricas e etnográficas, inclusive de vocabulário, para as quais igualmente se valeu de terceiro, melhor versado no assunto).

1.3.1 O fac-símile

Embora a edição de Capistrano e Paulo Prado da *História* de Abbeville se justificasse pela ampliação do acesso ao original francês, disponibilizando-o em fac-símile, e a capa da edição afirme tratar-se de uma “REPRODUCCÃO FAC-SIMILE”, o resultado não foi bem esse. Em carta a Paulo Prado de 09/04/1921, Capistrano mostra desconfianças sobre como o processo estava sendo feito.

Zé Pereira da Graça [ao que parece, o encarregado de cuidar da edição] parece cair num conto-do-vigário. *As reimpressões em fac-símiles são hoje muito fáceis* [grifo nosso]. Na Argentina reimprimiram e estão reimprimindo jornais antigos. Ele armou as cousas de maneira que levou dois anos o que pediria apenas meses; fixou em 100 ex. a tiragem que poderia ser de milhões, e não garantiu para V. a propriedade dos clichês. Platzmann, que fac-similou diversos livros de lingüística americana, mandou os clichês de um ou dois para a Bib. Nac.

Isto foi no século passado. Converse sobre o caso com o Chadenat.²³¹

O “conto-do-vigário” estaria sendo passado pelo editor parisiense contratado por Paulo Prado para fazer o fac-símile, Edouard Champion. Ao invés de fazê-lo pelo método da fotografia, fundiu tipos similares aos caracteres da edição de 1614, produzindo um *efeito* de fac-símile, se bem entendemos o caso. Assim escreve Capistrano a Prado, em primeiro de janeiro de 1923, de posse da edição: “Desde o comêço tive suspeitas quanto à boa fé de Champion. Tratando-se de fac-símile só havia um processo ao mesmo tempo rápido e seguro: a fotografia. Este [Champion] tratou V. como *bourgeois gentilhomme*, fundindo, e não aproveitando tipos similares. Inevitavelmente, por mais cuidado que houvesse, o tipógrafo introduziria erros seus e de fato introduziu”. Capistrano elenca então alguns erros, que notara “Hoje de madrugada, [lendo] deitado na rede”.²³²

²³¹ Corr. II, p. 408.

²³² Corr. II, p. 433-434.

No exemplar da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da USP, desta edição de 1922 de Abbeville, há uma anotação a lápis, no verso da segunda folha, mais explícita quanto ao caso. Lê-se:

Esta ed. não é fac-similada como se costuma dizer quando é fotografada, porém “imitativa [*sic*, não fecha aspas], com tipos semelhantes. A diferença muito contrariou P. Prado pois o Champion [o editor] apresentou uma conta salgadíssima, de sorte que quase houve processo. Afinal o Paulo desistiu da demanda e pagou a conta. Se bem me lembro, o safado do Champion teve a audácia de cobrar 15.000 [?] ²³³ francos por esta fraude! ²³⁴

O caso revela um dos vários problemas que surgiam no fazer destas edições, para os quais a correspondência de Capistrano é fonte inesgotável – sua insatisfação com copistas, revisores, tipógrafos, arquivistas, bibliotecários e editores aparece em muitos momentos. Estes trabalhadores nem sempre apareciam negativamente – a descoberta de um bom copista, ou a colaboração de um bibliotecário interessado (como Antonio Baião, na Torre do Tombo) poderiam provocar júbilo em Capistrano. O que gostaríamos de apontar é que seu trabalho, como de modo geral o trabalho do historiador, embora o vejamos (inclusive aqui) individualmente, é também o fruto de muitas mãos invisíveis, na expressão de Raphael Samuel. A história e o trabalho com edições afiguram-se, levando-se em conta os muitos trabalhadores envolvidos em sua produção, como uma forma social de conhecimento. ²³⁵

²³³ Não pude compreender o valor; em carta a João Lúcio de Azevedo, Capistrano fala em 12 mil francos (Corr. II, p. 138).

²³⁴ *História da Missão...*, *op. cit.*, exemplar do IEB; não consegui identificar o autor da anotação – o exemplar é oferecido por Paulo Prado a Yan de Almeida Prado (seria ele o autor da anotação?). A respeito de edições fac-similares, Capistrano revela apreço por edição da *Carta* de Caminha feita pela Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1900, que ainda continha uma transcrição em linguagem da época e uma versão modernizada do texto. O problema desta edição, em sua visão, é que deixa de cumprir certas regras deste tipo de trabalho: não esclarece como foi obtido o fac-símile, “como 27 páginas dele correspondem às sete folhas do original, quem se encarregou da paleografia, a quem se cometeu a versão moderna”. ²³⁴ No fac-símile da *História* de Abbeville, o leitor é informado do exemplar que serviu de base à reprodução (o de Paulo Prado, que pertencera a Eduardo Prado, como vimos). Não houve versão moderna do texto.

²³⁵ “(...) history is not the prerogative of the historian, nor even, as postmodernism contends, a historian’s ‘invention’. It is, rather, a social form of knowledge; the work, in any given instance, of a thousand different hands. If this is true, the point of address in any discussion of historiography should not be the work of the individual scholar, nor yet rival schools of interpretation, but rather the ensemble of activities and practices in which ideas of history are embedded or a dialectic of past-present relations is rehearsed”. SAMUEL, Raphael. *Theatres of memory*. London, New York: Verso, 1994. Anthony Grafton sugere uma abordagem social da história das edições notando-se o trabalho de copistas, revisores, editores; GRAFTON, Anthony. “Correctores corruptores? Notes on the Social History of Editing”. In: MOST, Glenn W. (ed.). *Editing texts: Texte edieren*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1998, pp. 54-76. Consideramos, no entanto, como ressalva à proposição de Samuel (praticamente um programa de pesquisa), o caráter peculiar da contribuição do historiador às atividades e práticas envolvendo a relação

Para Capistrano, no caso da edição de Abbeville, o que pesou foi o tratamento que o editor Champion dispensou a Paulo Prado. Como disse a João Lúcio de Azevedo, antes de repeti-lo ao próprio Prado, achou que a edição “parece cousa mais de *bourgeois gentilhomme* que de amigo da História”.²³⁶ Mais uma edição a promover seu financiador, burguês fidalgo, que promover os estudos históricos.

1.3.2 Os processos da Inquisição quanto ao texto

Também pela *Série Eduardo Prado*, Capistrano e Paulo Prado editaram processos da Inquisição relativos ao Brasil:²³⁷ os livros da visitação do delegado do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça à Bahia e a Pernambuco, ocorrida no final do século XVI. Ao todo, três edições da *Eduardo Prado* foram voltadas para a publicação destes papéis: as *Confissões da Bahia* (1922), as *Denúncias da Bahia* (1925) e as *Denúncias de Pernambuco* (1930).

A opção dos editores em relação ao texto foi a mesma nos três casos: como explica Capistrano na introdução ao volume de 1922, “A grafia reproduz a do copista, exceto num ponto: não havia nem *e*, *i*, *u* com til e não se pensou em fundi-los a tempo”.²³⁸ As cópias foram obtidas na Torre do Tombo, por intermédio de João Lúcio de Azevedo, sendo revisadas por Antônio Baião, diretor do Arquivo, ele mesmo pesquisador da Inquisição em Portugal. Desse modo, não houve neste caso a opção pela “modernização” do texto; o que não significa que os editores não o tenham ajustado aos leitores modernos, em um esforço de vulgarização. Capistrano e Paulo Prado introduziram quebras de parágrafo no texto contínuo dos processos, e deixaram de reproduzir os cabeçalhos e partes finais de cada confissão e denúncia, evitando repetições desnecessárias e maçantes, dando apenas os primeiros de cada livro como exemplo. Lendo as cartas de Capistrano a Paulo Prado, observamos que uma dúvida maior de ambos sobre estes textos era publicá-los ou não na íntegra, dado que muitas das confissões e denúncias dizem respeito a pecados de natureza sexual, podendo

passado-presente em uma dada sociedade; em grande medida, é o que, no nosso trabalho, temos visto Capistrano defender, ao advogar um corpo de regras e métodos para os autores de estudos históricos.

²³⁶ Carta de 04/12/1919, Corr. II, p. 138.

²³⁷ Papéis que parecem ter despertado vivo interesse dos estudiosos latino-americanos: Medina publicara sobre a Inquisição no Chile, e Ricardo Palma (1863), sobre a Inquisição no Peru.

²³⁸ EE-2, p. 190. Utilizaremos, por maior facilidade de acesso, as introduções e prefácios de Capistrano reeditadas nos *Ensaio e Estudos*, embora tenhamos consultado-as nas edições originais. Onde necessário, como na análise da edição de Abbeville, acima, apontaremos o uso do original.

chocar ou ofender os leitores - ao que parece, Capistrano era o mais preocupado com isto. A opção final dos editores é publicar os processos integralmente; Capistrano informa, na introdução, as páginas onde se encontram os trechos polêmicos, concluindo com: “Depois deste aviso pode cada um evitá-las ou procurá-las a seu talante”.²³⁹ As opções de ambos quanto ao texto foram resumidas por Capistrano na carta a Paulo Prado de 05/02/1920:

Você tem razão e não importa a pornografia; a impressão deve ser int.^a. Nos depoimentos convém suprimir os cabeçalhos e os rabinhos [a parte final], sempre os mesmos, que nada informam e ocupam inutilmente muitas linhas que redundam em páginas estéreis.

Respeita-se a ortografia e a pontuação, mas o texto pode dispor-se de modo a torná-lo mais acessível ao leitor.²⁴⁰

O resultado é que o texto vem com uma ortografia que demanda alguma paciência, até o leitor se familiarizar. Comparando com a edição mais recente das *Confissões da Bahia*, de 1997, organizada por Ronaldo Vainfas, onde se fez a opção pela modernização da grafia, vemos as diferenças; e o quanto esta edição de Capistrano e Paulo Prado diferencia-se das edições da *Materiais e Achegas*, onde o texto histórico vinha com a mesma grafia que o leitor de 1886-1887 usava e lia em seu cotidiano (a mesma das introduções contemporâneas) – como nós, hoje, com a reedição das *Confissões* de 1997 (ou melhor, não exatamente hoje, mas antes do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa). Para esta comparação, vejamos um trecho da segunda confissão:

edição da Série Eduardo Prado (1922):

disse que auerá anno e meio pouco mais ou menos, que falecendo-lhe em sua casa hu seu escravo sua molher delle denunciante [*sic*, da edição] lhe disse que era bom vazar fora a agua dos cantaros, e que elle lhe respondeo que isso erão agouros que não cresse nelles e não He lembrado se a deitarão então fora

e que depois disso auera obra de sete ou oito meses que lhe faleceo em casa outro seu escravo e então vendo elle de fora perguntara a ditta sua molher se lamçara já fora a aguo dos cantaros e ella lhe respondeo que sim e elle confessante nesta segunda vez consentio e aprovou

²³⁹ EE-2, p. 175.

²⁴⁰ Corr. II, p. 391. Luc Deitz proporciona uma discussão interessante destas questões: estudando a edição contemporânea de textos de prosa em latim do século XVI, sob o prisma de edições feitas por especialistas para leigos – isto é, populares, de vulgarização -, defende a normalização da escrita das palavras, a atualização da pontuação e a quebra de parágrafos como recursos deste tipo de edições, refutando o que identifica como os principais argumentos em contrário. Cf. DEITZ, Luc. “Editing Sixteenth-Century Latin Prose Texts”. In: MOST, *op. cit.*, pp. 141-164, em especial pp. 152-154.

o ditto derramamento da aguo dos cantaros porem que elle não entendeo ser isto cerimonia dos judeus nê o consentio com essa tenção, nem sabe com que tenção lançara fora a ditta aguo sua molher. (...).²⁴¹

edição de 1997:

Disse que haverá ano e meio pouco mais ou menos que, falecendo-lhe em sua casa seu escravo, sua mulher dele denunciante lhe disse que era bom vazar fora a água dos cântaros, e que ele lhe respondeu que isso eram agouros, que não cresse neles, e não é lembrado se a deitaram então fora.

E que, depois disso, haverá obra de sete ou oito meses que lhe faleceu em casa outro seu escravo e então, vindo ele de fora, perguntara à dita sua mulher se lançara já fora a água dos cântaros, e ela lhe respondeu que sim, e ele confessante nesta segunda vez consentiu e aprovou o dito derramamento da água dos cântaros, porém que ele não entendeu ser isto cerimônia dos judeus, nem o consentiu com essa intenção, nem sabe com que intenção lançava fora a dita água a dita sua mulher. (...).²⁴²

A segunda versão aproveita, como diz Ronaldo Vainfas na introdução, as quebras de parágrafo e a eliminação das partes repetitivas dos depoimentos instituídas por Capistrano e Paulo Prado. Uma das razões que aponta para atualizar a grafia é a recorrência de termos iguais com escrita diferente, como vemos no excerto da edição de 1922 (“agua” e “aguoa”). Os editores da *Eduardo Prado* colocam um *sic* após “sua molher delle denunciante”, antecipando, assim, o estranhamento do leitor naquele trecho. Mas o entendimento do texto, para os leitores de 1922, não deveria custar muito mais que paciência. O conhecimento especializado mais difícil de adquirir por um leigo já fora suprido: a paleografia. O leitor recebe o texto impresso, não precisa decifrar a letra do final do século XVI. Por isso também a edição fac-similar de Abbeville não causaria grandes transtornos ao leitor (que soubesse francês): é fac-símile de uma obra impressa (ainda que em caracteres de 1614), e não de um manuscrito.

Capistrano tornou-se ele mesmo paleógrafo, e fez várias cópias de próprio punho na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e no arquivo do Instituto Histórico.

²⁴¹ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*. Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, fidalgo del-Rei Nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. *Confissões da Bahia*. São Paulo, Homenagem de Paulo Prado, 1922, pp. 27-28.

²⁴² *Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa*, organização Ronaldo Vainfas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 51-52.

Pelo que relata nas cartas que enviou ao Barão do Rio Branco (muitas delas nos anos 1880), para quem fez algumas cópias, a forma como ele e Vale Cabral aprenderam o ofício foi *fazendo*, isto é, familiarizando-se com as letras antigas. Sua preferência foi sempre por encontrar um bom copista, pois as cópias tomavam muito tempo; mas ele próprio foi tornando-se conhecedor de paleografia, aprendendo com a prática. Em carta de 23/12/1887 a Rio Branco, conta como, naquele ano, acostumara-se a ler as cartas dos jesuítas no original: “De março a setembro passei a ler cartas manuscritas de jesuítas, por letra do século XVI e estou *familiarizado* não só com a leitura como com os erros prováveis. Com um pouco de trabalho reconstituo o original, e assim não me passa coisa grave”.²⁴³ O leitor das edições tinha, desse modo, apenas que se familiarizar com a grafia diferente das palavras, com algumas expressões, e com a ordem dos termos na frase; no mais, o editor procurava restituí-lo um texto correto, a partir de uma “cópia exata e autêntica”,²⁴⁴ confrontada com outras versões onde necessário.

Independente da maior ou menor modernização do texto, as edições em livro das quais participou Capistrano fizeram a opção de tornar o texto mais acessível ao leitor. Em periódicos de “sociedades científicas”, como o IHGB, poderia apresentar a cópia direta. Nos livros, porém, não vemos as escolhas da *Série Eduardo Prado* como uma ruptura total com os princípios do “sistema” de Capistrano e Vale Cabral, embora os editores da *Materiais* talvez estivessem imbuídos de uma visão mais “romântica” de seu público-leitor, imaginando-o mais amplo. É inegável que o efeito das edições da *Materiais* sobre os leitores deva ter sido outro, vide o que escreveu Carlos de Laet sobre a impressão que teve de Anchieta, ao lê-lo na coleção. Um público mais amplo de fato deve ter sido almejado. Na *Série Eduardo Prado*, porém, os editores continuaram a tomar medidas para diminuir o estranhamento dos leitores em relação a um texto de outra época, como a quebra de parágrafo. As edições de frei Vicente (1918) e Gandavo (1924),²⁴⁵ que conjugam respeito à grafia original com medidas para tornar o texto mais acessível, como uniformidade da grafia, substituição de abreviaturas por palavras completas e quebra de parágrafos, talvez apontem para o caminho tomado pelas edições

²⁴³ Corr. I, p. 118, grifo nosso.

²⁴⁴ Expressão de Capistrano em carta a Ramos Paz, de 17/05/1886, sobre uma história do colégio jesuíta de Pernambuco, denotando o tipo de cópia que procurava obter Capistrano (Corr. I, p. 7).

²⁴⁵ Nesta edição, explica Rodolfo Garcia: “Quanto a modificações que apresenta esta reimpressão, limitam-se tão somente á relativa uniformidade de graphia dos vocabulos e á substituição de abreviaturas pelas palavras ou syllabas completas. (...) [Na *História*] As alterações nella introduzidas visam especialmente á melhor distribuição dos paragraphos e tambem á uniformização orthographica. A feição antiga das palavras é, quanto possivel, respeitada tanto no primeiro [o *Tratado*] como no segundo [a *História*] dos escritos de Gandavo”. GANDAVO, 1924, *op. cit.*, p. 15.

de Capistrano no fim da década de 1910, e na década de 1920: esforços de modernização do texto mais limitados, porém significativos, mantendo alguma preocupação com a popularização dos textos, mas talvez um olhar mais atento aos anacronismos.

Combinado ao aparato crítico aduzido, pode-se dizer que as edições tinham um público-alvo duplo: os especialistas que conheciam as referências e podiam discuti-las; e os leitores pela primeira vez apresentados a elas, que recebiam introduções e explicações históricas para melhor entendimento dos textos e indicações bibliográficas caso quisessem prosseguir os estudos.²⁴⁶ É este aparato que agora vamos estudar.

2. O trabalho de editor

Resolvemos, afinal, publicar a História de Fr. Vicente em dois volumes: o primeiro chegará até o quarto livro, até onde não há lacunas. Deve ficar pronto para 27 de dezembro, se não houver circunstâncias em contrário. Será anotado por mim, mas a introdução será do [Vale] Cabral e tratará da **biografia** e da **bibliografia**. (...). Precisamos, pois, com urgência [de] informações tuas – sobre o formato do Mss., número de páginas, se são ou não numeradas, marca d'água do papel, encadernação & [etc.] - isto para a **bibliografia**. Para a **biografia** talvez nos possas arranjar um documento importantíssimo. Fr. Vicente chamava-se no mundo Vicente Rodrigues Palha, nasceu em janeiro de 1567 e formou-se *in utroque jure* na Universidade de Coimbra. Provavelmente matriculou-se por 1587. Não será possível obter-se a certidão da matrícula? Deixo-o a teu cuidado e zelo. Preciso para as notas finais de Frei Vicente: (...).²⁴⁷

No primeiro texto histórico que publicou, *Do princípio e origem dos índios do Brasil*, de Fernão Cardim (1881), Capistrano de Abreu, na introdução pela qual ficou responsável, dedicou-se ao “nosso trabalho de editor”²⁴⁸ – expressão semelhante vimos usar acima, em edição posterior (Anchieta no *Diário Oficial*, 1886). Este trabalho só tem início, porém, ao final da introdução, ocupando apenas seus últimos parágrafos. Deveria conter uma biografia do autor,²⁴⁹ postergada, pois que, apesar das “copiosas notas” tomadas pelo editor, ainda lhe escapavam ao conhecimento “anos e anos da vida

²⁴⁶ Leitores diletantes, mas possivelmente dotados de um gosto estabelecido e socialmente difundido pela história; em sua pesquisa, Tânia Bessone mostra como, nas coleções particulares de fins do século XIX, começo do XX, as obras de história apareciam constantemente entre as mais numerosas, próximas das de belas-letras, atrás das leituras de ordem profissional. BESSONE, *op. cit.*, capítulo 1.

²⁴⁷ Carta a Lino de Assunção, 18/10/1886, Corr. III, p. 344-345, negritos nossos.

²⁴⁸ EE-1, p. 128.

²⁴⁹ “Desde que tomamos a responsabilidade desta publicação, entendemos de nosso **dever** precedê-la da biografia do autor” (EE-1, p. 128, destaque nosso).

de Fernão Cardim”.²⁵⁰ O “trabalho de editor” acaba por consistir nas justificativas da edição (seis parágrafos curtos), em relação à ortografia adotada, ao propósito irrealizado da edição (figurar na Exposição de 1881 da Biblioteca Nacional), e às notas de Batista Caetano, esclarecendo vocábulos indígenas. Este “trabalho de editor” assenta-se fundamentalmente sobre os dois campos que ele e Vale Cabral procuravam preencher para Frei Vicente, com a ajuda de Lino de Assunção: a **biografia** do autor e de pessoas citadas na obra editada, e a **bibliografia**, não só da própria obra como de outros documentos contemporâneos e de monografias sobre pontos mencionados no texto.

Estudaremos estas questões posteriormente; por ora, precisamos esclarecer em que consiste, então, o grosso da introdução a Cardim, se o “trabalho de editor” não a preencheu como seria de se esperar (expectativa do próprio editor). Capistrano dedica-se fundamentalmente a apresentar a obra e tentar estabelecer sua autoria. Quando aponta que a biografia do autor é um “dever” do editor, já está a assinalar uma regra das edições, que seguirá nas demais que realizar. O trabalho prévio a este, quando se trata de texto de autoria ignorada, é determinar o autor; e é dele que se ocupa principalmente Capistrano nesta introdução.

2.1 Autoria

Segundo Capistrano, o manuscrito original de *Do Princípio e Origem* encontrava-se em Évora; poucas pessoas o examinaram ali, “e estas o não julgaram, ao que parece, digno de ser posto em circulação”.²⁵¹ Os ingleses, ao contrário, perceberam há muito sua importância, e publicaram-no, em sua língua, em 1625 na coleção de Purchas, *Purchas his Pilgrimages*.

O reverendo Samuel Purchas é tido como continuador da obra de Richard Hakluyt, organizador da coleção *Principal Navigations*, “uma reunião de narrativas escritas por viajantes ingleses, publicada em 1589 e reeditada, em três volumes, entre 1598 e 1600”. Purchas, por sua vez,

adquiriu uma impressionante quantidade de manuscritos de seu mestre [Hakluyt], e editou uma gigantesca coleção de relatos de navegadores, impressa em 1625, com o título *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimages*, em quatro grandes e grossos volumes, somando mais de 4.000 páginas. No volume quatro, dedicado à América e a ‘diversas batalhas marítimas e terrestres, invasões e vitórias contra os espanhóis

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ EE-1, p. 120.

naquelas partes', encontram-se várias narrativas referentes ao Brasil, entre elas os relatos de Fernão Cardim e Jean de Léry.

Este ponto é particularmente relevante aqui: embora uma narrativa feita para exaltar os feitos ingleses na época das Grandes Navegações, a coleção de Purchas incorporou muitos relatos de estrangeiros, associando seus feitos à história marítima britânica, em tom nacionalista e - no contexto das rivalidades britânicas de então - anti-espanhol e anti-católico.

Essa “britanização” aconteceu também com o relato do padre português Fernão Cardim, *Tratados da terra e da gente do Brasil*, publicado na coleção de Purchas, erroneamente atribuído a Manuel Tristão, com o título “Um tratado sobre o Brasil escrito por um português que lá viveu muitos anos”, e com a seguinte observação: “Eu [Purchas] bem posso adicionar esse jesuíta às viagens inglesas, sendo ele um prisioneiro e um butim inglês”. Quando voltava de Roma para o Brasil, em 1601, o navio em que estava Fernão Cardim foi capturado pelo corsário inglês Francis Cooke, que capturou o padre e se apoderou do manuscrito, vendido por vinte xelins. O livro de Fernão Cardim só seria publicado em português e atribuído a seu verdadeiro autor, por Capistrano de Abreu, em 1881.²⁵²

O manuscrito de Évora, segundo Capistrano, era anônimo, e o autor determinado por Purchas não o satisfazia, por razões de *lógica*, consubstanciada por seus conhecimentos históricos, no caso, a respeito da Companhia de Jesus.

Ele atribui o opúsculo ao *irmão* [grifo de Capistrano, destacando informação crucial na sua argumentação] Manuel Tristão, enfermeiro do colégio dos jesuítas da Bahia, fundando-se na circunstância do livro trazer no fim algumas receitas medicinais, e ter em uma parte escrito o seu nome. Ora, esta opinião é insustentável. O fato de um Mss. trazer um nome qualquer, sem outra declaração, **provará**, quando muito, que assim se chama ao dono do códice. Acresce que um *irmão* da Companhia de Jesus era sempre um rapaz que começava, e não tinha nem podia ter a madurez de espírito e os conhecimentos que aqui se revelam a cada passo, - ou homem feito que, apesar de inapto para a carreira das letras, possuía outras qualidades que poderiam ser úteis à poderosa Companhia de Jesus. **Provavelmente** era este o caso do enfermeiro... Quanto às receitas por si nada **provam**: quando muito mostrarão que foram ensinadas pelo enfermeiro.²⁵³

²⁵² As informações sobre Purchas são da introdução a KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. Organização, introdução e notas: Sheila Moura Hue; tradução: Vivien Kogut Lessa de Sá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, pp. 11-13. Também sobre Hakluyt, Purchas, e o contexto em que realizaram suas coleções, HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 19-20, em especial.

²⁵³ EE-1, p. 121, negritos nossos.

Este trecho revela, a nosso ver, traço constante da escrita de Capistrano: o duplo sentido de *provável* - tanto aquilo que tem comprovação por algum documento (é provável porque pode ser provado), quanto o que tem possibilidade de ser, em função de circunstâncias favoráveis (é provável que assim seja).²⁵⁴ No caso, Capistrano não tem como *provar*, no primeiro sentido, a autoria de Cardim, porque lhe falta sua assinatura no manuscrito de Évora. Mas tem como, baseado na lógica articulada a partir dos conhecimentos históricos que possui, afirmar a *probabilidade* de ter sido Cardim, e não Manuel Tristão, o autor do texto (chegando a uma conclusão do tipo: “é mais provável que Cardim tenha escrito esta obra do que Tristão”).²⁵⁵

A prova de primeiro tipo era a mais desejada; a lógica, por mais certa que parecesse, poderia guardar surpresas.²⁵⁶ Ao concluir a publicação de outra obra que atribuíra a Cardim, *Do clima do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na Terra como no Mar*, pela *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, tomo III, jan. – fev. de 1885, Capistrano, ao que parece no aguardo da saída do texto em volume, pedira a Lino de Assunção que fizesse algumas pesquisas na Biblioteca de Évora, dado que Lino dirigia-se àquela cidade. Pediu inicialmente que o correspondente comparasse *Do clima do Brasil*, com *Do princípio e origem dos Índios do Brasil* e com a *Informação da Missão do padre Christovam de Gouveia*, por meio do catálogo da Biblioteca. “As três obras, no meu entender são do Padre Fernão Cardim. Vê se a letra ajuda esta hipótese”.²⁵⁷ Recebeu de volta talvez mais do que esperava: dois fac-símiles de Cardim, provavelmente das duas primeiras obras citadas acima; reunidas por Purchas, encontravam-se separadas na biblioteca de Évora.²⁵⁸ Isto lhe dá a “*certeza material* (...) de que são de Cardim as obras que eu lhe atribuí. Eu tinha certeza disto, *mas tantas vezes tenho encontrado a realidade ilógica*, que muitas

²⁵⁴ Cf. OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 121-122.

²⁵⁵ Este tipo de escrita em Capistrano contradiz a crítica que lhe faria Manoel Bomfim, na obra *O Brasil na História* (1930). Ali, Bomfim coloca Capistrano e João Ribeiro como exceções dentro da historiografia da Primeira República (um julgamento positivo). Mas Capistrano, segundo ele, nunca chegou a escrever uma história do Brasil de fôlego porque era incapaz de “afirmar por simples dedução, ou compor em imaginação, a projectar conceitos sem outro sustentáculo além da pura lógica. Pesquisador intranzigente, prendeu-se ao regimen mental do rigoroso objectivismo” (BOMFIM, *op. cit.*, p. 137).

²⁵⁶ Sobre a *prova* no trabalho do historiador, cf. GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. No trabalho de Capistrano em particular, cf. OLIVEIRA, *op. cit.*, em especial pp. 114-128.

²⁵⁷ Carta de 19/03/1885, Corr. III, p. 310.

²⁵⁸ Cartas de 30/05/1885 e 05/06/1885, Corr. III, p. 314-317.

vezes tive minhas dúvidas. Felizmente já não as tenho mais”.²⁵⁹ Por mais sólida que lhe parecesse, a atribuição por lógica não lhe permitia o conforto da “certeza material”.²⁶⁰

2.1.1 A autoria pela lógica

No primeiro trabalho de Cardim que publicou, porém, Capistrano não contou com o auxílio da pesquisa *in loco*, e teve de fundar-se exclusivamente na argumentação para atribuir a este jesuíta português a autoria de *Do princípio e origem dos índios do Brasil*. Como o fez?

Antes de analisarmos o raciocínio contido na introdução de 1881, vale observar aquela que deve ter sido a primeira hipótese de Capistrano para a autoria da obra: o padre José de Anchieta. Como funcionário da Biblioteca Nacional, Capistrano colaborou com o *Catálogo* da Exposição de História e Geografia de 1881. O *Catálogo* saiu antes da edição de *Do princípio e origem dos índios do Brasil*, pois, como diz Capistrano na introdução, esta foi custeada por Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta de Notícias*, como homenagem àquela exposição; não ficou pronta, porém, a tempo de figurar na mesma. A obra de Purchas estava no *Catálogo*, e sua entrada muito provavelmente foi escrita por ou com colaboração de Capistrano. Ali consta:

12. - A Treatise of Brasil written by a Portugall wich had long lived there [o título que dera Purchas à obra]. V. Purchas his Pilgrimages, IV, 1289-1320. (B. N. [i. e., exemplar da Biblioteca Nacional]).

Este trabalho, segundo Purchas, foi escripto por um Jesuita que vivera no Brazil durante trinta annos. Vindo ao Brazil em 1601, um Frances Cooke, natural de Dartmouth, o-tomou á força do dono, <<much against his will>>, vendendo-o depois por 20 xelins a Master Hacket, que o-mandou traduzir. Esta traducção cotejada com o original é que nos dá Purchas.

No original, além do Tractado, vinham no fim algumas receitas medicas subscriptas pelo <<Sr. Manoel Tristaom Emfermeiro do Colegio de Baya>>, que Purchas julga ser o auctor. Entretanto ésta suggestão não parece muito plausivel. O logar de ermão era exercido ou por gente moça, que apenas entrava na Companhia, ou por pessoas de pouca intelligencia e que por este motivo não se tinham podido ordenar. O facto do escriptor ter estado no Brazil durante 30 annos

²⁵⁹ Carta de 05/06/1885, Corr. III, p. 315, grifos nossos.

²⁶⁰ Quando conta a história dos escritos de Fernão Cardim a Paulo Prado, porém, Capistrano ainda pede a confirmação do amigo, que acabara de ler a *Narrativa epistolar* do jesuíta, sobre a atribuição de autoria das demais obras a Cardim, requisitando-lhe que atentasse para o *estilo* dos textos (e refazendo a argumentação que expusera nos anos 1880, mostrando como Cardim poderia ser o autor dos textos de que tomou posse Purchas) – cf. Corr. II, p. 386-387, 389 e 392, cartas que vão de julho de 1918 a fevereiro de 1920. Talvez estivesse apenas pondo Paulo Prado a par do trabalho que realizara com Cardim, e não questionando, efetivamente, sua atribuição de autoria.

inutiliza a primeira hypothese; os conhecimentos manifestados no livro inutilizam a segunda.

O livro foi escripto depois de 1584, pois que já se refere á conquista da Parahyba: isto permite concluir que o auctor chegou ao Brazil em 1554 pelo menos. Será Anchieta[,] que chegou em 1553? Nada se oppõe a tal conclusão, tanto mais quanto em outros trabalhos que andam esparsos, e alguns dos quaes ainda se conservam ineditos, existem os elementos reunidos neste.²⁶¹

A nota termina com uma lista dos capítulos da obra, em seus títulos em inglês (procedimento comum para as pesquisas de identificação de obras). Nesta nota do *Catálogo* vemos basicamente a argumentação que Capistrano exporá na introdução de 1881, inclusive um pouco mais detalhada, bem como seu raciocínio por *hipóteses*.

A hipótese Anchieta tem como um de seus fundamentos aspecto que Capistrano colocou como tarefa de um editor, em crítica às edições do IHGB: “determinar a época em que foi escrito e assim circunscrever o período em que se deve procurar o autor quando o livro é anônimo”.²⁶² Mais à frente, porém, no mesmo *Catálogo*, esta hipótese é desencorajada, e é apresentado, então, Fernão Cardim como possível autor.

5762. – Articles touching the dutie of the kings Maiestie our Lord, and to the common good of all the estate of Brasill. Written (as is thought) by the Authour of the former Treatise. V. *Purchas*, IV, pp. 1320-1325. (B. N.)

<<The former Treatise>> de que se-fala já foi descripto [*sic*, isto é, “descripto”] sob nº 12 neste Catalogo [entrada acima]. Aproveitamos a ocasião para declarar que um estudo mais attento do <<Treatise>> não apoia a suggestão de ter sido Anchieta o seu auctor; ha todas as probabilidades do [*sic*] que seja Fernão Cardim. Em todo o caso é esta a obra que tanto cita J. de Laet (*Description des Indes Occidentales* livro XV, cap. 1 e passim); que descreveu o Catalogo de Evora I p. 13 (*Do clima e terra do Brazil*) e p. 15 (*Do principio e origem dos Indios do Brasil*); e cuja parte relativa ao clima já começou a publicar a Revista mensal da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, nesta cidade.²⁶³

Portanto, o exame dos “elementos” da obra de que há referência na primeira nota, isto é, de eventos relatados e conhecimentos ali expostos, acabaram por desautorizar a hipótese Anchieta. Cardim é aqui apresentado sem maiores detalhes; a

²⁶¹ *Catálogo, op. cit.*, p. 5.

²⁶² EE-4, p. 282.

²⁶³ *Catálogo, op. cit.*, p. 490. Vale dizer que Capistrano acreditou que este tratado contido em *Purchas, Articles touching the dutie of the kings...*, fosse de autoria do padre José de Anchieta (*Informações, op. cit.*, p. IX). Capistrano recomenda, na edição de Anchieta (1886), que o leitor compare um trecho de *Purchas* (que transcreve em inglês), com um trecho dos textos do jesuíta que então publica. O cotejo de textos será procedimento recorrente, como veremos. Sobre o outro tratado presente em *Purchas*, Rodolfo Garcia diria, em 1925, que foi “provavelmente escrito por Fernão Cardim (...) Desse não há tradução portuguesa, nem consta que exista o original, ou cópia” (CARDIM, *op. cit.*, p. 20).

pista para sua primeira real aparição é a última referência dada na nota acima, a publicação da *Revista Mensal*. Seu estudo revela muito sobre a posição que já ocupava Capistrano à época, e sobre um outro corpo de conhecimentos fundamental para a edição de textos históricos.

2.1.2 O “distinto bibliógrafo e bibliófilo o Sr. João Capistrano de Abreu”

Neste ano de 1881, em seu tomo 1º, a *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, do Rio de Janeiro,²⁶⁴ inicia a publicação de manuscrito encontrado entre os papéis do falecido presidente da seção, o senador Cândido Mendes de Almeida. Informa José de Arimatéia Pinto do Carmo, em sua *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, que, “Após publicadas as primeiras páginas, a direção da *Revista* resolve não prosseguir, pela razão seguinte, exposta em o tomo citado [1º.], ps. 153-154”, em *Advertência*:

Antes de prosseguir na publicação do manuscrito, darei uma agradável notícia aos leitores.

Conhecedor e apreciador do mérito do distinto bibliógrafo e bibliófilo o Sr. João Capistrano de Abreu, roguei-lhe se dignasse investigar donde procederia a cópia que existia entre os manuscritos do primeiro ex-presidente desta Secção [sic], visto que só a *especialidade em tal gênero de pesquisas* [grifo nosso] poderia dar um útil, proveitoso e pronto resultado.²⁶⁵

Quem escreve é o redator em chefe da *Revista*, Fernando Mendes de Almeida, filho de Cândido. Sua consideração de Capistrano como um “distinto bibliógrafo e bibliófilo” não só denota aqui a plena inserção de Capistrano no que Tânia Bessone conceituou como “círculo de leitores” do Rio de Janeiro de fins do século XIX, início do XX, como aponta para sua inserção como *autoridade* neste círculo, isto é, alguém a quem se recorrer em caso de dúvida sobre obras e manuscritos, em função de seu domínio de uma *especialidade*.²⁶⁶ Seu trabalho na Biblioteca Nacional, seus artigos na imprensa e suas relações pessoais dentro deste círculo certamente o qualificavam como tal; isto embora o diálogo de que estamos tratando tenha ocorrido antes ainda da

²⁶⁴ Sobre a Revista, a Sociedade e a ligação de Capistrano com este grupo, cf. MARY, Cristina Pessanha. “A geografia no Brasil nos últimos anos do Império”. Extraído de www.mast.br/arquivos_sbhc/10.pdf, acesso em 22 de setembro de 2008.

²⁶⁵ *Apud* CARMO, *op. cit.*, pp. 79.

²⁶⁶ Sobre o “bibliófilo”, cf. BESSONE, *op. cit.*, p. 143. A si próprio, Capistrano definiu-se, em carta do dia das Treze mil virgens [?] de 1922 a Paulo Prado, como “*bookmanger*”; ao falar da imensa biblioteca de Rui Barbosa a João Lúcio de Azevedo (carta de 26/03/1919), disse que aquele tinha “verdadeiro amor de bibliófilo aos livros” (Corr. II, p. 423 e 118, respectivamente).

Exposição Nacional de História e Geografia do Brasil que a Biblioteca Nacional inauguraria em dezembro de 1881, cujo *Catálogo* deve ter contribuído muito para o reconhecimento, enquanto “bibliógrafos”, dos funcionários da Biblioteca Nacional (começando por seu diretor Ramiz Galvão, e passando por Capistrano, Alfredo do Vale Cabral, Teixeira de Melo e demais colaboradores). Mas os *Anais da Biblioteca Nacional*, publicados desde 1876, já podem ter servido para assegurar a este grupo preeminência nos estudos bibliográficos.²⁶⁷

Interessa observar, na citação do redator da *Revista*, que à Capistrano (e, por conseguinte, a todos os “bibliógrafos”) é atribuído um conjunto de conhecimentos específicos: “visto que só a especialidade em tal gênero de pesquisas poderia dar um útil, proveitoso e pronto resultado”. Fernando procurara Capistrano para esclarecer de que se trataria o manuscrito, uma cópia de documento, encontrado entre os papéis de seu pai, recém-falecido, Cândido Mendes de Almeida (1818-1881).²⁶⁸ Na resposta de Capistrano acreditamos poder identificar quais seriam as especialidades (passamos nós para o plural) contidas na prática de um bibliófilo. Segue Fernando Mendes de Almeida, transcrevendo a seguir a carta-resposta de Capistrano, que transcreveremos por extenso, pedindo paciência pela extensão e pelas repetições:

Dele [de Capistrano, informa o redator a seus leitores] recebi a seguinte carta que realizou a minha expectativa.

Ilmo. Sr. Dr. Fernando Mendes de Almeida.

A prematura morte do senador Candido Mendes não lhe permitiu preceder de uma introdução o importante manuscrito que a *Revista* está publicando. Por isso ficaram sem solução as questões que ele suscita quanto ao autor e quanto à data em que foi composto [atribuições do editor, como temos visto].

Um acaso feliz permitiu-me resolver alguns desses pontos, e como V. S. julga que os resultados a que cheguei hão de interessar aos leitores da *Revista* de que V. S. é digno redator em chefe, peço-lhe um pouco de espaço para expendê-los.

O manuscrito a que a *Revista* está publicando parece-me idêntico ao códice descrito no Catálogo dos Mss. da Biblioteca Eborense, à pág. 13 do 1º. vol. O título é o mesmo; o começo é o mesmo; e a letra, que Rivara julga ser dos fins de quinhentos ou seiscentos, está de acordo com a data em que foi escrito o manuscrito a que me refiro.

A data com efeito pode ser fixada com toda a precisão em 1584.

²⁶⁷ No segundo volume dos *Anais*, 1876-77, Alfredo do Vale Cabral se refere à publicação como “revista bibliographica”. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II, Fascículo I, 1876-1877, p. 201.

²⁶⁸ Sobre o espólio de Cândido Mendes, que, além de grande coleção, deixou muitas dívidas para sua família, cf. BESSONE, *op. cit.*, pp. 59-62.

Antes de ser impresso em português, o Mss. da *Revista* fora-o em inglês em 1625 no quarto volume da coleção Purchas, donde o citam Laet, por mais de uma vez na *Histoire de Nouveau Monde*, pág. 475, e Prevost no vol. XVI da *Histoire générale des voyages*. É em Purchas que, à pág. 1.297, linha 64, está descrita a [data de] 1584 como a da composição do livro.

A obra, como se acha em Purchas, é mais completa do que a que a *Revista* está publicando, porque ali estão reunidos dois tratados: - um sobre os Índios, outro sobre os animais. A *Revista*, só publicou o último, mas felizmente consegui cópia da 1ª. parte, - que será brevemente publicada, com anotações do Dr. Baptista Caetano e uma introdução minha [refere-se a *Do Princípio e Origem*, 1881].

Quanto ao autor, evidentemente não é o irmão Manuel Tristão, enfermeiro do colégio da Baía, como quer Purchas. Os conhecimentos que no livro se manifestam combinam mal com os que costumavam ter *irmãos*, adolescentes, noviços, que estavam apenas no primeiro estágio da poderosa companhia de Jesús.

O autor parece-me antes Fernão Cardim. Porque, seria muito longo demonstrar; mas hei de fazê-lo em memória especial, em que serão mais desenvolvidamente tratados os pontos em que agora toquei.

Basta dizer que o livro foi extorquido do autor ou dono (Purchas não sabe bem o que) em 1601. Ora exatamente neste ano foi Cardim aprisionado pelos ingleses, quando tornava ao Brasil de viagem a Roma, onde fora como procurador da província.

Biblioteca Nacional, agosto de 1881

JOÃO CAPISTRANO DE ABREU.²⁶⁹

Portanto, a expectativa inicial era de que o dono do manuscrito pudesse conhecê-lo melhor e esclarecer as dúvidas quanto ao texto: sua natureza, autor e data de composição, cumprindo assim as tarefas do editor. Isto não só por se tratar do dono da cópia, mas por este ser Cândido Mendes de Almeida, grande erudito, por quem Capistrano demonstrou várias vezes admiração, em função de seus estudos históricos. Não sendo isto possível, aparece Capistrano como alguém habilitado a tratar do documento em função de um “acaso feliz” – estava estudando texto que acreditava ser do mesmo autor, e preparando-o para publicação. Postas estas condições, parte para o trabalho de “bibliógrafo” propriamente dito. E em que consiste este?

Em primeiro lugar, o que sobressai é uma erudição específica. É o conhecimento dos instrumentos de pesquisa, no caso o catálogo da Biblioteca de Évora, de coleções de textos (Purchas), e de obras de história em que estes textos aparecem citados, bem como as referências contidas nestas obras aos textos. Por meio destas leituras, Capistrano chega à data de composição da obra: 1584. Chega também à constatação de que o texto

²⁶⁹ *Apud* CARMO, *op. cit.*, pp. 79-81.

que publica a *Revista* liga-se a outro, também contido em *Purchas*. O Rivara a que Capistrano de Abreu se refere é Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, bibliotecário da Biblioteca de Évora, que mandara organizar catálogo da mesma, saído em Lisboa, 1850: o *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Eborensis*, como informa Rodolfo Garcia na edição de 1925 das obras de Fernão Cardim.²⁷⁰

2.1.3 Instrumentos de pesquisa

O trabalho bibliográfico necessário para a realização de uma edição (que veremos com mais detalhe posteriormente) tinha no domínio dos instrumentos de pesquisa, como os catálogos de biblioteca, um elemento indispensável. Catálogos de acervos particulares, de bibliotecas públicas, de coleções postas à venda, de livreiros, bibliografias gerais e dicionários de autores são alguns exemplos desta literatura com a qual o historiador tinha de ser familiarizado para poder realizar suas pesquisas – e que tomavam importância específica quando se tratava de apresentar ou estudar uma determinada obra. Capistrano colaborou, ele mesmo, com a elaboração de ao menos três catálogos: o monumental *Catálogo* da Exposição de História e Geografia do Brasil da Biblioteca Nacional, de 1881, quando era funcionário da instituição; o “Catálogo dos Documentos Mandados copiar pelo Senhor D. Pedro II”, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVII, parte 1ª., vol. 109, 1904 (1906);²⁷¹ e o catálogo da biblioteca de Francisco Ramos Paz, seu amigo pessoal, saído em 1920.²⁷² Este último expôs, em seu testamento, o seguinte desejo:

²⁷⁰ CARDIM, *op. cit.*, p. 17.

²⁷¹ Segundo José Honório Rodrigues, um “inventário das cópias mandadas fazer por Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, utilíssima lista que compendia os esforços dos dois pesquisadores” (RODRIGUES, *A pesquisa histórica...*, p. 95). Vimos como Capistrano demonstrou largo conhecimento destas pesquisas oitocentistas, indicando muitas de suas deficiências. Este catálogo pode ser corolário direto de suas pesquisas nos anos 1880 e 1890, quando mergulhou nas consultas do Conselho Ultramarino, conforme diz em carta a Rio Branco, de 17/04/1890; Corr. I, p. 130. O “Catálogo” divide-se em: Torre do Tombo, Academia Real das Ciências, Biblioteca de Évora, Conselho Ultramarino – Registos e Conselho Ultramarino – Papéis Vários, de acordo com a procedência das cópias mandadas fazer pelo Imperador. Capistrano ainda indica quais documentos já haviam sido publicados (ou “impressos”, na sua terminologia), e onde o foram, e publica regimentos e relatos de viagem após o “Catálogo”. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVII, parte I, vol. 109, 1904 (1906). O “Catálogo” foi publicado anonimamente; Vieira Fazenda atribuiu-o a Capistrano (VIANA, *op. cit.*, p. 50).

²⁷² Capistrano escreveu no *Suplemento* do catálogo texto que está reproduzido em EE-2, pp. 129-139. Sobre Ramos Paz, cf. BESSONE, *op. cit.*, capítulo 3. Capistrano começou o trabalho de catalogação do acervo de Ramos Paz, mas teve de abandoná-lo; cf. BESSONE, *op. cit.*, p. 165. Outra bibliografia com a elaboração da qual teria colaborado Capistrano é a *Biblioteca Brasiliense*, de José Carlos Rodrigues, o catálogo de sua muito reputada brasileira (publicado no Rio, em 1907), várias vezes citada por Capistrano

Pretendo dispor dos livros, quadros e mais objetos de arte, mas se isto não se verificar como é possível, neste caso peço ao meu bom amigo J. Capistrano de Abreu que coopere na venda, para evitar que tudo seja sacrificado. Peço-lhe também que retire, como lembrança, vinte volumes a sua escolha. Pretendia pedir também cooperação do dedicado dr. Ramiz Galvão; mas vendo-o agora exercer um cargo de tanto trabalho não me animo a fazer-lhe tal pedido.²⁷³

A citação a Capistrano e Ramiz Galvão, por Ramos Paz, em seu testamento, chama a atenção para um núcleo importante da “bibliofilia” do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX: a Biblioteca Nacional, em especial após Ramiz assumir sua direção, em 1870, onde permaneceu até 1882.²⁷⁴ Entre os resultados de seu trabalho na instituição está a produção de catálogos e bibliografias, de que os *Anais da Biblioteca Nacional* (também feito de sua administração) fornecem exemplos. Vimos que Capistrano, ao assinar a carta que enviou a Fernando Mendes de Almeida, não assina apenas Rio de Janeiro, no final; faz questão de colocar “Biblioteca Nacional”, destacando o lugar de onde fala.²⁷⁵

O *Catálogo* da exposição de 1881 certamente merece destaque neste âmbito. Um “guia indispensável aos estudiosos”, nas palavras de Ramiz Galvão em sua apresentação, “O catalogo da presente Exposição não é pura e simplesmente um indicador de livros, painéis, estampas ou medalhas. Tanto quanto no-lo permittiram o espaço e o tempo, vae nelle um esbôço de bibliographia historica brasileira, considerada a historia em sua maior amplitude, e não esquecidos os documentos subsidiarios que apodem esclarecer”.²⁷⁶ Um “esbôço”, que, no dizer de José Honório Rodrigues, era “a maior bibliografia histórica publicada sobre um país no mundo. Nem as bibliografias do mundo europeu, nem as norte-americanas, se comparavam, na época, ao *Catálogo da*

nos “Prolegômenos” da edição de 1918 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador. Segundo dois biógrafos de Capistrano, Hélio Viana (que remete a informação a Afonso Taunay) e José Aurélio Saraiva Câmara, Capistrano teria participado anonimamente da confecção deste catálogo. Cf. VIANA, *op. cit.*, p. 51, e CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editôra, 1969, p. 159.

²⁷³ *Apud* BESSONE, *op. cit.*, p. 161. Na mesma obra a autora mostra os perigos de desmembramento dos acervos quando estes iam a leilões, após a morte de seus proprietários. Capistrano, no texto saído no *Suplemento* do catálogo, demonstra o alívio sentido quando a biblioteca de Paz foi adquirida, na íntegra, por Arnaldo Guinle, que ainda “doou o espólio (...) à Biblioteca Nacional e destinou uma verba para continuar e completar as coleções” (EE-2, p. 139).

²⁷⁴ Cf. novamente BESSONE, cap. 3.

²⁷⁵ Lugar no sentido dado por Michel de Certeau, como um dos componentes da “operação historiográfica”. CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-114.

²⁷⁶ *Catálogo*, *op. cit.*, p. VI e VII.

Exposição de História do Brasil publicado em 1881”.²⁷⁷ Segundo José Honório, os funcionários da Biblioteca Nacional não tinham muitos modelos em que se apoiar em 1881, dentro do universo da língua portuguesa, para seu *Catálogo*:

Os únicos exemplos que Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional, com seus colaboradores possuíam na tradição luso-brasileira eram a *Biblioteca Lusitana, Critica e Chronologica na qual se comprehende a noticia dos autores portugueses e das obras que compuzeram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente* [Lisboa, 1741-1759, 4 vols. reeditada várias vezes, obra de Diogo Barbosa Machado] que só veio a ser superada pelo *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva [1858-1879, 9 vols., continuados por P. V. de Brito Aranha, 1883-1914, do 10º. ao 21º. volumes].²⁷⁸

Estas obras, de Barbosa Machado e Inocêncio, são referências constantes nas cartas e notas bibliográficas de Capistrano, denotando a permanência de sua importância para as pesquisas e trabalhos que envolviam bibliografia. Outras bibliografias que cita com frequência (e naturalidade, isto é, sem explicá-las ao leitor ou interlocutor quando as menciona, como vimos acima com Rivara) são a *Epitome de la Biblioteca Oriental y Occidental*, de Antonio León Pinelo, 1ª. ed. 1629, 2ª. ed. 1737,²⁷⁹ a *Biblioteca Historica Portuguesa*, de Jorge Cesar Figanière (Lisboa, 1850), e a *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*, de Carlos Sommervogel (Bruxelas, 1890-1909), o *Catálogo da Biblioteca do Porto*, entre outras. Usa ainda a *Bibliotheca Americana Vetustissima, a description of works relating to America published between 1492 and 1551*, de Henry Harrisse (Nova Iorque, 1866), segundo José Honório Rodrigues “a primeira tentativa de bibliografia histórica americana geral de livros raros e esgotados”,²⁸⁰ que aparece, por exemplo, na tese de 1883 sobre o Descobrimento.

Na introdução a esta obra, Harrisse²⁸¹ expõe idéias que podem ajudar a entender a visão a respeito da bibliografia na época. Primeiramente, o autor apresenta uma concepção progressiva, coletiva e cumulativa de ciência, dentro da qual cada área deve

²⁷⁷ *Ibidem*, p. VIII-IX.

²⁷⁸ *Catálogo*, *op. cit.*, p. VII.

²⁷⁹ De onde Capistrano extrai pista para sugerir que Ambrósio Fernandes Brandão foi o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*; EE-1, p. 207.

²⁸⁰ *Catálogo*, *op. cit.*, p. VII.

²⁸¹ Henry Harrisse (1823-1910) nasceu em Paris, mas mudou-se ainda menino para os Estados Unidos. Sua intenção, como chega a expor na introdução à *Bibliotheca Americana Vetustissima*, era escrever uma história da ascensão e queda do Império Espanhol na América; como condição preliminar, dispôs-se a elaborar uma bibliografia sobre a América, que é esta obra. Harrisse, que em função da pouca repercussão da obra nos EUA mudou-se de volta para a França, publicou diversos escritos sobre a época da descoberta da América, que parecem ter sido altamente estimados no fim do século XIX, começo do XX. Capistrano de Abreu cita alguns nos prolegômenos à *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, edição de 1918.

ser continuamente subdividida – a ciência faz-se, em sua visão, necessariamente através de uma comunhão de pesquisadores e seus esforços particulares. A bibliografia, “one secondary section” “in that vast field of historical studies”,²⁸² contribui para o trabalho analítico e sintético dos historiadores. Os bibliógrafos estão entre aqueles

who devote themselves to devise and perfect instruments to alleviate the efforts of synthetic philosophers and historians; to the modest callings which aim at placing within the reach of others, whosoever they may be, appliances which rarely fail to impart method logic and precision.²⁸³

Fiel à noção de ciência como formada por várias áreas, cada uma com suas atribuições, HARRISSE assinala que “The task of extracting from the materials thus supplied [pelo bibliógrafo] the synthesis required, *devolves exclusively upon the historian*. Bibliography thus understood (...) assumes an encyclopoetical character, which we deem necessary to bring the science in closer connection with historical studies.”²⁸⁴ Consciente de que a tarefa de auxiliar o historiador a trabalhar suas fontes, deixando para este último a síntese, não deveria atrair muitos interessados para a bibliografia, HARRISSE salienta o caráter “both adequate and honorable”²⁸⁵ desta ocupação – contribuinte importante, em sua visão, para o progresso da ciência.

Sem tornar-se exclusivamente um bibliógrafo, como o caracterizara Fernando Mendes de Almeida, Capistrano de Abreu afirmou-se como historiador. Capistrano e HARRISSE, no entanto, parecem compartilhar de noções correntes à época, entre elas o caráter coletivo e cumulativo da ciência.²⁸⁶ A bibliografia aparece como parte fundamental nos trabalhos de edição de textos, não só pela análise e descrição da obra editada e seu autor, como também fornecendo seu histórico de edições, a localização dos manuscritos e/ou exemplares existentes, além da indicação de textos contemporâneos e monografias que auxiliem ou complementem a obra editada. A bibliografia deveria fazer parte do domínio do historiador, sem a qual não poderia guiar-

²⁸² HARRISSE, Henry. *Bibliotheca Americana Vetustissima, a description of works relating to America published between 1492 and 1551*. Nova Iorque: Geo. P. Philes Publisher, 1866, p. II. Obtivemos fac-símile da obra em pdf a partir de <http://www.archive.org/search.php?query=creator%3A%22HARRISSE%2C%20Henry%2C%201829-1910%22>, acesso em 16 de setembro de 2008.

²⁸³ *Ibidem*, pp. IV-V.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. IX, grifo nosso.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

²⁸⁶ As edições e traduções de textos de Capistrano contavam, regularmente, com colaboradores melhor versados que ele em áreas específicas, como o estudo de determinadas línguas indígenas. O caráter de suas notas, como veremos posteriormente, parece atestar uma concepção progressiva e cumulativa do conhecimento histórico, envolvendo revisão, retificação e correção destes conhecimentos.

se pelas fontes. Como Harrissee coloca, enfatizando veementemente a importância do documento escrito, a bibliografia é para o historiador como a carta geográfica para o marinheiro:²⁸⁷ um guia para orientar-se pelo imenso mar de textos escritos existentes – o historiador deve dispor de uma, ou prepará-la ele mesmo, antes de dedicar-se ao estudo do objeto de sua escolha. Deveria manter sempre uma boa bibliografia “debaixo dos cotovelos” enquanto estuda, na expressão que usa Harrissee algumas vezes na introdução, para saber quais as fontes e estudos existentes sobre seu tema. Pela correspondência, vemos que é o que ocorre não só com Capistrano, mas de forma geral entre seus correspondentes que também se dedicavam a estudos históricos, dado que suas referências a bibliografias são, via de regra, naturais; menciona-as abreviadamente, consciente de que o interlocutor sabe a que obra se refere.²⁸⁸ Demonstrava a necessidade de elaborar bibliografias às vezes apenas para as próprias pesquisas, como uma lista de “DOCUMENTOS do século XVI relativos ao Brasil e existentes na Biblioteca Nacional, na do Instituto Histórico ou na S[ua]. M[ajestade]. I[mperial].”, completada por uma lista das cartas de José de Anchieta existentes na Biblioteca Nacional, que envia para Lino de Assunção; esta lista é dos documentos copiados da Torre do Tombo, onde realizava pesquisas o engenheiro português. Capistrano queria que Lino verificasse se havia alguma coisa que os brasileiros não conheciam.²⁸⁹

Destarte, o conhecimento destes catálogos e bibliografias (e a capacidade de elaborá-los também, para fins públicos ou para o estudo pessoal) coloca em contato o historiador e editor de textos, ocupado com pesquisas e com o *dever* do editor de dar precisas indicações bibliográficas, com o universo das bibliotecas e dos amantes e colecionadores de livros da época – ou de outrora, que tivessem deixado catálogos ainda importantes para referências bibliográficas. cremos que a catalogação das obras *referentes a um país, ou período histórico, ou região*, inscreve-se na mesma perspectiva dos esforços de pesquisa em arquivos e divulgação de fontes para a escrita de *histórias nacionais*, que examinamos na primeira parte da dissertação. A elas, somam-se, por seu lado, a catalogação dos acervos particulares, sujeitas a outros imperativos (como

²⁸⁷ HARRISSEE, *op. cit.*, p. XLIV.

²⁸⁸ Vale dizer que Capistrano, embora pareça compartilhar destas noções com Harrissee, como um corpo de idéias correntes na época, e tenha se valido de várias de suas obras, nem sempre julgou positivamente a aplicação prática dos princípios que Harrissee afirmou guiarem seu trabalho. Em carta ao Barão do Rio Branco, de 23/12/1887, Capistrano escreve: “Há muitas questões bibliográficas sobre as quais tive de consultar a V. Ex.^a, porque Harrissee, na sua *Bibliotheca Americana Vetustissima*, nem sempre me parece claro” (Corr. I, p. 119).

²⁸⁹ Carta de 12/03/1885, Corr. III, pp. 306-310.

questões de herança, tal o caso de Francisco Ramos Paz), que passam a servir de fonte inescapável aos estudiosos e colecionadores.

2.1.4 O uso dos instrumentos de pesquisa

Mas o conhecimento desta literatura combina-se a seu uso crítico. No caso de Fernão Cardim, Capistrano não aceita a autoria proposta por Purchas, e o faz com base em outro domínio: o conhecimento da história. É por meio do saber sobre o contexto histórico delimitado pela data de escrita da obra que Capistrano decide pela implausibilidade da autoria sugerida por Purchas: um irmão da Companhia de Jesus não teria condições de escrever tais textos. Como vimos, o conhecimento do contexto histórico permite a elaboração de uma lógica que determina probabilidades (do tipo “dentro daquele contexto, é mais provável que isto tenha se passado, do que aquilo”). A sua hipótese de autoria será desenvolvida na introdução a *Do Princípio* (1881), e possivelmente também na que escreve para a *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa*, quando da publicação definitiva, no tomo III do periódico, de janeiro-fevereiro de 1885, páginas 1-36, de *Do Clima do Brasil e de Algumas Causas Notáveis que se acham assim na Terra como no Mar*, que teve prefácio e notas de Capistrano de Abreu. Não conhecemos tal edição.

O redator em chefe da *Revista*, Fernando Mendes de Almeida, após transcrever a carta de Capistrano, faz as seguintes considerações, aduzindo outras características que habilitariam Capistrano para a produção de um “preciso estudo bibliográfico”: “A *confrontação dos escritos antigos, o conhecimento do estilo dos escritores e sobretudo a ciência da história geográfica do Brasil* [grifos nossos] podem concorrer, poderosamente, para o preciso estudo bibliográfico que nos promete o inteligente colaborador”.²⁹⁰ Portanto, além do que já elencamos, isto é, um domínio das fontes e dos conhecimentos históricos do período de escrita dos textos, estes três outros pontos complementam um estudo bibliográfico; e Capistrano os demonstra todos na introdução a *Do Princípio*, de 1881, como deve ter feito também na *Revista*, em 1885.

2.1.5 A autoria de *Do princípio e origem dos índios do Brasil*

²⁹⁰ *Apud* CARMO, *op. cit.*, p. 81.

Considerando este longo (e talvez excessivo) pano de fundo das pesquisas de Capistrano de Abreu até chegar a Fernão Cardim, vejamos como, em 1881, ainda sem a “certeza material”, argumentou em favor de sua autoria para *Do princípio e origem dos índios do Brasil*.

O que começa a chamar a atenção de Capistrano é o estilo do autor do texto:

A cada instante encontrávamos frases e locuções familiares; a cada passo nos parecia que já tínhamos lido coisa que se assemelhava ao que estávamos lendo.

O autor de quem nos lembrávamos, lendo Purchas, era Fernão Cardim. E então veio-nos ao espírito uma interrogação: quem sabe se em vez de Manuel Tristão não será Fernão Cardim o autor deste opúsculo?

Para chegar a uma solução as provas intrínsecas eram sem dúvida valiosas, porém não bastavam: era preciso recorrer antes às provas extrínsecas.

Felizmente estas não faltavam.²⁹¹

Ao estilo, portanto, correspondem as provas intrínsecas, internas ao texto, onde só ele basta. Estas, porém, devem ser corroboradas por provas extrínsecas, isto é, fatos e datas que mostrem a possibilidade de Cardim, mais que qualquer outro, ser o autor daquele manuscrito. Ele deve poder, digamos, ser colocado na cena do crime; sua biografia deve mostrar suas condições de acesso àquelas informações e de escrita do texto, no lugar e momento em que este foi escrito. O que Capistrano mostra através de duas “coincidências”, em seu termo:

I. Diz Purchas que o Mss. que reproduz foi tomado em 1601 por Francis Cook a um jesuíta que ia para o Brasil. Ora, exatamente neste ano, como se pode ver na *Sinopses* de Franco [novamente, o domínio de uma bibliografia específica], o padre Fernão Cardim, que voltava para o Brasil da viagem a Roma, foi aprisionado por corsários ingleses e conduzido para a Inglaterra.

II. Pela página 195 deste opúsculo se vê que ele foi escrito em 1584. Ora, neste tempo estava Fernão Cardim no Brasil, onde, como se vê na *Narrativa Epistolar* (pág. 285) [já publicada por Varnhagen], ele chegou a 9 de maio de 1583, em companhia do padre Cristóvão de Gouveia e de Manuel Teles Barreto, que vinha por governador geral.²⁹²

De posse destas informações, que possibilitam colocar Cardim no espaço circunscrito dos que poderiam ter escrito o manuscrito, falta voltar às “provas intrínsecas”, que forneciam a base para uma hipótese, e fazer o exame rigoroso dos textos:

²⁹¹ EE-1, p. 121.

²⁹² EE-1, p. 121-122.

Estas duas coincidências davam um fundamento sólido à hipótese; mas para torná-la certa devia se recorrer às provas intrínsecas, - à comparação dos estilos, ao cotejo das opiniões, etc. No caso presente estas provas têm valor [estabelecido pelas “provas extrínsecas”] - porque, se o opúsculo aqui publicado é de 1584, a primeira parte da *Narrativa Epistolar* é de 16 de outubro de 1585. Escrevendo em dois períodos tão próximos um do outro, é natural [novamente o recurso à lógica] que, se o opúsculo sobre os Índios é da mesma pena que a *Narrativa Epistolar*, não só haja conformidade de idéias, como também de forma.²⁹³

Capistrano coloca literalmente lado a lado a *Narrativa Epistolar* e *Do princípio e origem* para que o leitor possa fazer a comparação: a página divide-se em duas colunas, cada trecho de cada obra ocupando uma.²⁹⁴ Usa primeiro cópia fornecida por Fernando Mendes de Almeida (portanto, a que possuía Cândido Mendes), depois sua tradução de Purchas, para os excertos de *Do princípio e origem*. Na defesa da identidade dos textos, Capistrano justifica as diferenças entre ambos que surgem no confronto, insuficientes para invalidar seu julgamento; ao fazê-lo, chama a atenção do leitor para as especificidades de cada obra - seu contexto de produção e finalidades.²⁹⁵

Quando edita as *Informações e fragmentos históricos do padre José de Anchieta* (duas *Informações* e um conjunto chamado pelo editor de *Fragmentos históricos*, de excertos de textos de Anchieta), em 1886, Capistrano parte também de textos sem autor determinado (sendo que Varnhagen e Cândido Mendes de Almeida já haviam defendido Anchieta como autor da primeira *Informação*, a única que conheceram). Para atribuí-los a José de Anchieta, vale-se de seus conhecimentos históricos e da biografia do padre. A segunda informação, segundo ele, “é evidentemente escripta pelo Provincial” da Companhia de Jesus no Brasil, que na época da escrita do texto era o padre José de Anchieta; uma prova “extrínseca”, na terminologia que usou em Cardim (e usa em outros momentos). Havia informado antes que os textos são em “lettra contemporanea do seculo XVI”; esta uma prova “intrínseca”. A primeira *Informação* refere-se com minúcia, diz Capistrano, a eventos e lugares que Anchieta presenciou ou conheceu bem. Em relação a esta, Capistrano consegue ainda estabelecer a época de sua feitura (entre 21 e 31 de dezembro de 1584), no Rio de Janeiro, tempo em que lá estava Anchieta,

²⁹³ EE-1, p. 122.

²⁹⁴ Reproduzido em EE-1, pp. 122-127.

²⁹⁵ “Há simplesmente duas diferenças: a *Narrativa* foi dirigida a um amigo e nela o autor deixou seu estilo correr mais livremente, desenvolvendo certos pontos de preferência, referindo-se a objetos conhecidos pelo seu leitor; no opúsculo sobre os Índios ele é mais conciso. Além disso, a *Narrativa* tratava dos Índios apenas como acidente da viagem, como adorno da paisagem; no Tratado, os Índios são o objeto principal, e assim os esclarecimentos são mais condensados e encadeados uns aos outros” (EE-1, p. 126).

reforçando ainda mais sua hipótese de autoria.²⁹⁶ Capistrano ainda reproduz, na Introdução às *Informações*, os argumentos de Cândido Mendes de Almeida, na *Revista* do IHGB, para atribuir a autoria da primeira *Informação* a Anchieta, subscrevendo-os (apesar de fazer dois reparos).

Estes seriam, em suma, os procedimentos básicos de Capistrano face o problema da autoria, na ausência de uma “prova material”: circunscrever a época em que o texto foi escrito, e os conhecimentos que aparecem ali, delimitando possíveis (ou “prováveis”) autores. O confronto de textos, comparando estilos e conteúdo, seria um auxiliar, quando houvesse os textos para comparação. O domínio dos conhecimentos bibliográficos poderia lhe fornecer pistas, informações sobre a obra ou mais elementos com que acercar o autor. Em essência, é por estes métodos que chega também à hipótese de autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* (Ambrósio Fernandes Brandão – sem comprovação definitiva, mas até hoje a melhor hipótese). Visaria cumprir, assim, uma das tarefas do editor: fornecer a biografia do autor. O que, em alguns casos, levou-o a um exaustivo trabalho preliminar.

2.2 Biografia do Autor

A biografia de José de Anchieta, na edição de 1886, talvez exemplifique o procedimento de Capistrano, em particular aquilo em que se fixa ao traçar a vida de um autor: pai, mãe, data e local de nascimento, ocupações que teve e funções que exerceu, lugares por onde passou (sempre tentando estabelecer as datas destes fatos com precisão), posição social, eventos que presenciou, data e local de morte, e, por fim, as obras que teria deixado.²⁹⁷ Podemos observar, na mesma, a menção aos eventos que teria presenciado o autor do texto editado e as funções que ocupou – aspectos que auxiliam, a partir da análise do conteúdo do texto, na sua identificação como autor. Também aparece a delimitação de seus anos de vida, igualmente importante sob o ponto de vista do estabelecimento da autoria. Finalmente, arrola as obras que escreveu e indica onde poderiam ser encontradas (ou não, se estivessem perdidas).

Em artigo de 1925 sobre Fernão Cardim, aproveitado na edição do mesmo ano das obras do jesuíta, Capistrano retoma esses eixos de apreciação da biografia de um

²⁹⁶ Cf. *Informações...*, op. cit., pp. VII-IX e pp. XIV-XV; ambos os trechos da Introdução em que Capistrano discute a autoria das *Informações*.

²⁹⁷ *Informações*, op. cit., pp. XIII-XIV.

autor. Tratando dos eventos que poderia ter relatado Cardim, revela alguma decepção, pois, por essa lógica, o autor deixou de mencionar alguns fatos: “Em fins de junho de [15]85 o Visitador [da Cia. de Jesus, Cristóvão de Gouvêa, a quem Fernão Cardim acompanhava em visita ao Brasil] partiu para Pernambuco. *Cardim bem poderia referir alguns sucessos então passados sob seus olhos: (...)*”.²⁹⁸ A relação vida do autor – obra gera a expectativa em Capistrano de encontrar o relato, em Cardim, de eventos que este presenciou. O autor é testemunha. Neste sentido, o visitador Cristóvão de Gouvêa e Fernão Cardim “Assistiram em Piratininga, a 25 de janeiro de 1585, ao trigésimo aniversário da fundação da humilde casa, germe da vila de S. Paulo. Esteve presente Anchieta, talvez o último sobrevivente do ato que determinou a história paulista e tanto influenciou sobre a do Brasil”.²⁹⁹ Delimitando uma unidade temporal e espacial (sabe que Cardim esteve no Brasil, entre este e aquele ano, e passou por determinados lugares e tais épocas), Capistrano tem idéia do que pode procurar em seus escritos.

2.2.1 A noção de testemunha e sua marca sobre o texto

O que orienta fundamentalmente a preocupação com o autor neste trabalho, a nosso ver, é a noção de que o texto pode fornecer informações importantes para as diferentes áreas de estudo do interesse dos leitores aos quais se dirige o editor. As considerações de Capistrano sobre os autores, em suas edições, não se limitam a isto; são notáveis, principalmente no caso de frei Vicente do Salvador, os comentários com o sentido de posicionar os autores em uma história da literatura brasileira, ou mesmo da historiografia brasileira.³⁰⁰ Para o trabalho crítico, porém, que nos interessa, parece-nos

²⁹⁸ EE-2, pp. 220-221, grifo nosso.

²⁹⁹ EE-2, p. 221.

³⁰⁰ Na primeira de suas edições da *História do Brasil*, no *Diário Oficial* (1886-87), Capistrano e Vale Cabral assinam breve introdução em que realçam o valor do texto “às letras e à história do Brasil, permitindo que enfim seja ouvido o primeiro brasileiro que se ocupou de escrever os anais de sua pátria” (*Apud* CARMO, *op. cit.*, pp. 89-90). No “Aviso Preliminar” da edição da *Materiais* (1887), Capistrano afirma tratar-se o dia em que frei Vicente concluiu sua obra (20 de dezembro) “um dos maiores de nossa litteratura colonial” (SALVADOR, 1887, p. I). Na edição da Biblioteca Nacional, que sai em separata (1888-89), Capistrano aponta esta data como “tão importante em nossa historiographia” (SALVADOR, 1889, p. IV) – caso raro de uso deste termo. Na “Nota Preliminar” da edição de 1918, a *História* de frei Vicente aparece como “modelo” (FV, p. 39). Tais colocações deveriam ressoar nos debates sobre a história da literatura brasileira de fins do século XIX, pois Capistrano chega a reivindicar para frei Vicente o reconhecimento como “o mais antigo de nossos prosadores” (SALVADOR, 1887, p.I), conferindo, por conseguinte, à Bahia a honra de ser o berço de nossa prosa. Uma crítica da visão que Capistrano constrói da *História do Brasil* encontra-se em ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004. Dissertação (mestrado).

que o entendimento do texto como fonte para estudos é primordial. Leitores interessados no estudo da história, da geografia, da etnografia, da lingüística, entre outros saberes, seriam o foco de introduções e prefácios que lhes mostrassem que o autor editado é um depositário fiel de informações necessárias a estes estudos – numa palavra, é uma fonte de valor. A estada do autor em determinado lugar, em determinada época, suas viagens, o conhecimento que pode ter adquirido de livros e fontes, sua posição social e talentos pessoais habilitam o texto que produziu a ser lido como fonte.³⁰¹

Tomemos o caso da introdução à edição de 1918 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador. Capistrano começa o relato da vida do frei, neste caso, apontando as fontes que contém informações a seu respeito (Capistrano será rigoroso e exaustivo na indicação de fontes a quem quiser estudar os assuntos do livro). Após esta referência, começa a biografia do autor. Inicia por seu pai, e procura estabelecer com o máximo de rigor possível o que fez o frei e quando. Um exemplo no tratamento das datas:

Depois de professor [frei Vicente] foi mandado para Pernambuco, em data que pode ser determinada com esta aproximação. Ali assistia nas vésperas da partida para o reino de João Rodrigues Colaço e de D. Beatriz de Menezes (...). O governo de Colaço devia ter alcançado pelo menos a 3 de julho de 1603, data de uma sesmaria doada a Domingos Sirgo, informa Vicente de Lemos (*Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, 1, 6). Ainda assumia este título a 8 de setembro do mesmo ano (*Rev. Trim.*, 73, I, 444). Pouco depois frei Vicente missionava os índios da Paraíba, como refere à página 393.

A narrativa é entrecortada de informações que oferecem a *contextualização histórica* da vida do frei – os costumes e um panorama da época, lugares e instituições, que permitem um acercar-se de como algumas coisas devem ter se passado com o frei. Sua educação é estimada deste modo;

Os engenhos ricos tinham um capelão, com quem os meninos do senhor e outros a quem o permitia começavam os rudimentos de leitura, ordinariamente em cartas de mão, que os livros não eram comuns: na falta das obras de João de Barros, leia-se o que a tal respeito escreve Manuel Severim de Faria na vida do autor das *Décadas*. Talvez assim [grifo nosso] se iniciasse nas letras o futuro historiador.

³⁰¹ Sobre a transformação de um texto em fonte por Capistrano, cf. OLIVEIRA, op. cit., capítulo 3. A autora discute, com muita profundidade, como Capistrano, ao editar documentos, já os interpretava e lia enquanto fonte, produzindo história ao fazê-lo. Maria da Glória de Oliveira analisa, em particular, as edições da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador. A leitura de seu trabalho muito enriqueceu o nosso, embora, como salientamos na Discussão Bibliográfica, seu objeto não sejam as edições de documentos de Capistrano.

Ou seja, dado o contexto, podemos, por analogia, supor como frei Vicente deu os primeiros passos no mundo letrado. Capistrano prossegue:

Continuá-las [as letras] só podia [frei Vicente] na cidade do Salvador, cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados a residência. Seu tio materno Jorge de Pina, cônego da sé, chantre e mestre-escola, era dos que não podiam afastar-se. Naturalmente [isto é, logicamente não sobra alternativa] o sobrinho foi morar com ele.³⁰²

Nesta contextualização, nestas explicações a respeito da vida na época de frei Vicente e como a deve ter vivido, Capistrano inclui juízo histórico seu a respeito da cidade de Salvador, sua organização e importância em relação ao meio rural, no caso o Recôncavo baiano. Em 1925, em outro texto que acompanha um documento histórico publicado, o prefácio à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, - Denúncias da Bahia* (1591-593) – edição da *Série Eduardo Prado*, Capistrano volta a expor esta opinião. O primeiro elemento do documento para o qual Capistrano articula uma explicação histórica ali diz respeito à região contemplada pela maior parte das *Denúncias*; Capistrano se põe a explicar sua importância no momento da visita.

O volume primeiro das Denúncias e a parte do terceiro adiante impressos referem-se quase exclusivamente à cidade de Salvador: ainda não há notícia do segundo reservado ao recôncavo. Esperemos apareça: o recôncavo com três quartos da população, com larga área ocupada a beira-mar e para o interior, com culturas várias, representava a parte vivaz, a gema da capitania.

A cidade do Salvador era órgão oficial, meio artificial, imposto a Tomé de Sousa pela força das circunstâncias para centro administrativo.³⁰³

Capistrano passa então a descrever Salvador, primeiro a hierarquia administrativa, poder eclesiástico, até passar às principais ocupações. Toda a população urbana brevemente mencionada no prefácio à *História do Brasil*, de 1918, é tratada com mais vagar no de 1925, sendo que, nesta análise mais detida, Capistrano se vale de conceitos da economia política alemã para as ocupações profissionais.

Capistrano segue com o contexto histórico, na introdução à *História do Brasil*, passando à instrução na época de frei Vicente – ou seja, como deve ter sido, em linhas

³⁰² FV, p. 32.

³⁰³ EE-2, p. 209.

gerais, a do próprio.³⁰⁴ Outras informações históricas aduzidas por Capistrano ao longo da narrativa da biografia do frei ajudam a formar uma idéia de como foi sua vida: “O lugar de vigário geral podia ser rendoso; não eram tais [ou seja, não eram rendosas] as conezias e dignidades da sé, de que os clérigos fugiam, assegura Gabriel Soares (RT, 14, 120)”. Capistrano transcreve o trecho de Gabriel Soares a seguir. “Para missionar era indispensável conhecer a língua geral, mas neste conhecimento havia gradações, como escreve o mestre José de Anchieta nos fragmentos históricos que acompanharam suas Informações (...)”.³⁰⁵ Capistrano aponta alguns conhecedores da língua geral (e seus níveis de conhecimento), e, então, dá a gradação de frei Vicente:

Não parece que frei Vicente atingisse à mestria de Gregório Serrão [seria o mais alto nível; Serrão “podia ensinar a doutrina, instruir para batizar, confessar e ainda pregar”]. De palavras brasílicas [frei Vicente] traduz apenas *coroe*, pág. 32, *apuabató*, aliás *apuabaté*, pág. 53, *iburaguaçumirim*, pág. 191, *iniguaçú*, pág. 223, *guaraci*, pág. 352. O que diz sobre a linguagem compendiosa (pág. 53), é vago e superficial. As informações sobre parentesco representam um *vade mecum* dos missionários, empenhados em saber dos casamentos lícitos ou ilícitos por consangüinidade. Parece, entretanto, ter apanhado bem a índole do gentio.³⁰⁶

Neste último caso, podemos aferir que a *História do Brasil*, comparada com outras fontes para o estudo da lingüística brasílica, leva desvantagem – neste ponto, a expectativa em relação a este tipo de informação no texto é diminuída.

Capistrano trata também, nesta introdução, da escrita da obra em si. Fala das condições pessoais do frei e circunstanciais de sua vida que lhe teriam facultado a composição da *História*. Começa pela volta de frei Vicente a Portugal:

Para inspirar sua *História do Brasil* o afastamento da pátria não podia deixar de ser benéfico. O viver quotidiano provocava confrontos, com os contrastes libertaram-se as afinidades eletivas e assomava a idéia de um conjunto amável. E outras circunstâncias felizes concorreram para a idéia e realização das obras [a *História* e a *Crônica da Custódia do Brasil*, outra obra escrita pelo frei].³⁰⁷

³⁰⁴ FV, pp. 32-33. Vale dizer que, na transcrição, há trecho que se coaduna, novamente, com idéias de Capistrano, expostas em outros espaços, a respeito da vida na colônia: “*Os estudantes nesta terra, além de serem poucos também sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudarem com cuidado, nem a terra o dá de si, por ser relaxada, remissa e melancólica, e tudo se leva em festas, cantar e folgar. Porém por ser nesta terra não se faz pouco fruto com elles e já há alguns casuistas que são vigarios, e alguns artistas mestres nellas, e dois ou tres theologos pregadores que pregam na cathedral desta cidade e conegos da igreja mor e vigarios das parochias*”, principalmente o início, a respeito da terra ser melancólica, e das festas.

³⁰⁵ FV, p. 33.

³⁰⁶ FV, pp. 33-34.

³⁰⁷ FV, p. 35.

Ao mencionar a “pátria” de frei Vicente como o Brasil (era natural, vale lembrar, do Recôncavo baiano), Capistrano faz a primeira referência, nesta introdução, à idéia de frei Vicente como o primeiro historiador brasileiro, que exporá com maior clareza na parte seguinte de seu texto introdutório. São as vezes em que o valor e importância do texto de frei Vicente excedem o caráter de banco de dados, e passam a conter a expressão da nascente nacionalidade brasileira, e um modelo na história da historiografia brasileira. Capistrano expõe aqui sua tese da formação da nacionalidade brasileira, desde o sentimento de aversão à terra e inferioridade a Portugal, até a exaltação do país e superioridade em relação à metrópole, que expõe com clareza na introdução a *Anchieta* (1886), tese que parece ter se mantido em seu pensamento até o fim da vida.³⁰⁸

Quando disse antes sobre “outras circunstâncias felizes” que concorreram para a escrita da *História*, Capistrano remeteu ao contato de frei Vicente com Manuel Severim de Faria, a quem a *História* é dedicada. Capistrano discorre por dois parágrafos sobre Severim, e passa a sua influência sobre a composição das obras por frei Vicente.

No trato com frei Vicente, Severim de Faria descobriu-lhe qualidades de historiador e incitou-o à história. Sua biblioteca seleta e opulenta fornecia matéria para narrativa e modelos para imitação. Publicaria a obra à sua custa, oferecimento sedutor, que em Portugal a impressão era cara e difícil. Na livraria do chantre foram escritos ou pelo menos rascunhados quase todo o primeiro livro, a maior parte do segundo (os capítulos 13º. e 14º. deste são posteriores a 1624) e as partes dos outros dependentes de João de Barros, Mariz, Diogo de Couto e Herrera.³⁰⁹

Capistrano coloca frei Vicente no momento de escrita de parte da obra (o começo); como conseguiu bancá-la e quais as fontes de que se valeu para aquelas partes (os autores que cita no final do trecho transcrito).

Destarte, o procedimento da biografia do autor possui também a função de habilitar o texto enquanto depositário de informações úteis a seus leitores, sobre os variados campos de estudo a que se dedicassem, e da obra enquanto digna de leitura; uma obra que se eleve no gênero, o que se explica em parte pelas características pessoais e de vida de seu autor. A contextualização histórica existente fornece ao leitor

³⁰⁸ Estudada por Daniel Mesquita Pereira, PEREIRA, op. cit., em especial pp. 51-72.

³⁰⁹ FV, pp. 35-36.

conhecimentos que não dispõe sobre o autor e a época da obra, mas também lhe permite aferir que o autor tinha tais e tais condições de reunir as informações que reuniu.³¹⁰

A preocupação com o autor, parcialmente sob o ângulo da validação de sua obra enquanto *banco de dados* para determinados estudos, também aparece, no final do século XIX, como atribuição do trabalho bibliográfico, se tomarmos como representativa, novamente, a descrição de Henry Harrisse do tratamento dispensado ao autor pela bibliografia. Esta descrição é em muito condizente com o trabalho que Capistrano realiza com os autores:

Whatever may be the natural impartiality of an author's mind, his works must always bear the impress of the circumstances which surround him, and of his times. It is necessary, therefore, to study his personal history as well as that of his epoch, and of the social center in which he lived, *that we may form a correct estimate of the credence to which he is entitled*. In fact, we know of no better means to ascertain to what extent his views may have been modified by such external influences; *and no historian will fail to appreciate the facilities offered him by the bibliographer who groups around each title references to all the works in which information in regard to these illustrative subjects may be found*. (...) Nor should the bibliographer limit this class of researches to the life of the author of each work which comes under his notice. He must also contribute towards elucidating the history of the principal characters who figure in the books, by adding such authorities as may have escaped the notice of the writer himself, or as may have come to light subsequently to the publication of his work.³¹¹

³¹⁰ Certamente, a concepção de autor aqui utilizada por Capistrano pode ser lida como aquela da qual Foucault comunica a morte em 1969; FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* S.l.: Passagens, 1992. As considerações de Foucault sobre a unidade que se constitui na figura do autor, ligada à sua biografia, são particularmente interessantes para o nosso caso. Hans Ulrich Gumbrecht oferece um contraponto, defendendo o uso deste “autor histórico” pelos editores, inclusive por aumentar sua comunicabilidade com os leitores, habituados a este autor; GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Play Your Roles Tactfully!” In: MOST, *op. cit.*, p. 242. No caso de Capistrano, acreditamos ser necessário destacar a presença de uma forte concepção oitocentista, que liga o homem, a arte e seus produtos à sociedade e à época da qual fazem parte; Raymond Williams o aponta. Estudando John Ruskin (1819-1900), Williams observa sua transição de crítico de arte para crítico social, atentando para o “contexto de uma transição *geral* do pensamento acerca da arte para a reflexão a propósito da sociedade – transição que é marcada, na complexidade de suas referências, pelas alterações de sentido da palavra *cultura*”; que passa a significar “sociedade orgânica”, “sistema geral de vida”; WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969, p. 153. Nesta “transição *geral*”, seria marco *A cultura do renascimento na Itália* (1860), de Jacob Burckhardt, que analisa a arte renascentista após uma profunda investigação da sociedade italiana e daquela época. Outros autores importantes na formação de Capistrano, como Taine, também defendiam esta forte ligação entre homem, arte, sociedade e momento histórico. Escrevendo o artigo que serviria de introdução aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Capistrano relata, em carta de 17/08/1901, a Mário de Alencar: “Hoje meu principal objeto será aplicar o método de Taine, descobrir a *sensação original* do autor” (grifo de Capistrano); Corr. I, p. 204. Sobre a autoria em Capistrano, cf. também OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 109-114.

³¹¹ HARRISSE, *op. cit.*, p. L, grifos nossos.

Portanto, na seara dos trabalhos de bibliografia do final do século XIX (pelo menos), temos a enunciação e prática desta visão em relação ao autor: da necessidade do estudo das circunstâncias que cercaram a realização de sua obra, das influências externas que poderiam interferir no crédito a ser conferido ao escrito. O estudo dos “principal characters who figure in the books” fará parte dos prolegômenos de Capistrano, na edição de 1918 de frei Vicente. O historiador apreciará, diz HARRISSE, o trabalho do bibliógrafo que lhe disponibiliza as referências necessárias ao estudo daquelas circunstâncias, daquilo que efetivamente cerca um autor quando se põe a escrever. “*Whatever may be the natural impartiality of an author’s mind, his works must always bear the impress of the circumstances which surround him, and of his times*”; e cabe àquele que apresenta o texto colocar em evidência estas circunstâncias e este tempo – daí a necessidade de uma apreciação da época em que os textos foram escritos, e da posição do autor naquela sociedade. Desse modo, pode o leitor avaliar melhor as informações e juízos contidos na obra. HARRISSE refere-se ao historiador;³¹² Capistrano escreve pensando também em geógrafos e etnógrafos, notadamente; mas tendo similarmente em vista o aproveitamento mais adequado do texto que edita para os estudos.

Parte deste procedimento consiste em uma apresentação do texto em função das características pessoais do autor. Assim, frei Vicente “Às fontes atinha-se com uma fidelidade que descambava para o servilismo: os indígenas variam de designação com os originais consultados (...). Do *Sumário das Armadas* copia insignificâncias desta ordem: (...)”; “Muitos exemplos destes poderiam ser aduzidos. Daí a impossibilidade de distinguir o próprio do alheio”.³¹³ Nestes juízos, encontram-se novamente as expectativas de Capistrano e (supõe-se) dos leitores em relação à obra editada. Capistrano fazia freqüentemente considerações sobre a personalidade dos autores dos textos que apresentava, na medida em que transparece dos próprios textos, possivelmente como forma de ajudar na sua compreensão. Assim, Pero de Magalhães Gandavo (para cuja edição de 1924 Capistrano colaborou) tinha para ele um “espírito indagador”,³¹⁴ embora sua obra fosse utilitária, pois visava fazer propaganda da província de Santa Cruz, com o propósito de atrair gente para povoá-la (aqui há, portanto, um esforço de compreensão da natureza do texto). O “espírito indagador”

³¹² Vimos que esta bibliografia, a *Bibliotheca Americana Vetustissima*, foi elaborada por HARRISSE visando a escrita de uma história da ascensão e queda do Império espanhol na América.

³¹³ FV, p. 38.

³¹⁴ EE-2, p. 201.

devia-se, para Capistrano, ao fato deste autor buscar mistérios por trás das aparências, explicações para os fatos. Capistrano reserva para Gandavo também o epíteto “convicto teleologista”,³¹⁵ aparentemente por justificar certos fatos a partir de um propósito divino, um destino já definido pela Providência. Um dos exemplos de “teleologismo” o historiador extrai da *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, do último parágrafo do capítulo *De alguns Peixes Notáveis*, em que Gandavo conclui que esta terra (vulgarmente, o Brasil) estava “de há muito dedicada à cristandade”, e que Deus designou para os cristãos que então a ocupavam entreterem-se com riquezas do mar enquanto não descobrem “aquelas grandes minas que a mesma terra promete”,³¹⁶ que lhes garantirão outras maiores no céu, para glória do Senhor e salvação de muitas almas. Em outro exemplo, este extraído do *Tratado*, Gandavo justifica a rivalidade dos índios como algo permitido por Deus, para que os portugueses pudessem aqui viver; do contrário, isto é, se os índios fossem todos unidos, sua superioridade numérica seria uma vantagem decisiva contra os europeus. De modo que, para Capistrano, a explicação por meio de um plano divino constitui “teleologismo”. Este tipo de raciocínio também se encontra em Frei Vicente do Salvador, mas provavelmente em um religioso seria redundante apontar “teleologismo”.

A respeito da biografia dos autores, há ainda dois casos notáveis: no prefácio às *Denúncias da Bahia* (1925), da *Série Eduardo Prado*, Capistrano faz uma biografia do visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça. As *Confissões* e as *Denúncias* não têm, evidentemente, autor, no sentido de que frei Vicente é o autor da *História do Brasil*, por exemplo. Ainda assim, Capistrano julgou de relevo biografar o visitador que colheu os depoimentos, como fizera com os outros “autores”; o faz no segundo volume editado, talvez como complemento à introdução que fez ao primeiro, que contém uma breve história da Inquisição em Portugal e no Brasil. O segundo caso que merece menção especial é uma curta biografia de Varnhagen que Capistrano inclui no seu prefácio ao *Diário* de Pero Lopes de Sousa (1927, edição também da *Série Eduardo Prado*). Varnhagen fora o descobridor e primeiro editor da obra; suas pesquisas quanto ao *Diário* não haviam sido superadas, dado que a edição da qual participa Capistrano valia-se de seu texto. A obra tinha, ainda, significado especial na

³¹⁵ EE-2, p. 203.

³¹⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Texto modernizado e notas: Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 125.

vida do Visconde de Porto Seguro, segundo Capistrano: “O *Diário* de Pero Lopes desviou o jovem erudito da geografia para a história do Brasil”.³¹⁷ Neste caso, cremos que a biografia aparece como tributo ao importante pesquisador, e mostra aquela que seria uma das motivações das edições destas obras: o fato de que o editor acaba tendo seu nome permanentemente associado ao do tesouro literário que divulga. Varnhagen tornara-se, nesse sentido, uma espécie de “co-autor” do *Diário*; como ocorreria com Capistrano em relação, principalmente, à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, até hoje associada ao historiador cearense.³¹⁸

2.3 As introduções

A biografia do autor e a bibliografia (a que teria baseado o texto apresentado e a indicada para o leitor que quisesse prosseguir nos estudos, tanto monografias como fontes primárias) não esgotam as introduções aos textos. Como os textos editados eram apresentados ao leitor? O que seu editor destacava *antes* que o leitor passasse ao texto em si?

A parte da bibliografia também compreende, vale dizer, a história da obra que se edita, o levantamento de outras edições e exemplares existentes, e a história da própria edição que se faz, onde são prestados os devidos agradecimentos, e, caso necessário, expurgados os conflitos e aspectos menos edificantes da história.³¹⁹ A mais, as introduções contêm basicamente as indicações do editor a respeito do valor do texto

³¹⁷ EE-2, p. 239.

³¹⁸ Glenn W. Most coloca esta como uma das motivações dos editores em seus trabalhos; MOST, *op. cit.*, pp. V-VI. Em carta de 08/03/1893, a Lino de Assunção, Capistrano escreve, a respeito da *História do Brasil*: “Tanto no prólogo de nossa edição, que ficou nos dois primeiros livros, porque na esperança de dar a obra completa não quis ir adiante [refere-se à edição em volume, pela Imprensa Nacional, de 1887], como no da edição [dos *Anais*] da Biblioteca Nacional [vol. XIII, 1889] citei agradecido teu nome [na verdade, cita também na edição pelo *Diário Oficial*]. *Estás, pois, associado tão indissoluvelmente como eu ao venerando Fr. Vicente do Salvador*. Zela esta honra e junta-lhe novos títulos [queria estimular Lino a manter a procura pelas partes faltantes da obra]” (Corr. III, pp. 354-355, grifo nosso).

³¹⁹ Caso da omissão, nas edições de frei Vicente, das brigas com Saldanha da Gama, diretor da Biblioteca Nacional, nos anos 1880, que não queria que os editores da *Materiais e Achegas* usassem o exemplar da B. N. da *História do Brasil*; e do fato do Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima (político eminente do período monárquico, regente de 1837 até a Maioridade de D. Pedro II) ter “bifado” (isto é, roubado, surrupiado) o exemplar que mais tarde caiu em mãos do livreiro João Martins Ribeiro, e foi, por este, doado à Biblioteca Nacional, como Capistrano relatou em carta de 25/04/1885 a Lino de Assunção (Corr. III, p. 312). Aliás, se esta última anedota não veio a público nas edições, parece ter corrido à boca pequena na época, pois Manoel Bomfim se refere ao fato em *O Brasil na História* (1930). Segundo Bomfim, a origem daquele exemplar está em cópias que o governo brasileiro mandou fazer na Torre do Tombo: “As copias foram levadas ao Ministerio do Imperio (Interior), cujo titular, o Marquez de Olinda, sem mais cerimonia, mandou tudo para a casa, como cousa sua. Naquelles tempos, havia absoluta *honestidade* nos homens publicos, mas entendia-se que a honestidade se referia, apenas, a negocios de dinheiro: não se roubava em especie...” (BOMFIM, *op. cit.*, p. 119, nota 1).

para diversas áreas de estudo; panoramas histórico-sociológicos da época do documento³²⁰ – por vezes casos de uso imediato do documento enquanto fonte, como na introdução aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*; uma determinada avaliação, ainda, do lugar dos autores na história das letras “brasileiras”, a que fizemos breve menção acima, além das justificativas das opções editoriais, como as relativas ao texto (grafia, pontuação, parágrafos etc.).

As diferenças de suporte devem ser notadas aqui. As edições em periódicos continham introduções mais curtas, apresentando o texto ao leitor, isto é, dizendo do que se trata, contando brevemente sua história até aquela edição, e dando os devidos créditos. Capistrano também explicava a procedência do texto usado para aquela edição. Igualmente parte destas breves apresentações é destacar o valor do texto publicado.³²¹

Nas edições em volume, as introduções ganham outra dimensão. Interessa-nos, em particular, o quanto revelam da leitura documental de Capistrano: o que buscava nas fontes, que conceitos aplicava e que interpretações formulava a partir delas. Capistrano parecia ter expectativas quanto às fontes,³²² que transpareciam nas apresentações que fazia aos textos: que elas fossem minimamente imparciais (ou seja, não corrompessem fatos por caprichos), que informassem o máximo possível e, entre outras qualidades, que fossem úteis à aplicação de conceitos e a áreas importantes de pesquisa. As considerações de Capistrano sobre os documentos ele próprio as definiu como “juízos”. Referindo-se a *Das cousas mais notáveis do Brasil*, de 1591, escreveu que, pelo documento ter saído em “pedacinhos” era “difícil formar juízo” sobre ele.³²³ E este juízo dependia, em suma, da quantidade e precisão das informações contidas nos documentos,

³²⁰ O que Daniel M. Pereira chama, em alguns momentos de sua tese, de “descrição sociológica”; por exemplo, PEREIRA, *op. cit.*, p. 111.

³²¹ Caso da apresentação da *História do Brasil* no *Diário Oficial*, de 23 de julho de 1886, onde Capistrano e Vale Cabral afirmam a importância “capital” da obra, “que d’ora em diante será como o manual do período que abraça” (reprodução fac-similar *apud* CARMO, *op. cit.*, entre as páginas 90 e 91); ou a apresentação da narração da bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira, publicada em 1884 na *Gazeta Literária*, que, “embora noticiada por muitos escritores, não era conhecida em suas particularidades. Daí a importância do seguinte documento que não consta haver sido publicado”. “Este é material para um capítulo” da biografia de Palheta, o “introdutor do café no Brasil” – café que fazia a riqueza do país naquele momento (CA, p. 119).

³²² “Expectativas” talvez em sentido próximo ao hermenêutico (GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, 1997), do qual Thompson aproxima-se bastante (THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria (ou um planetário de erros): uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981), ou seja, como pré-concepções inescapáveis ao historiador, mas postas à prova pelo contato com a evidência histórica, que prevalece sobre aquela idéia inicial, retificando-a. No caso, o conjunto de informações dos textos era o objeto da expectativa: a presença ou não destas informações, de forma mais fácil ou mais difícil de extrair, corrigia a expectativa inicial.

³²³ FV, p. 213.

e era de certa forma orientado pelas expectativas do historiador. Esta fica patente na relativa decepção com o *Diário* de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso: “Para a história o *Diário* fornece menos do que fora de se esperar. Dos diversos encontros navais apenas indica a duração e o desenlace”;³²⁴ este juízo deve ser relativizado com base nas mutilações do documento que o próprio Capistrano relata (história do manuscrito faz parte de seu trabalho crítico). Comparando, porém, com relatos de batalhas dos prolegômenos ao livro V da edição de 1918 da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, em que números de participantes são especulados, bem como rotas e a natureza dos conflitos, o *Diário* deixaria realmente a desejar, se nada mais fornecer. Outra expectativa desfeita por Pero Lopes de Sousa é quanto à etnografia: “Como observador etnográfico Pero Lopes revela capacidade somenos”,³²⁵ porque teria dedicado pouco espaço aos índios.³²⁶ Elogios ao texto deste documento são demonstrados quanto às informações sobre o Prata e sobre os “aborígenes”, dos quais encontramos “notícias apreciáveis”, como o uso de “guarani” para designar um idioma,³²⁷ mesmo que o autor não fosse bom etnógrafo.

Nos prefácios das edições destes documentos, Capistrano de Abreu de certa forma indicava como a obra poderia ser usada enquanto fonte, mostrando o que ali tinha de geografia ou etnografia. Pero de Magalhães Gandavo, por exemplo, tinha “instinto geográfico”,³²⁸ na *História* que escreveu (Capistrano analisa a *História* e o *Tratado* de Gandavo). Fernão Cardim, por sua vez, tinha “temperamento vibrátil”,³²⁹ retratava a natureza em sua vivacidade. Registrou ainda informações sobre alimentação nos engenhos baianos, retratados como auto-suficientes e fartos em comidas e bebidas (o que Capistrano compara com a “questão de açougue” de São Paulo, presente nas Atas da Câmara, outra série de documentos que estava começando a vir à tona).³³⁰

É característico também de Capistrano apontar situações históricas em que conceitos teóricos se encaixam. Por exemplo: “há nele [em Gandavo] um bom observador das coisas sociais, e quem estiver a par dos estudos feitos sobre as

³²⁴ EE-2, p. 242.

³²⁵ EE-2, p. 246.

³²⁶ Embora Eugênio de Castro, o anotador desta edição, elogie o texto de Pero Lopes por suas informações etnográficas. CASTRO, *op. cit.*, p. 465. Castro destaca o valor da expedição de Martim Afonso e do relato de Pero Lopes do ponto de vista da “geographia, [d]a historia, [d]a navegação, [d]a cartographia, [e d]a ethnologia”. Como fazia Capistrano, também procura destacar, desse modo, o valor do texto como fonte para diversas áreas de estudo.

³²⁷ EE-2, pp. 245 e 246.

³²⁸ EE-2, p. 201.

³²⁹ EE-2, p. 225.

³³⁰ EE-2, p. 228.

primitivas fases econômicas, a economia caseira de Büecher, o meneio singular de Sombart [Sombart], em uma palavra a economia natural, encontrará elementos muito indistintivos”.³³¹ Neste caso, há para Capistrano uma clara demonstração de teses da economia política alemã, o que exige, no entanto, do leitor, uma familiaridade com estas teorias; demanda estar a par destes estudos, como destacado na citação. Assim, existe uma indicação também teórica de Capistrano, reivindicando o domínio de um certo conhecimento pelos “especialistas”. Ainda em Gandavo, o historiador faz uma espécie de aplicação da relação entre geografia e psicologia para o povo brasileiro, observando a relação inicial homem – meio, que ele supõe deva ter sido difícil. “Como se deu a conciliação entre o homem e a terra, e se transformou em entusiasmo [que era o estado de espírito descrito por Gandavo]? Quem primeiro se sentiu bem no novo meio?”. Em seguida, Capistrano transcreve um trecho do *Tratado* de Gandavo em que, segundo este, a terra apeteceu mais aos velhos, inicialmente, que aos jovens: “Assim os temores da velhice precederam aos ardores da mocidade”.³³² Capistrano termina sua introdução com este esboço de análise psicológica do povo brasileiro, baseado em sua relação com o meio.³³³

Novamente a economia política aparece no artigo sobre Fernão Cardim, escrito para *O Jornal* e publicado em 27 de janeiro de 1925, aproveitado na edição das obras de Cardim desse mesmo ano. Sobre a já citada auto-suficiência dos engenhos baianos, Capistrano escreve:

Tudo isto são manifestações de um feito único – a fase econômica chamada ‘oikos’ pelos especialistas, em que produtor e consumidor se identificam. Naturalmente os casos não aparecem na sociedade baiana com a singeleza a que os reduz a ciência experimental, mas o exame atento revela sua estrutura genuína.³³⁴

Que “especialistas”? Karl Büecher, e a economia política alemã, que aparece citado também no prefácio às *Denúncias da Bahia*, quando Capistrano está a descrever os trabalhos de mecânicos, alfaiates, carpinteiros e outros trabalhadores da cidade de Salvador, que recebiam por serviço, de fregueses que forneciam a matéria-prima; “é a chamada economia urbana de Büecher”.³³⁵ No texto que serviria de introdução aos

³³¹ EE-2, p. 203, grifos meus.

³³² EE-2, p. 204.

³³³ Análise parte de tese da formação da nacionalidade brasileira desenvolvido por Capistrano, a que fizemos menção antes. Tal esquema aparece proposto desde os primeiros textos publicados por Capistrano (como “A Literatura Brasileira Contemporânea”, de 1875, em EE-1, pp. 70).

³³⁴ EE-2, p. 228.

³³⁵ EE-2, p. 210.

Diálogos das Grandezas do Brasil (1930), publicado originalmente em 1901, Capistrano faz a descrição ideal de como seria um engenho naquele tempo; descrição antecedida por uma análise da sociedade no início do século XVII, de caráter sócio-econômico.³³⁶ Neste caso, o panorama histórico-sociológico parece produzir-se a partir do texto apresentado; Capistrano o inicia dizendo que procuraria “agora enfeixar os dados dispersos através dos *Diálogos das Grandezas*”.³³⁷ Na introdução aos *Diálogos*, também ocorre de Capistrano apontar, na história brasileira, situações concretas de conceitos teóricos da economia política alemã; ali, Capistrano expõe diretamente a relação conceito-evidência,³³⁸ transcrevendo a explicação teórica do “naturalismo econômico” de Hildebrand, seguida de uma descrição sua da sociedade colonial; os caracteres apresentados desta se adequam ao conceito exposto teoricamente antes.³³⁹ Destarte, é característico, notadamente nestes artigos sobre os *Diálogos*, a presença de descrições ideais extraídas da documentação, isto é, da observação de muitos casos singulares; e a relação entre os elementos concretos da situação histórica particular e os elementos teóricos que compõem um conceito.

Vale a pena aqui executar um pequeno desvio para tratar de considerações como a que vimos acima, isto é, de pensamentos sobre a história do Brasil que se encontram nestes trabalhos de recuperação de documentos. Um pouco antes das citações acima, no artigo sobre Cardim, Capistrano de Abreu justifica, de certa forma, a fuga para o interior após a chegada dos holandeses diminuindo a importância da cidade na vida da época, reproduzindo aqui o mesmo raciocínio que vimos acima, presente na introdução a frei

³³⁶ A descrição procede de baixo para cima, por assim dizer: Capistrano começa da “camada ínfima”, os escravos, passando aos homens livres sem terra, aos criadores de gado, aos lavradores, e, finalmente, aos donos de engenho (EE-1, pp. 224-226).

³³⁷ EE-1, p. 224.

³³⁸ Terminologia que tomamos de empréstimo a Thompson: “O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro” (THOMPSON, *op. cit.*, p. 49); no que não parece se afastar, fundamentalmente, a nosso ver, da perspectiva hermenêutica, ao apontar o diálogo entre as pré-concepções do historiador e o trabalho empírico. A obra de Thompson, vale dizer, tem caráter polêmico; consideramos, todavia, sugestivas algumas de suas colocações a respeito do trabalho do historiador, principalmente sua escolha de termos neste caso. A relação conceito-evidência em Capistrano, no caso que analisamos, tem um aspecto que deve ser salientado: o conceito é tomado a outra ciência social, e aplicado à história, como proporia, no século XX, a historiografia francesa associada à revista dos *Annales*, ao defender o uso, pelo historiador, de conceitos das demais ciências sociais.

³³⁹ EE-1, pp. 227-229. Vale dizer que os panoramas sócio-econômicos, descrevendo o todo da sociedade, também deveriam ser em parte tributários, em Capistrano, de seus conhecimentos da economia política alemã, na vertente que lhe era mais próxima, a da escola histórica (cf. IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Middletown, Con: Wesleyan University Press, 2005). Sobre Capistrano e a economia política alemã, cf. CANABRAVA, Alice P. “Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu”. In: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2005, pp. 245-270.

Vicente e às *Denúncias da Bahia*. Em casos como estes, Capistrano parece usar a fonte como comprovação de idéia sua já existente, formada em outros espaços.

No mesmo artigo sobre Cardim, por exemplo, Capistrano escreve que o jesuíta esteve presente no trigésimo aniversário de fundação do que seria a vila de São Paulo; fundação que, segundo Capistrano, “determinou a história paulista e tanto influiu sobre a do Brasil”.³⁴⁰ Em outro ponto, assinala que, por causa da “dificuldade de navegação regular entre Pernambuco e a Costa Leste-Oeste”, a “conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte tornou-se possível depois que o inimigo, francês ou indígena, foi atacado por terra”.³⁴¹ Esta foi considerada, como vimos na primeira parte, a grande questão da história do Brasil para Capistrano. No prefácio à *História da Missão dos Padres Capuchinhos*, do Padre Claude d’ Abbeville, Capistrano refere-se novamente a esta dificuldade de navegação, ao descrever “a obra dos séculos XVII e XVIII” que foi a migração para os sertões, ocupados com a criação de gado, preenchendo os caminhos interiores entre Maranhão e Bahia e Ceará e Pernambuco. Esta obra atenuou a “ação separatista” que o mar colocava.³⁴² A Coroa portuguesa, porém, não deixou de separar Maranhão e Pará em uma unidade administrativa própria, com ligação direta com Lisboa, o que causou uma certa diferenciação daquelas partes em relação ao resto do território; “Ainda no período da independência alegava-se contra a adesão, que os maranhenses de comum com o Brasil nada tinham”.³⁴³ Vale dizer que este importante esforço de ocupação e povoamento dos sertões foi levado a cabo por “colonos obscuros”,³⁴⁴ segundo Capistrano de Abreu, em uma amostra do tipo de abordagem que o fez ser considerado um dos precursores da história social do Brasil, um dos primeiros a atentar para os anônimos e esquecidos pela história “oficial”.

No caso da edição dos papéis da Inquisição, uma maior contextualização histórica foi lançada. O prefácio às *Confissões da Bahia*, dividido em duas seções, compõe-se, na realidade, de cinco partes: 1) uma breve história da implantação da Inquisição em Portugal e no Brasil, com os casos ocorridos no Brasil antes da primeira visitação; 2) A inquisição no Brasil, da primeira visitação (a que se publica) até o século XIX; 3) a 1ª Visitação em si; 4) o uso do documento, quase como pretexto, para

³⁴⁰ EE-2, p. 221.

³⁴¹ EE-2, p. 223.

³⁴² EE-2, p. 156.

³⁴³ EE-2, p. 153.

³⁴⁴ EE-2, p. 156.

destacar determinados aspectos históricos e, principalmente, geográficos (relativo aos sertões); 5) a edição em si. Desse modo, acreditamos, Capistrano estaria fornecendo os elementos para “conhecimento e inteligência” do texto, como colocou Cândido Mendes, isto é, sua compreensão, inclusive transcrevendo documento que ajudaria a entender os procedimentos da Inquisição; descrevendo o documento que segue publicado; utilizando-o para afirmar aspectos de suas reflexões e investigações históricas particulares; e realizando seu trabalho de editor, de uma forma geral, não só com as partes anteriores, mas também com as explicações e justificativas (bem como reconhecimento de créditos devidos) necessárias à edição que se apresenta.

Na quarta parte da divisão acima, Capistrano usa o documento para extrair dados da “sociabilidade baiana”.³⁴⁵ O principal, porém, é a história que faz das entradas para o sertão, dividindo-as pelos seus núcleos de partida: Pernambuco e Bahia. Neste momento, lê o documento com as expectativas relacionadas ao problema que coloca. As *Confissões* traziam informações sobre a origem familiar dos confessos, alguns deles homens destas expedições para o sertão. Para Capistrano, porém, “De bom grado trocaríamos os pormenores meramente biográficos dos sertanistas adiante apontados [nas *Confissões*] por um pouco mais de precisão quanto à geografia”.³⁴⁶ A própria leitura é orientada para o discernimento de informações relativas às entradas para o sertão: “Portanto, Frios grandes, Palmeiras compridas, Sertão dos ninhos das garças e outras localidades vagamente nomeadas nas confissões seguintes, devem procurar-se aquém do Real, entre este e o Paraguaçu”.³⁴⁷

Em termos de observar o trabalho de Capistrano de Abreu diante de documentos, o prefácio à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias da Bahia (1591-1593)* é sem dúvida dos mais surpreendentes. A partir dos relatos feitos pelo visitador da Inquisição Heitor Furtado de Mendonça (e, certamente, dos demais documentos e obras que conhecia do período), Capistrano extrai uma série de apontamentos sobre a sociedade baiana do final do século XVI, destacando temas que o documento pode ajudar a esclarecer. Além das considerações sobre a cidade de Salvador e o recôncavo, que reproduzimos acima, Capistrano faz uma breve descrição da administração e da própria cidade. Nela, destaca vários assuntos, como a vida das mulheres:

³⁴⁵ EE-2, p. 181.

³⁴⁶ EE-2, p. 182.

³⁴⁷ EE-2, p. 183.

Entre as mulheres contavam-se bordadeiras, costureiras, adelas [aquela que compra e vende trastes usados], padeiras etc. Havia mulheres do mundo; havia as feitiças, feitiças operativas, segundo a classificação de Margaret Murray, bem diversas das bruxas rituais da Europa, com seus *esbats* e *sabbats*.

Para as bruxas, Capistrano possivelmente utilizou o livro da referida Margaret A. Murray de 1921, *Witch Cult in Western Europe*, publicado em Oxford, novamente aplicando uma classificação genérica ao caso que encontrava nas fontes da história brasileira. O tema é pertinente; segundo ele, “A atmosfera da cidade pedia bruxas de verdade”.³⁴⁸ Além das mulheres e da administração, o documento revelado possibilita estudar a Igreja, ofícios de trabalhadores (a economia urbana de Büecher, como visto acima), comércio, vida familiar, casas, características da cidade (como as ruas, a distribuição das casas, a falta de iluminação, de água encanada, de esgotos), festas públicas, ostentações de luxo, banquete das festas, e, entre outros aspectos, o jogo (um “derivativo benéfico” em uma sociedade de forte censura religiosa e política, onde “quanto menos se pensava e discorria, melhor para todos”). “Entre as palestras que não comprometiam avultavam as práticas pornográficas, vindas da metrópole”, que, de acordo com Capistrano, sobreviveram em versos “colhidos por curiosos que nunca afrontaram os prelos”. Capistrano ordena tudo isto com vistas a uma visão geral da sociedade da época, que pode ser resumida nesta citação:

Solenidades eclesiásticas, festas profanas, jogos, conversações livres emprestavam um verniz de sociabilidade rudimentar a um agregado em que dominavam os elementos centrífugos. Havia os indígenas de três continentes, em contato forçado mas irredutíveis; havia a mistura e as combinações múltiplas de três fatores, aferidos nas mínimas cambiantes por uma docimasia [o inquérito do Inquisidor, nesta expressão originada do inquérito sobre as aptidões morais dos candidatos a uma função pública na Grécia antiga] inflexível.³⁴⁹

Ou seja, a investigação do visitador do Santo Ofício permitiria ao estudioso chegar a uma noção de como era a sociedade baiana do fim do século XVI, noção que Capistrano já adianta, apontando que as práticas sociais davam um sentido de convívio (mesmo que aparente) a povos muito distintos unidos naquela situação, em sociedade de forte censura e repressão. Vale destacar que o historiador chama de “indígenas” também a africanos e portugueses, nativos de seus continentes.

³⁴⁸ EE-2, p. 211.

³⁴⁹ EE-2, p. 213.

Neste caso, o historiador apontou vários temas que podem ser extraídos do documento, ou que este pode ajudar a enriquecer, para daí partir para uma visão geral da sociedade em questão. Em carta a João Lúcio de Azevedo, de 15 de abril de 1917, Capistrano conta esperar dos “depoimentos [as confissões e denúncias colhidas pelo Santo Ofício] (...) sobretudo *sidelights* para a situação do Brasil donatário. Encontrei alguma coisa; espero mais quando proceder ao que meu amigo Derby chamava geologia da lama”.³⁵⁰ *Sidelights* seriam informações subsidiárias, obtidas por acaso. Ou seja, as mulheres, as casas, a cidade, os trabalhadores de diversos ofícios, e, principalmente, as festas e divertimentos (tratados como espaços de sociabilidade) eram aspectos que, pela expectativa de Capistrano, apareceriam quase que de forma colateral naquelas fontes. Serviram-lhe para formular uma interpretação da sociedade de então. Nestes casos, a recuperação e leitura de documentos aparecem ainda mais claramente como o trabalho indispensável para a elaboração de uma interpretação da história do Brasil, isto é, “para aqueles que aspiram melhor conhecer o Brasil”.

As introduções serviam, portanto, para indicar a importância do texto que se editava dentro dos estudos sobre o país (e, por conseguinte, para *uma classe específica de leitores* – aqueles que realizavam estes estudos), e também seguiam o propósito de fornecer subsídios para o entendimento do texto, descrevendo a sociedade à época em que foi escrito o texto, fenômenos históricos relevantes para sua compreensão (como a Inquisição, nas *Confissões* e *Denúncias*), e acrescentando a biografia do autor – contendo, ainda, justificativas e explicações editoriais.

2.4 De volta à bibliografia

Se parte da visão que estas edições propunham das obras era destas enquanto *banco de dados* para diversos estudos, a bibliografia tornava a ter importância no trabalho do editor, ao dar-lhe os elementos para operar com as informações contidas nos textos. O domínio dos conhecimentos bibliográficos possibilitava aos editores indicar fontes para os fatos relatados ou descritos nos textos; confrontar diversos testemunhos; retificar ou complementar informações; e fornecer indicações de monografias que versassem sobre algum ponto contido na obra editada.

³⁵⁰ Corr. II, p. 46.

Para o exame desta faceta da aplicação dos estudos bibliográficos nas edições de Capistrano de Abreu, nos valeremos principalmente das notas que fez a duas obras saídas na coleção *Materiais e Achegas: as Informações* de Anchieta (1886) e a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador (1887), além dos prolegômenos à edição de 1918 desta última.

2.4.1 As notas de rodapé

Por que não dás a procedência dos documentos que publicas?

Félix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno [portanto, o que conta agora tem boa chance de ser mentira], contou-me que indo um dia visitar Melo Morais, encontrou-o queimando uns papéis: Estou queimando estes documentos, explicou-lhe o alagoano historiador (?),³⁵¹ porque mais tarde, quando quiserem estudar História do Brasil hão de recorrer às minhas obras. Tu não és Melo Morais.

Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen.

Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopold von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?³⁵²

Essa interpelação é de Capistrano a Guilherme Studart, em carta de 20/04/1904. Capistrano coloca como dever do historiador, naquele momento, a referência à procedência dos documentos que utiliza, localizando em Leopold von Ranke ponto quase que inaugural do corpo de regras ao qual agora se sujeitariam os historiadores. Ao fazê-lo, corrobora a versão que se tornaria lugar-comum a respeito do sistema de referências enquanto fundamento da história dita moderna, ou científica; apresenta já, quase que contemporaneamente ao desenrolar desse processo, a versão que se consagraria: de que é a partir de Leopold von Ranke que a história se torna científica, e a referência às fontes, concretizada principalmente via nota de rodapé, é parte fundamental deste feito, ao permitir a verificação e o confronto daquilo que diz o historiador no corpo de seu texto. Como afirma Anthony Grafton, “Every schoolboy knows – at least every German high school student once knew – what scientific history is and who invented it. Scientific history rests on primary rather than secondary

³⁵¹ Sinalização da edição que utilizamos.

³⁵² Corr. I, p. 165-166, destaque nosso.

sources: Leopold von Ranke (...) was its first famous practitioner”.³⁵³ Grafton mostra como as notas de rodapé eram uma dor de cabeça para o grande historiador alemão; ele as acrescentava, relutantemente, após concluir seus textos, o que lhe dava muitas vezes um trabalho ingrato de recuperar referências perdidas (nesse sentido, as notas surgem como “obrigação” do historiador no pior significado da palavra). Mais do que isso, Grafton, estudando as origens da erudição, localiza no final do século XVII e no século XVIII o momento decisivo para a instituição da nota de rodapé como sistema de referências.³⁵⁴ Mas é importante ainda assim notar traços gerais e particulares desse processo que vão ser afirmados com tanta veemência no século XIX a ponto de fazer esse período tomar para si, na visão de contemporâneos e pósteros, o lugar de instituidor destas práticas.

Um dos traços gerais é a afirmação, por meio da escrita de autores como Capistrano de Abreu, do texto historiográfico como uma “narrativa dupla”, “one which both stated final results and explained the journey necessary to reach them”.³⁵⁵ Nas edições de textos, a dupla narrativa é formada pelo texto e as anotações. Talvez o caso mais explícito, dentre as de Capistrano, seja a edição do *Diário* de Pero Lopes de Sousa, pela *Série Eduardo Prado*, em 1927. A página da edição é dividida: na parte de cima, o texto de Pero Lopes; na de baixo, do anotador Eugênio de Castro (a divisão é inclusive muito bonita, feita por uma barra no meio da página preenchida com desenhos de caravelas, cruces de malta, ondas do mar, âncoras, estrelas etc.). O texto do anotador, que vai fornecendo todo o percurso geográfico da expedição, e praticamente reescrevendo a narrativa histórica, é maior que o próprio *Diário*.³⁵⁶

³⁵³ GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998, p. 34.

³⁵⁴ GRAFTON, *op. cit.*, p. 220-221.

³⁵⁵ GRAFTON, *op. cit.*, p. 200; Grafton vê em Pierre Bayle (1647-1706) um dos precursores desta escrita, em especial no seu *Dictionnaire historique et critique* (primeira edição, 1695-1697). Em Capistrano, esta dupla narrativa é muito bem analisada nos trabalhos de ARAÚJO, *op. cit.*, e OLIVEIRA, *op. cit.* Sua escrita, ao muitas vezes revelar o processo de elaboração junto com o resultado final, funciona “quase como se Capistrano estivesse explicitando para o leitor uma etapa da pesquisa histórica que geralmente lhe é ocultada: a etapa da crítica da documentação”, no dizer de Ricardo Benzaquen de Araújo; ARAÚJO, *op. cit.*, p. 35.

³⁵⁶ Um trabalho da época rigoroso de anotação, e notável sob o aspecto da “dupla narrativa”, é a edição do Barão do Rio Branco da Guerra da Tríplice Aliança, de Louis Schneider, profusamente anotado em extensas e rigorosas notas, que corrigem datas do texto original, por exemplo, à precisão de um dia. Rio Branco ainda aduz documentos autenticados e criticados ao final da narrativa. SCHNEIDER, Louis. *Guerra da Triplice Allianca: Imperio do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay contra o governo da Republica do Paraguay*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

Tal escrita trouxe à tona o caráter contingente do conhecimento histórico.³⁵⁷ O século XIX, em particular, trouxe concepções e práticas que acabaram por reforçar esta tradição de erudição, que poderia ter sido derrotada no jogo de possibilidades do processo histórico, ressignificando-lha em alguns pontos. Grafton resume o senso comum sobre a relação da nota de rodapé com o texto no XIX, para os historiadores, com um enunciado simples: “the text persuades, the notes prove”.³⁵⁸ Vimos, no caso de Capistrano, o texto que constrói um argumento e seu uso da noção de *prova*. Mas o século XIX prossegue, e talvez expande, outro ramo da erudição, justamente o da edição e anotação de textos. No campo dos estudos históricos, em particular, como já observamos na primeira parte da dissertação, cresce o trabalho e a importância da divulgação de fontes, inclusive por meio de edições críticas. Grafton destaca a contribuição de editores ao estabelecimento da nota de rodapé moderna.³⁵⁹ Uma das fontes de Ranke (e do historicismo como um todo) para a erudição seriam os editores e comentadores de textos antigos; um autor importante para historiadores desta tradição, no século XIX, foi Friedrich August Wolf, produtor de um trabalho crítico seminal sobre a obra de Homero, em inglês, os *Prolegomena to Homer* – o título e forma que dá a seu aparato crítico não passam despercebidos ao leitor de Capistrano de Abreu, conhecedor dos “Prolegômenos” a frei Vicente do Salvador. Desse modo, a tradição de anotação em edições de textos andou lado a lado com o estabelecimento de um corpo de regras, algumas implícitas, outras explícitas, da erudição histórica.

Se Capistrano procurou ser um praticante rigoroso destas regras (como podemos comprovar em alguns de seus trabalhos, principalmente, como a tese sobre o Descobrimento e os citados Prolegômenos à edição de 1918 da *História* de frei Vicente; mais do que em outros, como os *Capítulos de História Colonial*), como as entendeu no trabalho de edição de textos? Para que serviam suas notas? Que relação tinham com o texto editado? É a estas questões, fundamentalmente, que procuraremos responder agora.

2.4.1.1 As notas na *Materiais e Achegas*

³⁵⁷ GRAFTON, *op. cit.*, p. 23.

³⁵⁸ GRAFTON, *op. cit.*, p. 15. Baseia-se no manual de Langlois e Seignobos para a asserção.

³⁵⁹ Faz esse vínculo através de Leibniz, por exemplo; GRAFTON, *op. cit.*, p. 210.

Seu primeiro trabalho de edição anotada de um texto histórico são as *Informações e fragmentos históricos do padre José de Anchieta*, de 1886, primeiro número da coleção *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*. O volume compõe-se de duas informações enviadas por Anchieta a seus superiores da Companhia de Jesus sobre a província do Brasil (*província* dos domínios da Companhia), e um corpo de excertos denominados “Fragmentos históricos”; escritos de Anchieta sobre personalidades diversas de seu tempo, como o padre Manuel da Nóbrega. A primeira informação, *do Brasil e de suas capitanias*, possui dezesseis notas de rodapé; a segunda, *da província do Brasil para nosso padre*, possui oito notas. Os “fragmentos” não são anotados; o volume é completado por “*Esclarecimentos*”, em número de três, referentes a elementos do texto que requereram, na visão do editor, explicação mais detida.

De modo a responder para que servem as notas, e que visão do texto elas denotam (da parte de seu editor, e dos leitores que este tem em mente), estabelecemos uma tipologia. As notas das *Informações*, se bem as compreendemos, podem ser divididas em quatro tipos: retificação, complemento, indicação bibliográfica e discussão historiográfica.

Uma nota de retificação é, por exemplo, a nota cinco da primeira *Informação*:

texto: “Na [capitania] de S. Vicente, que é de Martim Affonso de Souza”.

nota: “Martim Affonso de Souza, primeiro donatário, não era então vivo [ou seja, capitania não era mais sua]. Desde 1572, succedera-lhe seu filho, Pedro Lopes de Souza (...)”.³⁶⁰

Os tipos que sugerimos não são rígidos; esta nota contém ainda uma indicação bibliográfica sobre a sucessão dos donatários da capitania de São Vicente (Pedro Taques, pela *Revista* do IHGB). De todo modo, sua função principal aqui parece ser corrigir a narrativa do padre Anchieta. A leitura do texto que faz o editor é de um *banco de dados*; fornece então ao leitor a informação correta. Onde não há correção, fica sugerido que o leitor pode tomar o relato como fiel aos fatos.

Vejamos um exemplo de nota complementar, extraído também da primeira *Informação* (a primeira nota); este tipo de nota também pode ser lido como de “complemento”, pois em geral pormenoriza o que está no texto.

³⁶⁰ *Informações*, op. cit., p. 6 (texto e nota de rodapé), grifos nossos.

texto: “Os primeiros portugueses que vieram ao Brasil foram Pedro Alvares Cabral com alguma gente em uma nau”.

nota: “Aliás trese [a gente com que veio Cabral], o nome de cujos commandantes com pequenas divergencias trazem Castanhêda, Gaspar Correia, Barros e outros”.³⁶¹

Esta nota complementa a narrativa e indica as fontes onde buscar a informação ainda mais específica; também é um caso, portanto, de tipos misturados. Mas a nota acaba por quase poder ser colocada na sequência do texto, como um complemento seu. Aqui, a nosso ver, faz pleno sentido a noção de reescrita da história em Capistrano de Abreu, apontada por Maria da Glória de Oliveira, e presente já no IHGB.³⁶²

Prosseguindo, há o caso das notas que fornecem indicações bibliográficas para pesquisas sobre eventos narrados no texto. Por exemplo, a nota 7, novamente da primeira *Informação*:

texto: “No anno de 1564 chegou Estacio de Sá, sobrinho do governador Men de Sá, ao Rio de Janeiro, com a armada que trouxe de Portugal e muitos moradores do Brasil, assim Portuguezes como Indios christãos, e não indo bem fornecida do necessario para aquella empreza, se foi a S. Vicente, onde esteve apercebendo-se de mantimentos e do mais necessario. E fez canôas ligeiras em que no Janeiro seguinte com muita gente de S. Vicente, Portuguezes, Mamalucos e Indios, tornou ao Rio de Janeiro com os mais navios da armada, e no principio de Março”.

nota: “Estes successos, *a que esteve presente Anchieta* [grifo nosso], vêm largamente narrados em uma carta sua escripta da Bahia aos 9 de Julho de 1565, publicada na *Rev. do Inst.*, III, pg. 248/258 [grifo de Capistrano].

Por esta carta vê-se que a cidade do Rio de Janeiro começou a ser fundada a 1 de Março daquelle anno”.³⁶³

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² “Embora o conhecimento incorporado como uma ‘tradição’ historiográfica não possa ser revisado em sua totalidade, uma reescritura da história implica que a crítica das fontes e a determinação dos fatos possam ser articulados novamente pela emergência de novos testemunhos ou, pelo menos, de um outro modo, pelo estabelecimento de novas questões, o que significa o reconhecimento da possibilidade da sua reinterpretação. É a partir desta perspectiva, que o próprio saber histórico, em sua acepção científica moderna, assume um caráter tanto cumulativo quanto provisório, na medida em que, ao pressupor acréscimos, revisões e retificações, apresenta-se como processo infindável de acumulação/superação de ‘verdades’ parciais e relativas”; OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 65.

³⁶³ *Informações*, *op. cit.*, p. 7.

A nota indica fonte mais completa sobre os “sucessos” narrados naquele trecho do texto – fonte, por sinal, já *impressa*; leitor que quiser consultá-la tem mais facilidade do que se fosse um manuscrito. A fonte é uma carta do próprio Anchieta, e Capistrano destaca que o padre foi “testemunha presencial”³⁶⁴ daqueles eventos, credenciando assim a fonte – procedimento recorrente na caracterização dos autores, como vimos. O editor fornece ao leitor, desse modo, o aporte bibliográfico de domínio daqueles familiarizados com o estudo daqueles eventos específicos. O que caracteriza a edição como “popular” é, nesse sentido, a pressuposição, da parte do editor, da não-familiaridade do leitor com determinados conhecimentos.

O outro tipo que propomos em nossa classificação foge desta perspectiva. As notas que apresentam discussões historiográficas tratariam justamente do “mundo dos especialistas” em estudos históricos, trazendo à tona questões não resolvidas, em que há confronto de opiniões e leituras de fontes. Em geral são as notas mais longas de Capistrano, e mais interessantes, ao apresentarem exemplos de sua escrita argumentativa, confrontando fontes e avaliando hipóteses. Um caso deste, nas *Informações*, é a nota 12 da primeira *Informação*:

texto: “Um dos moradores desta terra era um Joannes de Bolés, homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escriptura sagrada, mas grande herege. Este, com medo de Villegaignon que pretendia castigar-o por suas heresias, fugiu com alguns outros para S. Vicente nas canoas dos Tamoyos que iam lá á guerra com titulo de os ajudarem, e chegando a fortaleza da Bertioga se metheu nella com os seus e se ficou em S. Vicente. Alli começou logo a vomitar a peçonha de suas heresias, ao qual resistiu o padre Luiz da Grã e o fez mandar preso a Bahia e dahi foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal e de Portugal á India e nunca mais appareceu”.

nota: “Candido Mendes com razão considera este trecho prova cabal de que não é exacta a execução de J. Bollés por Anchieta, que os seus biographos lhe attribuem (*Rev. do Inst.*, XLII, parte II, pg. 141/205.)

³⁶⁴ Capistrano usa esta expressão em longo estudo que publicou no *Jornal do Commercio* em 1 e 16 de junho, e 1 de julho de 1899, reproduzido na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* em 1906, sobre a obra *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*, de frei Manuel do Salvador, obra da primeira metade do século XVII. Parte de sua importância como fonte estaria para os estudos da expulsão dos holandeses de Pernambuco, pois frei Manuel é, segundo Capistrano, “testemunha de alta valia” destes eventos, tendo sido “testemunha presencial dos seus primórdios” (EE-1, p. 197). Utiliza a mesma expressão no prefácio à *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, de 1900, também para valorizar um testemunho. Aspecto de sua concepção historiográfica destacado por ARAÚJO, *op. cit.*, p. 38.

Que o João de Bollés de nossos chronistas era o Jean Cointa de Lery demonstraram-no o Dr. Ramiz Galvão (*Rev. Brasil.*, vol. I, Rio, 1879 pg. 283) e Candido Mendes no trabalho citado”.³⁶⁵

São também notas bibliográficas (com referências precisas), mas a apresentar conclusões de historiadores sobre pontos que geraram polêmica. Nas anotações à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador encontram-se exemplos mais claros do caráter de discussão historiográfica que tomam algumas notas de Capistrano.

2.4.1.2 Os *Esclarecimentos* ao final do texto

Ao final das *Informações* e dos *fragmentos* (os últimos precedidos de uma explicação bibliográfica de Capistrano informando de onde extraíram estes excertos), Capistrano aduz “*Esclarecimentos*”. O primeiro diz respeito a Francisco Pereira Coutinho, citado na p. 3 do volume, na primeira *Informação*. Dá a passagem de Coutinho, donatário da Bahia, pela capitania, seu refúgio em Porto Seguro e posterior morte na mão de índios. Transcreve dois documentos: um extrato de carta de Coutinho, segundo Capistrano presente “Em uma collecção de papeis velhos existentes na Bibliotheca Nacional”; e trecho do livro VII da Chancellaria de D. João III, “existente na Torre do Tombo”.³⁶⁶ A primeira referência é notavelmente desleixada; a segunda, deve ter obtido via Lino de Assunção, a esta época em Portugal, colaborando com os editores da *Materiais*, com pesquisas centradas principalmente na Torre do Tombo. O segundo esclarecimento é sobre o “*Clerigo nigromatico*”, a que faz menção Anchieta nas p. 5 e 6 do volume; Capistrano transcreve o que diz sobre ele frei Vicente do Salvador, passando pela menção que lhe fez Fernão Cardim – frei Vicente ainda não havia sido publicado, nem no *Diário Oficial*, mas Capistrano sabia de sua iminente divulgação; a citação, nesse caso, é genérica, à obra e não a uma edição particular dela (livro III, cap. XV). O Cardim citado é o que editara em 1881.

O tratamento de Capistrano ao caso do padre “nigromatico”, um clérigo que teria o poder de chamar os demônios do inferno, como relata frei Vicente, é significativo sob um aspecto: Capistrano não procede aqui diferente do que o faz com os outros fatos relatados. Isto é, não procura desqualificar a parte fantástica da narrativa, nem dar-lhe

³⁶⁵ *Informações*, op. cit., p. 11 (texto) e p. 11-12 (nota).

³⁶⁶ *Informações*, op. cit., p. 77-78.

alguma explicação “racional”; trata o caso como trata quaisquer dos demais fatos da narrativa. Tal posição é importante porque Capistrano está a editar, nos anos 1880, textos de jesuítas. Esta é uma época, tanto no Brasil como em Portugal, de disseminado anti-jesuitismo, associado à propaganda republicana nos dois países, que se expressava inclusive no descrédito dado às “superstições” dos discípulos de Inácio de Loyola. Tomás Lino de Assunção, que auxiliou Capistrano, de Portugal, nas pesquisas que resultaram nas publicações da *Materiais e Achegas*, como esta, é o autor de uma obra exemplar do anti-jesuitismo republicano em Portugal: a *História Geral dos Jesuítas* (c. 1901). Nela encontram-se exemplos desta outra atitude quanto a eventos sobrenaturais relatados pelos membros da ordem. Ao narrar o êxtase de uma semana que experimentou o fundador Santo Inácio de Loyola, Lino aduz a seguinte nota:

Esta visão que dura oito dias não seria uma simples crise de catalepsia? Os pormenores precisos que fornecem as <<testemunhas>>, além das suposições que os acompanham, parecem bastante característicos: rigidez absoluta dos membros, que persiste de um a outro sábado [tempo que durou o êxtase]; suspensão, pelo menos aparente, <<de todas as faculdades de maneira que Inácio parecia como morto>>, a ponto que só deixam de o enterrar <<quando percebem um bater que mal se sentia no coração>>; despertar <<como de um sono>> etc., etc... Uma tal crise era tanto mais verosímil [*sic*] quanto ele se achava enfraquecido pela doença, pelas penitências, jejuns, vigílias, que ele próprio, mais tarde, qualificará de coisas exageradíssimas, e cujos resultados não tardarão a manifestar-se sob a forma de perturbações mentais e nervosas. Tal, por exemplo, a tentação, ou talvez mesmo a tentativa de suicídio, relatada por Bartoli e outros historiadores, de que o curou o padre Pellaros <<obrigando-o a comer a horas como toda a gente, sob pena de lhe recusar a absolvição>>.³⁶⁷

Este tipo de intervenção não ocorre nas edições de escritos jesuítas (ou de outros religiosos) de Capistrano. Suas edições não contribuem para a valoração negativa do papel histórico da Igreja católica na formação do Brasil, corrente em alguns círculos, em particular nos anos de crise do Império, quando saíram as edições da *Materiais*. No “debate cerrado sobre o papel construtivo ou corruptor do jesuitismo na formação brasileira”,³⁶⁸ que se dá entre a geração de 1870, Capistrano, longe de ser católico, ou religioso, mas também sem ser um anti-clerical fervoroso, faz edições que, se tanto, discretamente defendem o valor dos jesuítas na formação inicial do Brasil, nos primeiros anos da colônia. Alfredo do Vale Cabral, no segundo volume publicado da

³⁶⁷ ASSUMPÇÃO, Tomás Lino de (coord.). *História Geral dos Jesuítas*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 23, nota 4. Sobre o anti-jesuitismo no Brasil, neste período, cf. ALONSO, op. cit., pp. 173-174.

³⁶⁸ ALONSO, op. cit., p. 173.

Materiais, as *Cartas* do padre Manuel da Nóbrega, é bem mais explícito na valorização de seu herói:

O padre Manuel da Nobrega, um dos primeiros civilisadores desta terra, representa papel muito importante na sociedade brasileira e exerceu tanta influencia que seu nome será sempre lembrado. Sua fama era geral em todo o Brasil e tambem aos sertões do Paraguay chegou a grande nomeada dos seus trabalhos, das suas virtudes. (...) Em todos os logares que percorreu tão bons serviços prestou que ligou seu nome á historia geral do paiz. Seu merecimento é bastante conhecido.

Todo o mundo sabe o que fez em prol da terra que se lhe rasgava aos olhos; e o movimento que imprimiu no Brasil entre os dois povos, o civilizado e o inculto, o invasor e o indígena, foi de certo superior ao de Anchieta, ainda que este fallasse correntemente a lingua dos Indios, o que não alcançou Nobrega, provavelmente pelo defeito natural que tinha. Mas, apesar de gago, com a sua palavra soube conquistar Portuguezes e Brasis. Tinha o coração generoso, era verdadeiro amigo da Humanidade. Desbastou a terra, ganhou-lhe amor; não temia o encontro de milhares de Indios, fallando-lhes com toda a energia e desassombro por meio de interpretes (...).³⁶⁹

Capistrano, conquanto nunca anti-jesuíta, não demonstra a mesma admiração por Anchieta e sua obra “civilizatória” que Vale Cabral expõe ao falar de Nóbrega. Na introdução, Capistrano valoriza os textos que apresenta enquanto fontes, e sua biografia do autor é fria e objetiva. Valorizava os jesuítas (Cardim, Anchieta, Nóbrega e outros) como bons observadores da realidade que viviam; sua opinião sobre a obra da ordem na colonização, em geral positiva, expôs em outros espaços.

2.4.1.3 A escrita argumentativa no comentário aos textos históricos

Por conclusão, o terceiro esclarecimento no volume de Anchieta é o mais extenso. O trecho de Anchieta a que se dedica o esclarecimento³⁷⁰ relata a vinda dos primeiros religiosos ao Brasil, que seriam da ordem de S. Francisco e teriam chegado a Porto Seguro pouco depois do povoamento da capitania. Um dos frades afogou-se em um rio, que por este motivo ficou conhecido como “rio do Frade”. Os demais foram mortos por índios, que então adotaram (segundo a narrativa de Anchieta) uma emboscada para atacar os portugueses que viessem depois: vestiram-se com as roupas

³⁶⁹ NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, pp. 16-17. Esta edição baseia-se na reedição das cartas feita por Afrânio Peixoto, que reproduz o aparato crítico da edição de Vale Cabral, de 1886 – que também consultamos no original, encadernada no mesmo volume das outras duas publicadas da *Materiais*, Anchieta (1886) e Frei Vicente (1887), em exemplar da biblioteca do IEB-USP.

³⁷⁰ *Informações*, op. cit., p. 12.

dos religiosos e fingiram-se de franciscanos, matando os portugueses que então se aproximassem.

Capistrano analisa a narrativa, em uma nota que cobre três páginas,³⁷¹ do ponto de vista da veracidade da anedota sobre a emboscada; da tentativa de estabelecer quando vieram estas missões franciscanas; e onde tudo isto se passou, isto é, em que pontos da nomenclatura geográfica atual poderiam ser localizados estes eventos. Procede analisando versões de “historiadores” e estudando “documentos contemporâneos”, em seus termos. Entre os primeiros, inclui frei Antônio da Piedade, autor de uma *Crônica da Arrabida*, e Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), autor do *Orbe Seráfico Brasílico*, junto com Varnhagen, na *História Geral* – os primeiros são também chamados de “chronistas” por Capistrano, cronistas que foram da ordem de São Francisco. Os documentos de época de que se vale são uma carta escrita da Bahia em 1551, pelo padre Francisco Pires, dando como referência de procedência tratar-se de um manuscrito da Biblioteca Nacional, o *Esmeraldo de situ orbis* (1506), de Duarte Pacheco, códice da Biblioteca de Évora, ainda inédito, indicando que obtivera cópia por intermédio de Lino de Assunção, e o *Tratado descritivo* de Gabriel Soares, já publicado. Os documentos lhe servem centralmente para averiguar a data dos eventos, a partir de quem os narrou (isto é, de quando se tornaram conhecidos), e para evitar *anacronismos*, principalmente quanto aos termos e localizações geográficas. Da cópia do *Esmeraldo*, por exemplo, Capistrano extraiu uma lista das latitudes de uma série de pontos geográficos, que transcreve no final do esclarecimento; esta lista dá as latitudes da época, e não as corrigidas pela moderna cartografia. Novamente, o conhecimento do contexto histórico permite-lhe fazer asserções por analogia e lógica. Por exemplo: alguns autores insistiam que os franciscanos haviam sido mandados para Porto Seguro. Capistrano explica: “Este argumento perde, porém, a força si nos lembrarmos que nos primeiros tempos era usual designar toda uma terra apenas por uma localidade mais conhecida, como sucedeu, por exemplo, no Amazonas, onde a expressão Cabo do Norte significava toda a Guyana brasileira. Porto Seguro quer dizer portanto o mesmo que Brasil”.³⁷²

Capistrano pesa os relatos dos “historiadores” com as fontes contemporâneas. Os cronistas franciscanos chamam os frades de Arrabidos; “Ora, em mappas antigos aparece o nome de *Santa Maria d’Arrabida*, um pouco ao Norte do cabo de Santo

³⁷¹ *Informações, op. cit.*, p. 79-81.

³⁷² *Informações, op. cit.*, p. 80.

Agostinho. Portanto é ahi que se deve localizar seu primitivo estabelecimento”.³⁷³ Conferindo com as latitudes do *Esmeraldo*, descobre que esta localidade era marcada em 5°, em 1506.

Ora [novamente, a linguagem da argumentação, ou mesmo da conversa] si compararmos esta latitude com a da bahia da Traição, *não como a trazem as cartas actuaes, depois de tantas determinações astronomicas, mas com os documentos contemporaneos* [grifo nosso], encontramos na doação de Pero Lopes que a bahia da Traição é arrumada em 6°, isto em 1534, depois de muitas explorações, entre as quaes a de Diogo Leite em 1531. A posição é, pois, muito próxima entre os dois pontos.³⁷⁴

Sobre a designação do lugar vir da emboscada dos índios, Capistrano afirma apenas se saber a este respeito o que está no *Tratado* de Gabriel Soares, mas este, “em vez de estar em desaccôrdo com o facto, pelo contrario, combina perfeitamente com elle”³⁷⁵ – para a verificação do que Capistrano transcreve trecho da obra. Colocou, portanto, sua hipótese à prova da fonte, e obteve uma “combinação perfeita” entre ambas. Capistrano conclui que o episódio do rio do Frade é separado daquele da emboscada.³⁷⁶

As anotações aos textos editados, ao envolverem a verificação dos fatos relatados, para o leitor, continham muitos exemplos da escrita argumentativa de Capistrano, permitindo-nos ver como utilizava as fontes, principalmente para o confronto com as versões de cronistas e historiadores. Nelas, demonstrava domínio desta bibliografia, toda indicada nas notas – apontando inclusive os textos importantes ainda inéditos, como o *Esmeraldo* de 1506, pressupondo uma seqüência no trabalho de divulgação de fontes.

2.4.1.4 A bibliografia das notas às *Informações*

A publicação mais citada nas dezesseis notas da primeira *Informação* de Anchieta é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com quatro citações, compreendendo uma monografia (Cândido Mendes) e fontes impressas (duas cartas do próprio Anchieta, Pedro Taques e Gabriel Soares de Sousa). Em seguida aparece a monografia *Brésil Français*, de Gaffarel (que Capistrano também usa na tese de 1883 sobre o Descobrimento; aliás, dada a proximidade de época e temas, a

³⁷³ *Informações, op. cit.*, pp. 80-81.

³⁷⁴ *Informações, op. cit.*, p. 80.

³⁷⁵ *Ibidem.*

³⁷⁶ *Ibidem.*

bibliografia da primeira *Informação* é quase a mesma da tese), com três citações consecutivas.³⁷⁷ Nas oito notas da segunda *Informação*, Capistrano cita três vezes a *Revista* do IHGB, uma vez um manuscrito do Instituto, e três vezes Varnhagen (sendo que, entre as citações da *RIHGB*, uma é novamente a Gabriel Soares, publicado ali por Varnhagen, que assim lidera entre os autores citados, também aparecendo nos esclarecimentos). Dentre as menções à *RIHGB*, cita Pedro Taques e Gabriel Soares, saídos ali, e uma monografia de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Varnhagen é mencionado pela *História Geral*, e pelas edições de Gabriel Soares e da *Narrativa epistolar* de Fernão Cardim. A bibliografia desta segunda *Informação* é também muito próxima da usada na tese de 1883, qual seja: a monografia de Wieser (sobre a história da descoberta do Estreito de Magalhães), fontes de documentos como Navarrete e Purchas, Ramusio (obra sobre as navegações do início do século XVI), e genealogistas como Taques e Borges da Fonseca (este a partir da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*), para informações biográficas, e, no caso de Borges, para a história regional de Pernambuco; além do Catálogo da Biblioteca de Évora.

Evidentemente que, malgrado as críticas que Capistrano tinha ao IHGB, o conhecimento do arquivo e da revista da instituição não deixavam de ser, para ele, domínios indispensáveis aos estudiosos da história do Brasil. Ainda assim, podemos aventar a hipótese de que Capistrano já trabalha muito fora destes domínios.³⁷⁸ O IHGB é talvez menos mencionado do que seria de se esperar – e, no campo das monografias, aparecem as exceções que Capistrano via no Instituto, como Cândido Mendes e Joaquim Norberto. Mesmo os documentos publicados na *RIHGB* não escapariam de críticas posteriores de Capistrano. Por outro lado, e isto vai ficar claro nas notas à edição de frei Vicente pela *Materiais*, Varnhagen é praticamente um guia para o estudo da história colonial, seja pelos documentos que trouxe à luz (malgrado as críticas que suas edições também receberiam de Capistrano), seja pela sua narrativa, de conhecimento inescapável para quem estudasse os primeiros séculos da colonização portuguesa na América (mesmo que, às vezes, tivesse de ser refutada e, ela mesma, retificada; todavia, não podia ser *ignorada*).

2.4.2 A edição de 1887 de Frei Vicente do Salvador

³⁷⁷ Notas 9, 10 e 11, que tratam do trecho da *Informação* a respeito da presença francesa no Brasil, naquele período.

³⁷⁸ GONTIJO, *op. cit.*, capítulos 1 e 6; e AMED, *op. cit.*, pp. 174-177 fornecem estudos sobre a relação entre Capistrano e o Instituto.

Apesar da fama dos “Prolegômenos” da edição de 1918, a anotação da *História do Brasil*, edição de 1887, é possivelmente o grande trabalho desta linha realizado por Capistrano, tanto em tamanho como em profundidade; esta edição da *História*, porém, não foi integral. São 106 notas de rodapé aos dois primeiros livros (dos cinco) da *História*;³⁷⁹ 104 notas numeradas, uma com numeração repetida (existem duas notas 82), e uma que “Por descuido deixou de sahir” no livro I,³⁸⁰ incluída no final; além de cinco notas mais extensas ao final do livro I, e quatro ao término do livro II, perfazendo um total de 115 notas.

A classificação que fizemos das notas das *Informações* de Anchieta também observamos nestas anotações; ou seja, elas também podem ser divididas basicamente em: 1) notas de **retificação** a alguma informação do texto; 2) notas de **complemento** ao texto; 3) notas que fornecem **indicações bibliográficas** sobre nomes ou eventos mencionados por frei Vicente; e 4) notas de **discussão historiográfica** – ressaltando que não há, no pensamento de Capistrano, uma hierarquia para os tipos. Se, em Anchieta, Capistrano reservou “esclarecimentos” para o final do texto, na *História* encontramos algumas notas de rodapé com essa função. A nota 12, por exemplo:³⁸¹ frei Vicente menciona um “bispo de Tucuman”, e a nota de rodapé esclarece que trata-se de Francisco Victoria, e ainda fornece uma pequena biografia sua, dando a obra de onde a extraiu.³⁸²

Destarte, a leitura que o editor faz do texto, e, por conseguinte, aquela que imaginava que fariam seus leitores, não difere muito da que teve em mente na edição de Anchieta: a *História* é lida enquanto *banco de dados* para estudos de história, geografia e etnografia, principalmente. O editor entende seu dever informar ao leitor onde a narrativa factual está incorreta, e onde ela pode ser completada; além de indicar fontes e monografias que trazem novas informações ou análises daquilo que está contido no texto de frei Vicente.

³⁷⁹ Os três outros livros deixaram de sair nesta edição por dois motivos principais: o trabalho de elaboração das notas revelou-se muito custoso e demorado, e Capistrano e Vale Cabral não queriam adiar ainda mais o lançamento da obra, interessados inclusive em fazê-lo num dia 20 de Dezembro, data em que frei Vicente concluiu a *História*, para marcá-la enquanto efeméride na historiografia brasileira; além disso, os três outros livros tinham muitas partes faltantes, e Capistrano alimentava firmemente a esperança de encontrar um exemplar inteiro, para aí sim dar a obra completa (esperança que nunca perdeu, aliás).

³⁸⁰ SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 100.

³⁸¹ A numeração das notas da *História* é contínua, isto é, as notas não são zeradas ao final do livro I; assim, a primeira nota do livro II é a nota 35.

³⁸² SALVADOR (1887), *op. cit.*, p. 9.

As notas desta edição contêm, porém, alguns pontos que merecem estudo. O primeiro que gostaríamos de apontar refere-se a uma nota em que o trabalho a que se propôs o anotador não pôde ser realizado; no insucesso, seu método, e aquilo que procurava para as anotações, acabam por se revelar com mais clareza. No primeiro parágrafo do capítulo XII do livro II, frei Vicente fala de um Francisco de Braga; a nota 94 diz: “De Francisco de Braga não tenho encontrado menção em outro autor ou em documento algum contemporâneo. Pelo texto, sua administração deve ter sido depois de Novembro de 1532, acabando antes de 1539, pois a atilada de Duarte Coelho é anterior á morte de Pero Lopes”.³⁸³ Neste caso vemos como procedia Capistrano: ao se deparar com um nome, procurava outro documento contemporâneo ou narrativa em que aparecesse mencionado; tentava extrair o máximo de informações biográficas e históricas a seu respeito, e dava as referências dos textos onde encontrasse as menções – o que não foi possível com Francisco de Braga. Na ausência de outras referências, só tinha o texto que anotava como fonte, e então procurava extrair o máximo dele – nestas situações, fazia inferências a partir do texto. É um tipo de procedimento que vemos colocado com clareza por Vale Cabral, no outro número publicado da *Materiais*, as *Cartas* de Nóbrega. A segunda carta não traz o dia em que foi escrita, “mas do contexto vê-se que é de segunda feira 15 de Abril”³⁸⁴ – um dos muitos casos em que Vale Cabral extrai “do contexto”, isto é, das informações contidas no texto, um dado que não vem expresso positivamente.

A falta de documentos que atestassem “positivamente” alguma data ou informação levava Capistrano não apenas a procurar inferências do contexto, como a valer-se de conjecturas em muitos casos. Existem algumas notas conjecturais na edição de 1887 da *História do Brasil*, como a nota 84: frei Vicente, no primeiro parágrafo do nono capítulo do livro II, menciona um Vasco Fernandes de Lucena; o anotador deveria então identificar tal pessoa. A nota diz:

Os documentos contemporaneos fallam mais de uma vez de um Vasco Fernandes, que ocupou o logar de almoxarife, e feitor régio de Pernambuco até 1554. *Embora não tenha o sobrenome de Lucena, é bem possível que fosse este* [grifo nosso]. Em Março de 1548, escrevia Duarte Coelho que havia treze annos que Vasco Fernandes estava com elle em Pernambuco (Porto Seguro, *Hist.* p. 175).³⁸⁵

³⁸³ SALVADOR (1887), *op. cit.*, p. 93.

³⁸⁴ NÓBREGA, *op. cit.*, p. 14.

³⁸⁵ SALVADOR (1887), *op. cit.*, p. 83. Entre outros exemplos de notas que apresentam conjecturas na *História*, identificamos as notas 19 e 45, além das de discussão historiográfica.

Vale Cabral, na edição das *Cartas* de Nóbrega, traz colocações significativas a respeito do procedimento das anotações da *Materiais*, quanto a esse aspecto:

Anotei as presentes cartas tanto quanto me foi possível fazel-o; uns factos ficaram mais ou menos assentados, outros devem ser estudados de novo até sua completa elucidação. Si tivéssemos todas as cartas dos Jesuitas do XVI seculo, de certo ahi encontraríamos elementos para a solução das duvidas que a cada passo se affloram á tela da discussão. Por isso ás vezes soccorri-me de conjecturas fundadas nas proprias cartas dos Padres que possuimos e em outros documentos contemporaneos que pude consultar. Como tenho porém de dar um dos volumes de *Cartas avulsas de Jesuitas*, deixei de tratar por ora de outras questões: (...).³⁸⁶

Cabral expressa, na explicação de suas anotações, seu trabalho de apuração dos fatos, vinculado intrinsecamente à disponibilidade de documentos contemporâneos por onde se fiar; sua ausência leva ao trabalho por conjectura a partir das fontes existentes, e à postergação de um exame mais rigoroso destes fatos para quando maior documentação estiver disponível. Um número maior de documentos poderia servir para o estabelecimento de uma série, mais confiável do que alguns poucos documentos; mas para muitos fatos e nomes, o problema é que não existia qualquer menção nas fontes existentes (nesse sentido, se houvessem uma ou duas extraordinariamente completas e fidedignas, o problema se resolveria).³⁸⁷ O editor é aquele que, em suma, “tudo interroga (...), tudo confirma, para alcançar a realidade e conseguir maior clareza”, como disse Capistrano ao elogiar o editor do *Diário* de Pero Lopes, Eugênio de Castro, na edição de 1927 da *Série Eduardo Prado*.³⁸⁸

2.4.2.1 A discussão de polêmicas historiográficas nas notas

A edição de 1887 da *História do Brasil* é também notável por algumas notas de rodapé (além das maiores, ao final dos livros I e II) em que Capistrano discute pontos controversos entre os historiadores. É o caso da primeira nota, que vem após frei Vicente afirmar a casualidade do Descobrimento do Brasil; Capistrano remete à discussão entre Joaquim Norberto (que a contesta) e Machado de Oliveira e Gonçalves

³⁸⁶ NÓBREGA, *op. cit.*, p. 13.

³⁸⁷ A anotação por conjectura e a partir do contexto dado pelo próprio texto aparecem num estudo de caso de Anthony Grafton, que examina a obra de um corretor e editor do início da era moderna na Europa; “Correctores corruptores? Notes on the Social History of Editing”. In: MOST, *op. cit.*, pp. 54-76, em especial pp. 74-76.

³⁸⁸ EE-2, p. 245.

Dias (que a afirmam), travada na *RIHGB*, volumes XV e XVIII. Na terceira nota, trata da diferença de opiniões entre Varnhagen e Beaurepaire Rohan, a respeito de Porto Seguro, neste caso dando a discussão como vencida por este último.

Algumas notas deste tipo, entretanto, assumem proporções pouco usuais para notas de rodapé. A primeira assim é a nota 33, ainda entre as anotações do livro I, onde frei Vicente fala de um privilégio concedido pelo Papa aos bispos de possessões portuguesas para casarem índios no mesmo dia em que o batizavam. Cândido Mendes de Almeida julgou inautêntica a bula que teria concedido o privilégio. Capistrano o refuta, rebatendo seus argumentos, mas encerrando de fato a discussão com a transcrição de trecho de documento contemporâneo. É nas anotações ao livro II, porém, que as notas de rodapé deste gênero tornam-se textos em que Capistrano refuta ou apóia argumentos, discute fontes e avalia hipóteses. (Vale dizer que o livro I da *História* é mais descritivo, tratando do território e das populações indígenas; o segundo é mais histórico – se contamos três notas de discussão historiográfica no primeiro livro, no segundo achamos oito).

A primeira nota ao livro II já é nessa linha. Frei Vicente começa este livro falando da armada que o rei de Portugal mandara ao Brasil, comandada por Gonçalo Coelho. A nota, que se estende por duas páginas (ocupando a maior parte de ambas), é sobre essa armada. Capistrano versa sobre contradições e dúvidas a respeito da expedição. A primeira concerne o tempo que ficou Gonçalo Coelho no Brasil; a segunda, se fundou ou não feitoria no Rio de Janeiro, como concluiu Varnhagen (“por sugestões de J[oaquim]. C[aetano]. da Silva”, segundo Capistrano), interpretando legenda de cartas da época (“mas, segundo Wieser, é pouco segura paleographicamente esta interpretação”); a terceira dúvida é a respeito de quantas naus teriam se perdido da armada, e o que ocorreu com elas. Termina a nota com informação biográfica sobre o que sucedeu a Gonçalo Coelho após a dita expedição.

Esta nota é muito importante enquanto exemplar da escrita argumentativa de Capistrano. Nela, cita Damião de Góes (*Crônica de D. Manuel*), Gabriel Soares (*Tratado descritivo*) e as *Décadas* de João de Barros; Varnhagen (*Nouvelles recherches sur la derniers voyages du navigateur florentin*), Franz Wieser (embora não cite, deve ser a monografia *Magalhães-Strasse und Austral-continent uf den Globen des Johannes Schoener*, Innsbruck, 1881, que vinha utilizando) e Navarrete, além da carta de um

navegador da época. Quanto a Varnhagen e Wieser, discute suas interpretações e hipóteses. Os cronistas e fontes servem-lhe de *prova* ou *fonte de informação*.³⁸⁹

Nestas notas, Capistrano procura, onde possível, recorrer às fontes primárias para resolver as controvérsias. Na nota 42, por exemplo, em que discute as interpretações para a extensão da capitania doada a Pero Lopes de Sousa, Capistrano refuta, especialmente, a conclusão de Lopes Machado, pois “não resiste ao estudo dos documentos”.³⁹⁰ Vemo-lo por em prática, assim, essencialmente o que defendeu em seus textos de crítica historiográfica: o conhecimento das fontes e das monografias. Na mesma linha, se procurou chamar a atenção, inclusive ao editar documentos, para pontos importantes da história do Brasil que julgava pouco estudados, não julgou de menor valor a precisão quanto a datas e fatos, de modo a se chegar a uma narrativa factual sólida da nossa história. Disso é exemplo a nota 85:

texto: “Vendo Duarte Coelho que a terra estava quieta, e os moradores contentes, determinou ir-se a Portugal com seus filhos, deixando o governo da capitania a seu cunhado Hyeronimo de Albuquerque em companhia da irmã”.

nota: “Duarte Coelho esteve seguramente em Portugal duas vezes, - a primeira antes de 1547, quando fez contracto com alguns negociantes para a fundação de engenhos, e a segunda depois de 1552, talvez em meado de 1553. (Em companhia de Thomé de Sousa? E’ natural [outra forma de afirmação por lógica] que o Governador, que ainda não visitara as capitanias do Norte, fizesse-o na sua partida para Europa, na intenção de dar informações completas a D. João III.) Segundo Jaboatão (*Orbe Seraphico*, I, p. 143), Duarte Coelho falleceu em Olinda a 7 de Agosto de 1554; mas isto não pode ser exacto nem quanto ao dia, porque muito bem observa Porto Seguro que já a 10 de Maio era passada a carta de confirmação a favor de seu filho (*Hist.*, p. 271); nem quanto ao local, porque, como se vê adiante [em frei Vicente] foi em Lisboa”.³⁹¹

Ainda quanto à anotação da narrativa do texto, há na *História do Brasil* dois novos tipos de nota: um que o anotador confirma o que diz frei Vicente (apenas um caso, a nota 52), e cinco casos em que faz um confronto entre as fontes (notas 54, 67, a segunda nota 82, 87 e 97). A confirmação refere-se a extensão de capitania doada;

³⁸⁹ Uma nota deste tipo aparece em publicação de acesso muito mais fácil que esta edição de 1887 da *História do Brasil*. Capistrano reproduziu a nota 37 no prefácio à *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, que por sua vez se encontra reproduzido na terceira série dos *Ensaio e Estudos*, pp. 66-69 da edição que utilizamos.

³⁹⁰ SALVADOR (1887), *op. cit.*, p. 59-60.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 84.

narrativa do frei é atestada por dois documentos, a carta de doação e o foral, publicados na *RIHGB*. No caso do confronto entre relatos, em três casos, as notas 54, 67 e 97, Capistrano não resolve as contradições; apenas dá as diferentes versões. Nos outros dois, propõe conjecturas para explicar de onde viriam as discrepâncias. Destarte, na segunda nota 82 (lembrando que a chamamos assim porque, na edição, saíram duas notas 82) confronta a narrativa de frei Vicente com o relato de Hans Staden: “Hans Stade [*sic*] esteve em Pernambuco em 1548, de fins de Janeiro a fins de Abril, e conta alguns factos semelhantes aos narrados por nosso autor”. Capistrano os resume, apontando a seguir que,

Apezar das semelhanças entre estas narrativas, ha pelo menos dois pontos de divergência a assignalar: o cerco a que Hans Stade assistiu durou so um mez, e ninguém morreu dos Christãos.

Que Affonso Gonçalves não morreu desta feita sabe-se ainda pela sua carta de 3 de Maio [a cronologia é o decisivo aqui; Staden esteve em Pernambuco de janeiro a abril, como dissera Capistrano] (...). *E’, pois, provavel* [grifo nosso] que Hans Stade assistiu apenas a parte do drama e que este primeiro assedio não fosse mais que o começo de outro muito mais prolongado e mortífero.³⁹²

Desse modo, procura fornecer ao leitor a narrativa mais exata *possível*.

2.4.2.2 As notas ao final dos livros I e II

As notas ao final do livro I são sobre o pau-brasil: a primeira refere-se a espécies de madeira pau-brasil, sua origem geográfica, a origem de seus nomes e o processo de extração da tinta. A segunda nota transcreve texto de Joaquim Caetano da Silva, em que este investiga a etimologia das denominações do pau-brasil; o estilo de escrita, argumentativa e conjectural, em muito lembra a que vimos Capistrano adotar em muitos momentos. A terceira refuta “o eminente conhecedor da historia do descobrimento do Brazil [*sic*, embora Capistrano fizesse questão do *Brasil* com s], F. A de Varnhagen”, a respeito de quando o nome Brasil começou a ser empregado para a América portuguesa; Capistrano dá *exemplos* de uso anterior a 1511, com queria Varnhagen.³⁹³ A quarta nota dá preços e cotações do pau-brasil no início do século XVI e seu uso como forma de pagamento, citando o Corpo cronológico da Torre do Tombo e a *História Geral* de Varnhagen. A última nota transcreve um regimento do rei de Portugal sobre a extração e

³⁹² *Ibidem*, p. 81.

³⁹³ *Ibidem*, p. 48.

comércio do pau-brasil, a partir de Nabuco Araújo, *Collêção Chronologico-systematica da legislação de fazenda*.

Este conjunto de notas é interessante porque, entendendo que seu dever como editor e anotador da *História do Brasil* envolvia retificar ou complementar a narrativa onde necessário, Capistrano de certa forma procurava estabelecer uma narrativa histórica precisa, como dissemos.³⁹⁴ Estas notas, a nosso ver, são indícios de seu trabalho de escrita de uma História do Brasil nos moldes como a entendia. Um capítulo sobre o pau-brasil está de forma embrionária nestas anotações ao final do livro I; aliás, parecem mesmo anotações suas, com as fontes e monografias de que se valeria para escrever o capítulo – os fragmentos da pesquisa antes do trabalho final da escrita, como se revelasse ali o trabalho de pesquisa e fichamento do historiador, normalmente vedado ao leitor da obra pronta. Por isso, sua advertência inicial, de que ali colocava “algumas notas sobre o páo que deu nome ao Brasil. Em ocasião mais conveniente serão talvez completadas”.³⁹⁵

Algo semelhante aparece nas notas ao final do livro II. São cinco: a primeira é nota que deveria ter saído no rodapé do texto; a segunda e a quinta são complementares a pontos do texto: a segunda transcreve trecho de Fernando de Soledade, *Historia Seraphica* (Lisboa, 1705), tratando da primeira armada que veio ao Brasil, e a quinta transcreve excerto da *História Geral* de Varnhagen sobre as questões de limites entre as capitanias de São Vicente e Santo Amaro.

A terceira e a quarta são relativas a donatários. A terceira, a mais extensa do volume, indo da p. 100 até a p. 109, dá uma lista da seqüência dos donatários de cada capitania, que Capistrano elenca na medida em que pôde apurar. É importante aqui a descendência e ascendência dos donatários, para esclarecer a linha sucessória em cada capitania. Por isso Capistrano imaginava que seu trabalho pudesse ser completado por “Quem quer que for versado em nobiliarchia portugueza”.

Porém, em poucos momentos Capistrano cita diretamente genealogistas: uma vez Pedro Taques (p. 102), duas vezes Braz da Costa Rubim (p. 103 e 104), e uma vez Sousa, *Historia genealógica da Casa Real* (p. 107), embora dê outras obras deste gênero ao final das notas. Possuía desconfianças quanto às genealogias existentes, como revela em muitos momentos da correspondência, e, em colocação que pode ser tomada como exemplar, na nota 77 desta edição, em que escreve:

³⁹⁴ Lembrando aqui, novamente, a noção de *reescrita* colocada em OLIVEIRA, *op. cit.*

³⁹⁵ SALVADOR (1887), *op. cit.*, p. 44.

Outra cousa: Jaboatão (...) dá a descendencia de Caramurú; mas entre seus genros não enumera genro algum hespanhol. E' mais uma prova da pouca consciencia com que foram feitos os nossos trabalhos genealogicos, dos quaes apenas se salvam parcialmente os de Taques e talvez os de Borges da Fonseca.³⁹⁶

A crítica de Capistrano aos genealogistas vinha de seu confronto com o que o historiador encontrava nas fontes primárias; neste apanhado dos donatários, Capistrano segue principalmente as cartas de doação, confirmação e alvarás produzidos no decorrer do processo de transmissão das terras. Em um caso, confronta um genealogista, e dá como que o *ethos* de seu proceder: “Esta lista de donatarios, deduzo-a de carta de confirmação de Antonio Luis da Camara Coutinho. Não concorda com a lista de Braz da Costa Rubim (...). E’ provavel que esta lista esteja mais certa; *mas eu não posso dar sinão o que se contem nos documentos que compulsei*”.³⁹⁷ Este *ethos* o impele a informar onde não obteve a informação necessária, por exemplo: “(...) Passou então a capitania [de Pernambuco] ao marquez de Louriçal, ultimo donatario, que a vendeu á Corôa, *ignoro quando e por quanto*. Das capitancias de João de Barros, Fernando Alves de Andrada, Ayres da Cunha e Luis de Mello da Silva, *ignoro si houve successão ou transacção*”.³⁹⁸ Todavia, como vimos em outros momentos, sua noção do uso do documento não se prendia á informação positiva que pudesse extrair; onde não a encontrasse, *se os documentos permitissem*, poderia fazer conjecturas, como: “Muito pouco conhecida é a historia desta [capitania, a do Recôncavo baiano], da qual, *a falar verdade, só se conhecem com certeza* os dois primeiros e o ultimo donatario. *O seguinte é o que se apurou de mais provavel*”.³⁹⁹ Aqui, aponta os pontos sabidos “com certeza”, e, por conseguinte, os ignorados, como fizera antes, mas arrisca uma conjectura para os desconhecidos.

Capistrano assume como proposta, desse modo, uma narrativa calcada nas fontes, com a qual complementar ou retificar textos de outros autores, ou suprir uma lacuna (no caso da nota sobre os donatários, pois afirma faltar uma lista sequencial dos

³⁹⁶ *Ibidem*, pp. 76-77. Aliás, as genealogias vinham sofrendo crítica já há alguns anos, pelo menos; em artigo de 5/10/1881, na *Gazeta de Notícias*, Capistrano remete a crítica de Cândido Mendes de Almeida: “como afirmava Cândido Mendes, (...) as genealogias de Taques, Borges da Fonseca e outros contêm muitas alegações fantásticas, e nem sempre são dignas de crédito” (EE-4, p. 295). Momento importante para isso acontecer, pois estas genealogias serviam para afirmações de tradição de grandes famílias, baseada na descendência dos primeiros colonizadores, da nobreza da terra, em muitas províncias, como no caso das chamadas famílias “quatrocentonas” em São Paulo.

³⁹⁷ SALVADOR (1887), *op. cit.*, p. 104, grifo nosso.

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 109, grifos nossos.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 107, grifos nossos.

donatários por capitania). Ao final destas notas ao livro II, Capistrano coloca as fontes em que se baseou, e também as obras históricas e genealógicas. Entre as primeiras, está a *História Geral* de Varnhagen. Quando a utiliza, na nota em que lista os donatários, Capistrano parece usar informações da obra que não conseguiu conferir nos documentos, nem para confirmar, nem para rejeitar, como: “A este comprou D. José a capitania, ignoro em que data; mas, segundo Porto Seguro, pela pensão de 640\$000”.⁴⁰⁰ E Varnhagen é, com efeito, a principal referência bibliográfica usada nas notas ao livro II de frei Vicente; sua narrativa constitui-se quase um guia para os estudos dos primeiros séculos da colonização portuguesa.

Na quarta nota, Capistrano divulga dois documentos, pp. 109-113, apontando dois dos critérios que poderiam levar um documento à publicidade: “Por muito curiosos e pouco conhecidos, junto os dous documentos relativos a donatarios: os autos das arrematações da capitania dos Ilhéos e o auto de posse da capitania de Porto Seguro”.⁴⁰¹ Tratara na extensa nota anterior da transmissão de posse das capitanias, mas, ao dar estes documentos, não os apresenta como representativos dos processos de transmissão, e sim como “muito curiosos e pouco conhecidos”. A curiosidade, acreditamos, viria principalmente do registro da oralidade do leilão, que contém passagens como “Dou-lhe uma, dou-lhe duas e uma mais pequenina e outra mais pequenina. Em praça vendo, em praça arremato, affronta faço que mais não acho que dezesete mil cruzados por esta capitania. Há quem mais me dê, mais quem mais me diga?”; provavelmente a divertir o leitor, além de fornecer-lhe fonte para estudo.

2.4.2.3 A bibliografia das notas da *História do Brasil* (1887)

A bibliografia das notas ao livro I é consideravelmente dispersa. Parte descritiva da obra de frei Vicente, talvez se enquadrasse, na divisão das ciências de fins do século XIX, como *História Natural*, contendo a descrição do território e dos índios, principalmente (embora comece com a descoberta do Brasil). As notas apontam para cronistas (João de Barros, Gaspar Correia, por exemplo), obras que continham fontes, como Navarrete (indicado como fonte para o Tratado de Tordesilhas), a carta de Pero

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 108.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 109. Capistrano esclarece, na bibliografia que dá ao final das notas, que o auto de posse extraiu de Lemos Mesa, *Doação da capitania de Porto Seguro*, e os leilões da carta de doação ou da carta de confirmação (não especifica qual) de D. Luiz Innocencio de Castro.

Vaz de Caminha, entre outros documentos de época e monografias, notadamente sobre as viagens do período e a etnografia brasílica. A obra mais citada é a *Revista* do IHGB e o autor mais citado Varnhagen, com cinco menções cada. Da *RIHGB*, Capistrano aponta as polêmicas entre Joaquim Norberto, Machado de Oliveira e Gonçalves Dias, e entre Varnhagen e Beaurepaire Rohan, além de Cândido Mendes, Joaquim Caetano e Gandavo, reproduzido na publicação. Segue, assim, apontando os documentos importantes ali transcritos e as monografias mais relevantes, em sua visão (isto é, os autores que escapavam ao sombrio panorama que deu Capistrano da instituição, em fins do século XIX).

Nas notas ao livro II, porém, Varnhagen reina absoluto. É citado 33 vezes nas 75 notas (contando aquelas ao final do livro, o que também fizemos na contagem do livro I), se a matemática não nos trai. A *História Geral* (primeira ou segunda edição, o que Capistrano diferencia) é mobilizada 23 vezes; uma vez as *Nouvelles recherches sur la derniers voyages du navigateur florentin*; e por nove vezes Capistrano cita edições de documentos de Varnhagen: o *Tratado* de Gabriel Soares (6 vezes), a *Narrativa epistolar* de Fernão Cardim (uma vez), e o *Diário* de Pero Lopes de Sousa (duas vezes). O *Diário* e o *Tratado* foram editados por Porto Seguro na *Revista* do IHGB, embora, ao que parece, também devam ter saído avulsos; incluindo-as como citações a esta publicação, temos 21 menções à *RIHGB*, ainda assim consideravelmente aquém do historiador sorocabano.

Nestas notas, que versam basicamente sobre os séculos XVI e XVII de nossa história, percebe-se a grande importância atribuída por Capistrano a Varnhagen, exposta no *Necrológio* (1878) e nos artigos de 1882. Ainda que deva ser refutada em alguns pontos, a *História Geral* destaca-se quase como um guia daquele período, pouco estudado, na visão de Capistrano. E os documentos que Varnhagen desencavou dos arquivos, motivo de grandes elogios de Capistrano, têm aqui sua importância demonstrada. É como se, na prática, no estudo da história do Brasil, Capistrano revelasse o quão incontornável era a obra de Varnhagen, mesmo com as críticas e ressalvas que nunca deixou de fazer. Isto explicaria ainda seus muitos projetos de anotação da *História Geral*, renovando a obra-guia.⁴⁰² Não os estudamos em profundidade, atendo-nos a um exame das notas de Capistrano reproduzidas a partir da terceira edição integral da obra (1927-1936), de iniciativa de Rodolfo Garcia, que

⁴⁰² Ponto estudado em OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 149-154. PEREIRA, *op. cit.*, também trabalha o diálogo entre Capistrano e Porto Seguro.

obteve de Capistrano algumas de suas notas da edição malfadada de 1906 (na qual incêndio na tipografia apenas permitiu que saísse o tomo I da *História*), com outras produzidas nos anos 1920, como explica Garcia no prefácio desta terceira edição integral. Nas notas de Capistrano, não vemos diferença fundamental para seu trabalho com os documentos históricos. Continuam os propósitos principais: retificação, complemento, indicações bibliográficas e discussões historiográficas. Nas notas mais extensas, ao final de cada seção (capítulo) da *História*, Capistrano parece inclusive retomar o trabalho da edição de 1887 de frei Vicente: ao final da seção I, há uma extensa nota, de sua autoria, sobre o pau-brasil. Desse modo, a *História* de Varnhagen quase se equipara à de frei Vicente, como narrativa a ser corrigida, complementada pontualmente, ou com novos trechos inteiros sobre determinados temas, e encorpada com bibliografia e discussões historiográficas.

2.5 As edições de frei Vicente: 1886-87, 1888-89, 1918

Optamos por não fazer uma comparação minuciosa entre as edições da *História do Brasil* com as quais colaborou Capistrano de Abreu. A edição no *Diário Oficial* (1886-87), que vem com uma apresentação de Capistrano e Vale Cabral; o volume pela *Materiais e Achegas* (1887), com “Aviso preliminar”, notas de Capistrano e índice da obra; a edição nos *Anais da Biblioteca Nacional*, que depois saiu em separata (1888-89), com introdução biobibliográfica de Capistrano; e a edição de 1918, pela Weiszflog, com “Nota Preliminar”, prolegômenos e índices (das partes da obra, geográfico, de embarcações e de nomes e pessoas), a nosso ver, não receberiam grande luz se comparadas ponto a ponto. A edição de 1886-87, pelo *Diário Oficial*, conta com breve apresentação de Capistrano e Vale Cabral, que segue a linha das curtas introduções a textos publicados em periódicos, com a preocupação de apresentar o texto ao leitor, dizendo do que se trata, e contar brevemente sua história até aquela edição, bem como dar os devidos créditos (no caso, a Lino de Assunção, que obtivera a cópia do exemplar da Torre do Tombo), e destacar o valor do texto publicado. A introdução da edição da *Materiais* é breve; esperava-se a sequência da publicação, com os outros livros da *História* (só os dois primeiros saíram naquele momento) – Capistrano indica, por exemplo, que a publicação toda contaria com biografia de frei Vicente, em preparação por Vale Cabral. O aparato crítico importante ali são as notas. A edição de 1889 condensa os propósitos biobibliográficos na introdução, e já não aparecem as notas ao

texto; os prolegômenos de 1918 estão de certa forma resumidos ali, com biografia do autor e história da obra e das edições. A edição de 1918 contém introdução fundada na de 1889, com a trajetória da *História do Brasil* até aquela edição, biografia do autor e análise da obra. Acrescem-se os prolegômenos, que passaremos agora a analisar.

2.5.1 Os “Prolegômenos” da edição de 1918

As extensas e rigorosas notas elaboradas na edição de 1887 acarretaram imenso trabalho para Capistrano, atrasaram a publicação, sem que para isso tenham sido finalizadas como gostaria – vimos os casos das notas incompletas, onde Capistrano reuniu anotações esparsas. Quando teve nova oportunidade de editar frei Vicente, recusou o modelo das notas. Em carta a João Lúcio de Azevedo, provavelmente de novembro de 1917, Capistrano fala sobre a edição de 1918 da *História do Brasil* – descreve seus planos e rechaça as notas da edição de 1887:

Nela trabalho. Como não sou mais marinheiro de primeira viagem, deixei de parte as notas. Cada capítulo, digo cada um dos cinco livros levará uma introdução [os “Prolegômenos”] em que estudo as fontes do autor, indico os documentos originais conhecidos, que servirão a quem quiser aprofundar o assunto, e as monografias existentes. Cada introdução pedirá cinco a dez páginas: assim aliviada, a introdução geral escrita para os An. da Bib. assumirá outra forma mais breve e precisa [a “Nota Preliminar”].⁴⁰³

A escolha deste modelo por Capistrano pode ser, por outro lado, muito sugestiva para o âmbito dos estudos da erudição histórica. O termo “prolegômenos”, que remete a “introdução”, era utilizado pela filologia, ramo que teria contribuído decisivamente para a formação da História enquanto disciplina autônoma, no século XIX, justamente por via da crítica documental. Segundo Iggers,

In addition [às ciências auxiliares da História, como a paleografia] philology, as practiced by classical scholars such as F. A. Wolf in his *Prolegomena to Homer* (1795) and already earlier by Biblical scholars, pursued hermeneutical approaches which sought not merely to establish the authenticity of sources but to understand them within the historical framework of their time and culture.⁴⁰⁴

⁴⁰³ Corr. II, p. 74-76.

⁴⁰⁴ Iggers, *op. cit.*, p. 227.

Capistrano utiliza “prolegômenos” para um trabalho, ao menos em parte, semelhante ao descrito acima.⁴⁰⁵ Anthony Grafton procura apontar como os autores de estudos filológicos, principalmente Wolf, influenciaram a crítica histórica e a própria constituição do padrão de erudição da disciplina na Alemanha – assinala a importância de Wolf para Ranke, por exemplo,⁴⁰⁶ e a marca que Wolf imprimiu na edição de textos, com a história do texto de Homero que realizou nos seus *Prolegomena*.⁴⁰⁷

Capistrano definiu o que pretendia com seus “Prolegômenos” na carta acima transcrita. Apesar das idas e vindas com o trabalho relatadas na correspondência, o plano original descrito a João Lúcio de Azevedo é basicamente seguido; em carta da mesma época (29 de novembro de 1917) daquela em que revelou seu projeto ao amigo português, mas a Afonso Taunay, Capistrano dá o desenho imaginado dos prolegômenos aos livros IV e V – descrição que serve também para os demais prolegômenos, e muito próxima à apresentada a João Lúcio de Azevedo:

O meu plano é simples; indicação das lacunas, apuração das fontes em que bebeu o franciscano, apontamento dos documentos contemporâneos e das monografias; umas sessenta páginas, sem contar a introdução geral fundada no que saiu nos *Anais da Biblioteca Nacional*, porém mais rápida e precisa [a “Nota Preliminar”].⁴⁰⁸

Os prolegômenos seriam um texto pesado, na visão de Capistrano. Referindo-se a seu trabalho nesta edição de 1918, então em curso, à Sra. Assis Brasil, Capistrano escreveu: “(...) no princípio pretendia juntar meia dúzia de páginas e creio que juntarei cem: *páginas muito fatigantes, cheias de datas, cheias de citações, que é preciso verificar a cada prova, a cada momento, a cada passo*”.⁴⁰⁹ Seu trabalho efetivamente apresenta grande rigor quanto a datas e citações, que, aqui, aparecem-lhe como custosas obrigações (talvez como as notas de rodapé para Ranke, conforme apontou Grafton). Páginas seriam “muito fatigantes”, talvez, para um leigo; mas não sabemos o suficiente da Sra. Assis Brasil para fazer tal relação com o que lhe escreveu Capistrano.

⁴⁰⁵ Sobre Friedrich August Wolf, François Hartog faz algumas referências, principalmente em notas. “F. A. Wolf (1759-1824): matriculou-se em Göttingen como *studiosus philologiae*. Tirando partido do entusiasmo da época pela poesia popular, ingênua, original, os seus *Prolegomena ad Homerum* (1795) tiveram grande repercussão. Foi a primeira tentativa de uma história do texto homérico. Discípulo de Winckelmann, Wolf cunhou o termo *Altertumswissenschaft*; em Halle, o seu seminário de filologia teve um papel importante” (HARTOG, *op. cit.*, pp. 398-399). Pela *Altertumswissenschaft*, a língua é o caminho (único, ao que parece) para se chegar à História; os textos ocupariam o lugar central nas preocupações do historiador. Algumas de suas conclusões sobre Homero, no entanto, viriam a ser desmentidas pela arqueologia (*Ibidem*, p. 165).

⁴⁰⁶ Grafton, *op. cit.*, pp. 83-85.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, pp. 91-92.

⁴⁰⁸ Corr. I, pp. 287-288.

⁴⁰⁹ Carta de 23/03/1918, Corr. I, p. 89, grifo nosso.

Os prolegômenos acabam tendo mais ou menos a seguinte estrutura de apontamentos da parte de seu autor: 1) indicação das partes faltantes (capítulos, estampas, partes de capítulos) em relação ao que seria o original, e problemas com a numeração dos capítulos, onde existem; 2) a identificação das fontes que teria usado frei Vicente; 3) documentos originais do período, mesmo os não usados ou conhecidos por frei Vicente, mas úteis a quem quiser aprofundar-se em algum assunto da obra; 4) referências bibliográficas, isto é, as monografias sobre o período a que se refere a *História*, que estudaram os assuntos mencionados ou tratados no texto (em geral precedidas de “Sobre...” – seu trabalho neste ponto é bem extenso: seus textos podem servir, talvez, de guia para a produção historiográfica, de geografia e, com destaque, de etno-lingüística.⁴¹⁰ Capistrano mostra nestes prolegômenos o que cobra dos homens de letras de seu tempo que se dedicassem a alguma área do conhecimento: o domínio dos estudos particulares que haviam sido e vinham sendo realizados nesta área; 5) fatos ou temas presentes na obra, que o próprio Capistrano se propõe a tratar de forma mais aprofundada, geralmente visando complementar a narrativa histórica.

Este último tópico é que escapa aos planos de Capistrano revelados nas cartas, embora esteja presente desde os primeiros prolegômenos. Na verdade, pode ser incluído como indicação de monografias, pois é o que não deixa de fazer Capistrano; mas em alguns casos extrapola o apontamento bibliográfico, apurando com rigor alguns pontos da *História*, ou fazendo, por exemplo, biografias sumárias de figuras importantes citadas na obra. Aqui o trabalho de Capistrano talvez tenha excedido sua intenção original. O trabalho de editor fundamental nos prolegômenos é certamente o de indicar bibliografia e fontes; ao referir-se a um tema, procura centralmente indicar os autores que já o estudaram e os documentos para seu estudo (e onde encontrá-los). Apenas secundariamente trata, o próprio Capistrano, de pontos presentes na *História* – como, aliás, fizera na edição de 1887.

A parte da indicação das lacunas do texto aponta tanto as partes faltantes mais sensíveis, como capítulos ou estampas que se perderam, como trechos que Capistrano supõe, por lógica, deverem existir. É o que ocorre nos Prolegômenos ao livro III: “(...)

⁴¹⁰ Para a última, são pródigos os prolegômenos ao livro I. O trabalho etno-lingüístico de Capistrano foi estudado em CHRISTINO, Beatriz Protti. A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do *rã-txa hu-ni-ku-~i* em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929. São Paulo: USP, 2006 (tese de doutorado). OLIVEIRA, op. cit., pp. 132-149, também traz considerações sobre a produção de Capistrano nesta área.

no fim deste (...) [fala do capítulo 25] a anedota de Lourenço da Veiga vem tão fora de propósito que sem mutilação ficaria inexplicável”.⁴¹¹ O problema existente aqui, qual seja, a perda dos exemplares completos da obra (ou a impossibilidade de encontrar algum deles, se existiam naquele momento), remete à situação dos arquivos e à perda de outros documentos ao longo do tempo. Isto aparece nas duas seções seguintes em que se organizam os Prolegômenos (a identificação das fontes em que teria se baseado frei Vicente e a indicação de documentos originais da época da *História*). Os prolegômenos ao livro II são significativos neste ponto. O seguinte trecho mostra tanto o procedimento de relacionar o conteúdo do texto de frei Vicente ao de outros escritos, o que permite a Capistrano supor os segundos fontes do primeiro, como o aparecimento de documentos desconhecidos:

Os cap. 2/7 fundam-se em Gandavo, em Pedro de Mariz, que apenas reproduz Gabriel Soares, e em notícias colhidas nas diversas capitanias percorridas pelo autor.

Os cap. 8/12 devem proceder de uma ou duas crônicas pernambucanas até agora desconhecidas. Diz-se uma ou duas, porque é bem possível que uma representasse a versão de Olinda, outra a de Itamaracá, duas capitanias então distintas. O documento, ainda utilizado no livro seguinte, é a parte verdadeiramente nova deste.⁴¹²

Capistrano supõe: “devem proceder”; a lógica dos seus conhecimentos lhe permite tal suposição. Ao remeter a “notícias colhidas nas diversas capitanias”, aponta o que havia indicado na “Nota Preliminar” a respeito da origem dos conhecimentos demonstrados por frei Vicente na *História*: os adquiriu via estudos das fontes, de oitiva, coletando “tradições” (termo que teria o mesmo sentido dos estudos de folclore da época de Capistrano, isto é, de crenças e conhecimentos populares não originados de um autor identificado), ou com os próprios olhos, nos casos em que foi testemunha ocular do que relata. A relevância desta identificação viria, também aqui, para legitimar o conteúdo da narrativa do frei, e habilitá-lo enquanto fonte para estudos diversos.

Ainda no âmbito dos arquivos, os mesmos Prolegômenos ao livro II trazem uma colocação de Capistrano em que avalia o estado dos arquivos portugueses quanto a um tipo de documentação específica, e dá a causa deste estado – apontando problemas para os pesquisadores:

O desbarato dos arquivos portugueses, devido ao terremoto de Lisboa, tornou impossível o conhecimento preciso dos primeiros tempos de nossos anais. Não o suprem a crônica de D. Manuel e a Santa Cruz

⁴¹¹ FV, p. 133.

⁴¹² FV, p. 91.

de João de Barros, se jamais escritas, até hoje desconhecidas; tampouco servem os livros impressos de Damião Góis e de Osório; talvez ainda surja a trazer esclarecimentos consideráveis a história de Faria e Sousa. Dos *Ann. de D. João III* de Fr. de Luís de Sousa imprimiram-se fragmentos em 1846.⁴¹³

Malgrado as marcas que o tempo, a negligência e algumas catástrofes deixaram na documentação, Capistrano consegue, nos Prolegômenos, indicar grande número de fontes da época ou dos eventos relatados na *História*, privilegiando as fontes impressas, isto é, publicadas por algum dos meios que identificamos ainda na primeira parte da dissertação. Assim, *não remete o leitor a bibliotecas ou arquivos de difícil acesso*, mas a edições onde encontrar as fontes. Para o nosso estudo, seu trabalho aqui é de extrema relevância ao mostrar um amplo panorama desta atividade que temos visto Capistrano desempenhar. A leitura das indicações de obras onde encontrar fontes, nos prolegômenos, nos possibilita ver que sua produção, nessa vertente dos estudos históricos, estava longe de ser isolada.

O termo talvez não seja o mais correto, mas nos parece possível discernir “camadas” desta atividade de coleta e publicação de fontes. No caso brasileiro, Capistrano faz menção freqüente a trabalhos nesta linha que vêm do século XIX, como as fontes publicadas na *Revista* do IHGB, mas, principalmente, alguns autores que merecem destaque na historiografia brasileira do Oitocentos, notadamente Baltasar da Silva Lisboa, Melo Moraes e Varnhagen. Silva Lisboa (1761-1840), membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, é referência importante em função dos *Anais do Rio de Janeiro* (1834-1835, sete volumes, acrescidos depois de um oitavo, contendo mapas), publicação rica em documentos transcritos.⁴¹⁴ Melo Moraes e Varnhagen, malgrado as críticas de Capistrano a aspectos de algumas de suas edições de documentos, seguiam sendo referências indispensáveis a quem quisesse estudar a história do Brasil (em particular dos dois primeiros séculos da colonização) por meio dos originais, transcritos em suas obras. Varnhagen, em particular, a exemplo do que ocorrera na edição de 1887 de frei Vicente, continuava autor inescapável, reforçando toda a importância que lhe atribuíra Capistrano. Outra grande referência oitocentista de Capistrano reaparece nos

⁴¹³ FV, p. 91.

⁴¹⁴ Capistrano diz estarem os *Anais* “inéditos em grande parte” naquele momento (FV, p. 209); segundo afirma, teriam sido publicados no periódico *Brasil Histórico*, de Melo Moraes, numa primeira versão, superior, segundo Capistrano, à versão posterior com os sete volumes. A autoria de Silva Lisboa teria sido provada *a posteriori*, na *Revista* do IHGB (FV, p. 215).

prolegômenos, por seu trabalho de divulgação de fontes: Cândido Mendes de Almeida, principalmente por suas *Memorias do extincto estado do Maranhão*, onde se encontravam documentos de grande valor, como a *Relação summaria das Cousas do Maranhão* de Simão Estácio da Silveira; dada a ausência de crítica, supomos que Capistrano avalizava as edições de Cândido (especialmente se sua edição do *Código filipino*, que mencionamos, servir de referência para as demais).

Passando à sua geração, ou aos trabalhos do final do século XIX, começo do XX, Capistrano aponta, entre outros, Guilherme Studart⁴¹⁵ e o Barão do Rio Branco.⁴¹⁶ Não deixa de citar o “erudito” Vale Cabral, seu grande colega nos anos 1880, pela edição das *Cartas* de Nóbrega, reunidas “piedosamente” e enriquecidas de “notas substanciais”; menciona também as *Cartas avulsas dos Jesuítas*, número não publicado da *Materiais e Achegas*.⁴¹⁷ Os *Anais da Biblioteca Nacional* também aparecem como referência para o encontro de documentos. Igualmente indispensáveis são as referências ao chileno Jose Toribio Medina.⁴¹⁸ Capistrano menciona, ainda, iniciativas em curso naquele momento; uma delas seria profícua aos estudos históricos: “Está sendo publicado na Paulicéia o que se salvou das atas das câmaras de ambas [São Paulo e Santo André da Borda do Campo] e já formam dezesseis volumes [em 1918]”.⁴¹⁹

Destarte, os Prolegômenos apresentam um panorama compreensivo das publicações de documentos; a edição de frei Vicente que se anota viria a somar-se a este grande número de fontes já disponíveis em edições impressas. Tratamos até aqui desta atividade em termos de “historiografia brasileira”; o correto, porém, seria adotar uma visão que abrangesse o período e os temas estudados (século XVI e viagens à América, por exemplo), congregando autores de diversas nacionalidades.

⁴¹⁵ Por exemplo: “Sobre a missão de Francisco Pinto e Luís Figueira possuímos um documento precioso, a carta de Luís Figueira datada da Bahia a 26 de março de 1609, inteiramente desconhecida até publicá-la pela primeira vez o barão de Studart, que a reproduziu nos *Doc. para a hist. do Brasil e espec. do Ceará*, I, 1/42, raro monumento de saber e desinteresse do ilustrado patricio, querido companheiro de infância” (FV, p. 207).

⁴¹⁶ Entre outros méritos, os dois seriam responsáveis por melhorar muito as condições de pesquisa da história do Maranhão, segundo Capistrano: “Outros documentos, em sua máxima parte resultantes das pesquisas de Rio Branco, vulgarizados pela Bibl. Nac., e das de Studart, como três cartas do governador Gaspar de Sousa, assentos, regimento, etc., fazem o caso do Maranhão aquele sobre que, graças aos dois barões assinalados, existem talvez documentos mais abundantes em nossa mais remota história colonial” (FV, p. 312).

⁴¹⁷ FV, p. 138, todas as citações sobre Vale Cabral.

⁴¹⁸ “Um historiador de crédito e consciencioso”, FV, p. 101, escreve Capistrano, antes de apontar um erro do chileno quanto a datas.

⁴¹⁹ FV, p. 139.

A proximidade temática faz com que, se tivéssemos que definir em termos nacionais, a nomenclatura mais correta fosse “historiografia luso-brasileira”. Efetivamente, trata-se da mesma história, reivindicada dos dois lados como história nacional. A historiografia portuguesa é, desse modo, bibliografia básica para os estudiosos do período colonial, principalmente no aspecto que mais nos interessa: a divulgação de documentos. Os prolegômenos são ricos em referências a autores portugueses de destaque nesta atividade, praticamente da mesma geração de Capistrano, como Sousa Viterbo (1845-1910),⁴²⁰ Braamcamp Freire (1849-1921),⁴²¹ Pedro de Azevedo, Antônio Baião (os dois últimos conservadores da Torre do Tombo, a que já fizemos menção) e Ramos Coelho (citado pela compilação *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, 1892, muito usada na anotação de Capistrano à *História Geral de Varnhagen*), além de publicações como a *Revista de História* e o *Arquivo histórico português*.⁴²²

A última publicação, *Alguns Documentos*, do conservador da Biblioteca Nacional portuguesa José Ramos Coelho (1822-1914), publicada nas comemorações do quarto centenário da descoberta da América (1892), traz as regras do autor para a edição dos documentos. Pelo que expõe, vemos a grande semelhança de critérios com as edições de Capistrano de Abreu, tanto no tratamento do texto, como no estabelecimento de datas, e, notadamente, aliando medidas que facilitem o entendimento do texto pelo leitor, com premissas de rigor e extremo respeito ao documento (editor se aventura pouco a suprir dados ausentes ou interpretar o conteúdo). Regras estas que

⁴²⁰ Sousa Viterbo dedicou-se durante décadas a “pesquisas documentais, principalmente no Arquivo da Torre do Tombo, publicando mais de 300 livros, opúsculos e artigos sobre assuntos variadíssimos, sempre com sólida base no documento, *que em geral inseria como apêndice*. Esta colossal obra não obedeceu a qualquer plano sistemático ou sintético, que obviamente faltava ao autor; mas representou uma das maiores contribuições para o avanço da historiografia portuguesa, *como base para construções que outros vieram edificar* [grifos nossos]”. MARQUES, *op. cit.*, p. 85. Por esta curta apreciação da obra de Sousa Viterbo, vemos qual seria sua principal forma de divulgar documentos, e o valor dado, *a posteriori*, a autores como ele; vistos mais como divulgadores de fontes, de materiais, que outros usariam em suas “construções” – um entendimento talvez já posto contemporaneamente, pois Capistrano o usa como fonte para fontes. Nos prolegômenos, cita, de Sousa Viterbo, notadamente os *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes nos Seculos XVI e XVII*, Lisboa, 1898 – observe-se como a temática une os interesses, e vai definindo uma bibliografia.

⁴²¹ Um dos fundadores da revista *Arquivo histórico português*, Anselmo Braamcamp Freire dedicou-se sobretudo à genealogia e à heráldica; para assuntos da primeira especialidade o convoca Capistrano, nos prolegômenos ao livro III (FV, p. 136).

⁴²² O *Arquivo histórico* (1903-1916), a cuja história se ligaram decisivamente Braamcamp Freire e Pedro de Azevedo, foi, segundo Oliveira Marques, “revista importantíssima na difusão das bases primárias da história, exumando cópia avultada de material arquivístico, de que ainda hoje continuamos devedores” (MARQUES, *op. cit.*, p. 32-33). A *Revista de História* (1912-1924), dirigida por Fidelino de Figueiredo, interessou-se, segundo Marques, mais por debates filosóficos que pelas pesquisas arquivísticas.

possibilitariam um acesso seguro aos textos originais. Transcrevemo-las abaixo, apesar de sua extensão:

As cópias por que se imprimiram os documentos deste volume foram, quanto possível, o espelho fiel dos originais, cuja ortografia diversíssima, como de muitos autores, e a maior parte das vezes, ou ignorante, ou descuidosa, ou desusada, passou para elas. Não nos aventurámos nunca a interpretações fantásticas, e só a algumas por conjectura; e essas, ou plausíveis, ou quase certas, ressalvámo-las, ainda assim, pondo-as em dúvida ou em itálico. Os lugares ilegíveis ou rasgados enchemo-los com pontos; os que nos originais estavam em branco, em branco os deixamos. Desdobrámos, com raríssimas excepções, as abreviaturas, e só houve tais excepções quando o desdobramento podia trazer prejuízo. As alterações que introduzimos foram superficiais e insignificantes: o u por v e o v por u conforme a pronúncia; a substituição das letras minúsculas de nomes de pessoas, lugares, meses e algumas outras, que o respeito e a conveniência aconselhou, por letras maiúsculas, e a destas por aquelas, quando injustificáveis; a união e desunião de letras, sílabas e palavras, toda a vez que o pediram a clareza e a gramática. Os números das datas, quando de interpretação difícil, pelo desusado da forma, são seguidos, entre parênteses, da forma moderna. Os documentos sem data levam-na aproximada, também entre parênteses, fundando-nos para isso no estudo dos acontecimentos que narram ou em outros documentos. Só quatro, a que não podemos marcá-la, nem sequer de ano, constituem excepção a esta regra. (...) Para se lerem com menos dificuldade, pontuamos os documentos, que em geral não têm pontuação, ou, o que é pior, a têm caprichosa, destituída de razão, e que mais transvia do que encaminha. Quanto aos acentos, que também não usam, só os pusemos em caso de provada necessidade.⁴²³

As normas seguidas quanto ao texto são muito próximas das adotadas por Capistrano, como observamos em textos cuja preparação lhe coube.⁴²⁴ Suas indicações bibliográficas, nesse sentido, apontam obras que divulgam os documentos de época segundo regras que permitiriam, para o propósito dos estudiosos, dispensar o acesso ao texto original, em arquivos de difícil acesso e letras e papéis de difícil leitura. Abre para

⁴²³ *Apud* MARQUES, *op. cit.*, pp. 28-29. Segundo Oliveira Marques, este tipo de texto, explicando os critérios de transcrição de documentos, era “muito raro nessa época”. Nas edições de Capistrano, como vimos, era regra alguma explicação a respeito do texto. Entre as vezes que Capistrano cita a obra de Ramos Coelho, nos prolegômenos, destaca-se, nos prolegômenos ao livro I, transcrição de trecho do Tratado de Tordesilhas, a partir do texto dado em *Alguns documentos* (FV, p. 49-50).

⁴²⁴ O uso de (?) em caso de dúvida, indicando “leituras duvidosas”, como diz Capistrano na “Nota Explicativa” à *Relación de la guerra y victoria alcanzada contra los Portugueses del Brasil, año 1641 en 6 de abril*, do padre Claudio Ruyer, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, 1905 (“Nota” na p. 553), também usado no texto dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, edição de 1930, que se valeu do texto de Capistrano. Os pontos indicando lacunas também faziam parte de sua prática; “aventurava-se”, ocasionalmente, a corrigir pela lógica alguma palavra ou frase nos textos. Os *Diálogos* são exemplo disso também, contendo momentos como um trecho em que no texto lia-se “água morna”, e os editores (Rodolfo Garcia e Afrânio Peixoto) indicam que, no texto de que se valeram (isto é, o de Capistrano), aparece: “Escrito por cima [água] fria” (*Diálogos, op. cit.*, p. 96).

nós, que o estudamos, todo um contexto em que trabalhos de divulgação de documentos eram parte comum dos estudos históricos, e as regras que procurava Capistrano já possuíam determinado grau de disseminação.

Cabe, no trato destas regras, notar o entendimento de Capistrano da noção de “interpretação”. Para o autor, esta se referiria ao discernimento do conteúdo positivo e objetivo de um texto. Exemplos desse uso encontram-se nos prolegômenos ao livro IV:

Na obra de Piso e Marcgraf, *Hist. Nat. Brasiliae*, 263/264, Amsterdam, 1648, vem o roteiro fornecido pelo holandês W. Glimmer de uma expedição mandada de São Paulo à procura de minas. Com sua extraordinária sagacidade crítica e superior conhecimento do terreno, o lastimado Orville Derby interpretou o itinerário e identificou esta com a bandeira de André de Leão, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, 4;⁴²⁵

Bem como nos prolegômenos ao livro V: “Seu complicado itinerário (...) interpretou Calógeras”.⁴²⁶ Nos dois casos, é um tipo específico de documento, roteiros e relatos de viagem. Sua interpretação significa saber a que lugares se refere e qual o percurso descrito nele, ou seja, a seqüência desses lugares. Mas, comparando com outros usos de “interpretação” por Capistrano,⁴²⁷ cremos poder estender este sentido: interpretar seria, assim, discernir o conteúdo positivo de um texto, *saber o que está escrito nele*, em termos de nomes, datas, eventos relatados etc. Por isso a moção a Studart, dizendo que quem edita um texto deve assumir a responsabilidade de *interpretá-lo*; deve dizer o que entende do que está escrito ali, transmitir sua compreensão do conteúdo ao leitor.

Se a historiografia portuguesa é destaque, principalmente pela comunhão das histórias, autores de outras nacionalidades, que versaram sobre os mesmos temas e período, aparecem com naturalidade. Um caso é Henry Harrisse, já de nosso conhecimento, referência, por exemplo, com *The diplomatic history of America* (Londres, 1897), nos prolegômenos ao livro I. Outro autor que vale a pena mencionar é Ferdinand Denis (1798-1890), citado nos prolegômenos ao livro V. Denis editou, ao longo do século XIX, várias obras consideradas importantes para o estudo da história do Brasil.⁴²⁸ Condizente com este seu trabalho, Denis propôs como tarefa para a

⁴²⁵ FV, p. 210.

⁴²⁶ FV, p. 319.

⁴²⁷ Na correspondência, por exemplo: Corr. I, p. 148-149; Corr. II, p. 43, 69 e 165; Corr. III, p. 334 e 335.

⁴²⁸ Como, por exemplo, a *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*, do padre Yves d’Evreux, a que aduziu introdução e notas, e que serviu de base para tradução do maranhense César Marques (ed. de 1874). Sobre Ferdinand Denis, cf. CAMARGO, Katia Aily Franco de. *A Revue des Deux*

historiografia a recolha das fontes – aspecto salientado por Varnhagen no prefácio da primeira edição da *História Geral* (1857):

“Primeiro que tudo, ponderava em 1838 o ilustre e digno filobrasílico Ferdinand Denis, é da mais alta importância que os documentos que constituem a história do país sejam ao fim recolhidos. Para que as teorias diárias sejam úteis, é preciso oferecer-lhes uma base, ou para melhor dizer, um ponto de partida.” Quase pelo mesmo tempo se criava no Brasil o Instituto Histórico, e sem conhecimento deste fato existia em nós, então na Europa e ainda frequentando as aulas, o pensamento atrevido (confessamo-lo) da empresa desta obra (...).⁴²⁹

Varnhagen relaciona (com muita lucidez) a proposta de Denis à fundação do IHGB (que tinha, entre seus propósitos, reunir os documentos necessários ao estudo da história do Brasil), e sua própria obra, em grande medida voltada a esta finalidade. Cria quase um marco para a pesquisa documental: 1838. Capistrano de Abreu, que podemos considerar também um partícipe dessa posição, expõe o quanto ela gerou frutos nas indicações bibliográficas que dá ao leitor nos prolegômenos.

Já tocamos levemente na próxima seção em que se dividem os prolegômenos: a indicação de monografias sobre temas, eventos e personagens da *História do Brasil*, como a de Henry Harrisse acima citada. São referências do tipo da que encontramos nos prolegômenos ao livro I: “De P[edro]. A[lvares]. Cabral publicou bem informada biografia J. R. McClymont, Londres, 1914”; indica o que considera os principais trabalhos. De forma geral, os principais autores seguem sendo os da edição de 1887, como Cândido Mendes de Almeida e Varnhagen, novamente permitindo-nos ver como, para Capistrano, era de fato impensável estudar a história do Brasil sem conhecê-los.

Varnhagen, pela *História Geral*, reaparece como a narrativa básica. Se Capistrano tentara uma listagem dos donatários na edição de 1887, aqui aponta Varnhagen para estes assuntos, nos prolegômenos ao livro II: “Varnhagen precisou nossos conhecimentos sobre os donatários: mostrou como eram em número de doze, deu os nomes de todos, descobriu os forais e cartas de doação de quase todos, traçou os

Mondes: intermediária entre dois mundos. Natal, RN: Editora da UFRN, 2007, em especial pp. 74-80. Para Denis era, segundo a autora, fundamental o estudo dos relatos de viagens ao Brasil para a compreensão da história do país; em um dos artigos sobre o Brasil que publica na *Revue des Deux Mondes*, Denis faz um “balanço historiográfico” dos relatos e crônicas dos europeus sobre o país. Vale dizer que os franceses também reivindicavam, no estudo das viagens e expedições francesas à América nos séculos XVI, XVII e XVIII, temas componentes da *sua história nacional*, daí a existência de muitas referências bibliográficas francesas para a história colonial brasileira.

⁴²⁹ *Apud* SILVA, *op. cit.*, p. 15.

limites das diversas capitanias e calculou as respectivas superfícies”.⁴³⁰ Cita, em seguida, trecho do próprio Varnhagen; mas onde este aproveita o francês D’Avezac. Em outros pontos, Capistrano corrige a narrativa, mostrando que a acompanhava.⁴³¹

Varnhagen era referência tanto como fonte para documentos, como enquanto narrativa da história do Brasil. No primeiro ponto, porém, ressurgem as críticas que Capistrano por várias vezes expôs a seu respeito, quanto às frágeis citações e referências que dava Varnhagen para alguns documentos que usava. Nos prolegômenos ao livro III, Capistrano escreve, nesse sentido: “De Tomé de Sousa há publicada uma carta de 18 de julho de 1551; Varnhagen parece ter consultado outras que não especifica”;⁴³² e, mais à frente, “Na vaga de Lourenço da Veiga, falecido a 17 de junho de 1581, governou Cosme Rangel, ouvidor-geral: Varnhagen encontrou sobre ele documentos que não especifica e não são conhecidos”.⁴³³ Nos prolegômenos ao livro V, Capistrano chega a hipótese extrema sobre trecho da *História Geral*: “Ao redigir esta parte de seu livro Varnhagen parece ter extraviado as notas, de modo que a pág. 448 da *Hist. Geral* [deve estar se referindo à edição de 1877] é verdadeiro quebra-cabeças”.⁴³⁴

Assim, se Varnhagen se via no movimento de pesquisa, reunião e publicação de fontes históricas que se disseminou ao longo do século XIX, e se aparecia para o próprio Capistrano como referência neste movimento, do qual, à sua época, o historiador cearense fazia parte, aparece aqui uma diferença fundamental entre ambos. Para Capistrano, o historiador deve citar e indicar com precisão *todas as fontes que usa*; é esse o modelo que procura passar nas edições que realiza.⁴³⁵

2.5.1.1 Pontos da narrativa histórica que Capistrano desenvolve

⁴³⁰ FV, p. 94. Sobre os donatários, a nota da edição de 1887 deveria representar tentativa de Capistrano de rever os conhecimentos de Varnhagen neste ponto, tentativa talvez infrutífera, considerando como apresenta a questão aqui; cf. carta a Lino de Assunção, de 25 de abril de 1885; Corr. III, p. 312.

⁴³¹ Por exemplo, FV p. 97, pp. 133-134 e p. 209.

⁴³² FV, p. 135.

⁴³³ FV, p. 141.

⁴³⁴ FV, p. 312.

⁴³⁵ Na correspondência, Capistrano expôs teorias para a falta de rigor de Varnhagen. Em carta a Studart, de 20/04/1904, Capistrano disse que Varnhagen não podia indicar a procedência de determinados documentos da Torre do Tombo porque “levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los”; Corr. I, p. 165-166 – na carta em que Capistrano urge a Studart que indique a procedência dos documentos que cita, seguindo Ranke. O caso de Varnhagen teria sido mais grave, porém: segundo revela a Rio Branco, em carta de 30/03/1887, Capistrano chegou a uma “desoladora convicção[:] de que o nosso ilustre historiador roubava papéis”; Corr. I, p. 111.

Na perspectiva de que a anotação de um texto histórico, em particular de uma narrativa, envolvia sua retificação e complemento (aquilo que Maria da Glória de Oliveira chamou de “reescrita”), os prolegômenos à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador fornecem casos em que o anotador procurou suprir lacunas do texto ou aprofundar determinados conjuntos de dados contidos naquele. Nos prolegômenos aos livros II e III encontramos curtos exemplos deste tipo de anotação. É caso dos primeiros um breve histórico e descrição das capitanias hereditárias, fiado em Varnhagen (como vimos, Capistrano parece ter desistido de rever os conhecimentos deste a respeito do assunto, não realizando as pretensões indicadas na edição de 1887 da *História*). Nos segundos, pode-se considerar uma anotação deste tipo o parágrafo sobre a fundação de São Paulo.⁴³⁶ Nestes momentos, Capistrano reúne dados conhecidos sobre estes temas, dando mormente uma cronologia dos eventos e destacando as personagens principais – o faz comentando a bibliografia e, principalmente, apontando as fontes primárias nas quais se baseia – segue o caráter eminentemente bibliográfico das anotações.⁴³⁷

Mas são nos prolegômenos aos livros IV e V que esta forma de intervenção se avulta. Acompanhando, pela correspondência, a evolução do trabalho de Capistrano nesta edição, vemos que acabou por se estender mais nos prolegômenos aos dois últimos livros da *História*.⁴³⁸ Os livros I a III, segundo informa Capistrano, contêm todos os capítulos, que vem, entretanto, mutilados. O livro IV, por outro lado, não tem os capítulos 25 a 29, sendo que dois outros foram tirados “de um livro de emendas e adições que já não existe na Torre do Tombo”, e é completado com trechos do *Santuário Mariano*.⁴³⁹ O livro V não tem os capítulos 10 a 17, “quase todos relativos ao governo de D. Luís de Sousa, de que podem considerar-se fragmentos os trechos do *Santuário Mariano* transcritos no fim do livro”⁴⁴⁰ – a transcrição de partes desta obra como complemento a frei Vicente repete o que já fizera Capistrano na edição de 1889

⁴³⁶ FV, p. 139.

⁴³⁷ Os eventos e pessoas destacados não o são gratuita ou obviamente. Nos prolegômenos ao livro IV, por exemplo, Capistrano vai destacar Martim Soares Moreno, a quem chama, em carta a seu conterrâneo do Ceará Guilherme Studart (12/11/1904), de “nosso fundador” (Corr. I, p. 167-168), pois Martim Soares, como coloca Capistrano nos prolegômenos, em “20 de janeiro de 1612 lançou os fundamentos do que é hoje a cidade de Fortaleza” (FV, p. 212). Desse modo, são realçadas pessoas a quem a historiografia atribuía determinados papéis na história nacional e regional. O caso de Martim Soares também mostra que os prolegômenos reuniram pesquisas realizadas desde há muito por Capistrano.

⁴³⁸ Cf. principalmente as cartas a João Lúcio de Azevedo, de 08/03/1918 (Corr. II, p. 81-83), 09/03/1918 (Corr. II, p. 83-85), 18/03/1918 (Corr. II, p. 86-88), e 02/05/1918 (Corr. II, p. 97-99).

⁴³⁹ FV, p. 197.

⁴⁴⁰ FV, p. 309.

da *História*. Para justificá-lo, recorre a expedientes de que se valia nos casos de atribuição de autoria, principalmente a autoria por lógica:

Nos volumes IX e X do *Santuário Mariano* cita-se por diversas vezes a ‘Historia’ de Fr. Vicente.

Em alguns logares, pelo tom geral do estylo, pela epocha, e pelos factos narrados, conhece-se que o autor citado é Fr. Vicente.

Extrahimos, por isso, os seguintes trechos que, *segundo todas as probabilidades*, pertenciam ao livro do illustre bahiano e servirão para preencher algumas lacunas.

O códice que Fr. A. de Santa Maria aproveitou, não corresponde, quanto á numeração, ao que agora imprimimos. *Quanto á causa destas discordancias seria muito facil formular hypotheses; factos não existem: a quem tiver a felicidade de descobril-os deixamos, pois, a primazia da explicação* (p. XIV).⁴⁴¹

Por um lado, a presença de frei Vicente na obra de Frei Antônio de Santa Maria não deixa de ser uma hipótese; que tem a seu favor, porém, “todas as probabilidades”. Por outro, a diferença de códices carece de fatos para aclará-la; e aqui, “seria muito facil formular hypotheses”. Se a hipótese é útil e necessária num ponto, no outro já torna-se fútil. Vale dizer que Capistrano corrobora aqui correlação entre o *Santuário Mariano* e a *História do Brasil* lançada por Varnhagen, como pode-se ver na entrada referente à primeira obra no *Catálogo* da Exposição de 1881 da Biblioteca Nacional.⁴⁴²

Destarte, os livros IV e V possuíam as maiores lacunas, e o anotador julgou apropriado fornecer narrativa que sumamente informasse o leitor quanto aos períodos faltantes no texto. Nos prolegômenos ao livro IV, “Os capítulos perdidos abarcavam um período de pouco mais ou menos dez anos e com a documentação até agora conhecida não é possível preencher as lacunas” - há, neste caso, um impedimento ao complemento do texto, que á falta de documentos. Estes capítulos perdidos estão indicados na página 265 da edição que utilizamos, e o período seria de 1591 a 1597, mais ou menos, se bem compreendemos a narrativa de frei Vicente. Capistrano procura indicar fontes que contivessem informações referentes a este lapso temporal, preenchendo, assim, as lacunas da *História*. Para os capítulos faltantes, Capistrano remete novamente ao

⁴⁴¹ SALVADOR (1889), p. XIV, grifos nossos.

⁴⁴² “No meio de muitas narrativas, mais importantes para o crente que para o historiador, ha aproveitaveis indicações para as chronicas locais e geraes. O auctor, além dos livros impressos até a sua epocha, possuía documentos ineditos, como a <<Relação>> de Frei Miguel de S. Francisco (Veja-se Barbosa Machado s. v.); a *Historia do Brasil de Frei Vicente do Salvador* (veja-se Varnhagen, <<Reflexões criticas>>, p. 44); (...). Enquanto se não descobrirem e publicarem estes mss., o <<Sanctuario>> será de grande utilidade e consultal-o cuidadosamente é dever de quem quizer escrever os nossos annaes” (*Catálogo*, op. cit., p. 749, grifo nosso).

Santuário Mariano, e transcreve os trechos que julga correspondentes.⁴⁴³ O livro IV começa com a chegada do governador-geral Manuel Teles Barreto à Bahia, mas logo passa a acontecimentos relativos à conquista da Paraíba pelos colonizadores portugueses. Dadas as lacunas, Capistrano indica documentos que supririam os conhecimentos sobre estes eventos no período sobre o qual faltam os capítulos, seguindo o princípio de indicar primordialmente fontes *impressas*.⁴⁴⁴

A narrativa do livro IV é retomada, após os capítulos perdidos, nos acontecimentos do final de 1597, aproximadamente. Capistrano indica os eventos principais deste ano, e complementa a narrativa da *História*:

O ano de 1597 correu sobretudo agitado: houve combates renhidos no Pentecostes (25 de maio) e a 25 de julho; de 15 a 18 de agosto Cabedelo foi acometido por treze navios franceses que o atacaram por terra e por mar; constava a existência de outros vinte navios de guerra no Rio Grande. Foram estes naturalmente os que tentaram a interpresa, referida deficientemente no fragmento do cap. 30°. O fato devia ter [lógica] logo depois da carta de Feliciano Coelho, que já em dezembro se punha a caminho do Rio Grande (*infra*, 202). No meio de todos estes feitos de armas a paz interna se conflagrava: por causa de aldeias de índios houve discórdias entre franciscanos e jesuítas, que por ordem superior tiveram de abandonar o campo; com os franciscanos conservados na capitania travou luta Feliciano Coelho, que não lhes reconhecia autoridade no governo temporal dos catecúmenos.⁴⁴⁵

Capistrano destaca as principais lacunas do período, e indica a seu respeito as poucas fontes existentes, um pouco do que se sabe e do que se pode deduzir; no segundo caso, dá destaque a informação que desmente o que se sabia.

Deste período obscuro é sobretudo sensível a falta de notícias sobre Camarão e Riffault.

Claude a'Abbeville [ainda não editado na *Série Eduardo Prado*], *Hist. de la mission des Pères capucins en l'isle du Maragnon*, fls. 12 e 12 v., Paris, 1614, conta apenas que Riffault partiu com três navios para o Brasil em 1594, disposto a fazer conquistas com o auxílio de Ouyrapique (...). Por sua vez Feliciano Coelho anuncia apenas que dera à costa um navio de Rifoles mais outro, Hakluyt, 11, 67, e nada adianta 'sobre o mal que fez por esta costa'. Devia ter sido seu companheiro o língua Migan, morto na batalha de Guaxinduba depois de ter escapado quatorze vezes das mãos dos portugueses: Almeida, *Mem. do Maranhão*, 2, 250.

Desde a publicação do processo de Manuel de Moraes, sabe-se que Camarão, o herói da guerra holandesa, nasceu aproximadamente nos fins do governo de D. Francisco de Sousa ou começos do governo

⁴⁴³ FV, p. 197.

⁴⁴⁴ FV, p. 197.

⁴⁴⁵ FV, p. 197-198.

de Diogo Botelho, *R. T.*, 70, I, 119, e só pode ter sido seu pai, nunca ele, o irmão de Jacaúna que na jornada do Maranhão parou no Ceará, Almeida, *Mem. do Maranhão*, 2, 181.

Ficaram assim destruídas as histórias de José de Moraes, as combinações de Varnhagen e Cândido Mendes; nada adiantamos, porém, quanto às condições em que Camarão I cimentou com os portugueses a aliança em tantos anos de combates mantida inquebrantável por seu ilustre filho.⁴⁴⁶

Capistrano segue e destaca basicamente, neste livro IV, os governadores-gerais do Brasil no período, não fugindo à ordenação dos assuntos que a própria *História* apresenta. Mas assinala o que haveria de mais relevante nos eventos narrados, isto é, os fatos que, em sua visão, mais influíram na história do Brasil. Um caso significativo são seus comentários a respeito do sétimo governador, D. Francisco de Sousa. Capistrano começa por reabilitar sua imagem junto à historiografia, e em seguida indica o grande feito de seu governo:

*O fato de maior alcance do governo de D. Francisco de Sousa foi a conquista do Rio Grande [grifo nosso], em que empregou os largos recursos enumerados por D. de Campos Moreno, Almeida, Mem. do Maranhão, 2, 173/174 [monografia de Cândido Mendes]. Para os capítulos que a narram o autor [frei Vicente] serviu-se naturalmente de apontamentos fornecidos por seus confrades que acompanharam a expedição.*⁴⁴⁷

Outro ponto que o próprio Capistrano se dedica a detalhar minimamente diz respeito à presença de D. Francisco nas capitanias do Sul, onde realizou expedições mineradoras.⁴⁴⁸ Citando principalmente documentos paulistas, como as *Atas da Câmara de São Paulo*, o *Registro Geral da Câmara de São Paulo* e a *Informação* de Pedro Taques, Capistrano busca principalmente a cronologia dos eventos.⁴⁴⁹ Orienta, desse modo, a leitura para aspectos que julga relevantes na narrativa. Se está a apresentar a *História* como fonte, procede nesse sentido indicando ao leitor, de antemão, aquilo em que ficar de olho. Nestes prolegômenos, Capistrano indica e comenta itinerários de viagens e expedições sertanistas. As referências bibliográficas que dá (como Orville Derby) evidenciam que tais questões não eram preocupações puramente pessoais, mas

⁴⁴⁶ FV, p. 198. É novamente este um ponto em as personagens destacadas estão no seio de disputas relativas à memória histórica que se procurava erigir para a história do Brasil; no caso, dos heróis da guerra holandesa.

⁴⁴⁷ FV, p. 202.

⁴⁴⁸ FV, p. 202-204.

⁴⁴⁹ Por exemplo, “Fica assim determinada aproximadamente a cronologia das três descidas à marinha”, FV, p. 203.

de interesse geral entre os estudiosos do Brasil, principalmente na Primeira República.⁴⁵⁰ O mesmo vale para os apontamentos etnográficos, geográficos, biográficos, entre outros, que vai fazendo Capistrano ao longo dos prolegômenos. São evidências das expectativas dos intelectuais leitores destas edições, que buscavam informações para os estudos que realizavam nestas áreas; para alguém não familiarizado, a bibliografia indicada fornece os meios de acesso a estes estudos, ao mesmo tempo em que delimita a leitura da *História* enquanto fonte, na medida em que já aparecem traçadas as linhas por onde entender e aproveitar a obra (por outro lado, são as linhas à disposição na época e no pensamento de editor e leitores). Os prolegômenos contêm, assim, observações como

Segundo Maciel a guerra de Francisco de Azevedo foi contra o gentio das Coroas Vermelhas, *ib.*, 151. Em carta escrita no reino em começos de 1619, Studart, *I*, 191/194, refere Azevedo que fez duas entradas, uma no Turi, outra no Gurupi, em ambas penetrou duzentas léguas, conciliou os tapuias com dádivas, fez descer voluntariamente muitos para beira-mar e ainda seria capaz de abalá-los. *Estes tapuias, muito guerreiros, criados em canoas e nelas costumados a pelejar, eram parentes dos do Pará, afirma. Tais informações são valiosas para a etnografia* [g. n.]: tapuias valentes, costumados a lutar em canoas, deviam ser os Carajás: limitados hoje ao médio Araguaia se estenderiam então muito para o Norte e para o Oriente,⁴⁵¹

nos prolegômenos ao livro V. Dessa linha são também inúmeras observações, ou juízos, que faz Capistrano a respeito de outros textos históricos, como a *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*, do padre francês d'Évreux: “Pouco se aproveita para a história no livro de Yves d'Évreux, que preferia perder-se em considerações teleológicas, metafísicas e místicas. As informações etnográficas são valiosas”,⁴⁵² presente também nos prolegômenos ao livro V.

2.5.1.2 As efemérides nos prolegômenos ao livro V

O caso realmente notável de aporte à narrativa da *História*, por seu anotador, são as efemérides que Capistrano inclui nos prolegômenos ao livro V. Fornece, com isto, um roteiro dos eventos de 1613, 1614 e 1615, seqüenciado por uma narrativa histórica. Lembramos que o livro V não tem os capítulos 10 a 17, contendo o governo de D. Luís

⁴⁵⁰ O que pode ser observado em estudos como os de LIMA, *op. cit.*, 1999 e LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

⁴⁵¹ FV, pp. 322-323.

⁴⁵² FV, p. 310.

de Sousa; a narrativa de frei Vicente fica, deste modo, interrompida por volta de 1615, e retomada por volta de 1621. As efemérides organizam,⁴⁵³ assim, os eventos anteriores ao corte; a narrativa que se segue é que vai tratar dos acontecimentos que se supunham relatados nas partes faltantes do texto (os eventos entre 1615 e 1621).

A idéia inicial de Capistrano era fazer uma síntese histórica; justifica a João Lúcio de Azevedo seu abandono em benefício das efemérides em termos práticos.⁴⁵⁴ O período abarcado pelas efemérides é o do governo de Gaspar de Sousa; Capistrano afirmou também a João Lúcio que “Reduzi-o a efemérides, que permitem incluir muita coisa”.⁴⁵⁵ A opção leva Capistrano a gênero que produzia frutos, no Brasil, desde pelo menos meados do século XIX; comentando com o autor as efemérides que o Barão do Rio Branco começara a publicar no *Jornal do Brasil*, no fim daquele século, Capistrano rememorou e avaliou brevemente as principais iniciativas no gênero, até então, em carta de 05/08/1891:

Tenho lido suas Efemérides no Jornal do Brasil e apreciado devidamente. Pela primeira vez aparece neste gênero trabalho sério e fundado nas fontes. Abreu e Lima, Perdigão Malheiro não tinham idéia clara de crítica histórica. Menos ainda José de Vasconcelos. Teixeira de Melo fez em grande parte simples compilação; quando [Vale] Cabral e eu quisemos ajudá-lo, já era tarde.

Não sei se suas Efemérides serão publicadas em volume; seria uma pena se não o fossem. Há tanta novidade nelas!⁴⁵⁶

Correndo o risco de exagerar o que foi dito na carta a Rio Branco, elevando-a a uma espécie de programa para a elaboração de efemérides, podemos considerá-la, todavia, à luz dos prolegômenos ao livro V. Fazemo-lo mais porque o que diz Capistrano na missiva é coerente com a postura geral que vimos ter em relação aos estudos históricos, qual seja, a de que deveriam ser baseados nas fontes primárias, devidamente lidas e criticadas – observada por ele nos prolegômenos. Nas suas efemérides esta proposta se verifica, indicando, para cada conjunto de data e evento, edições impressas que trazem os documentos em que se baseou e, ao menos em um caso, praticando o que podemos entender como a “crítica histórica” que reclamara na carta de 1891: “3 de julho. Requerimento de alguns oficiais e soldados para que

⁴⁵³ Cremos, assim, que as efemérides produzem um efeito semelhante ao da própria narrativa, no sentido de ordenar a massa informe dos acontecimentos; cf. ARAÚJO, pp. 48-49.

⁴⁵⁴ Cartas citadas atrás; na de 18/03/1918 dá os motivos que o levaram a desistir da síntese: “1º. não é necessário; 2º. não faltarão ocasiões para escrevê-la; 3º. exigiria um tempo de que não posso dizer agora” (Corr. II, pp. 86-88).

⁴⁵⁵ Idem.

⁴⁵⁶ Corr. I, p. 133.

Francisco Caldeira fosse adjunto e colega de Jerônimo de Albuquerque; (...) esta data não parece muito certa, *embora esteja claramente escrita: 13 melhor quadraria com os acontecimentos*”.⁴⁵⁷ No caso, a crítica de Capistrano descarta a possibilidade de um erro de leitura do documento, de um problema de paleografia, e remete ao contexto para justificar seu entendimento de que a data está equivocada.

As efemérides e a narrativa que se segue tratam das lutas dos portugueses contra os franceses no Norte do Brasil. Como aponta José Honório Rodrigues, as efemérides são um “gênero onde o fato essencial é quase sempre o militar ou político e quase nunca o social e econômico”, o que desagradaria a Capistrano.⁴⁵⁸ Vemos neste caso como uma história do Brasil, na visão de Capistrano, não excluiria esta narrativa mais tradicional. Talvez seguindo o texto que anota, Capistrano segue nos prolegômenos a seqüência de governadores gerais e feitos militares. Se, diferente da introdução aos *Diálogos das Grandezas do Brasil* ou dos prefácios aos papéis da Inquisição publicados na *Série Eduardo Prado*, não há aqui um panorama histórico-sociológico da época do texto (embora a “Nota Preliminar” contenha observações nesse sentido, a propósito da biografia de frei Vicente), Capistrano, por outro lado, destaca o que lhe parece essencial: por exemplo, expedições ao interior, nos prolegômenos ao livro IV. E, com efeito, os feitos militares que narra nas efemérides e no texto dos prolegômenos ao livro V fazem a história da conquista do norte do território (Ceará, Maranhão e Pará) pelos portugueses, um capítulo da expansão territorial, tema muito caro a Capistrano.⁴⁵⁹

Até aqui, viemos utilizando a reprodução do aparato crítico de Capistrano na edição de 1918 contida na edição da Melhoramentos, de 1975. Gostaríamos de salientar um aspecto da edição de 1918, ausente na de 1975: no alto das páginas de cada capítulo há o assunto que é tratado no texto. O capítulo sétimo do livro II, por exemplo, intitulado “Da capitania da Bahia”, tem, no alto de suas páginas, os títulos: “Da capitania de Francisco Pereira Coutinho”, “Tradição da vinda de São Tomé”, “O rio São Francisco e os índios Ameuipirás”, e “Morte de Francisco Pereira Coutinho”. A nosso ver, os assuntos destacados nos prolegômenos ganhariam maior interação com o texto desse modo, com a indicação de onde aparecem no texto do frei. Talvez indiquem mesmo a leitura do próprio Capistrano, com títulos remetendo a temas que estudava,

⁴⁵⁷ FV, p. 315, grifos nossos.

⁴⁵⁸ RODRIGUES, *História e historiadores...*, op. cit., p. 121.

⁴⁵⁹ Talvez aqueles conflitos fossem também “mero episódio da ocupação da costa”, como diz sobre as guerras holandesas na abertura do capítulo “O sertão”, nos *Capítulos de história colonial* (CH, p. 127).

como “Pernambucanos e bahianos no São Francisco” (cap. 21, livro IV), ou quando destaca no texto “Heitor de Mendonça, visitador da Inquisição” (cap. 23, livro IV).

2.6 A divulgação de fontes e a escrita da história

A divulgação de documentos na obra de Capistrano de Abreu afigura-se uma historiografia, uma escrita da história. Ao incluir documentos no corpo de textos seus, como a tese sobre o Descobrimento, de 1883, ou de artigos em periódicos, expõe um tipo de escrita particular, fortemente identificado ao século XIX (negativamente, no caso de alguns autores, como Melo Moraes, de leitura difícil para nós hoje). Produz determinada relação entre seu texto e os documentos; mormente estes permitiam ao leitor *ler o que Capistrano leu neles*, entendendo o que havia escrito – relação, por exemplo, do artigo “Os primeiros descobridores de minas”.⁴⁶⁰ Mas também estavam ali para serem divulgados, em alguns casos mais claramente, como na tese de 1883 – onde aparecem como apêndices ao texto. Inserem-se num tipo de publicação que permitiria ao documento ser citado, posteriormente, através do texto de Capistrano de Abreu em que saiu, como ele mesmo fazia, por exemplo, com documentos presentes na *História Geral* de Varnhagen.

Também as anotações constituem um tipo específico de escrita. O regime das introduções e notas configura-se um código para especialistas, versados em áreas como a bibliografia. Praticando-a, Capistrano inseriu-se em um mundo de autores e obras que concorreram, no século XIX e no começo do XX, para maior acesso às fontes primárias, que enxergavam como o material a partir do qual fazer história. Concorreu para o cenário que descreve Anthony Grafton:

In the late nineteenth and twentieth centuries, finally, the sources needed to produce footnotes became readily accessible to young men – and women – who did not come from families rich enough to provide them with private research libraries. The archives of the major European states opened reading rooms where scholars could work regularly, making all – or almost all – of their documents available to accredited readers. National libraries, similarly, made the published collections of primary sources available in their domed, public reading rooms to men and women of letters who would never have had the money or the social credentials to use them in the private libraries of previous centuries. Eminent professors used persuasion, blackmail, and offers of positions elsewhere to make their governments cough up the money for working collections where their

⁴⁶⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano VI (fascículos II e IV), 1901, reproduzido em CA, pp. 91-117.

students could read the printed sources, primary and secondary, in one place.⁴⁶¹

Se tendemos a enxergar as publicações de documentos, como as que participou Capistrano de Abreu, como voltadas a público restrito, por sua baixa tiragem (ou limitada circulação, como no caso dos periódicos),⁴⁶² pelo alto nível de analfabetismo no Brasil da época, entre outros fatores, devemos contudo atentar para o que destaca Grafton acima. A existência de grandes bibliotecas, de gabinetes de leitura, e de outras sociedades similares abertas ao público, permitiu o acesso às letras a pessoas que, em outros momentos históricos, jamais o teriam da mesma forma.⁴⁶³ Podemos considerar talvez o próprio Capistrano como exemplo, e a maneira como pode estudar inúmeras fontes valendo-se de espaços como a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – muitas destas fontes já impressas. De modo que Capistrano foi praticante de uma historiografia (ou do campo dos estudos históricos) em que a divulgação de documentos, por vários meios, era comum; foi, com isto, partícipe também de um esforço de mais de uma geração para popularizar os meios de estudo da história.

⁴⁶¹ GRAFTON, *op. cit.*, pp. 226-227.

⁴⁶² Os documentos editados em volume por Capistrano, tanto na *Materiais*, como na *Série Eduardo Prado*, devem ter chegado no máximo a 500 exemplares por volume. Na correspondência, observamos a atenção que deu Capistrano a sua distribuição entre um público *peçoal*, de seus amigos e conhecidos, em geral estudiosos também – o que talvez ajude a entender o porquê de indicar como os textos poderiam ser aproveitados para estudos diversos, e das discussões de especialistas que traz para as edições. Observamos ali, por outro lado, como Capistrano usava estas edições para permutas com bibliotecas (por exemplo, carta a Paulo Prado, Oitava da Purificação, 1923, Corr. II, p. 440), para onde enviava alguns exemplares, deixando-os assim, disponíveis para leitura pública. De modo que, para apontar uma obviedade: os 500 exemplares não eram lidos por 500 pessoas apenas.

⁴⁶³ Cf., para o caso do Brasil, BESSONE, *op. cit.*

3. Conclusão

Observamos, na reflexão a respeito da bibliografia que se debruçou sobre a obra de Capistrano de Abreu, o peso de sua crítica documental na significância que assumiu este autor na história da historiografia brasileira. Sua inserção em um contexto de intensa divulgação de fontes para a história do Brasil também é comumente lembrada, por seu nome ter se associado ao de autores e textos fundamentais para estudos contemporâneos e posteriores sobre a formação histórica do Brasil. Sob esta dupla chave podemos ler os esforços de publicação de documentos por Capistrano: a difusão de determinados procedimentos e métodos por parte dos historiadores, e o levantamento e disponibilização de fontes para o estudo da história do Brasil.

Os desenvolvimentos posteriores da história como prática e, a partir das universidades, como disciplina, no Brasil, em muito influíram na imagem que se criou de Capistrano (como o estudo de Rebeca Gontijo faz ver, e o texto de 1951 de Sérgio Buarque de Holanda, “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos”, que citamos na Discussão Bibliográfica, o atesta). Seus métodos e sua defesa de uma determinada prática de erudição tornaram-se, por assim dizer, “vitoriosos” na constituição da história como disciplina no Brasil, colaborando para sua constante releitura como “precursor da moderna historiografia no Brasil” - mas não sem conflitos. Novamente Sérgio Buarque de Holanda, escrevendo agora em 1952, vem defender a importância da crítica e pesquisa documental para a historiografia, mesmo com a rejeição da chamada história “positivista”, que levou a erudição a ser vista com certo preconceito:

A reação contra o fetichismo dos “fatos”, que até o começo deste século distinguiu certa historiografia simploriamente positivista levou muitos autores a desdenhar a noção de que os estudos históricos hão de fundar-se, sob pena de morte, em ampla base documental. Importa ter em conta, em todo caso, que a colheita, a arrumação, a depuração, a *toilette* dos documentos, representa em realidade uma fase primeira e insubstituível para aqueles estudos. Que o historiador não há de ser um ente perfeitamente passivo diante do “acontecimento”, admitiam-no aliás os próprios positivistas quando cuidavam de erigir sobre princípios supostamente científicos a sua crítica das fontes. Havia, entretanto, uma íntima incongruência entre essa admissão e o corpo de idéias a que se cingiam. O princípio dominante e a própria razão de ser de seu método crítico estribava-se na ambição de ver apagar-se o historiador diante dos acontecimentos, que foi, mal entendida, é preciso dizê-lo, a ambição de Ranke, antes de vulgarizar-se.

É nisto que semelhante método já se acha hoje consideravelmente ultrapassado. Ultrapassado, não certamente pelas doutrinas que afirmam, contra a prepotência dos “fatos”, a preeminência de esforços interpretativos mais ou menos caprichosos, ou do puro eruditismo e do simples ensaísmo (...). Mas, isto sim, pela valorização do mister do historiador, na medida em que não se limite a registrar, mas cuide principalmente de elaborar, animando-os, os dados materiais que formam a ossatura da história.⁴⁶⁴

Interessa-nos apontar que se trata de um processo, em que diferentes escritas da história disputam preeminência. Sérgio Buarque aqui busca, ao mesmo tempo que refutar a história puramente factual e reprodutora da documentação, defender, contra os excessos da interpretação “caprichosa”, a necessidade do historiador de trabalhar sobre uma base documental, devidamente criticada. A “fase primeira e insubstituível para aqueles estudos”, não parece diferir muito da que Capistrano defendeu a seu tempo. Os estudos sobre o método, sobre o “fazer história” de Capistrano, voltam com força no final do século XX, quando ganham relevo debates que questionam, seriamente, os pressupostos de trabalho básicos da historiografia, em novos debates entre concepções e práticas historiográficas.

A este processo combina-se outro do qual fez parte Capistrano, forte pelo menos desde o século XIX, e que ultrapassa sua geração: o da intensa disponibilização de fontes para os estudos históricos, democratizando a pesquisa e a escrita da história. O levantamento e publicação destas fontes em muito tem a ver com a formação de uma memória nacional. Frei Vicente do Salvador e Pero de Magalhães Gandavo aparecem, nesse sentido, como a “nossa” (dos brasileiros) lembrança dos tempos coloniais.⁴⁶⁵ Mas tal memória vinha associada a um projeto historiográfico: esperava-se que esses documentos servissem à escrita da história nacional – esta, por sua vez, também sujeita a disputas e interpretações divergentes. Seus divulgadores, como Capistrano, explicitavam isto na orientação a respeito de como o texto editado poderia ser usado como fonte. Quando suas edições vieram a servir de material para a construção de interpretações da história do Brasil, por exemplo, seus autores por vezes discutiram não só a fonte editada, mas a própria interpretação que Capistrano sobrepôs ao texto. Dois exemplos: Sérgio Buarque de Holanda, no capítulo “Herança Rural”, de *Raízes do Brasil*, corrobora as colocações de Capistrano sobre a pouca importância das cidades,

⁴⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, pp. 61-62. O autor esclarece, na *Apresentação*, que este texto foi originalmente publicado em 1952.

⁴⁶⁵ Sentido que retorna em reedições destas obras, como as subsidiadas pelo MEC, nos anos 1970; a de 1975 de Frei Vicente do Salvador traz na capa a inscrição “Memória Brasileira”.

em comparação com o campo, na colônia (colocações que apontamos no capítulo II), citando textos de Capistrano nas *Denúncias da Bahia* e na edição da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador; Gilberto Freyre, no primeiro capítulo de *Casa-Grande e Senzala*, discute não só o testemunho de Fernão Cardim (através da edição de 1925, para a qual colaborou Capistrano), como discorda da interpretação dada pelo historiador cearense a este testemunho.

São processos que vinham do século XIX, trazendo alternativas e projetos historiográficos diferenciados, dentro dos quais tomou parte Capistrano, procurando marcar suas semelhanças e diferenças em relação a autores que personificam, de certa forma, tais propostas, como Melo Moraes, Varnhagen, Cândido Mendes de Almeida, Pereira da Silva, Rio Branco, Joaquim Caetano da Silva, Rocha Pombo, Guilherme Studart, e outros.

Em suas edições, Capistrano praticou uma série de procedimentos visando realizar seu duplo propósito de produzir edições populares e eruditas, ao mesmo tempo. O “sistema” que desenvolveu, mesmo que não se mantendo rigorosamente idêntico ao longo de todas as suas edições, conservou algumas preocupações, que permeavam seu itinerário com os documentos. Este começava com a descoberta de alguma fonte escondida por trás de outras, ou mencionada em alguma obra historiográfica, revelando o olhar atento e orientado do historiador. Seguiu-se a obtenção de cópia autêntica e fidedigna, não repetindo os erros que apontou, neste aspecto, em pesquisas anteriores no Brasil, que descuraram deste ponto. O próximo passo era a identificação do autor, com todas as implicações que a mesma trazia em relação a suas expectativas quanto ao texto. A produção de um aparato crítico vinha adiante, retificando, comentando e expandindo o documento, bem como contextualizando sua produção, em etapa que abria espaço para considerações de Capistrano sobre a história do Brasil, mormente reforçando a importância do texto editado para os estudos desta história. Na disposição do texto, Capistrano e seus companheiros nestes trabalhos procuraram, quando não modernizar a grafia, realizar medidas visando facilitar a familiaridade do leitor de sua época com o texto antigo, como a quebra de parágrafos ou a eliminação de trechos repetitivos e/ou desnecessários. No corpo de seus textos, como a tese de 1883, ou em artigos saídos em periódicos, o documento vinha acompanhado de intervenções mais breves; mas mantinha-se a indicação de sua importância e a preocupação com a divulgação de uma cópia autêntica e fidedigna. Destarte, o leitor tinha a seu dispor a reprodução confiável

de uma fonte, bem como o incessante lembrete de uma série de procedimentos que compõe os estudos históricos.

A divulgação de fontes, conforme apontamos algumas vezes, era uma atividade corrente entre os autores destes estudos. Nesse sentido, sua prática, por Capistrano, o insere neste amplo movimento de publicação de documentos, que se disseminava pela Europa e pelas Américas desde o século XIX, marcado por alguns casos que se tornaram notáveis, como os *Monumenta Germaniae Historica*, na Alemanha (talvez o maior símbolo destes trabalhos), dentro do qual Capistrano cumpria uma das expectativas que se tinha a respeito dos autores de estudos históricos: a revelação e divulgação de fontes – desse modo, distanciamo-nos das proposições feitas por Fernando Amed a respeito do trabalho com documentos significar mais um *deslocamento* de Capistrano em relação às práticas e expectativas do meio em que vivia. Os critérios, métodos e regras que Capistrano executou relacionam-se, certamente, não só a estas iniciativas, difusas e profusas no mundo ocidental, como às práticas que marcaram a institucionalização da história como disciplina no século XIX, que têm na Alemanha dos *Monumenta* um centro, conforme o próprio Capistrano reconhecia. Relacionado muitas vezes pela bibliografia ao historiador-símbolo desta época, Leopold von Ranke, também pelo próprio Capistrano reconhecido como um dos primeiros expoentes de uma história científica e metódica, consideramos importante salientar algumas mediações que fazem do historiador brasileiro um dos praticantes daqueles métodos, como a leitura de bibliografias especializadas e o conhecimento de documentos por meio de publicações que seguiam critérios eruditos. Também autores brasileiros são relevantes neste aspecto, e não apenas Varnhagen, normal e justamente associado a Capistrano, desde os primeiros estudiosos que se debruçaram sobre a obra do historiador cearense. Vimos a importância atribuída por Capistrano ao Visconde de Porto Seguro, mas, em termos de edição de documentos, e mesmo crítica das fontes, Cândido Mendes de Almeida, e sua edição de 1870 do *Código filipino*, e o Barão do Rio Branco, anotador da *Guerra da Tríplice Aliança*, de Louis Schneider (1902, edição que começou a ser publicada na imprensa na década de 1870),⁴⁶⁶ são alguns, dentre outros, dos casos contemporâneos que, no nosso entendimento, devem ser vistos com mais atenção. A própria escrita argumentativa de Capistrano, pesando fontes, discutindo hipóteses, construindo argumentos, destacada, entre outros, por Ricardo Benzaquen de

⁴⁶⁶ Da qual Capistrano demonstra conhecimento nos artigos de 1882 sobre Varnhagen; a crítica de Rio Branco a Pereira da Silva ali presente vem da edição da *Guerra da Tríplice Aliança* pela imprensa.

Araújo, aparece em texto de Joaquim Caetano da Silva que Capistrano reproduz em nota da edição de 1887 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador. Não se trata de procurar quais as reais influências de Capistrano, mas de entender suas práticas como parte de um contexto mais amplo e complexo de idéias e métodos disseminados, no qual foi mestre e discípulo; fugindo assim, justamente, das associações simples de seu nome ao de outros historiadores ou “escolas” de historiografia, como a alemã.

Capistrano de Abreu é tido como um historiador que alargou os objetos e, principalmente, os atores da história do Brasil, dando atenção ao povo anônimo que realizou a obra do povoamento e ocupação do território, cujo trabalho produziu a riqueza da colônia e depois do país, estudando-o à minúcia de sua vida cotidiana. Mas, além de popularizar a narrativa da história do Brasil, Capistrano procurou popularizar (ao menos entre os letrados) o próprio estudo e escrita desta história. Pretendeu divulgar e popularizar textos que considerava chave para este estudo; buscou fazê-lo sem dispensar o aparato erudito que julgava necessário ao estudioso de história. Difundiu, desse modo, também uma forma particular de escrita, de que são componentes essenciais a citação, a transcrição fiel, a interpretação adequada, e que pressupõe (e deve ser capaz de demonstrar) o conhecimento amplo de fontes e monografias sobre o assunto que é objeto de estudo.

Sua produção historiográfica, dentro do que tomou como imprescindível aos estudos de história do Brasil, ilumina e é iluminada pelo estudo dos documentos que publicou. Observando-os, vemos a preeminência de textos referentes aos séculos XVI e XVII. Vemos também que grande parte do conteúdo deles poderia ser aproveitado para o estudo da ocupação e povoamento do território na América portuguesa. Sendo o conceito de “fonte primária” relativo, pois depende do objeto e do problema que coloca o historiador, suas edições apontavam para quê o texto publicado poderia servir de fonte primária.

A história deste aspecto de sua produção é também uma história de edições. Como tal, equilibra-se entre fatores circunstanciais (como o engodo do fac-símile da *Histoire* de Claude d’Abbeville) e a expressão exata do que pretendia realizar Capistrano. Nem um, nem outro ao extremo. Por maiores que fossem as dificuldades com copistas, tipógrafos, editores, prazos, estes fatores não transformam as publicações em um conjunto de decisões circunstanciais. Também não cabe fazer *tabula rasa* deles, e enxergar as edições como produto acabado e perfeito do que tinha em mente Capistrano. Elas são, todavia, o que podemos levar em consideração. Estudando os

registros de Capistrano, em artigos e textos públicos, e em sua comunicação privada, cremos poder encontrar, malgrado as dificuldades de ocasião, um conjunto de convicções a respeito de história que lhe fez dedicar muito tempo e trabalho à divulgação de documentos - uma atividade comum nos estudos históricos pelo menos desde meados do século XIX. O fez por acreditar na necessidade de ampliar o acesso às fontes, e definir as regras que permitiriam uma produção historiográfica mais rigorosa no Brasil.

Seu estudo nos coloca em contato com todo o caráter social do conhecimento histórico, dependente de arquivistas, bibliotecários, colecionadores, bibliógrafos, copistas, professores, alunos, leitores. Estudar a divulgação de documentos por Capistrano de Abreu é entrever minimamente este caráter coletivo do conhecimento histórico. E estudar a contribuição particular de Capistrano é conhecer tentativas de ampliação do acesso ao estudo da história do Brasil por suas fontes primárias. Suas edições, ao conterem contextualizações históricas de diversos tipos, continham lições de história do Brasil. Ao conterem citações, referências e toda uma escrita particular, ancorada em hipóteses, provas e probabilidades, continham lições de erudição histórica.

4. Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª. série, 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 2ª série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 3ª série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. *Ensaio e Estudos, crítica e história*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 1, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Brasília: INL, 1977.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 2, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 3, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

_____. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Chapters of Brazil's colonial history, 1500-1800*. New York: Oxford University Press, 1997.

_____. *Capítulos de História Colonial. 1500-1800*. 7ª ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Ordenações Filipinas e Auxiliar Jurídico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 73, 1954.

ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004. Dissertação (mestrado).

Annaes da Bibliotheca Nacional, vol. II, 1876-1877.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, número 1, 1988.

ASSUMPÇÃO, Tomás Lino de (coord.). *História Geral dos Jesuítas*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford New York: Oxford University Press, 1986.

AZEVEDO, Pedro A. de, e BAIÃO, António. *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Livros Horizonte, 1989.

BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*. Deturpação das tradições. Degradação política. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007 (2ª. ed.).

BURNS, E, Bradford (ed. e introd.). *Perspectives on Brazilian History*. New York: Columbia University Press, 1967.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editôra, 1969.

CAMARGO, Katia Aily Franco de. *A Revue des Deux Mondes: intermediária entre dois mundos*. Natal, RN: Editora da UFRN, 2007.

CANABRAVA, Alice P. “Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu”. In: *Revista de História da USP*, número 18 (88), outubro/dezembro, 1971.

_____. “Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu”. In: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2005.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CARMO, José Arimatéia Pinto. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Eugênio de. *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa. 1530-32*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1927.

Catálogo da exposição de história do Brasil / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-114.

CHRISTINO, Beatriz Protti. A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do *rã-txa hu-ni-ku-~i* em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929. São Paulo: USP, 2006 (tese de doutorado).

COMTE, Auguste. Col. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa, organização Ronaldo Vainfas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CONRAD, Robert. “João Capistrano de Abreu, Brazilian Historian”. *Revista de Historia de América*, 59, 1965.

D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2002.

Diálogos das Grandezas do Brasil. Introdução de João Capistrano de Abreu. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

DOYLE, Plínio. *História de jornais e revistas literárias*. Vol. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. “As Idéias e Noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos Textos de Capistrano de Abreu. Os *Ensaio e estudos*, 4ª. série – comentários”. In: *Acervo*, v. 12, nº 1-2, jan/dez 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* S.l.: Passagens, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, 1997.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.

_____. *A primeira história do Brasil. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Texto modernizado e notas: Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: UFF, 2006.

GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. “A propósito do centenário de Sérgio Buarque de Holanda”, in: www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Guimaraes%20Lucia%20M%20P.doc.

_____. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. nº. 01, jan. 1988.

HARRISSE, Henry. *Bibliotheca Americana Vetustissima, a description of works relating to America published between 1492 and 1551*. Nova Iorque: Geo. P. Philes Publisher, 1866.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão pelo padre Claude d'Abbeville (reprodução fac-símile). Paris, Librairie Ancienne, Edouard Champion 5, Quai Malequais 5, 1922.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Leopold von Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. "O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos". EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UERJ, 2008.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

IGGERS, Georg G. "The Professionalization of Historical Studies and the Guiding Assumptions of Modern Historical Thought". In: KRAMER, Lloyd, MAZA, Sarah. *A companion to Western historical thought*. Oxford: Blackwell, 2002.

_____. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Middletown, Con: Wesleyan University Pres, 2005.

Informações e fragmentos historicos do padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. Organização, introdução e notas: Sheila Moura Hue; tradução: Vivien Kogut Lessa de Sá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

JÚNIOR, José Ribeiro. "O Ensino da História e o Contemporâneo Histórico", in: *Anais de História*, UNESP, Assis, no. 9, pp. 9-24.

LEAF, Murray J. *Uma história da antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LEONZO, Nanci. *Mundo elegante de Eduardo Prado*. São Paulo, 1989. Tese de livre-docência (FFLCH-USP).

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos do Império do Brasil, dedicada a D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imperial, 1826/1830.

LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

MAIA, Luís de Queirós Matoso. *Lições de historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1886.

MAKINO, Miyoko. “A documentação histórica do Museu Paulista. Documentos adquiridos da Biblioteca ‘Eduardo Prado’”. *Anais do Museu Paulista*, tomo XXIX, 1979.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Organização, prefácio e notas). *Antologia da Historiografia Portuguesa. Volume I – Das Origens a Herculano*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1975.

MARY, Cristina Pessanha. “A geografia no Brasil nos últimos anos do Império”. Extraído de www.mast.br/arquivos_sbhc/10.pdf, acesso em 22 de setembro de 2008.

MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu; vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953.

MELO, Jayro Gonçalves. *Obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*. São Paulo: USP, 1979. Dissertação de mestrado.

MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu: um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

MOST, Glenn W. (ed.). *Editing texts: Texte edieren*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1998.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

PAIVA, Tancredo de Barros. “Bibliographia capistraneana”. In: *Annaes do Museu Paulista*, tomo 4º. São Paulo: Diario Official, 1931.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC – Rio. Rio de Janeiro, 2002.

PEREZ, Celso Martinez. *Marcas da Literatura Francesa na Gazeta Literária*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1985.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, fidalgo del-Rei Nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. *Confissões da Bahia*. São Paulo, Homenagem de Paulo Prado, 1922.

REBELLO, E. de Castro. *Capistrano de Abreu e a síntese histórica*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

Revista da Academia Brasileira de Letras, v. 31.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano VI (fascículos II e IV), 1901.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano VII, fascículos I e II, janeiro a junho de 1902.

Revista do Brasil, n. 98, fevereiro de 1924, v. 25.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LVII, part. 1^a, 1^o. e 2^o. trimestres de 1894.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIII, parte 1^a, v. 101, 1900.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXVII, parte I, vol. 109, 1906.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXVIII, parte 1^a, 1907.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. X, 1905.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. *Questões de limites*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-47.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965.

_____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

_____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger & Filhos, 1889.

_____. *História do Brasil*. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1918.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

SAMUEL, Raphael. *Theatres of memory*. London, New York: Verso, 1994.

- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação de Mestrado.
- SKINNER, Quentin. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". In: *History and Theory*, vol. 8, fev. 1969.
- _____. "Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action". *Political Theory*, Vol. 2, No. 3 (Aug. 1974), 277-303.
- _____. *Visions of Politics*, vol. I, "Regarding Method". Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2001.
- STUDART, (Guilherme) Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria (ou um planetário de erros): uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- VIANA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- WEHLING, Arno. "Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 12, número 1-2, janeiro/dezembro 1999.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

5. Anexo

Documentos publicados com colaboração de Capistrano de Abreu (seguido da origem dos textos usados nas edições)

1) CARDIM, Fernão. *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*. Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias, 1881. Suporte: livro (in-8º.);

Para editar este texto, Capistrano diz na introdução que precisava “encontrar cópia tirada do original, que assim dava não só a essência como a forma do escrito e nos livrava da tradução, isto é, da *traição*”.⁴⁶⁷ Fala a seguir no “manuscrito da Biblioteca de Évora”.⁴⁶⁸ No final da introdução, diz: “adotamos no volume a ortografia moderna, em parte levado pelo exemplo de Varnhagen, em parte pelas muitas irregularidades da cópia, feita por pessoa de muito poucas habilitações. Juntamos algumas variantes de Purchas, algumas das quais não deixam de ter importância e que são preciosas, principalmente nas palavras abanheengas, que muitas vezes reproduzem menos deturpadas”.⁴⁶⁹

Portanto, o texto que utiliza é cópia do original, o manuscrito da Biblioteca de Évora. Feita por copista pouco habilitado, levou Capistrano a atualizar a grafia e incluir variantes da versão inglesa de Purchas.

2) Narrativa de viagem e Roteiro de viagem a (o que é atualmente) Minas Gerais. In: *O Descobrimento do Brasil*, tese de concurso. Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1883. Suporte: livro (a segunda edição, do mesmo ano, é in-8º). Documentos estão nas páginas 59 e 72 da edição que utilizamos;

O primeiro segue “cópia autêntica” do original que possuía o IHGB; o segundo, copia da obra de Piso e Marcgraf, *Historia Naturalis Brasiliae*, Amsterdã, 1648.

⁴⁶⁷ EE-1, p. 120.

⁴⁶⁸ EE-1, p. 121.

⁴⁶⁹ EE-1, p. 128.

3) “A Bandeira do Anhangüera a Goiás em 1722, segundo José Peixoto da Silva Braga”. In: *Gazeta Literária*, Ano I, nº 3, 1º de novembro de 1883, e Ano I, nº 5, 1º de dezembro de 1883.⁴⁷⁰ Suporte: periódico;

4) “A bandeira de Francisco de Melo Palheta ao Madeira em 1722-23, segundo um dos seus companheiros”, na *Gazeta Literária*, Ano I (*sic*), nº 20, 24 de novembro de 1884 (reproduzido depois em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*). Suporte: periódico;

Copiado de manuscrito da coleção que João Ribeiro Martins ofereceu à Biblioteca Nacional, constando na exposição de 1881. Manuscrito era, por sua vez, cópia do tomo I dos *Papéis vários* existentes no armário de mss. da Torre do Tombo – possivelmente parte do acervo do Conselho Ultramarino, alocado no Arquivo do Ministério do Reino.⁴⁷¹ Título é: *Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento-mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes... desde 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1732*.

5) CARDIM, Fernão. *Do clima do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na Terra como no Mar*. *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, tomo III, jan. – fev. de 1885. Suporte: periódico;

A partir de manuscrito do espólio de Cândido Mendes de Almeida, cópia de manuscrito da Biblioteca de Évora (onde também estava a outra obra de Cardim; “procedia a cópia [de Cândido Mendes], existente no Instituto Histórico, do códice da Biblioteca de Évora, citado no *Catalogo* de Rivara”, informa Rodolfo Garcia na edição de 1925, que se vale deste texto).⁴⁷²

6) Documentos transcritos in: “Robério Dias e as Minas de Prata, segundo novos documentos”. *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, set. – out. de 1885. Não pudemos apurar quais são estes documentos exatamente. Suporte: periódico;

⁴⁷⁰ Estes documentos, ao que parece, saíram dentro da seção “Gazeta Colonial” da *Gazeta Literária* sem referência a Capistrano. Rodolfo Garcia os atribuiu ao autor em nota à terceira edição integral da *História Geral* de Varnhagen. Está, na edição que utilizamos, no Tomo 4, p. 122-124; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

⁴⁷¹ AZEVEDO e BAIÃO, *op. cit.*, p. 165.

⁴⁷² CARDIM, *op. cit.*, p. 20.

7) “Parecer e Tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil, arruinando o comércio dele, - feito por João Peixoto Viegas, enviado ao senhor Marquês das Minas, Conselheiro de Sua Majestade e então Governador Geral da Cidade da Bahia”. In: *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 2ª. série, nº 4, primeiro trimestre de 1886.⁴⁷³ Devem ser também cópias de consultas do Conselho Ultramarino. Suporte: periódico;

8) *Informações do Padre José de Anchieta sobre o Brasil*. In: *Diário Oficial*, dias 4, 7, 10 e 12 de abril de 1886. Suporte: periódico;

9) *Informações do Brasil e suas Capitanias em 1584*, pelo padre José de Anchieta. In: *Diário Oficial*, dias 14, 16 e 20 de abril de 1886. Suporte: periódico;

Os dois últimos textos são cópias de manuscritos da Biblioteca de Évora, a *Enformación de la provincia del Brasil para Nuestro Padre* e a *Enformação do Brasil e das suas capitanias*. Capistrano traduz o primeiro para o português e republica o segundo, que já havia saído na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; “Publico-o, porem, porque a edição do Instituto é muito incorreta, e, em alguns pontos, pouco intelegível, faltando-lhe palavra e até linhas”.⁴⁷⁴ O segundo foi, portanto, confrontado com o texto do Instituto.

Segundo Hélio Viana, o padre Serafim Leite, S. I., grande conhecedor da história jesuítica, provaria que a *Enformación* fora de fato escrita por Fernão Cardim, e não por Anchieta.⁴⁷⁵

10) *O Padre Nóbrega, segundo os apontamentos de Anchieta*. In: *Diário Oficial*, dias 27/28 de maio de 1886. Suporte: periódico;

Nota-prefácio de Capistrano: “Entre os fragmentos de Anchieta, publicados, há alguns dias, nesta folha, devemos [*sic*, deixamos] de incluir a parte relativa ao padre Manuel da Nóbrega. Reparamos hoje a omissão. Como os outros, é este também da Imagem da virtude em Coimbra do padre Antonio Franco”.⁴⁷⁶

⁴⁷³ Referência obtida em VIANA, *op. cit.*, p. 30.

⁴⁷⁴ Cf. CARMO, *op. cit.*, pp. 83-84; Capistrano obteve cópia de outro manuscrito, que não publicou por não conseguir afirmar a autoria. A respeito destes textos, Capistrano disse a Ramos Paz: “um dos quais [está] até hoje inédito e o outro quase inédito, tão incorretamente foi antes impresso na Revista do Instituto” (carta de 17/05/1886, Corr. I, p. 7).

⁴⁷⁵ VIANA, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁷⁶ CARMO, *op. cit.*, pp. 84-85.

11) *Informações e fragmentos históricos do padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Primeiro número da coleção *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*. Suporte: livro (in-8º.).

Idem de Anchieta no *Diário Oficial*.

Entre as intervenções de Capistrano nesta edição está a transcrição de outros documentos: uma carta do primeiro donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, segundo Capistrano parte de uma “collecção de papeis velhos existentes na Biblioteca Nacional”, e até então inédita; e um trecho do livro VII da Chancelaria de D. João III, “existente na Torre do Tombo”, fonte para a história daquela capitania após a morte de Coutinho.⁴⁷⁷ Daí obteve suas cópias.

12) *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. In: *Diário Oficial*, dias 23, 24 e 27 de julho; 8 e 10 de agosto; 7, 9, 14, 21 e 24 de setembro; 11, 22 e 30 de outubro; 1, 2, 12, 20, 27 e 29 de novembro; 11 e 13 de dezembro de 1886; 1, 2, 3, 6, 16, 20, 21 e 22 de janeiro; 3 e 4 de fevereiro de 1887. Suporte: periódico;

Cópia de exemplar da Torre do Tombo, ao que parece remetida diretamente à prensa, pela correspondência de Capistrano com Lino. Como com as cópias de Évora, teve intermédio de Lino de Assunção.

13) *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador (livros I e II), dezembro de 1887. Terceiro número publicado da coleção *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*.⁴⁷⁸ Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887. Suporte: livro (in-4º.).

No “Aviso Preliminar” informa Capistrano: “A [cópia] que serviu para a presente edição foi tirada na Torre do Tombo, no começo pelo proprio punho, depois sob as vistas de nosso amigo Lino de Assumpção. Foi cotejada com a da Bibliotheca

⁴⁷⁷ *Informações e fragmentos históricos do padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, pp. 77-78.

⁴⁷⁸ Embora tenha saído, na capa, como número V da coleção - Anchieta foi o I, as *Cartas* de Nóbrega o II (edição de Vale Cabral); os números III e IV seriam, respectivamente, *Cartas* de Anchieta (a cargo de Teixeira de Melo) e *Cartas Avulsas dos Jesuítas* (sob Vale Cabral, na qual Capistrano acabou trabalhando também - cf. José Honório Rodrigues, “Nota Preliminar”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 73, 1954, pp. 23-24). Estas edições não vieram à luz; as *Cartas Avulsas* foram impressas, mas não publicadas, o sendo posteriormente por Afrânio Peixoto. Sobre a confusão dos números da *Materiais*: Capistrano, Vale Cabral e Teixeira de Melo trabalhavam simultaneamente em todas as edições; contavam com atrasos no envio de cópias, feitura das notas, impressão (pois dependiam da Imprensa Nacional, que priorizava papéis do governo) etc. Não tinham como ordenar a numeração das publicações; ao que parece, mandavam para o prelo à medida que conseguiam, sem saber ao certo quando poderiam contar com as demais edições.

Nacional, feita sob a direção de João Francisco Lisboa, a qual offerece algumas variantes, mas não tão consideráveis que mereçam atenção especial”.⁴⁷⁹

No aparato crítico a esta edição Capistrano aduz alguns documentos. Entre as notas colocadas ao final do livro I, transcreve um regimento do rei de Portugal sobre a extração e comércio do pau-brasil, dando como referência Nabuco Araújo, *Collêção Chronologico-systematica da legislação de fazenda*, I, Rio 1830.

Na terceira nota colocada ao final do livro II, Capistrano transcreve dois documentos relativos a donatários: os autos das arrematações da capitania de Ilhéus e o auto de posse da capitania de Porto Seguro, por serem “muito curiosos e pouco conhecidos”.⁴⁸⁰ O primeiro, conforme Capistrano indica ao final das notas, foi extraído de Lemos Mesa, *Doação da capitania de Porto Seguro*, sem lugar nem data; o segundo, da carta de doação ou confirmação de D. Luiz Inocência de Castro, provavelmente do acervo da Biblioteca Nacional.

14) *Cartas avulsas dos Jesuítas* (impressas mas não publicadas), dez. de 1887;

Também produto das pesquisas em Évora e na Torre do Tombo, talvez confrontadas com cópias destas cartas existentes no Rio de Janeiro.

15) *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. Volume XIII dos *Anais da Biblioteca Nacional* (1889). Suporte: periódico;

16) *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. Separata de 200 exemplares do volume XIII dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger & Filhos, 1889. Suporte: livro (in-8º.);

Estas edições têm o mesmo texto. Esclarece Capistrano, na edição em volume: “A copia que serviu para a presente edição, revista pelo illustre amigo Dr. Teixeira de Mello, antigo chefe da secção de Mss. e hoje da de impressos da Bibliotheca Nacional, foi a que João Francisco Lisboa mandou extrahir”. Entre esta e a de Lino de Assunção “ha diferenças ligeiras que excluem a unidade do original: em nossa copia [de Lino] faltam pequenos trechos que vêm nesta; falta até um capítulo inteiro (XXIV do quarto livro), que está na copia de João Lisboa”. As discrepâncias viriam da suposta existência de dois códices da obra na Torre do Tombo; João Francisco teve acesso aos dois, ou a

⁴⁷⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. II.

⁴⁸⁰ SALVADOR (1887), p. 109.

um diferente do que encontrou Lino de Assunção (que procurou por dois, mas só encontrou um).⁴⁸¹

17) CARDIM, Fernão. *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LVII, part. 1^a., 1^o. e 2^o. trimestres de 1894, pp. 185-212. Suporte: periódico;

Cópia do códice CXVI da Biblioteca Pública de Évora, como informado ao final do texto. Deve ser a cópia que serviu à edição de 1881, sem a atualização da grafia de Capistrano, e sem as notas contendo as variantes da tradução inglesa de Purchas. Também não tem sua introdução e o glossário de Batista Caetano. Publicação anônima.⁴⁸²

18) Carta de Juan de Çuniga ao rei D. Manuel (a partir de obra de Jose Toribio Medina) e Cópia de Mss. da Biblioteca Nacional, Doc. 30, Maço 41, Parte 1^a. da Torre do Tombo.⁴⁸³ In: “Solís e Primeiras Explorações”, artigo no *Jornal do Commercio* de 24/01/1900 (reproduzido nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*). Suporte: periódico;

19) “Subsídio para a História das Minas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIII, parte 1^a., v. 101, 1900, pp. 5-13.

“Consulta do Conselho Ultramarino copiada, no Archivo Publico Nacional, pelo Professor João Capistrano de Abreu e por elle offerecida ao Instituto depois de revista em Lisbôa na Torre do Tombo” (p. 5). São documentos relatando expedições ao sertão em busca de minas de prata. Suporte: periódico;

20) *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Alguns capítulos publicados no *Diário Oficial*, fevereiro-março de 1900. Suporte: periódico;

⁴⁸¹ SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger & Filhos, 1889, p. IV e p. V, respectivamente.

⁴⁸² Dois outros documentos impressos neste número da *Revista* do IHGB devem ser também de responsabilidade de Capistrano, embora não atribuídos por sua bibliografia: a *América abreviada*, do padre João de Souza Ferreira (1693), pp. 5-145, e *Trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil*, pp. 213-247. Ambos são cópias do mesmo códice da Biblioteca de Évora de onde se extraiu a obra de Cardim, como vem indicado ao final de cada.

⁴⁸³ Referência em EE-3, p. 69.

Capistrano pode ter seguido, nesta edição, a cópia de Varnhagen que serviu para a publicação na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, por José de Vasconcelos (publicação integral, entre 1883 e 1887). Não encontramos menção a ele ter procurado outra cópia do texto. Em carta de 05/02/1900, a Guilherme Studart, Capistrano afirma que, entre seus projetos de publicação de textos históricos, daria “preferência aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, porque, embora reimpressos na *Revista do Instituto Arqueológico*, são totalmente desconhecidos”.⁴⁸⁴ Esta passagem nos sugere que pretendia valer-se do mesmo texto.

Foi Capistrano quem forneceu o texto da edição de 1930 dos *Diálogos*; deve ser o mesmo. Esta edição foi empreendimento de Afrânio Peixoto, que começou a tentar concretizá-la por volta de 1923. Em carta de Capistrano a João Lúcio de Azevedo, do dia de São Sebastião (20 de janeiro) de 1922, aquele diz que Afrânio queria “com urgência cópia do *Tratado do Brasil* de Gandavo [outra edição que planejava realizar, e consegue], existente no Porto e dos *Diálogos das Grandezas*, existente na Bib. Nac.”.⁴⁸⁵ Afrânio afirma, na edição de 1923: “Quando, em 1923, a Academia Brasileira intentou as suas publicações, entendemos não nos contentar com os acadêmicos e recorrer a sábios colaboradores de fora, também interessados nessa obra. Capistrano foi o primeiro lembrado e os ‘Diálogos’ logo por ele indicados à nossa diligência, oferecendo-nos o texto reunido e o segundo dos seus artigos, por prefácio”.⁴⁸⁶

O texto da edição de 1930 teria, portanto, a mesma origem do saído no *Diário Oficial*.

21) *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Editada pela primeira vez pelo Liceu Literário Português, Rio de Janeiro, e copiada do original de Simão Pereira de Sá. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1900. Suporte: livro (in-4º.).

Texto seria de exemplar da Biblioteca Nacional.⁴⁸⁷

Além da própria obra, cujo original é de 1737, no prefácio Capistrano transcreve três documentos: uma gazeta alemã relatando viagem do começo do século XVI ao que é atualmente o Sul da América do Sul – traduzido para o português por Capistrano a

⁴⁸⁴ Corr. I, p. 149.

⁴⁸⁵ Corr. II, p. 237.

⁴⁸⁶ *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Introdução de João Capistrano de Abreu. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 6.

⁴⁸⁷ VIANA, *op. cit.*, p. 42.

partir de Wieser, *Magalhães-Strasse und Austral-continent auf den Globen des Johannes Schoener*, Innsbruck, 1881; o globo terrestre de Johannes Schoener de 1515, também reproduzido da mesma obra; e o “Roteiro por onde se deve governar quem sahir por terra da colonia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou villa de Santos”, feito por Domingos da Filgueira em 1703 – sem indicação de procedência.

22) uma carta do Padre João de Aspilcueta (indicada por Capistrano como a última da coleção de 1555), “Cópia extraída das Notas e Provas do 1º. Tomo, 1ª. Edição, da obra ‘História Geral do Brasil’ – por Varnhagen, páginas 460-462”;⁴⁸⁸

- “carta de mercê, que o snr. govor. Men de Sá fes a Vasco Roiz de Caldas e a 100 homens que vão com elle a descobrir minas”, indicada por Capistrano como “Cópia extraída a 16 de setembro de 1901, da ‘Cópia do Livro, 1º. Registo de Provimientos Seculares e Eclesiásticos da Cidade da Bahia e Terras do Brasil feita por determinação do Ilmo. e Exmo. Senhor D. Fernando José de Portugal, Goveror. e Capm. General da Capitania da Bahia. Ano de 1800’ (fls. 186 e 187), existente na Secção dos Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”;⁴⁸⁹

- “Trechos de uma carta do Padre Antonio Blasquez (de algumas cousas que iam em a nau que se perdeu do Bispo, para nosso Padre Ignacio)”, “Extr. da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 49, parte 1ª., págs. 7-8, 12)”;⁴⁹⁰

- Trecho “Extraído do cap. 9º. do ‘Tratado da terra do Brasil’, de Pero de Magalhães Gandavo”;⁴⁹¹ não há indicação aqui, mas no corpo do texto, onde Capistrano explica que utiliza a edição da *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, Lisboa, 1826, confrontada com tratado idêntico (mas dedicado a outra pessoa) do mesmo autor, guardado no British Museum (cópia obtida pelo Barão do Rio Branco).⁴⁹² Este Tratado aparece no *Catálogo* da exposição de 1881 da Biblioteca Nacional, remetido a esta *Coleção ultramarina* de 1826. Para a reprodução do trecho, portanto, Capistrano deve ter-se valido do exemplar da *Coleção* da Biblioteca Nacional, confrontando-o, como dissemos, com o tratado que Rio Branco remeteu-lhe da Inglaterra. Comprovou tratar-se do mesmo texto, com duas dedicatórias diferentes; a edição lisboeta, porém, tem um capítulo a mais que a do British Museum, o último

⁴⁸⁸ CA, p. 108, reproduzida em CA, p. 105-108.

⁴⁸⁹ CA, p. 111, reproduzida em CA, p. 109-111.

⁴⁹⁰ CA, p. 112, onde encontra-se reproduzida.

⁴⁹¹ Reproduzido em CA, p. 113-114.

⁴⁹² CA, p. 97.

capítulo. Capistrano faz esta análise das obras de Gandavo, incluindo sua *História*;⁴⁹³ sobre a *História*, faz considerações sobre a raridade dos exemplares da primeira edição semelhantes às que constam no *Catálogo* de 1881;

- Por fim, o capítulo XIV da “Historia da Provincia Sãta Cruz”, do mesmo Gandavo; contém uma nota extraída do capítulo II da mesma obra, e Capistrano deve ter usado o exemplar da Biblioteca Nacional a que se refere acima (por ter escrito ali, não deve ter julgado necessário explicitar a referência na transcrição).

Documentos transcritos no artigo “Os primeiros descobridores de minas”, que saiu originalmente em *A Semana*, Rio de Janeiro, 1887, depois reproduzido na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano VI (fascículos II e IV), 1901. Os documentos saíram só em 1901. Suporte: periódico;

23) *Relación de la guerra y victoria alcanzada contra los Portugueses del Brasil, año 1641 en 6 de abril*, do padre Claudio Ruyter. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, 1905. Suporte: periódico;

Diz Capistrano na “Nota Explicativa”: “A carta do padre Claudio Ruger agora impressa entrou para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, com a collecção Angelis [adquirida no começo dos anos 1870]. (...) Serviu agora para a impressão na *Revista* uma cópia extrahida, vae para muitos annos, a pedido do benemerito Barão do Rio Branco, por A. do Valle Cabral, de saudosa memoria, e pelo abaixo assignado. (...) A correcção das próvas foi feita pelo autographo”.⁴⁹⁴

24) Regimentos diversos do Arquivo do Conselho Ultramarino. In: “Catálogo dos Documentos mandados copiar pelo Senhor D. Pedro II”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVII, parte I, 1904, vol. 109, 1904 (1906), e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVIII, parte 1ª., 1907. Suporte: periódico;

Cópias de consultas do Conselho Ultramarino, mandadas fazer por D. Pedro II, existentes no Brasil, confrontadas com os originais da Torre do Tombo. Publicado sob anonimato. Devem ser de responsabilidade de Capistrano também os relatos de viagens no Brasil, contidos na mesma parte 1ª. do tomo LXVII da *Revista*. Estas últimas são cópias de 12 diversos folhetos do Gabinete dos Mss. da Real Biblioteca Pública do

⁴⁹³ CA, p. 97-98.

⁴⁹⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, 1905, p. 553.

Porto, que pertenceram a Luiz Pinto de Souza, Visconde de Balsemão.⁴⁹⁵ Os regimentos foram copiados do Tomo 3º dos “Registos” do Conselho Ultramarino.

25) Carta de Napoleão Bonaparte a D. João VI, de 8 de setembro de 1807, e resposta de D. João, de 26 de setembro de 1807; nova carta de D. João VI a Napoleão, de 3 de outubro de 1807; carta régia de D. João VI, de 28 de janeiro de 1808 (em que declara a Abertura dos Portos do Brasil); transcrição de manuscrito de Tomás Antônio de Vila Nova Portugal. In: “28 de Janeiro”, artigo do mesmo dia de 1908, saído no *Jornal do Commercio*, em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos.⁴⁹⁶ Suporte: periódico;

Apenas o último tem referência (“um manuscrito guardado na Biblioteca Nacional”); demais devem ser também do acervo da B. N.

26) Processo de Pero do Campo Tourinho na Inquisição. In: “Atribuições de um Donatário”. Artigo publicado na revista *Sciencias e Letras*, Rio de Janeiro, nº 5, ano VI, julho de 1917.⁴⁹⁷ Suporte: periódico;

Cópia do “processo original guardado na Torre do Tombo”, obtido por meio de J. Lúcio de Azevedo.⁴⁹⁸

27) *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1918. Suporte: livro (in-4º.);

Mesmo texto da edição de 1889: “Com ligeiras modificações o texto da Biblioteca Nacional serve de base ao presente”.⁴⁹⁹

28) *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*. Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, fidalgo del-Rei Nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. *Confissões da Bahia*. São Paulo, Homenagem de Paulo Prado, 1922.

⁴⁹⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVII, parte I, vol. 109, 1904 (1906), p. 337.

⁴⁹⁶ Reproduzido em EE-2, pp. 41-60.

⁴⁹⁷ Reproduzido nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*.

⁴⁹⁸ CA, p. 34.

⁴⁹⁹ FV, p. 30.

Primeiro volume saído da *Série Eduardo Prado. Para melhor se conhecer o Brasil*, embora estivesse programado para sair depois da obra de Claude d'Abbeville. Suporte: livro (in-8º).

Na sua introdução ao volume, Capistrano transcreve outro documento: o Monitório do Inquisidor-Geral, acrescido de algumas determinações. A referência que dá é: *Collectorio das bullas, e Breves Apostolicos, Cartas, Aluarás & Prouisões Reaes que contem a instituição e progresso do Santo officio em Portugal, Uarios Indultos e Priuilegios, que os Sumos Pontifices e Reys destes Reynos lhe concederão*. Impresso per mandado do Illustrissimo e Revm^o Senhor Bispo Dom Francisco de Castro Inquisidor geral do Conselho de Estado de Sua Magestade. *Em Lisboa no Estado por Lourenço Craesbeeck Impressor del Rey. Anno MDCXXXIV.*⁵⁰⁰

Cópias obtidas na Torre do Tombo, também com auxílio de J. Lúcio de Azevedo, e lidas (revisadas) pelo então diretor da instituição, Antonio Baião.

29) *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* pelo padre Claude d'Abbeville (reprodução fac-símile). Paris, Librairie Ancienne, Edouard Champion 5, Quai Malequais 5, 1922.

Segundo volume da *Série Eduardo Prado. Para melhor se conhecer o Brasil*. Suporte: livro (in-8º);

Fac-símile da edição de 1614; exemplar de Paulo Prado, que este adquiriu à biblioteca particular do tio, Eduardo.

30) *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, ambos de Pero de Magalhães Gandavo. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924. Suporte: livro (in-8º.);

Explica Afrânio Peixoto na "Advertencia": "Do <<Tratado>> obtivemos copia autentica do manuscrito original, que se acha na Biblioteca do Porto, graças à obsequiosidade do illustre historiador portuguez Sr. João Lucio d'Azevedo; da <<Historia>> conferimos os textos publicados pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro e pela Academia das Sciencias de Lisbôa, ambos de 1858, com a primeira

⁵⁰⁰ Reproduzido em EE-2, 190-198.

publicação que a nossa Bibliotheca Nacional possui, na collecção Barbosa Machado: este erudito serviço de collação é do competente Sr. Dr. Rodolpho Garcia”.⁵⁰¹

31) “Capítulos de uma biografia perdida de Caxias”. Título que Capistrano deu para os artigos em que reproduz as partes conhecidas de obra de Eudoro Berlink sobre o duque de Caxias, in: *Revista do Brasil*, São Paulo, a partir de fevereiro de 1924, números 98, 101, 104, 107, 110, 111 e 113.⁵⁰² Suporte: periódico;

Segundo explica Capistrano na nota que antecede a publicação do primeiro capítulo, esta “obra começou a ser impressa na typographia Laemmert, mas a morte do autor e os varios sucessos que extinguiram aquella firma tão benemerita das letras patrias subverteram-na na voragem. Salvaram-se alguns capitulos de que é possuidor o Sr. Cassius Berlinck da Bibl. Nacional”.⁵⁰³

32) *Tratados da terra e gente do Brasil*; obras reunidas de Fernão Cardim. Rio de Janeiro: editores J. Leite & Cia., 1925. Suporte: livro (in-8º.);

Os textos das edições de Cardim de 1881 (*Do princípio...*) e 1885 (*Do clima...*) foram reproduzidos nesta edição. A *Narrativa epistolar*, a terceira obra do jesuíta aqui incluída, foi baseada no “apógrafo [cópia de um escrito original] eborense (...) que, por diligência do dr. Capistrano de Abreu, possui o brilhante historiador dr. Paulo Prado”, segundo informa Rodolfo Garcia.⁵⁰⁴ A *Narrativa* fora publicada por Varnhagen em 1847 – o confronto de seu texto com a cópia da Biblioteca de Évora revelou-o muito incorreto, de acordo com R. Garcia, preferindo-se, então o exemplar de Paulo Prado.

33) *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*. Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capelão fidalgo del-Rei Nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. *Denúncias da Bahia*. 1591-93. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1925. Suporte: livro (in-8º.);

Idem das *Confissões*.

⁵⁰¹ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924, p. 9.

⁵⁰² Embora o capítulo saído no n. 113 termine com a indicação de “(Continúa)”, não encontramos mais capítulos desta obra na *Revista*.

⁵⁰³ *Revista do Brasil*, n. 98, fevereiro de 1924, v. 25, p. 140.

⁵⁰⁴ CARDIM, *op. cit.*, p. 18.

34) CASTRO, Eugênio de. *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa. 1530-32. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1927. Suporte: livro (in-8º.);

Texto utilizado é o das edições de Varnhagen, no século XIX (1839, 1861 e 1867, pela *RIHGB* e avulso). Varnhagen valeu-se do que seria estabelecido como um apógrafo (isto é, cópia do original) da Biblioteca da Ajuda, em Portugal, que encontrara na época em que era diretor desta Biblioteca Alexandre Herculano, e do manuscrito que pertencera à biblioteca do Bispo Conde D. Francisco de S. Luiz (havia mais um exemplar, por ele descartado para edições).⁵⁰⁵

35) *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*. Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capelão fidalgo del-Rei Nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. *Denúncias de Pernambuco*. 1593-1595. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929. Suporte: livro;

Idem para os processos referentes à Bahia.

36) *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras – Biblioteca de Cultura Nacional, 1930. Suporte: livro.

Cf. atrás, ed. dos *Diálogos* no *Diário Oficial*.

Contamos estas duas últimas edições, ocorridas após a morte de Capistrano, porque, segundo revelam os editores (Rodolfo Garcia, na primeira, e Rodolfo Garcia e Afrânio Peixoto, na segunda), Capistrano contribuiu para estas publicações, participando das pesquisas que resultaram na disponibilização do texto das *Denúncias de Pernambuco* (que, além disso, saiu na coleção que planejava com Paulo Prado, a *Série Eduardo Prado*), e fornecendo o texto e uma introdução para a edição dos *Diálogos*.⁵⁰⁶

⁵⁰⁵ Cf. a exposição de Eugênio de Castro a respeito das edições anteriores do *Diário*; CASTRO, Eugênio de. *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa. 1530-32. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1927, pp. I-VI.

⁵⁰⁶ Seguindo observação de José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica...*, p. 97.